

E-ISSN 1981-4798

ISSN 1414-3089

Tempo

TEMPO DA CIÊNCIA - Revista de Ciências Humanas e Sociais.

Publicação do Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa - NDP

UNIOESTE - Campus de Toledo.

DA

Ciência

Volume 29 - Número 58 - 2º Semestre - 2022

Tempo da Ciência

Volume 29 Número 58
2º semestre de 2022

E-ISSN 1981-4798
ISSN 1414-3089

**INDEXADORES:
SISTEMA LATINDEX
SUMÁRIOS DE REVISTAS BRASILEIRAS**

Publicação do NDP – Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIOESTE - CAMPUS DE TOLEDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- UNIOESTE / CAMPUS DE TOLEDO

REITOR

Alexandre Almeida Webber

DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO

Remi Schorn

DIRETOR DO CCHS – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMPUS DE TOLEDO

César Augusto Batisti

COORDENADOR DO NDP - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO INFROMAÇÃO E PESQUISA

Antônio Pimentel Pontes Filho

T 288 Tempo da Ciência: revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE. Revista do Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa / Campus de Toledo. - v. 1, n. 1(1994) -- Toledo: Ed. Toledo, 1994. - v. 29 n. 57(2022), -- Toledo: Ed. Toledo, 2022.

Semestral.

v.2, n.3 – 1º semestre de 1995

v.2, n.4 – 2º semestre de 1995

A partir do v. 4, n. 8 passou a ser editada pela EDUNIOESTE, Cascavel.

E-ISSN: 1981-4798

ISSN: 1414-3089

Indexadores: Latindex; Súmarios

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciências Humanas – Periódicos 1. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo. II Revista de Ciências Sociais do Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa – NDP / Campus de Toledo

CDD 20. ed. 300.5

Ficha Catalográfica: Marilene de Fátima Donadel – CBR 9/924

Capa

Roberto Bíscoli

Diagramação

Equipe NDP

Suporte Técnico

Equipe NDP

Revisão Ortográfica e gramatical

Equipe NDP

Endereço para correspondência

UNIOESTE – Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP

Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle – Toledo – PR CEP 85903-000

E-mail: revistatempodaciencia@yahoo.com.br

EDITOR

Dr. Roberto Biscoli

CONSELHO EDITORIAL - PRESIDENTE:

Dr. Antônio Pimentel Pontes Filho

MEMBROS:

Eric Gustavo Cardin

Sílvio Antônio Colognese

Geraldo Magella Neres

Fábio Lopes Alves

CONSELHO CONSULTIVO

Adriano Premebida – FADB

Alberto Paulo Neto – PUC-PR

Ana Cleide Chiarotti Cesário – UEL

Carla Cecília Rodrigues Almeida – UEM

Emilce Beatriz Cammarata – NM, Argentina

Eric Gustavo Cardin – UNIOESTE

Eric Sabourin – CIRAD, França

Ernelo Schallenberger – UNIOESTE

Evaldo Mendes da Silva – UFAL

Gabriel Feltran – UFSCAR

Geraldo Magella Neres – UNIOESTE

Ileizi Luciana Fiorelli Silva – UEL

Joana Coutinho – UFMA

João Virgílio Tagliavini – UFSCar

José Lindomar C. Albuquerque – UNIFESP

María Lois – Universidad Complutense de Madrid

Maria Salete Souza de Amorim – UFBA

Martha C. Ramirez-Galvez – UEL

Miguel Angelo Lazzaretti – UNIOESTE

Oscar Calavia Sáez – UFSC

Paulo Roberto Azevedo – UNIOESTE

Rafael Antônio Duarte Villa – USP

René E. Gertz – PUCRS e UFRGS

Ricardo Cid Fernandes – UFPR

Wagner Pralon Mancuso – USP

SUMÁRIO

DOSSIÊ

DÍALOGOS NA FRONTEIRA

Manoela Marli Jaqueira

Eric Gustavo Cardin

Pg. 7-10

O homem gaúcho e o pacto “narcísico da masculinidade”: a música regional como ferramenta mediadora do ideal masculino

Nitielle Floriano Dias, Eric Gustavo Cardin

Pg. 11-30

Quando tamanho é documento: um estudo sobre o pênis no aplicativo *Grindr* na fronteira

Thiago Benitez de Melo

Pg. 31-47

Estratégias públicas de enfrentamento das drogas em Foz do Iguaçu-PR

Sergio Paulo de Oliveira, Mauro José Ferreira Cury

Pg. 48-58

O contrabando de pesticidas na visão dos técnicos da ADAPAR

Gustavo Biasoli Alves, Laura Pinheiro Hupples, Tiago Severo Peixe

Pg. 59-68

Turismo, fronteira e pescadores artesanais: ponderações e análises

Francisco Leonor de Amarílio

Pg. 69-80

**O aluno “brasiguaiio” e a violência simbólica no contexto
escolar brasileiro**

Carla Giselle Duenha de Souza

Pg. 81-99

**A pluralidade linguística e cultural evidenciada nas escolas
municipais de Cascavel-PR**

Quézia Cavalheiro Mingorance Ramos, Sanimar Busse

Pg. 100-113

**Áreas protegidas e conflitos socioambientais: desafios às
políticas públicas de desenvolvimento na faixa de fronteira
do Acre (BR)**

Sofia Magalhães Villa Bôas, Leandro Oliveira de Lima

Pg. 114-128

**Geopolítica no Atlântico Sul: as Malvinas/Falklands e a
disputa pelos hidrocarbonetos na fronteira Argentino-
Britânica**

Laura Conze, Camilo Pereira Carneiro

Pg. 129-137

**Atenção a crianças e adolescentes na região de fronteira:
interface com as políticas de drogas**

Camila Viviane Lui De Sousa

Pg. 138-149

**Impacto da pandemia do COVID-19: migrantes,
trabalhadores informais e na região de fronteira**

Giovane da Silva Lozano

Pg. 150-168

ARTIGOS LIVRES

Intolerância religiosa: um estudo sobre as divergências das concepções da legitimidade da doutrina do Santo Daime

Ronaldo Emiliano de Miranda

Pg. 169-195

Notas de leitura sobre igualdade, autonomia e liberdade em *A tenência de reis e magistrados*, de John Milton.

Rafael Marino

Pg. 196-206

É como imensa satisfação que apresentamos o volume 29, número 58, da Revista *Tempo da Ciência*, publicação do NDP – Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE - Campus de Toledo com o dossiê Diálogos na Fronteira, e artigos livres.

DOSSIÊ DIÁLOGOS NA FRONTEIRA

Manoela Marli Jaqueira¹
Eric Gustavo Cardin²

A quarta edição do Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras ocorreu na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Foz do Iguaçu/PR, marcando o retorno das atividades presenciais do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (LAFRONT). Assim, em um primeiro momento, o evento busca retomar seu processo de consolidação como uma atividade importante na agenda de pesquisadores e pesquisadoras das regiões de fronteiras. Tal relevância é derivada da preocupação expressa na manutenção de uma estrutura enxuta e de um foco muito direcionado para estudos específicos que exploram a construção de saberes e de tecnologias, auxiliando no melhor entendimento e no desenvolvimento de políticas para tais regiões.

Neste sentido, a atividade é articulada entre as diferentes dimensões que compõem a construção do conhecimento acadêmico e científico (ensino, pesquisa e extensão), envolvendo a formação dos acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação, especialmente o PPG em Sociedade, Cultura e Fronteiras, mas também a relação com grupos de pesquisa de outras instituições acadêmicas e com grupos da sociedade civil organizada.

Nesta edição, contou-se desde o início com o apoio do Grupo de Pesquisa Tríplice Fronteira (UNILA), do Observatório Segurança, Infraestrutura e Fronteira (UNILA) e do Observatório das Migrações nas

¹ Doutora em Relações Internacionais (PUC/Rio), professora da UDC e pesquisadora do LAFRONT. E-mail: manoelajaqueira@hotmail.com.

² Doutor em Sociologia (UNESP/Araraquara), pós-doutorado em Antropologia Social (UNAM/Argentina), professor da UNIOESTE e pesquisador do Lafront. E-mail: eric_cardin@hotmail.com.

Regiões de Fronteira (UFGD). Além de outras equipes onde se encontram investigadores das fronteiras e organizações da sociedade civil, principalmente as associações de migrantes, que trabalham em parceria com o LAFRONT em diferentes atividades.

Os dois primeiros textos abordam temas relacionados a discussão sobre gênero e sexualidade na fronteira. O trabalho intitulado “O homem gaúcho e o pacto narcísico da masculinidade: a música como um instrumento expressivo do “ideal de masculino” tem como escopo analisar a representação do homem gaúcho, sua masculinidade, a virilidade e a violência expressas nas músicas gauchescas, refletindo sobre os desdobramentos das masculinidades.

Nesse eixo de discussão, o segundo artigo, “Quando tamanho é documento: um estudo sobre o pênis e o falecentrismo no aplicativo Grindr” buscou analisar como o órgão genital (e não o rosto) passa a ser o referencial imagético do indivíduo no aplicativo de relacionamento gay Grindr. Ainda analisa como as narrativas criadas nesse aplicativo são construídas e desenvolvidas por meio de um regime fálico, isto é, os discursos que envolvem o prazer sexual e o desejo masculino estão sempre ligados à figura do pênis.

O terceiro artigo, “Estratégias públicas de enfrentamento das drogas em Foz do Iguaçu – PR” busca analisar duas estratégias adotadas em Foz do Iguaçu para o enfrentamento das drogas. A localização geográfica do município na região da Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina reforça a vulnerabilidade às consequências da produção, circulação e comercialização de entorpecentes. Desta forma o artigo objetiva analisar as iniciativas dos gestores para implementar políticas públicas de enfrentamento das drogas na região fronteira.

Abordando questões ambientais e fronteira, a pesquisa intitulada “O contrabando de pesticidas na visão dos técnicos da ADAPAR” buscou abordar o contrabando de pesticidas na visão dos técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná (ADAPAR) sobre a concepção de risco de pesticidas contrabandeados, por ser causador dos danos ao meio ambiente, a saúde e à própria qualidade da colheita, por se tratar de produto com origem desconhecida.

O trabalho “Turismo, fronteira e pescadores artesanais: ponderações e análises” buscou estudar e trazer reflexões sobre o envolvimento da comunidade de pescadores artesanais fronteirios (moradores do município de Corumbá-MS, fronteira oeste do Brasil com a Bolívia, cidade de Puerto

Quijarro – província de Germám Busch), na atividade do turismo e se esse envolvimento, com todas as suas individualidades identitárias.

No eixo de educação encontra-se a pesquisa “O aluno brasiguaió e a violência simbólica no contexto escolar brasileiro” que faz uma abordagem sobre à educação em contexto de fronteira a partir da imigração de brasileiros para o Paraguai e o retorno do aluno “brasiguaió” para o Brasil. Buscou analisar o processo migratório do brasileiro para o Paraguai e os impactos na formação escolar do aluno “brasiguaió”.

Nessa mesma perspectiva, o artigo intitulado “A pluralidade linguística e cultural evidenciada nas escolas municipais de Cascavel-Pr” que é resultado das discussões realizadas ao longo da pesquisa de doutorado que está em andamento e tem como objetivo evidenciar a pluralidade linguístico-cultural nas escolas de Cascavel/PR, em um país já (ou ainda) marcado pelo monolinguajamento, e analisar se a Proposta Pedagógica Curricular da Associação de Municípios do Oeste do Paraná (AMOP, 2020) traz recomendação para práticas escolares plurilíngues.

Retomando as discussões sobre fronteiras e meio ambiente, a contribuição do artigo “Áreas protegidas e conflitos socioambientais: desafios às políticas públicas de desenvolvimento na faixa de fronteira do Acre (Br)” traz uma abordagem sobre a origem e importância das áreas protegidas e os conflitos socioambientais em áreas protegidas na faixa de fronteira do Acre enquanto desafio às políticas públicas de desenvolvimento.

Já o artigo “Geopolítica no Atlântico Sul: As Malvinas/Falklands e a disputa pelos hidrocarbonetos na fronteira Argentino-Britânica” traz uma análise histórica e geopolítica do tema, por meio de uma pesquisa qualitativa, pautada em análise bibliográfica e documental da disputa marítima das Mavilnas/Falklands, até os dias de hoje a Argentina tem reivindicações.

“Atenção a crianças e adolescentes na região de fronteira: interface com as políticas de drogas” oferece algumas reflexões sobre o cuidado em saúde mental, específico para os usuários infantojuvenis de álcool e outras drogas. Não suficiente, apresenta possíveis apontamentos para uma política em consonância com os direitos das crianças e adolescentes e com a reforma psiquiátrica brasileira. Neste sentido, destaca a necessidade de ampliar os estudos, a partir de dados epidemiológicos e de perfil populacional, com o diálogo entre diversos saberes é possível construir uma política de drogas que não criminalize, mas leve em conta, os direitos das crianças e adolescentes.

Por fim, o texto “Impacto da pandemia do COVID-19: migrantes, trabalhadores informais e na região de fronteira” aborda o impacto da crise

sanitária nos mundos do trabalho na fronteira, com atenção especial aos trabalhadores informais. Neste sentido, o artigo destaca que “a crise sanitária instaurada pela pandemia da Covid-19 evidenciou e deixou mais acentuada as assimetrias econômicas, sociais e políticas pelo mundo afetando principalmente as relações trabalhistas, os trabalhadores e sobretudo os trabalhadores informais”.

Em linhas gerais, o conjunto de textos apresentados durante o IV Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras, envolvem diversos eixos temáticos que entrelaçam as fronteiras territoriais e simbólicas e constata-se uma grande conexão entre as diferentes abordagens, pesquisas que, em simultâneo, questionam os limites internacionais, refletem sobre o impacto das frentes de expansão e problematizam as diferentes relações sociais nas regiões de fronteira.

ARTIGOS LIVRES

Além dos artigos que fazem parte do Dossiê Diálogos na Fronteira trazemos o artigo de autoria de Ronaldo Emiliano de Miranda que reflete sobre a intolerância religiosa enfrentada pela Religião do Santo Daime, religião genuinamente brasileira de tradição oral fundada em 1930. Esclarece que o Daime ou Ayahuasca é um chá de origem da tradição xamânica andina, e que, em função dos seus efeitos alucinógenos é considerado como droga em vários países.

Rafael Marino, por sua vez, discute as ideias de liberdade, igualdade, e autonomia de John Milton presentes no texto *A tenência de reis e magistrados*. Entende que a igualdade se apresenta como condição essencial para a autonomia e para liberdade. A liberdade por sua vez sendo uma condição de total não dependência, tanto das paixões e afetos, como de costumes e dominação física. A liberdade sendo ativa, um auto autogoverno dos homens.

Desejamos a nossos leitores uma útil e prazerosa leitura.

Roberto Bíscoli
Editor

O homem gaúcho e o pacto “narcísico da masculinidade”: a música regional como ferramenta mediadora do ideal masculino

Nitielle Floriano Dias¹

Eric Gustavo Cardin²

Resumo: O presente trabalho procura compreender a música regional como uma ferramenta mediadora que constitui os discursos feitos sobre o homem gaúcho de modo a problematizar tais limitações da noção de masculinidade na qual imputa ao homem elementos classificados como do universo masculino: força e virilidade, reforçando uma identidade cultural. O ponto de partida estabelece-se mediante a vinculação entre a música regional cultural e o perfil do homem gaúcho. Na sociedade gaúcha, observa-se que esse pacto com o ideal masculino, se estrutura de maneira muito forte, quase indestrutível, que acaba por eleger uma identidade seguida de um tipo único de representação. Assim, procura-se identificar as representações sociais, através de um esforço em reverter a percepção social e os discursos, de modo a provocar inquietações que visem dar visibilidade a novos modos de significar o que molda a identidade do gaúcho. Espera-se, desse modo, contribuir para problematizar essa perspectiva cultural e social.

Palavras-chave: Homem gaúcho; Masculinidade; Identidade; Música regional.

¹ Mestranda em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE). Membro do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (LAFRONT). O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: nitiellefloriano@gmail.com.

²Doutor em Sociologia. Pós-doutorado em Antropologia Social. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisador do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (LAFRONT). Contato: eric.cardin@unioeste.br.

The gaucho man and the “narcissistic masculinity pact”: the regional music as a mediating device of the masculine ideal

Abstract: The present work seeks to understand regional music as a mediating tool that constitutes the discourses made about the gaucho man in order to problematize such limitations of the notion of masculinity, which attributes to men elements classified as from the masculine universe: strength and virility, and thus reinforces a cultural identity. The starting point is established through the link between regional cultural music and the profile of the gaucho man. In Rio Grande do Sul’s society, it is observed that this pact with the masculine ideal is structured in a very strong, almost indestructible way, which ends up electing an identity followed by a unique type of representation. Thus, we seek to identify social representations through an effort to reverse social perception and discourses, in order to provoke concerns that aim to give visibility to new ways of signifying what shapes the identity of the gaucho. Therefore, it is expected to contribute to problematizing this cultural and social perspective.

Keywords: Man from Rio Grande do Sul; Masculinity; Identity; Regional music.

1 Notas Introdutórias

O fardo simbólico presente na história do Rio Grande do Sul é marcado por narrativas que projetam ao homem gaúcho uma imagem canônica de “ser homem” ao atribuir características ainda presas a um modelo de masculinidade, a “masculinidade ideal”, na qual imputa ao homem elementos classificados como do universo masculino: força, poder e virilidade. Tais perspectivas associam tal entendimento à concentração da identidade cultural do gaúcho, sobre a qual os efeitos simbólicos dessa representação reverberam em distintas manifestações culturais.

Não raro, na cultura gaúcha, traços associados à masculinidade definem os estereótipos atribuídos ao homem gaúcho, construídos e permeados de símbolos e analogias entre o homem e um perfil animalesco, o qual é constantemente comparado a animais considerados símbolos da

masculinidade e que também apresentam em sua esfera uma posição prestigiosa. As especificidades presentes nesse território, possibilitam um campo cultural fértil e produz uma “cultura espetacularizada”, na qual, em um cenário atual, os acontecimentos de um sistema antigo se encontram solidificados, sendo praticados, preservados e instruídos aos próximos a perpetrar, buscando referências de um passado célebre, cuja constituição social da identidade do gaúcho se forjou.

Assim, de maneira diletante, a história do Rio Grande do Sul consola em manifestações culturais um perfil esperado, naturalizado e educado, que projeta ao homem gaúcho uma imagem canônica de “ser homem” ao atribuir características ainda presas a um modelo de masculinidade. A masculinidade é construída com práticas masculinizantes, uma vez que o homem é o ator principal do papel fementido de interpretá-lo na sua face mais visível e aceitável, na construção do masculino.

O homem gaúcho expressa uma visível preocupação em não se aproximar da fragilização e distanciar-se dos ideais viris, – entende-se que esta “preocupação” é um medo em um estado de proteção – e, com frequência, é reforçado nas músicas gauchescas. Mediante isso, compreende-se um “pacto narcísico³ da masculinidade”, que se dá a partir da imagem forjada do gaúcho, a qual descreve o compromisso da masculinidade e o compromisso em manter a injusta estrutura que o privilegia. Na sociedade gaúcha, observa-se que esse pacto com o ideal masculino se estrutura de maneira muito forte, quase indestrutível, que acaba por eleger uma identidade seguida de um tipo único de representação.

Por essa razão, cabe reflexões acerca das nuances proporcionadas no repertório musical, entre o homem gaúcho e representações de modelos convencionais de masculinidade, cujo repertório se volta a uma identidade alicerçada a um universo pastoril, onde o gaúcho se encontra e se entende, na sua concepção mais restrita do termo. Refletir como a cultura gaúcha agencia e aciona a identidade local vinculada ao repertório musical, proporciona pensar como a sociedade se organiza e como toda a construção simbólica a partir dos sons acontece.

No repertório de música gauchesca, estereótipos masculinos da imagem de um tipo ideal, não raro, são compostos por “códigos masculinos”, o que implica o imaginário social, uma vez que a música como uma das ferramentas possíveis de análise da cultura gaúcha pode possibilitar

³ A figura mítica de Narciso, o caçador apaixonado pela representação da própria imagem, o qual olha para si como o único objeto de amor. Diante de um espelho d'água, Narciso consegue olhar apenas para o seu reflexo e tudo diferente a ele, se quer é notado.

o começo do entendimento sobre a identidade social, na qual as letras, em sua maioria, projetam uma hipótese desses elementos viris sobre o homem gaúcho. De acordo com Trotta (2014), podemos entender também que essas letras processam novos modelos de masculinidade que tencionam estereótipos patriarcais tradicionais através do exagero.

Ainda com caráter introdutório, destaca-se que este estudo é um recorte de uma pesquisa maior que tem como objetivo principal provocar reflexões acerca da representação feita do homem gaúcho por intermédio das músicas gauchescas. A pesquisa foi apresentada no *IV Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras*, que ocorreu nos dias 22, 23, e 24 de setembro de 2022, na cidade de Foz do Iguaçu- PR, promovido pelo Laboratório de ensino, pesquisa e extensão “Fronteira, Estado e Relações Sociais” (Lafrent). Além dessa nota introdutória, o presente texto está constituído pelas seguintes seções: “O gaúcho”, “O masculino é um ferrenho mito estruturado” e “Laços mediados pela música gaúcha” e por fim, a seção “Considerações finais”.

2 O gaúcho

O gaúcho, se manifesta como um elemento social expressivo do seu meio e, segundo Maestri (2021, p. 96), “surgira em inícios do século XVIII, como tipo humano e grupo social significativo e singularizado do pampa”. De acordo com Luvizotto (2010, p. 28), “os Sul-rio-grandenses originam-se da transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres guaranis”. Descrevendo as características físicas, o autor Mário Maestri (2021), dialoga com Alcides D’órbghy, descrevendo-os como possuidores de:

Cor morena oliva ou castanho pronunciado, estatura média, 1 metro e 688 milímetros. Formas hérulas. Frente arredondada. Rosto largo, achatado. Nariz muito curto e chato, de fossas largas e abertas. Boca muito grande. Lábios grossos e muito salientes. Pômulos salientes. Traços masculinos e pronunciados. Fisionomia fria [sic], geralmente feroz [sic] de cabelos pretos, grossos e lisos, teriam pouca pilosidade corporal. (MESTRI, 2021, p. 34).

Ainda, os gaúchos, considerados nômades, dominavam o ofício da montaria e o maneiio com o gado, eram caçadores, tinham no gado selvagem a sua subsistência, alimentavam-se da coleta, caça e pesca, utilizavam o cavalo como meio de transporte para as caçadas. De acordo com Maestri (2021, p. 34), “os pampas eram os territórios de caçadores, coletores, pescadores e horticultores incipientes, caracterizados pela funda⁴ e pelas grandes lanças⁵”. Adaptada às necessidades do homem do campo a indumentária característica daquele período, embora esteja praticamente extinta, é usada episodicamente, por grupos folclóricos em espaços coletivos em que se manifesta e se preserva as memórias e raízes históricas. A título de informação, a vestimenta se caracterizava à época, a algo semelhante a um calção largo – Xiripá – uma espécie de capa, amarrada ao pescoço cobrindo até os calcanhares, feita do couro de animal e, na cintura, portavam uma faca ou o rebenque⁶. Essa indumentária, nitidamente foi adaptada às novas formas de vestir-se, a bombacha foi introduzida no cotidiano do gaúcho pastoril, uma vez que ela proporciona um grande conforto para a montaria. Hoje, é considerado um traje típico do gaúcho usado não só no meio pastoril, mas também em espaços urbanos.

No momento atual, de acordo com Luvizotto (2009, p. 26),

É muito comum ver o gaúcho usando bombachas, sua indumentária típica, não somente em datas comemorativas, mas também em seu dia a dia. No presente contexto, assim como a indumentária, os hábitos também são herdados e representados pelos gaúchos da região, tal como a projeção de uma dada semelhança a um sujeito com características ausentes de subserviência, apáticas e hostis.

“A palavra “gaúcho”, o homem livre dos campos, foi aplicada inicialmente para definir um tipo humano arredio, o nômade do pampa, muitas vezes um desertor desobediente da lei e da ordem, que cavalgava sem rumo em uma área vastíssima sempre atrás de gado amansado ou chucro e de cavalos” (LUVIZOTTO, 2009, p. 23).

⁴ A funda é semelhante a um estilingue, antigamente feita de uma tira de couro amarrada a um pedaço pequeno de galho, ao meio dessa tira é colocado o objeto que se deseja arremessar.

⁵ A lança é uma arma branca constituída por uma haste de madeira com a ponta afiada, ou amarrada uma lâmina, pedra ou osso bem afiados. De acordo com Maestri (2021), os pampeanos manejavam com maestria longas lanças, de uns três metros.

⁶ Pequeno chicote de couro utilizado para açoitar o cavalo.

Envolto a um território veemente, o gaúcho contempla um conjunto que está intrinsecamente entrelaçado ao seu meio, e ligado a incipiência de sua vida, o estigma de um tipo insolente. Segundo Luvizotto (2010, p. 29), “durante o período colonial, os sul-rio-grandenses eram chamados de guascas e depois de galdérios, um termo que possui sentido pejorativo e se referia aos aventureiros paulistas que tinham desertado das tropas regulares e adotado a vida rude ou se tornado ladrões de gado”.

Em uma acepção mais restrita do termo gaúcho, foi classificado à malandro, vago, transgressor e, a representação desse personagem, ora contraditória, transforma-se, no decorrer do tempo, em uma imagem que estampa atributos de um personagem ansiado em provar sua masculinidade, coragem, força, bravura, orgulho, virilidade e dignidade. De acordo com Leal (2021, p. 65), “o gaúcho se tornou um símbolo idealizado de liberdade e orgulho nacional ou regional”.

De transgressor a um tipo ideal, no decorrer do tempo a representação do gaúcho foi sendo transformada e passou a ser empregada para identificar aquele ou aquela que nasce no Rio Grande do Sul. Sobre essa representação do modo gentílico, Maciel expõe:

O gaúcho também pode ser pensado como uma figura emblemática, pretendendo sintetizar e expressar uma determinada imagem dos habitantes da região, transmitindo ideias e valores sobre como seriam (ou deveriam ser) os gaúchos. [...] A figura do gaúcho como representativa de uma identidade regional é elaborada a partir de uma busca pelo que seria denominador comum, procurando o que diferencia. (MACIEL, 2000, p.79).

No entanto, em uma acepção abrangente do termo – gaúcho – agora, no tempo presente, refere-se às pessoas nascidas no Estado do Rio Grande do Sul de modo geral. De acordo com Flores (1988, p. 30), “somente a partir do ano de 1800 que o termo gaúcho se generalizou, tornando-se gentílico do século XX, designando o natural do Rio Grande do Sul”. Desse modo, torna-se importante ressaltar que a representação do gaúcho rio-grandense emerge de uma identidade social que está entrelaçada ao seu meio – o pampa – onde incorpora características particulares que se reverberam seguido à uma imagem da masculinidade.

Dessa maneira, o fardo simbólico presente, imerso em condições históricas, instaura princípios e molda uma estrutura de relações de

dominação estabelecidas pelo conservadorismo, assim como a afirmação a um vínculo do homem gaúcho ao seu meio – o pampa, na qual ele, o gaúcho, possui uma adoração e expressa esse sentimento em cantos, prosa e versos.

Segundo Leal (2021, p. 93), “envolto na imensidão da paisagem, o homem volta-se a si mesmo, ou toma a si mesmo como ponto fixo e central de referência do universo que o envolve”. Dessa maneira, o gaúcho, já considerado um ser irredutível e indecoroso, forjado na fronteira entrelaçada pelo bioma pampa, tem suas características exaltadas nas manifestações culturais, seja nas músicas, nos *causos*, na história, nas vestimentas, no vocabulário, nas performances e em outras formas possíveis de expressões culturais. Para Oliven (2006), “a figura do homem livre dos pampas e domador de cavalos iniciou um processo de criação da identidade do Gaúcho”.

De acordo com Luvizotto (2010, p. 29), “pode-se dizer que a figura do gaúcho, como é conhecida hoje, sofreu um longo período de elaboração cultural”. Nesse sentido, essas construções culturais, cristalizadas a uma região, instauram princípios e moldam concepções reproduzidas em composição de uma ordem social com relação ao poder concedido ao homem. De tal modo, como se organiza uma sociedade androcêntrica, considerando a complexidade da formação do território e a emergência do gaúcho, onde o homem está como ponto de partida para uma identidade social e, em última análise, a mulher está imbricada à imagem do homem.

Mediante isso, a imagem do homem gaúcho está atrelada a um passado bélico, que é constantemente exaltado e comemorado – visto que no Rio Grande do Sul, no mês de setembro comemora-se o “mês do gaúcho” em que se privilegia uma semana para os festejos farroupilhas, na intenção de fortalecer o sentido de comunidade e identidade gaúcha. Desse modo, a identidade gaúcha consolida um universo masculino composto por um conjunto de hábitos e costumes que atenta, acima de tudo, como “ser homem de verdade”, assim como “ser um verdadeiro gaúcho”, expressando no seu modo, no seu vocabulário, nas suas vestimentas, nas atividades consideradas pertencentes ao domínio masculino e nas mais variadas manifestações culturais, buscando e preservando as referências do passado, nas quais passam a ser reproduzidos significados e através da identidade, implicada no repertório e nas possibilidades que a cultura gaúcha oferece. Nesse ponto, portanto, no entendimento desta pesquisa o gaúcho é definido, por intermédio do repertório cultural gaúcho, à imagem de um tipo ideal de ser homem.

A história do Rio Grande do Sul, é marcada por conflitos que serviram de palco para a emergência do gaúcho também, marcada por narrativas que projetam ao homem gaúcho uma imagem canônica de “ser homem” ao atribuir características, ainda presas, a um modelo de masculinidade, a “masculinidade ideal” na qual imputa ao homem elementos classificados como do universo masculino: força, poder e virilidade. Tais perspectivas associam tal entendimento à concentração da identidade cultural do gaúcho, sobre a qual os efeitos simbólicos dessa representação reverberam em distintas manifestações culturais. E, a sua imagem vinculada a uma região de fortes laços ao *ethos* pastoril, fomenta um modelo construído e idealizado do gaúcho.

Desta maneira, o fardo simbólico presente, imerso em condições históricas, instaura princípios e molda uma estrutura de relações de dominação estabelecidas pelo conservadorismo em que a construção de um tipo ideal – o que implica, honra, coragem, violência e ímpeto – é prometido ao homem (desde criança) de modo a sustentar um padrão. Não raro, na cultura gaúcha traços associados à masculinidade definem os estereótipos atribuídos ao homem gaúcho, construídos e permeado de símbolos e analogias entre o homem e um perfil animalesco, o qual é constantemente comparado a animais considerados símbolos da masculinidade e, que também apresentam em sua esfera, uma posição prestigiosa: galos, cavalos, touros, assim como a constante comparação a uma criatura mística – centauro. Para Leal (2021, p. 284), “o homem adquire posse sobre o que ele elege como natureza animal, basicamente força e poder, e torna esses elementos parte da natureza humana”.

Dessa forma, sendo o gaúcho considerado um elemento característico e singular do bioma pampa, uma vez que, carrega uma primeira imagem de um homem vago, errante e insolente acaba por envolver um imaginário coletivo que venera e idealiza um ícone guerreiro – “o mito do gaúcho” – e ainda, faz com que, em um contexto atual, seja ambicionada uma aproximação a esta semelhança, onde se vê e vive como tal, dando sentido a uma trama ampla de relações que acaba por amalgamar-se a uma identidade social inclinada a uma identidade de gênero masculina, uma vez que, as repercussões do homem gaúcho, são construídas socialmente e consolida o imaginário gaúcho, neutralizando a dominação masculina. Em relação ao “mito do gaúcho” Guedes (2009, p. 54), aborda que:

Este mito faz parte das manifestações do imaginário sul-riograndense, alimentado pelo culto exacerbado as tradições

heroicas de uma história que continuamente “canta seus heróis em prosa e verso”, como uma necessidade atávica de afirmação e inculcação de um passado de glórias, criando-se o “orgulho de ser gaúcho”, mantendo assim uma identidade regional, resultante de uma construção social apaziguadora das grandes diferenças sociais existentes nos campos e nas cidades. (GUEDES, 2009, p. 54).

Nesse sentido, essas construções culturais, cristalizadas a uma região, instaura princípios e molda concepções reproduzidas em composição de uma ordem social com relação ao poder concedido ao homem. Os feitos de um herói, másculo, assim como a semelhança de um sujeito com características ausentes de subserviência, apáticas e hostis, não raro, são postos em narrativas e cantorias, e ocorre com demonstrações em letras escritas por homens para homens, onde enfatiza uma imagem engrandecida de si e em si mesmo. No entanto, essas manifestações típicas dessa sociedade, constroem e organizam discursos de uma masculinidade e, conforme assevera Leal (2021, p. 120), “acaba por convencer-nos de que em alguns contextos nunca basta ser homem, mas é preciso ser homem entre os homens”.

Essa pujante representação varonil do homem gaúcho tende, de acordo com Luvizotto (2010, p. 30), “a ignorar a diversidade e representar seu habitante como um tipo único de ser gaúcho”. “É certo de que essa tipificação do gaúcho tradicional exclui um verdadeiro conjunto de pessoas que compõem o Rio Grande do Sul, mas esse acaba sendo um ícone que representa a identificação não somente de uma cultura, instituída e determinada em manuais e livros de história, mas de vários modos de sentir-se Gaúcho”. (LUVIZOTTO, 2010, p. 30).

Levando em consideração os elementos apresentados a respeito da imagem vinculada ao homem gaúcho, o qual é exposto, via repertório cultural, como possuidor de valores como: honra, virilidade, bravura e liberdade, Maffesoli (1995) contribui ao afirmar que a imagem deve “ser consumida, coletivamente, aqui e agora. Ela serve de fator de agregação, permite perceber o mundo, e o representar. E, mesmo que ela possa ser objeto de apropriação política, ela tem, sobretudo, uma função mitológica, pois favorece o mistério, isto é, une entre si os iniciados” (MAFFESOLI, 1995, p. 35).

No entanto, a hipérbole projetada a imagem desejada do “ser gaúcho” agencia, aciona e implica no imaginário social o começo de entendimento sobre a identidade gaúcha. Assim como, o entendimento de

uma identidade alicerçada a um universo pastoril, onde o gaúcho se encontra e se entende, de modo tácito, como agentes do modo ideal de ser homem e referencia-se como tal. Isso, tenciona estereótipos masculinos tradicionais, – o qual o repertório cultural gaúcho expressa com exagero – e organiza uma sociedade de forma binária, onde os processos identificatórios do masculino dentro da cultura gaúcha, o homem é um sujeito autorreflexivo.

3 O masculino é um ferrenho mito estruturado

Os estereótipos atribuídos ao homem gaúcho, os quais o atribui “códigos gauchescos” de ser homem: macheza, agressividade, falar alto com tom rude, ser ríspido, bruto e desprovido de qualquer vaidade, não é apenas uma característica da cultura gaúcha. Porém, são clássicas características dessa cultura que, nas palavras de Leal (2021, p. 83), “é fortemente autocentrada e autorreflexiva”, uma vez que, celebra-se, glorifica-se de forma exagerada um passado composto por episódios de extrema belicosidade, acompanhado de crenças dos traços descritivos da masculinidade. Para Grossi (2004), na cultura ocidental, uma das principais definições da masculinidade é que o masculino deve ser ativo e agressivo.

O modelo ideal do masculino se constrói e se estrutura numa hierarquização entre homens e mulheres. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” é a memorável frase da filósofa e ensaísta Simone de Beauvoir. Dessa forma, fazendo uma pequena adaptação na frase, cabe também pensar “ninguém nasce homem: torna-se homem”. Desse partido, entende-se a questão de gênero como uma construção social, que se dá a partir de discursos e práticas sociais. Mulher e homem, menina e menino, são resultado de práticas de gênero. É praticando os atributos relacionados à masculinidade que se converte homem e é praticando aquilo que chamam de feminilidade que se converte em mulher. Conforme Butler (2018), o gênero é tido como uma performance, ou seja, a partir da reprodução de comportamentos considerados característicos do feminino ou do masculino.

Assim, as qualidades impostas aos homens os limitam aos enquadramentos e os elementos da virilidade vão sendo ressaltados e efetivamente vinculados à violência. Desse modo, a violência acaba sendo um elemento localizador desse sujeito, ou seja, a brutalidade, a agressividade e a virilidade, acabam sendo construções dos elementos característicos do que é ser homem e, do que não ser associado ao feminino. Segundo Connell (1995, p. 190), “as masculinidades são construídas para além da esfera da

reprodução, elas também se configuram a partir da esfera da produção social”.

A noção de gênero afeta as mulheres de forma específica assim como também afeta o homem de forma específica, há assimetrias coercitivas que envolve o masculino e o feminino, na qual o peso que a sociedade e o Estado impõem, se debruça muito mais em relação à mulher do que em relação ao homem, isso é fato, mas, esses dois sujeitos – mulher e homem – estão numa relação social auto significativa em que se produzem as opressões a partir dos dois polos. É uma rede de significação, não há como pensar em um sem pensar no outro. A generalização faz parte da construção do fenômeno social, não é sobre indivíduos, a exceção não deixa de existir por conta da generalização, e sim quando há uma totalização.

Na sociedade gaúcha, a qual a sua conjuntura sociocultural se dá por estruturas sociais opressoras, a ideia do ser homem, aparenta uma dissociação, uma ruptura do mundo feminino. Existe uma fronteira construída culturalmente, mas é entendida como natural: homem – mulher. Para Pereira (2015, p. 149), “o homem vive as emoções de forma diferente da mulher, sublimando seus sentimentos, pois se em algum momento isto vier a ocorrer inversamente, ele estará fugindo do modelo de uma totalidade de masculinidade heterossexual que lhe foi concebida socialmente”.

O repertório cultural gauchesco oferece aos homens, instrumentos que estão impregnados a um tipo de masculinidade desejada, uma vez que, não são ferramentas de diálogos, de cooperação, e sim, são ferramentas de disputas, competições, agressividade, sempre em busca de ter a última palavra. E, quando não tem a última palavra sentem-se anulados. “O masculino é educado para a superioridade: competitivo, ativo, destemido, independente, racional e intelectual; enquanto as mulheres são educadas para serem emocionais e sentimentais, cabendo às próprias o papel de defensoras e reprodutoras desse modelo machista”. (PEREIRA, 2015, p. 150).

Traços concebidos ao homem gaúcho, pertencentes do universo masculino apresentam, de forma sutil, um embate sobre a masculinidade ao expressar, no homem gaúcho, a referência de ser “macho”. O processo identificatório do masculino é iluminado, corporificado, pelo homem forte e viril. Esses dois atributos: força e virilidade, é a representação clássica do homem gaúcho. A virilidade, portanto, é um privilégio, uma estratégia de resistência, que precisa ser afirmado o tempo inteiro. Os privilégios masculinos são derivados da dominação masculina como assevera Bourdieu (2014).

Dessa forma, os ímpetos de uma masculinidade “adequada” ajuizado ao homem gaúcho o verga sob o excessivo peso de sustentar um padrão ideal de ser homem, e isso acaba por ser uma “cilada”, porque coloca os homens em tensão e contensão permanente com dever de afirmar-se em toda e qualquer circunstância a sua virilidade. De acordo Leal (2021, p. 276), “na cultura gaúcha, a masculinidade tem que ser constantemente adquirida e provada entre o grupo masculino de iguais”. Aquele que se recusa a fazer parte do modelo de “masculinidade ideal” entra num padrão da imperfeição e, quando o homem rompe esse padrão de “perfeição masculina” ele se torna um sujeito “discordante”, um sujeito imperfeito deixando de ser (e ser considerado) um sujeito potencializador.

A masculinidade é construída com práticas masculinizantes, uma vez que, o homem, é o ator principal do papel fementido de interpretá-lo na sua face mais visível e aceitável, na construção do masculino. O homem gaúcho expressa uma visível preocupação em não se aproximar da fragilização e distanciar-se dos ideais viris, – entende-se que esta “preocupação” é um medo em um estado de proteção – e, com frequência, é reforçado nas músicas gauchescas. Mediante isso, compreende-se um “pacto narcísico⁷ da masculinidade”, que se dá a partir da imagem forjada do gaúcho, a qual descreve o compromisso da masculinidade e o compromisso em manter a injusta estrutura que o privilegia. Na sociedade gaúcha, observa-se que esse pacto com o ideal masculino, se estrutura de maneira muito forte, quase indestrutível, que acaba por eleger uma identidade seguida de um tipo único de representação.

Assim, considera-se que de forma inconsciente, os homens são representados, de forma assumida, por esse perfil gaúcho, de modo que a cultura representada por um viés regionalista, descreve, por intermédio das músicas, elementos romantizados da paisagem e do homem gaúcho, a fim de fomentar a formação da identidade, tais aspectos são possibilitados devido à ocorrência em músicas regionalistas.

4 Laços mediados pela música gaúcha

No processo de formação do Estado do Rio Grande do Sul, considera-se que sua constituição se dá através de um mosaico-cultural, e

⁷ A figura mítica de Narciso, o caçador apaixonado pela representação da própria imagem, o qual olha para si como o único objeto de amor. Diante de um espelho d'água, Narciso consegue olhar apenas para o seu reflexo e tudo diferente a ele, sequer é notado.

dentre os elementos culturais que se destacam no repertório cultural gauchesco, a música é um instrumento que se sobressai. Quando se fala em música regional gauchesca, desperta no imaginário social, um cenário do qual enseja estereótipos enraizados a imagem do gaúcho, o que leva a uma inclinação a um dado protecionismo regional, assim como um ambiente cultural masculino. A identidade da cultura gaúcha se mostra envolvida pela estética e pelo cotidiano do campo, considerado manifestações culturais “típicas do gaúcho”.

As manifestações culturais do Estado do Rio Grande do Sul são vastas e, ir de encontro com o impossível, é a tentativa de reparar todas as suas formas de se expressar culturalmente. Portanto, o meio oral, a música, é a forma expressiva que intermedeia e tece os laços desse homem gaúcho ancorado em um ideal masculino. Em relação às possibilidades de expressões culturais por intermédio da música gauchesca, Oliveira e Gamalho (2018), comentam que:

(...) é um instrumento capaz de massificar afirmações de um discurso que não está, necessariamente, atrelado à realidade histórica, mas é difusor de um efeito de verdade propositalmente ressaltada. No caso da música regionalista do Rio Grande do Sul, esse esforço tem como uma de suas abordagens principais a aproximação do gaúcho com o pampa, evidenciando aspectos da paisagem natural e atrelando-as a um passado de glória, um presente de superação e uma relação harmônica homem/natureza e homem/homem. (OLIVEIRA e GAMALHO, 2018, p. 19).

As questões simbólicas e culturais presentes na música gaúcha são suscetíveis a reflexões, pois envolvem fatores sociais, políticos e culturais que refletem na forma como o indivíduo decodifica a mensagem transferida nesse sistema. Por isso, evidencia-se que a mensagem não se constrói apenas por quem a faz (compositor), mas também, ela se constrói por quem a recebe (ouvinte) no momento de sua distribuição e consumo.

Diante disso, para Hall (2016, p. 24), “a música, por sua vez, é “como uma linguagem”, na medida em que emprega notas musicais para transmitir sensações e ideias mesmo que abstratas e sem referência direta na “realidade material””. Com base nisso, entende-se que as mensagens mediadas pela música, operam como um sistema representacional, que possibilita a construção de sentidos e entendimentos.

De acordo com Freire Filho (2005, p. 20), “é por intermédio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência, àquilo que somos e àquilo que podemos nos tornar”. Todavia, é nos discursos e nos sistemas de representação que, compreende-se ser possível, o posicionamento dos indivíduos sobre a compreensão de si e do mundo. Segundo Morigi e Bonotto (2004, p. 148), “a música regional é parte da memória coletiva de um grupo social, que opera como um espaço de legitimação de concepções já consagradas, ao mesmo tempo em que atualiza e reorganiza o imaginário coletivo”.

Na cultura gaúcha, muito se exprime um sentimento de pertencimento e uma postura de superioridade, resultado de uma ressignificação atribuída a esta tenacidade que soma a épicas histórias do estado do Rio Grande do Sul, que são pronunciadas em canto. Ao se referir ao repertório musical gauchesco, Golin (2004), comenta:

(...) reflete, com raríssimas exceções, em suas canções populares, uma rusticidade musical que transforma a maioria das composições em letras cantadas ou crônicas com alguma base sonora. (...) nas construções poéticas que compreendem as músicas gauchescas, pode-se, entre outras categorias, evidenciar a categoria “identidade” como resultante de uma personagem sempre expressa na primeira pessoa, revelando um modelo do homem sul-rio-grandense que se apresenta como modelo identitário. (GOLIN, 2004, p. 78).

A cultura musical gaúcha, apresenta uma postura tendenciosa ao ser composta, expondo a visão de mundo, o “cantar opinando”, onde o eu lírico masculino está sempre presente, apresentando as atividades, o modo de vida e de ser gaúcho, o qual dispensa qualquer sofisticação, assim como a presença de um perfil animalesco, machista e violento, e a mulher, a alteridade, posta à imagem do homem, o outro estereótipo. Em relação a música regional gaúcha, de acordo com Baptista (2017, p. 47), “ajuda a fortalecer o mito do “gaúcho herói” - descrito de forma gloriosa como o paladino que sobreviveu altivamente as guerras e à adversidade da vida nos campos – que caracteriza a identidade cultural do Rio Grande do Sul”.

“A música por meio dos movimentos de retomada da chamada “tradição gaúcha”, sobretudo Tradicionalismo e Nativismo, vem contribuindo para manter acesa a chama que alimenta a ideia do “gaúcho herói” (BAPTISTA, 2017, p. 16). O repertório de música gaúcha

proporciona nuances caracterizante, o que torna oportuno refletirmos como a sociedade se organiza e como que toda a construção simbólica a partir dos sons acontece, na medida em que fazemos o exercício de autoprovocarmos um “desconforto auditivo” ao dar ouvidos as letras e não somente a melodia, deixando fluir o que está por trás de cada música que ouvimos. De acordo com Dias (2009, p. 5), “ouvir música é um ato simbólico de identificação com as representações de estilos de vida, visões de mundo e valores sociais, dessa forma, a música é um produto extremamente significativo na formação do imaginário das pessoas”. Um simples ato de lazer, pode ser também um exercício para demarcar entendimentos e afirmar identidades.

Na perspectiva analítica de Hall, devemos questionar tudo aquilo que transmite alguma mensagem, para compreender o que de fato elas representam, quais os valores, quais são as identidades, que realidade é que está sendo representada. Com base nisso, esclarece Hall (2016), sobre a abordagem discursiva se concentrar mais nos efeitos e consequências da representação – isto é, “política”. “Examina não apenas como a linguagem e a representação produzem sentido, mas como o conhecimento elaborado por determinado discurso se relaciona com o poder, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados” (HALL, 2016, p. 27).

A música gaúcha é um dos bens culturais consideravelmente significativos na constituição de identidade no imaginário social. De acordo com Golin (2004, p. 65), “a maior expressão de massa do movimento cultural *gauchesco* é a música”. Alguns aspectos da música regionalista, descreve elementos romantizados do homem e da paisagem com o intuito de fomentar uma identidade cultural singular, calcada a uma representação unificadora da imagem austera do homem gaúcho.

Traços de uma natureza androcêntrica, também se mostram presentes na música gaúcha, diante disso, em sua pesquisa voltada aos efeitos do gênero musical forró, Trotta comenta uma realidade não muito distante do Rio Grande do Sul:

(...) a experiência musical é vivenciada em situações de conflito e negociação com os temas abordados, produzindo narrativas e sínteses reflexivas díspares e variadas. Se algumas letras do forró eletrônico elaboram uma hipérbole sobre um tipo de masculinidade rude, patriarcal e misógina – e isso é inegável – podemos entender também que essas letras processam novos

modelos de masculinidade que tensionam estereótipos patriarcais tradicionais através do exagero. Esse processo ilumina as disputas em torno dos embates de gênero, e é resultado de um discurso de anulação feminina que já não é tão eficaz quanto em outras épocas. (TROTTA, 2014, p. 82).

A produção cultural musical é parte constituinte da cultura gaúcha, e um dos seus bens culturais mais consumidos e simbólicos, de alcance não somente regional, nem mesmo se limita às fronteiras nacionais, pois, atravessa fronteiras internacionais, reforçando um “intercâmbio de sentidos”, guiando-se por um fio condutor de sentimento ao tradicionalismo. Em relação a um dos segmentos presentes nas vertentes de composições gauchescas, a música campeira de acordo com Ferreira (2014), “é a música que representa a “verdadeira” cultura gaúcha”.

Quanto a questão posta acima, segundo Santi (1999, p. 56),

O padrão de música regional em vigor era representado então, desde os anos 40, por artistas como Teixeira, Pedro Raimundo, Gildo de Freitas e José Mendes que, na esteira da popularização do rádio, fizeram grande sucesso no meio rural, especialmente nas classes populares padecendo, entretanto, do estigma de “grossura”, que causava rejeição entre as classes médias e altas urbanas.

De acordo com Ronsini (2004, p. 79), “a mídia possui um papel importante na disseminação de uma cultura que serve de referência para a construção de identidades”. A música gaúcha é um veículo que carrega sentido, permeia os mais diversos estratos sociais, etnias, faixa etária e gênero, composta por um repertório alimentado por “códigos gauchescos”, os quais descrevem traços masculinos demasiado, aceitos e glorificados. A ênfase exagerada nesses traços pode culminar em desequilíbrios prejudiciais a indivíduos que tentam corresponder a essas expectativas.

Mediante o exposto, isso se afirma nas reflexões de Oliven (1992) referente a construção da identidade do gaúcho, disserta:

Trata-se de uma construção de identidade que exclui mais do que inclui, deixando de fora a metade do território sul-riograndense e grande parte de seus grupos sociais. Apesar do

enfraquecimento da região sul do estado, da notável projeção econômica e política dos descendentes dos colonos de origem alemã e italiana que desenvolveram a região norte, da urbanização e da industrialização, o tipo representativo do Rio Grande do Sul continua a ser a figura do gaúcho da campanha como teria existido no passado. (OLIVEN, 1992, p. 4).

Na cultura gaúcha, muito se exprime um sentimento de pertencimento e uma postura de superioridade, resultado de uma ressignificação atribuída a esta tenacidade que soma a épicas histórias do estado do Rio Grande do Sul. Há uma constante preocupação em preservar esta identidade regional e em afirmar sua superioridade. No entanto, manifesta-se uma barreira emocional erguida pelo sentimento de “virtude superior”, o que é, com frequência, exaltado nas músicas regionais, a qual coopera, na depreciação ou até mesmo estigmatiza as outras masculinidades possíveis, assim, como as culturas presentes em outras regiões do país, despertando um sentimento de obter qualidades de uma cultura local, proeminente, assim, como um sentimento do gaúcho regional arquétipo de homem viril.

Mediante isso, Oliven aborda:

O que ocorre no Rio Grande do Sul parece estar indicando que, atualmente, para os gaúchos, só se chega ao nacional através do regional, ou seja, para eles só é possível ser brasileiro sendo gaúcho antes. A identidade gaúcha é atualmente reposta, não mais nos termos da tradição farroupilha, mas enquanto expressão de uma distinção cultural em um país onde os meios de comunicação de massa tendem a homogeneizar a sociedade culturalmente a partir de padrões muitas vezes oriundos da zona sul do Rio de Janeiro. (OLIVEN, 1992 p. 128).

Assim, de maneira diletante o repertório cultural musical, enfatiza a pujante referência ao passado e do homem gaúcho pastoril e isso auxilia no processo de produção de significados, o qual consola um perfil esperado, naturalizado e educado na qual projeta ao homem gaúcho uma imagem canônica de “ser homem” ao atribuir características, ainda presas, a um modelo de masculinidade que o atribui elementos classificados como do universo masculino. E isso, produz hierarquização entre os tipos de masculinidades. A identidade gaúcha ultrapassa fronteiras, seja por limites

geográficos ou até mesmo fronteiras simbólicas de identificação e sentimento. De tal modo, há disputas sobre a imagem, admitindo, dessa maneira, embates hegemônicos sobre a masculinidade.

5 Considerações finais

À guisa das considerações finais desse trabalho, aponta-nos a um caminho fértil e pertinente. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa maior, que tem por objetivo provocar reflexões acerca da representação feita do homem gaúcho por intermédio das músicas gauchescas. Na conjuntura sociocultural do Rio Grande do Sul, essas representações acabam sendo naturalizadas pela tradição, na qual auxiliam na manutenção de assimetrias de poder em que estamos imersos. Assim, na intenção de identificar as representações sociais, através de um esforço em reverter a percepção social e os discursos, de modo a provocar inquietações que visem dar visibilidade a novos modos de significar o que molda a identidade do gaúcho.

Vale dizer que o discurso entendido aqui vai além do simples pronunciamento, mas sim, de ações, falas e existências. Compreende-se também que as composições das músicas acionam tensionamentos aos estereótipos vinculados ao homem gaúcho, uma vez que, são expressos de modo demasiado. Isso se dá através do efeito do ato de incutir no imaginário social, por meio do repertório cultural, atrelações a respeito do homem gaúcho junto a uma propensa manutenção da dominação masculina. Dessa forma, o que consolida o universo masculino construído no repertório cultural gaúcho, é a noção de ser homem de verdade, e isso é uma produção gigantesca e extraordinária de um imaginário enganador. Espera-se, desse modo, contribuir para problematizar essa perspectiva cultural e social.

6 Referências

BAPTISTA, Í. C. Q. **Um lugar chamado gaúcho: invenções da identidade sul-rio-grandense por meio da música.** 2017. 102 f. Tese (Doutorado)-Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Palhoça, 2017.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 2 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.
- CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, n. 2, v. 20, p. 185–206, 1995.
- DIAS, V. N. C. **O consumo de música regional como mediador da identidade**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, comunicação, Santa Maria, 2009.
- FERREIRA, C. F. **Campeirismo musical e os festivais de música nativista do sul do Brasil: a (pós) modernidade (re)construindo o “gaúcho de verdade”**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, música, Porto Alegre, 2014.
- FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.
- FREIRE FILHO, J. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista FAMECOS**, n. 28, v.12, p. 18-29, 2005.
- GOLIN, T. **Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo**. Passo Fundo: Clio Méritos, 2004.
- GROSSI, M. P. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, v. 75, p. 4-37, 2004.
- GUEDES, B. L. O Mito do Gaúcho e suas repercussões na História da Educação do Rio Grande do Sul. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, 2009.
- HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2016.
- LEAL, O. F. **Os gaúchos: cultura e identidade masculinas no pampa**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2021.
- LUVIZOTTO, C. K. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- . **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, p. 93, 2009.
- MACIEL, M. E. Apontamentos sobre a figura do gaúcho brasileiro. In: **Olhares cruzados**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- MAESTRI, M. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Porto Alegre: FCM Editora, 2021.

MAFFESOLI, M. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MORIGI, V.J.; BONOTTO, M.E. A narrativa musical, memória e fonte de informação afetiva. **Em Questão**, v. 10, n. 1, p. 143-161, 2004.

OLIVEIRA, da S. V.; GAMALHO, P.N. Pampa e ideário gaúcho: leitura a partir do conceito paisagem. In: **Identidade, cultura política e políticas públicas: saberes e práticas interdisciplinares**. Jaguarão: CLAEC, 2018.

OLIVEN, R. G. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

———. A polêmica identidade gaúcha. *Cadernos de Antropologia. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS*. n.4, p. 31-45, 1992.

PEREIRA, E G B; PONTES, V S; RIBEIRO, C H de V; SAMPAIO, T M V. Os estudos de gênero e masculinidade e seus reflexos para a Educação Física. **Revista brasileira Ciência e Movimento**, p. 147- 156, 2015.

RONSINI, V. **Entre a capela e a caixa de abelhas: identidade cultural de gringos e gaúchos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SANTI, Á. **Canto Livre? O nativismo gaúcho e os poemas da Califórnia da canção nativa do Rio Grande do Sul**. 1999. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Literatura brasileira, Porto Alegre, 1999.

TROTTA, F. **No Ceará não tem disso não: nordestinidade e macheza no forró contemporâneo**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2014.

Quando tamanho é documento: um estudo sobre o pênis no aplicativo *Grindr* na fronteira

Thiago Benitez de Melo¹

Resumo: Performatizar comportamentos efeminados, para um homem, é a negação do direito que ele adquiriu, historicamente, de ser superior à mulher, o que resulta, socialmente, em uma abjeção àquele que possui atitudes não masculinizadas. Dessa forma, o corpo dito “sarado”, representado na figura da barriga tanquinho e dos músculos avantajados, é uma das marcas da virilidade, sendo associado a elementos relacionados à força física e, também, à potência sexual. Mas nada disso se equipara ao membro corporal mais valorizado nas sociedades contemporâneas ocidentais, sobretudo por meio das mídias digitais, o órgão que foi culturalmente tomado como um verdadeiro troféu: o pênis. Dito isto, o objetivo deste trabalho é examinar as performances de gênero e sexualidade construídas pelos discursos nos quais o pênis adquire significado de representação identitária das masculinidades dentro do aplicativo de relacionamentos *Grindr*, com sua localização ativa em contexto de fronteira, através dos perfis dos usuários desta plataforma e entrevista *online*. Especificamente, busca-se compreender os processos de subjetivação na construção da heteronormatividade masculina por meio dos papéis de gênero socioculturalmente regulamentados e simbolicamente convencionados.

Palavras-chave: Pênis; Falocentrismo; *Grindr*; Papéis de Gênero.

When the size is a document: a study on the penis and phalocentrism in the *Grindr* app on the frontier

¹ Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras e mestre em Linguagem e Sociedade (UNIOESTE), pós-graduado em Cultura e Literatura e Métodos de Ensino (UTFPR), licenciado em Letras Português/Espanhol (UNIOESTE). E-mail: Thiago_benitez@hotmail.com

Abstract: Performing effeminate behaviors, for a man, is the denial of the right that he has historically acquired to be superior to women, which results, socially, in an abjection to those who have non-masculinized attitudes. Thus, the so-called “healed” body, represented in the figure of the six-pack belly and the large muscles, is one of the hallmarks of virility, being associated with elements related to physical strength and also to sexual potency. But none of this is on par with the body member most valued in contemporary Western societies, especially through digital media, the organ that was culturally taken as a true trophy: the penis. That said, the objective of this work is to examine the performances of gender and sexuality constructed by the discourses in which the penis acquires meaning of identity representation of masculinities within the Grindr relationship application, through the profiles of users of this platform and online interviews. Specifically, it seeks to understand the processes of subjectivation in the construction of male heteronormativity through socioculturally regulated and symbolically agreed gender roles.

Keywords: Penis; Phallocentrism; Grindr; Gender Roles.

Introdução

O pênis, no ocidente, é tomado como o principal membro corporal masculino para obter prazer sexual, independentemente de seu tamanho. Por mais que se entenda, atualmente, que os prazeres são oriundos de inúmeras relações voluptuárias e incontáveis construções eróticas – já que os desejos não estão ligados apenas a questões físico-corporais, senão que também às subjetividades de cada sujeito –, o pênis ainda é tomado como a principal zona erógena masculina. Para Bourdieu (2016), existe culturalmente uma lógica *falocêntrica* na formação das relações entre indivíduos cuja masculinidade vincula-se a atributos fálcos e, simbolicamente, ao próprio pênis, o qual é representado como parte do “corpo socializado” que estabelece vínculos de dominação regidas pela lógica *machocêntrica*: “a diferença anatômica entre os órgãos sexuais pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros”. (BOURDIEU, 2016, p. 24).

Por esses motivos, o órgão genital (e não o rosto) passa a ser o referencial imagético do indivíduo. Dessa forma, quando alguns usuários do aplicativo se autodenominam “machão”, esta representação do “homem-avantajado-ativo” é idealizada baseada em informações que envolvem a

figura do pênis: tamanho, espessura, cor, grossura, comparações com objetos etc. As conversas eróticas e sexuais, então, passam a ser construídas e desenvolvidas a partir de um regime fálico, isto é, os discursos que envolvem o prazer sexual e o desejo masculino estão sempre ligados à figura do pênis, como se dele dependesse todo libido e excitação do homem.

O pênis, assim, não se tornou apenas o *status quo* do homem e sua garantia de superioridade a qualquer outra espécie do planeta, mas passou ao estado de *maximum symbol* de toda criação que a linguagem foi capaz de nomear. Mais que isso, ele passou do público – como na Grécia Antiga quando foi ligado ao prazer – ao privado – como na Idade Média quando foi ligado ao pecado – e, logo depois, com as atuais tecnologias e os prazeres virtuais, ao público outra vez (PRECIADO, 2014). Quer dizer, as redes virtuais permitiram que cada usuário da *web* se tornasse um potencial produtor mercadológico, além de possibilitarem a ampliação das dimensões temporais e espaciais de criação de conteúdo, fazendo com que as práticas midiáticas ficassem totalmente imbricadas às práticas cotidianas (MEDEIROS, 2021). A internet, dessa forma, passou a integrar uma sociedade em rede (CASTELLS, 2011), cujas relações, majoritariamente, passaram a ser vivenciadas através de tecnologias virtuais e cada vez menos fisicamente.

Em meio a tantas transformações trazidas pela tecnologia e a internet, uma das mudanças mais radicais ocorrida foi o desmoronamento das fronteiras, isso porque hoje, com a globalização, as fronteiras espaciais físicas estão se dissolvendo por conta das redes (CASTELLS, 2011), as quais se interpenetram nos territórios em escalas locais, nacionais e internacionais, ofuscando os limites territoriais simbólicos antes vistos como intransponíveis (aduanas, rios, muros, cercas etc.).

Dessa forma, o presente trabalho, recorte de pesquisa de doutorado em andamento, busca examinar as performances de gênero e sexualidade construídas pelos discursos nos quais o pênis adquire significado de representação identitária das masculinidades dentro do aplicativo de relacionamentos *Grindr* em região de fronteira, especificamente na Tríplice Fronteira do Iguazu (a qual engloba as cidades de Foz do Iguazu no Brasil, Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazú na Argentina). Especificamente, busca-se compreender os processos de subjetivação na construção da heteronormatividade masculina por meio dos papéis de gênero socioculturalmente regulamentados e simbolicamente convencionados.

Pelo fato de a pesquisa estar em processo, foram analisados, ainda, aproximadamente 200 perfis do aplicativo *Grindr* no cenário transfronteiriço

em questão, além da manutenção de diálogos *online* com cerca de 100 usuários deste “app-pegção” (como muitas vezes esses tipos de aplicativos de busca por relacionamentos são chamados). Destes perfis, foram selecionados apenas quatro para o presente artigo, e uma entrevista *online* com um dos sujeitos entrevistados autodeclarado garoto de programa, o qual vive no Brasil e atravessa a Ponte da Amizade (ponte que divide o Brasil do Paraguai por meio das cidades de Foz de Iguaçu e Ciudad del Este) em busca de clientes do outro lado da fronteira. Os perfis observados oscilavam entre 500 metros e 5 quilômetros de distância da localidade do pesquisador. Todas as conversas e perfis tiveram a autorização dos usuários para serem divulgados; aqueles que não quiseram ter suas imagens e informações expostas, sejam por motivos familiares ou profissionais, não foram aqui apresentados.

1. As construções da masculinidade: a berinjela no *Grindr*

Abdomes sarados, peitorais musculosos, academias de musculação, sorrisos brancos e simétricos, barbas grandes e grossas, cabelos aparados e alinhados, um verdadeiro “culto ao corpo”, um endeusamento dos músculos, resultado de mecanismos midiáticos que pregam a supervalorização do corpo e sua fortificação (LE BRETON, 2006). A descrição acima pode até parecer uma tela de cinema com um filme hollywoodiano ou uma televisão passando a novela das 21h, mas não, refere-se à tela inicial de um dos aplicativos de relacionamentos mais usados na atualidade: o *Grindr*.

O *Grindr*, aplicativo de relacionamentos amorosos e sexuais, foi criado em 2009, nos Estados Unidos, restrito a aparelhos móveis e compatível apenas com tecnologias *iOS* e *Android*. Seu direcionamento majoritário é para homens que se relacionam sexoafetivamente com outros homens. São mais de 5 milhões de usuários ativos, os quais permanecem, em média, 54 minutos diários conectados. O sucesso do aplicativo deu-se, principalmente, pela facilidade em que homens que se relacionam com homens, sobretudo homossexuais e bissexuais, encontraram para conhecerem outras pessoas, para diferentes propósitos, seja para amizade, namoro, encontros casuais, “pegção” ou apenas “relação sexual sem compromisso”.

O aplicativo em questão permite aos seus membros escolher imagens de perfil, codinomes (falsos ou verdadeiros), colocar o peso, altura, porte físico, *hobbies*, preferências sexuais entre outros. No momento em que o

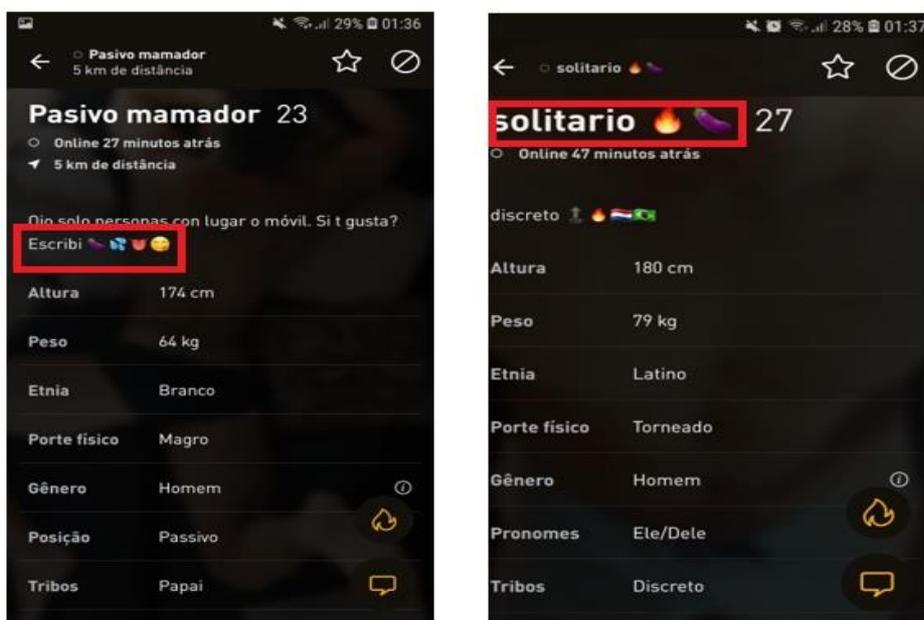
perfil é criado, torna-se possível visualizar 99 membros que também estão ativos para os mais diversos fins. Todos ficam ordenados de acordo com a localização do dono do perfil que está *online* no momento de entrada no aplicativo, já que tal mecanismo funciona por meio da geolocalização. Um usuário pode saber se o dono do perfil ativo com o qual ele conversa está a poucos passos ou a quilometro de distância.

A maioria das descrições dos perfis analisados do aplicativo estavam escritas língua portuguesa, o que não quer dizer que os usuários em questão, necessariamente, fossem brasileiros ou estivessem no Brasil. Vale ressaltar isso porque existem muitos brasileiros vivendo em Ciudad del Este, no Paraguai, majoritariamente estudantes de medicina (WEBBER, 2018); bem como há muitos argentinos e paraguaios que utilizam o português para criar seus perfis. Por isso, nas entrevistas realizadas, sempre se perguntava ao usuário se ele preferiria manter um diálogo em português ou espanhol.

Ao observarmos os perfis desse aplicativo, uma comunidade virtual de relacionamentos, percebemos a digitalização dos corpos e dos desejos reconfigurados no meio virtual para a busca de relações sexoafetivas. Dentre as inúmeras possibilidades que tais meios virtuais oferecem, um dos principais recursos utilizados pelos usuários é o sigilo, isto é, muitos deles elaboram técnicas e estratégias para não mostrar suas “verdadeiras identidades”, sobretudo o rosto e o nome. Contudo, performatizar comportamentos efeminados, no aplicativo, é uma sentença de morte, pois é o corpo dito “sarado” e todas as performances masculinizadas (BUTLER, 2010), como pelos, músculos, voz grossa etc., que imprimem a marca da virilidade, sendo ela associada a elementos relacionados à força física e, também, à potência sexual. Mas nada disso se equipara ao membro corporal mais valorizado nas sociedades contemporâneas heteronormativas, o órgão que foi socioculturalmente tomado como a medalha masculina: o pênis.

Apesar de ser autorizado mostrar o rosto no aplicativo, mas o pênis não, são poucos os usuários que optam por colocar a foto da face, possivelmente para manter o anonimato (mascarar-se), já que “a face é a visualidade que apresenta os traços pessoais, por meio da qual é possível identificar uma pessoa. A questão é que ainda poucos usuários desejam ser reconhecidos como homens que têm práticas homossexuais” (MEDEIROS, 2021, p. 57). Popularizou-se, por isso, no aplicativo, um símbolo gráfico específico para designar a figura do pênis grande-avantajado no aplicativo: o *emoji* de berinjela.

Figura 1: Interface do *Grindr* (Perfil *Grindr* Beringela)



Fonte: *Print screen* do aplicativo no sistema operacional Android.

A figura da berinjela associa-se a uma masculinidade possuidora de uma identidade viril, a qual possui correspondência na imagem construída em torno de seu pênis. A berinjela, ainda que fortemente relacionada à enunciação de um órgão sexual avantajado, também funciona como marcador de uma masculinidade normativa, já que o falo serve como elemento central na formação de uma masculinidade cisheteronormativa, mantendo o binarismo estrutural e essencializado entre o “ativo penetrador másculo” e “passivo penetrado afeminado”. Sendo assim, os perfis acima apresentam uma relação estereotipada entre masculinidade e tamanho do órgão genital, relacionando o corpo masculino aos conceitos de virilidade e masculinidade.

De acordo com Zago (2013), a exposição do pênis nas relações entre homens que se relacionam com homens é imprescindível antes do ato sexual, isso porque as partes íntimas de macho são pré-condição para a existência e reconhecimento do “sujeito-homem”. Assim, ao requisitar que os usuários com os quais o sujeito conversa seja “macho” e tenha pênis grande (por isso a referência da berinjela: grossa, lisa e cumprida), essa representação simbólica do “macho-ativo” reitera a hegemonia cisheteronormativa das masculinidades. O pênis grande, representado pelo *emoji* de berinjela, é

associado a uma masculinidade detentora de uma virilidade específica, a qual possui correspondência na imagem construída em torno do pênis avantajado.

Percebemos, também, no perfil de “Solitário 27” as imagens das bandeiras do Paraguai e, ao lado, a do Brasil, o que significa, no aplicativo, que o usuário busca sexo – sinalização esta afirmada por meio do *emoji* de chama de fogo – com pessoas de ambos os países. Atravessar a fronteira para manter relações sexuais torna-se, neste sentido, um mero detalhe. Isso se dá ao fato de as travessias sexoafetivas, sobretudo homossexoafetivas, presentes em contextos de fluxos migratórios, se tornarem ainda mais intensas na atual era de sociedades em rede (CASTELLS, 2011), formadas por multiterritorialidades e superdiversidade (MATTELART, 2005), (CANCLINI, 2011).

Para Bauman (2001), estamos presenciando o fim do nomadismo, as fronteiras físicas e simbólicas, já tomadas um dia como estáticas e delimitadas, passaram a ser relativas, fluidas, movediças e deslocadas, com o constante e intenso processo globalizatório. Em uma sociedade onde as redes e tecnologias digitais, além de permitirem a quase dissolução dessas fronteiras também forçam a reformulação dos conceitos de espaço e território, notamos novas práticas de sociabilidade, as quais estimulam o surgimento de plataformas virtuais que estão modificando nossos modos de se relacionar, tanto social quanto sexualmente.

2. Falocentrismo e o sagrado masculino

Uma das definições basilares da masculinidade na cultura ocidental para a construção gênero é que o masculino é sempre e totalmente ativo, o introdutor, o dominador (PRECIADO, 2014). O homem másculo precisa ser, por isso, agressivo, bruto, viril, de acordo com o modelo de masculinidade hegemônica em nossa cultura, na qual o ser masculino é representado pelo ser agressivo. Daí, por exemplo, o surgimento da frase “homens não choram”. As emoções, os sentimentos de ternura, compaixão, sensibilidade e amor deveriam ficar restritos ao gênero feminino; enquanto aos homens caberia o desejo da força, da bravura, da luta e do poder (BUTLER, 2010). Não é à toa que, em muitas sociedades, o conceito de masculinidade sempre teve associado às conquistas de territórios por meio de lutas e guerras.

Para Bourdieu (2016), existe uma espécie de dominação masculina, a qual ultrapassa uma mera diferença de posição entre homens e mulheres.

Não é somente um lugar de prestígio ou de poder que favorece homens e subjuga mulheres; mais do que isso, é uma forma simbólica de dominação, a qual está inscrita no corpo e no imaginário social, como se fosse parte da ordem natural e universal das coisas. Homens e mulheres são socializados de acordo com esse princípio estrutural e, à medida que atuam conforme as expectativas de seus receptivos papéis sociais de gênero e sexualidade, acabam cristalizando essa diferença. Isso significa dizer que os homens também estão subjugados a uma porção de expectativas de gênero, como o uso da força viril, o papel de provedor do lar, a imposição de atividade e disposição sexual incessantes, a recriminação de qualquer demonstração de afeto, entre outras (BOURDIEU, 2016).

Tornam-se visíveis, nos perfis do *Grindr*, representações que associam o “homem com H maiúsculo” ao sujeito bruto, viril, voz grossa, corajoso, um típico *comboy* estadunidense (ZAGO, 2013), homem rude, astuto, musculoso, forte e solitário (uma tentativa de representá-lo como independente o suficiente para não precisar estar com uma mulher ao seu lado). Mas tudo isso não faria sentido se este sujeito não tivesse, além de todos esses atributos, o pênis grande. Por isso a calça apertada, volumosa entre as pernas, mancando e insinuando a presença de um membro avantajado.

Figura 2: Interface do *Grindr* (Perfil GP Dot 21cm e Thiago 23cm)



Fonte: *Print screen* do aplicativo no sistema operacional Android.

Analisando-se os perfis acima, percebe-se que tanto “Thiago23cm36” quanto “GP Dot 21cm” optam por enfatizar em seus perfis as medidas exatas de seus membros sexuais. GP Dot 21cm não faz nenhuma questão de escancarar seu peitoral sarado e sua barriga tanquinho para, muito provavelmente, atingir seu objetivo: conseguir clientes para fazer programa. Normalmente, na comunidade gay masculina, a sigla GP é usada no aplicativo como abreviação de “garoto de programa”, profissional do sexo. Já “Dot” é abreviação de “dotado”, um adjetivo que caracteriza na totalidade desses perfis uma pessoa com pênis grande, usualmente em comprimento e perímetro. Em ambos os perfis, os usuários querem chamar a atenção para o fato de possuírem membro peniano avantajado, o que significa que as corporeidades, suas medidas, normas e estéticas sociais instauradas, são fatores tomados como positivos nesses perfis (MEDEIROS, 2021).

Como não é autorizada pelos aplicativos de relacionamentos a exibição de fotos do pênis, é a metragem que cumpre a função de chamar a atenção dos usuários que buscam prazer sexual, ou seja, o tamanho avantajado do pênis aparece nos perfis dos apps como garantia de realização sexual. A masculinidade, assim, é construída ao redor do falo (BUTLER, 2010). Palavras como “dotado”, “grande”, “grosso”, “pauzão”, “cavalo”, “cacetudo”, “cacetão”, “pirocudo”, “pirocão”, “picão”, “varão”, “avantajado”, “caralhão”, “rolona”, “rolão”, “roludo”, entre outras, representam discursivamente o que o Bourdieu (2016) definiu como estratégias linguísticas (e por isso simbólicas) da dominação masculina, as quais legitimam a figura do homem-masculino-heterossexual-penetrador, detentor do falo e poder viril, um falo simbólico. Essa centralidade falocêntrica, em associação ao predomínio dos corpos hipervirís, é o que permite, entre os usuários, o compartilhamento de fotos íntimas proibidas em seus perfis abertos (o que popularmente é chamado de *nudes* no aplicativo). Por isso, os regimes de controle da sexualidade tendem a exaltar as masculinidades hegemônicas cisheteronormativas por meio de construções identitárias e representações sociais que estigmatizam e invisibilizam o feminino (FOUCAULT, 2002).

Para Bourdieu (2016), não é o falo (ou a falta dele) que é o fundamento da visão de mundo androcêntrica, isto é, tendência de colocar o masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva, estando ele acima de todos os outros; mas é a visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gêneros excludentes, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído simbolicamente no pilar da virilidade, ponto de honra caracteristicamente masculino, instituindo “a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no

sentido de gênero, construídos como duas essências sociais hierarquizadas” (BOURDIEU, 2016, p. 43).

Derrida (2006), também discorrendo sobre a criação cultural da hierarquia dos gêneros, superando a conceituação de “falo” desenvolvida teoricamente por Lacan, como significante primordial na organização do complexo de Édipo freudiano, propõe que a noção de falo é própria da ordem masculina, uma manifestação da razão do patriarcado. Por isso, o autor cunha o termo “falocentrismo”, unindo a noção de logocentrismo (a lógica de uma única verdade universal na tradição ocidental, especificamente o “logos paterno”) com a ideia de falo como objeto privilegiado no corpo, no caso o corpo masculino. Resulta-se, assim, para Derrida (2006), que os discursos ocidentais são entendidos como uma fonte fidedigna de construção do sentido, fazendo com que nada exista fora da linguagem. Portanto, não há nada fora do texto, não há nada nem ninguém que possa fixar o sentido de um texto para além do próprio texto.

Os discursos construídos por Thiago23cm36 e GP Dot 21cm buscam transformá-los em portadores de masculinidades estritamente ligadas à virilidade e à varonilidade, pois partem de uma cadeia de adjetivos que tentam posicioná-los em identidades masculinizadas. Para Green (1999,), na separação bipolarizada dos papéis sexuais (ativo e passivo), a passividade sempre esteve ligada à efeminação:

Enquanto o homem “passivo”, sexualmente penetrado, é estigmatizado, aquele que assume o papel público (e supostamente privado) do homem, que penetra, não o é. Desde que ele mantenha o papel sexual atribuído ao homem “verdadeiro”, ele pode ter relações sexuais com outros homens sem perder seu status social de homem (GREEN, 1999, p. 28).

A preocupação em autoafirmar-se e autor representar-se, por meio da linguagem, como portador de masculinidades, é uma questão estritamente ligada à virilidade e à heteronormatividade, formando uma rejeição por identidades homossexuais que se aproximem à efeminação, o que Cuche (2002) classificaria como identidades negativas. De acordo com o autor, as identidades negativas são formadas por meio de representações estigmatizadoras e discriminatórias que os sujeitos constroem no discurso. O sujeito que decide aceitar tal identidade, assumindo-a (isso quando o indivíduo tem a possibilidade de escolha dessa identidade), é tido como diferente das referências dominantes e passa a se reconhecer (ou passam a

reconhecê-lo) como inferior, infame, ao passo que interioriza a identidade que lhe é imposta pelos outros, passando a ter vergonha e rejeição por ela.

3. Afinal, tamanho sempre foi documento?

Após análise dos perfis do aplicativo na fronteira, parto agora para as discussões relacionadas às entrevistas com um dos usuários do *Grindr*, o qual aceitou conversar comigo por algumas horas. Ao observar os perfis que inseriam o tamanho do órgão sexual na descrição, selecionei aqueles que utilizava, logo na tela inicial, esse tamanho em destaque (caixa alta, negrito, itálico, com imagens etc.). Decidi, então, abrir uma conversa com o usuário intitulado GP Dot 21cm, o qual em sua descrição dizia ser garoto de programa (GP), e fazer uma entrevista *online* com ele. O usuário se autodeclarou profissional do sexo e afirmou viver no Brasil e atravessar a Ponte da Amizade pelo menos quatro vezes na semana em busca de clientes do outro lado da fronteira. Perguntei a ele sobre a importância de se colocar no perfil do aplicativo o tamanho do pênis para conseguir clientes:

Thiago: Já te contrataram para sexo do outro lado da fronteira?

GP Dot 21cm: Às vezes eu vou pra lá, pro Paraguai, mas é bem mais comum eles me procurarem e virem pra cá [Brasil]. Às vezes eu chego lá e pode ser *fake*, muito gasto pra mim ir até lá. Só pra ir pra lá de mototáxi eu gasto uns quarenta reais.

Thiago: E por que você acha que os paraguaios te procuram?

GP Dot 21cm: Pode falar tudo? [risos]

Thiago: Sim

GP Dot 21cm: Paraguaio tem pinto pequeno. Brasileiro tem mais pegada. Todo mundo fala que paraguaio não sabe transar. Na real, eles gostam de pauzão, por isso eles me procuram e pagam o que for. Sem falar que muitos caras são casados com mulheres, né? Então imagina. Eles têm que se reservar e não dá muita pinta pelo Paraguai.

Como dito anteriormente, o tamanho do pênis se torna um elemento importante na maioria das buscas afetivo-sexuais de homens que se relacionam com outros homens. Isso é enfatizado por ele ao afirmar que os paraguaios atravessam a fronteira para procurá-lo para sexo, sob a alegação de que eles “têm pinto pequeno” e que “não sabem transar”. Ou seja, criou-se a ideia de que um pênis grande sempre resultará em mais prazer para os

parceiros sexuais, colocando a ênfase do desejo na penetração, ignorando outras formas de dar e sentir prazer. Homens com pênis pequeno, portanto, são vistos como “menos homens”, “menos viris” e “menos capazes” de dar prazer, o que, muitas vezes, resulta em problemas de autoestima, depressão e ódio ao corpo (PARANHOS, 2019).

Segundo Paranhos (2019),

O “pinto pequeno” figura-se em um exemplo da depreciação masculina, trazendo todo o estigma relacionado ao homem tido como “inferior”, de masculinidade/virilidade questionável, já que o pênis grande se consagrou como a expressão máxima da masculinidade/virilidade ocidental. [...]. Na nossa cultura, o pênis está diretamente associado à inscrição de um corpo generificado como masculino, em um domínio totalmente sexuado. O erotismo masculino é centralizado, definitivamente, no pênis, enquanto um instrumento de status, vitória e prestígio. Simbolicamente, o pênis é apresentado nos aplicativos de relacionamento como um objeto de consumo, que necessita ser “penetrante”, “potente”, “forte” e, muitas vezes, em imagens que o apresente enquanto “ereto”, “longo”, “comprido”, “grosso”, “dotado”, enquanto credenciais necessárias para a correspondência com a masculinidade hegemônica. O pênis, quando ereto, se torna o símbolo central, no qual os atributos da masculinidade convergem, enquanto uma representação simbólica e física da virilidade, do “ser homem”. (PARANHOS, 2019, p. 188).

O tamanho do pênis, assim, acaba por reforçar o estereótipo de que “tamanho é documento” e, conseqüentemente, quanto maior seu volume, maior o símbolo de poder. Este órgão instaura-se, então, como elemento de corporeidade relevante nas performances de si, seu comprimento e circunferência servem como base para o status de maior ou menos penetrador. São as medidas penianas que constroem o imaginário popular de força e virilidade masculina e, por isso, é quase unânime, nos perfis dos aplicativos de relacionamentos, a requisição e a exposição de medidas penianas superiores a 18 centímetros. Como não são permitidas fotos que mostrem partes íntimas, a metragem de tal membro serve como parâmetro de hierarquia da masculinidade. Para Master e Johnson (1984), cristalizou-se a ideia de que quanto maior é o pênis mais eficiente é o homem em uma conexão coital.

Entretanto, devemos lembrar que nem sempre o tamanho avantajado do pênis foi sinônimo de masculinidade, virilidade e força. Basta analisamos as esculturas greco-romanas para percebermos que, por mais que os gregos antigos fetichizassem o corpo masculino em esculturas que representam homens cheios de músculos (por isso, quase sempre a representação do corpo nu), o pênis, quando não coberto por panos, era sempre esculpido de forma pequena em comparação à média da humanidade, dando a impressão de que seu tamanho não correspondia simetricamente com os corpos maciços de personalidades míticas fortes (heróis, deuses e semideuses) que eles representam.

Figura 3: Esculturas masculinas



Fonte: Google Imagens. (Hércules Farnésio, IV a. C. – autor desconhecido; Laocoonte, 68 a. C. – Agesandro, Atenodoro e Polidoro; Davi, 1504 – Michelangelo Buonarroti).

De acordo com Chrystal (2016), na arte clássica da Antiga Grécia, retomada depois pelos renascentistas europeus do século XVI, as características corporais de um grande homem eram representadas como amplas, firmes e musculares, porém os pênis dos ilustres homens eram representados como minúsculos, isso porque a beleza estética do órgão masculino estava ligada à inteligência, ou seja, os gregos viam os pênis pequenos como um sinal de sabedoria, modéstia, racionalidade e autocontrole. Os pênis grandes, pelo contrário, simbolizavam homens tolos, frequentemente associados a características animais, seres bárbaros, brutos, irracionais e grotescos. Homens com pênis avantajado, então, eram associados a animais que prezavam pela libertinagem e a obscenidade ao invés da inteligência, por isso, nas comédias teatrais, os homens idiotas

tinham sempre membros gigantes, pois isso era um “sinal da estupidez, mais uma besta do que um homem” (CHRYSTAL, 2016, p. 147).

Portanto, “os grandes pênis eram vulgares e fora da norma cultural, algo exibido pelos bárbaros do mundo” (CHRYSTAL, 2016, p. 147). Os gregos denominados luxuriosos e depravados eram descritos com órgãos genitais grandes e eretos (isto é, já em posição para o ato sexual, o que os desassociavam do ato de pensar), às vezes quase tão grandes quanto seus torsos; tanto que, na mitologia clássica, esses “homens com grande pênis” eram associados a criaturas bárbaras, parte homem, parte-animal, e isso era uma característica menosprezada, digna de ofensa, pela alta sociedade da Grécia Antiga.

Algumas considerações

A facilidade e a normalização da ação de atravessar as fronteiras geográficas/físicas em busca de relacionamentos afetivos ou apenas sexo casual intensificou-se com o processo de globalização do final do século XX, fazendo com que limites antes vistos como intransponíveis passassem e ser repensados, possivelmente porque as fronteiras rígidas, estabelecidas pelos Estados modernos, se tornaram porosas, fluídas (BAUMAN, 2001). Poucas fronteiras, na contemporaneidade, podem ser descritas como unidades estáveis, com demarcação e limites precisos baseados na ocupação de um território delimitado (CANCLINI, 2011). É fato que “em todas as fronteiras há arames rígidos e arames caídos. As ações exemplares, os subterfúgios culturais, os ritos são maneiras de transpor os limites por onde é possível” (CANCLINI, 2011, p. 349). As redes sociais, potencializadas pela internet, aceleraram essa evaporação relativa das fronteiras físicas, sobretudo porque as atuais sociedades em rede tendem a transformar o tempo-espço em condições indissociáveis, transformando até mesmo o mais banal dos prazeres em mercadoria, ou seja, “tempo (e lugar) é dinheiro”. E dentre os prazeres mais desejados, vendidos, cobiçados, apreciados, exaltados e comercializados está o falo, não apenas o pênis como membro sexual, mas o signo/objeto como representação de poder e símbolo de prazer.

O tamanho do órgão sexual masculino, tanto no estado flácido quanto no ereto, tem sido considerado como capaz de refletir a bravura sexual do indivíduo masculino” (MASTER e JOHNSON, 1984, p. 158). Isto é, há uma forte associação entre o falo e a representação identitária da masculinidade. Esta, por sua vez, não existe sem contrastar com

“feminilidade”, já que a primeira é carregada de clichês de virilidade e sempre tida como oposta ao feminino, ou seja, tudo que não é masculino é “coisa de mulherzinha” e tudo que é feminino “não é coisa de macho” (CONNELL, 1995).

Esse modelo hegemônico de masculinidade falocêntrica é tão dominante que se acredita que essas características e condutas sejam “naturais”, biológicas do ser humano. Contudo, não há como imaginarmos uma única masculinidade, essencializada e coesa, pois elas são múltiplas, as diversas masculinidades existentes são configurações de “prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero, existindo mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade” (CONNELL, 1995, p. 68).

Assim, as representações construídas em cima do *emoji* de berinjela, as imagens de um corpo escultural, forte e musculoso, a descrição do tamanho do pênis, entre outras performances identitárias das masculinidades, são reproduções de uma dominação simbólica, perpetuando os sentidos da virilidade e da heteronormatividade hegemônica por meio da exaltação fálica. Tais características e representações são cada vez mais visíveis nas mídias digitais, capas de revista (principalmente aquelas com assuntos sobre saúde, alimentação e exercícios físicos), *outdoor* de roupas masculinas (sobretudo íntimas) e, também, em aplicativos de pegação. Por mais que esses enunciativos masculinistas pareçam se ligar apenas à heteronormatividade, vemos em muitas comunidades gays, ou de homens que se relacionam sexualmente com outros homens, a reiteração e cristalização de discursos de hegemonia masculina, sejam por palavras verbais ou não-verbais, assim como nos perfis do *Grindr*.

Além das imagens e dos discursos aqui analisados, muitos outros perfis do *Grindr* nos trazem as seguintes descrições: “macho”, “malhado”. “dotado”, “pirocudo”, “pauzão”, “pintão” etc. Observamos, nesses discursos auto representativos, a busca pela exaltação do pênis e a glorificação da sua sobrepujança por meio da (re)afirmação da masculinidade hegemônica, sobretudo da heteronormatividade. O tamanho do órgão sexual masculino, então, torna-se uma espécie de passaporte dos usuários dos aplicativos de relacionamentos, como o *Grindr*, onde aqueles homens que não têm o pênis avantajado – leia-se acima de 18 centímetros – não são autorizados a entrar na Casa da Sagrada Masculinidade.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Ed. 4, Best Bolso. 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- CHRYSTAL, Paul. **In Bed with the Ancient Greeks**. England: Amberley Publishing, 2016.
- CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- DERRIDA, Jacques. **L'animal que donc je suis**. Paris: Galilée, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- GREEN, James. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: EdUNESP, 1999.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MASTER, William; JOHNSON, Virginia. **A Resposta Sexual Humana**. São Paulo: Roca, 1984.
- MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e Mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.
- MEDEIROS, Ettore Stefani de. **Textos verbo-visuais de homens que se relacionam afetivosexualmente com homens: Te(n)sões entre Masculinidades no Aplicativo Grindr**. 156 páginas. Ano: 2021. Dissertação de Mestrado – Belo Horizonte/UFMG.

PARANHOS, Marco Antonio Vieira. **De olho no boy:** identidades, consumo e afetividade em aplicativos de relacionamento. 243 páginas. Ano: 2019. Tese de Doutorado – Cachoeira/UFRB.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual.** São Paulo: N-1 edições, 2014.

WEBBER, Maria Aparecida. **Estudantes brasileiros de medicina em Presidente Franco (PY):** motivações e tensões de um fluxo universitário transfronteiriço. 164 páginas. Ano: 2018. Dissertação de Mestrado – Curitiba/UFPR.

ZAGO, Luiz Felipe. **Os meninos:** corpo, gênero e sexualidade em e através de um site de relacionamentos. 320 páginas. Ano: 2013. Tese de Doutorado – Porto Alegre/UFRGS.

Estratégias públicas de enfrentamento das drogas em Foz do Iguaçu-PR

Sergio Paulo de Oliveira¹
Mauro José Ferreira Cury²

Resumo: O presente artigo analisa duas estratégias adotadas no município de Foz do Iguaçu-PR com vistas ao enfrentamento das drogas. A localização geográfica do município na região da Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina faz com que haja maior vulnerabilidade às consequências da produção, circulação e comercialização de entorpecentes. Por conseguinte, os gestores públicos têm o dever de implementar políticas públicas, cabendo à sociedade civil organizada somar esforços nesta “guerra às drogas” em âmbito local. Com o objetivo de contribuir nesse processo, a Secretaria Municipal Antidrogas e o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas são o objeto do nosso estudo.

Palavras-chave: Políticas públicas; Enfrentamento das drogas; Tríplice Fronteira; Vulnerabilidade.

Public drug control strategies in Foz do Iguaçu-PR

Abstract: This article analyzes two strategies adopted in the city of Foz do Iguaçu-PR with a view to dealing with drugs. The geographic location of the municipality in the region of the Triple Border Brazil – Paraguay – Argentina makes it more vulnerable to the consequences of the production, circulation and commercialization of narcotics. Therefore, public managers have a duty to implement public policies, and it is up to organized civil society to add efforts in this “war on drugs” at local level. In order to contribute to this

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - UNIOESTE. Email: prof.sergio2021@hotmail.com

² Doutor em Geografia - UFPR. Docente dos Programas de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras - UNIOESTE. E-mail: maurojfc@gmail.com

process, the Municipal Anti-Drug Department and the Municipal Drug Policy Council are the object of our study.

Keywords: Public policies; Coping with drugs; Triple Border; Vulnerability.

Introdução

O enfrentamento do problema das drogas tem se constituído um desafio global. Governos de grande número de países vêm envidando esforços há várias décadas através da implementação de ações e políticas públicas em diversas áreas na tentativa de diminuir a produção, o tráfico e o consumo de substâncias psicoativas.

Na América Latina, o crime organizado tem sua principal manifestação no tráfico de drogas, haja vista que, segundo Troncoso Zúñiga, (2017, p. 106): “en esta región se produce el 100% de la cocaína que se consume a nivel mundial.”

Em Foz do Iguaçu, município localizado na Tríplice Fronteira Brasil–Paraguai–Argentina, os reflexos dessa dinâmica perversa se manifestam principalmente na acentuada violência urbana. Desse modo, roubos, assaltos, homicídios e prisões decorrentes da drogadição compõem o cotidiano da comunidade local. Em sua tese, Cury (2010) nos adverte acerca dessa questão ao apontar que, na região, além de outras questões, o tráfico de drogas é um problema a ser resolvido.

Dentre os principais efeitos nocivos da maior facilidade de acesso às drogas na fronteira, verifica-se, nas últimas décadas, o aumento do consumo e a diminuição da faixa etária para a iniciação ao uso (OLIVEIRA, 1999). Em consequência, a dependência de drogas apresenta interfaces negativas nas relações familiares, no estudo, na saúde, na segurança pública, no trânsito, no trabalho, entre outras dimensões da vida em sociedade.

Em face das causas, proporções e reflexos dessa situação, o município de Foz do Iguaçu tem buscado estratégias que visam ao seu enfrentamento. Assim sendo, entre 2005 e 2012 esteve em funcionamento uma Secretaria Municipal específica sobre drogas e, desde 1999, existe um Conselho Municipal acerca do tema.

Registramos que, objetivando analisar essas iniciativas, esse artigo foi redigido a partir de dois capítulos da dissertação de mestrado do primeiro

autor intitulada *Políticas Públicas sobre Drogas em Foz do Iguaçu-PR* (OLIVEIRA, 2019) apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

Ressaltamos que os métodos utilizados foram o levantamento das informações e dos resultados das ações da Secretaria e do Conselho. Destacamos que esse trabalho foi efetivado através de uma extensa pesquisa de campo na qual foram realizadas 26 (vinte e seis) entrevistas semiestruturadas aplicadas, gravadas e transcritas pelo primeiro autor. Sendo assim, na sequência, examinaremos ambas as iniciativas com ênfase na análise do discurso.

1 Secretaria Municipal Antidrogas

1.1 Breve histórico e base normativa

A Secretaria Municipal Antidrogas foi criada em 18 de janeiro de 2005 através da Lei 3025 com diversas atribuições relacionadas ao trabalho, ao esporte, à cultura e à ciência. Entretanto, especificamente no que se refere à questão do enfrentamento às drogas, destacam-se as seguintes funções:

Viabilizar o desenvolvimento da política municipal de prevenção, repressão e fiscalização de entorpecentes e outras drogas, em articulação com instituições públicas e privadas existentes no Município; coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação do tráfico e do uso indevido de drogas. (FOZ DO IGUAÇU, 2005, np).

Além disso, à Secretaria competia ainda, entre outras atribuições, estimular e contribuir com a realização de estudos e pesquisas sobre o uso e abuso de drogas e estabelecer parcerias com entidades, instituições com atuação na área da dependência química no Município.

Em 14 de agosto de 2008, a denominação da Secretaria Municipal Antidrogas foi alterada para Secretaria Municipal da Juventude, Cidadania e Antidrogas através da Lei 3477. Assinale-se que tal modificação se deu dentro da mesma gestão.

No 2º mandado do mesmo prefeito (2009/2012), a Secretaria Municipal da Juventude, Cidadania e Antidrogas foi transformada em Secretaria Municipal da Juventude, Trabalho e Antidrogas, através da Lei 3655/2009. Verificou-se ainda, dentro dessa gestão, outra modificação de nomenclatura através da Lei 3879 de 09 de setembro de 2011 que transformou a Secretaria Municipal da Juventude, Trabalho e Antidrogas em Secretaria Municipal da Juventude e Antidrogas.

Finalmente, em 2013, quando outro agrupamento político assumiu o Poder Executivo, foram implementadas, através da Lei 4069, profundas alterações na estrutura organizacional do município e foi extinta de forma definitiva qualquer Secretaria que tivesse o termo “antidrogas” na sua denominação.

1. 2 A Secretaria sob a perspectiva dos gestores públicos

Registre-se que, para a construção desse “olhar” acerca da Secretaria, foram entrevistados 8 (oito) Gestores Públicos Municipais (atual e ex-prefeitos, atuais e ex-secretários, doravante denominados GPM (de 1 a 8).

Inicialmente, percebe-se nas entrevistas a preocupação dos gestores com o agravamento da situação das drogas em Foz do Iguaçu: “nós criamos a Secretaria especial para combater as drogas que era um problema que vinha se alastrando cada vez mais em nossa cidade” (GPM-1).

Outro aspecto estava o relacionado ao caráter articulatório e transversal da Secretaria. (GPM-2) salienta que “quando o prefeito resolveu criar a Secretaria, [...] ela teria uma atuação transversal; ela atuaria dentro de todas as secretarias”. Logo, as entrevistas demonstraram que a Secretaria Antidrogas foi instituída com um papel de articulação, ou seja, a busca da transversalização das políticas públicas através de diversas outras secretarias, fundações ou autarquias municipais.

Todavia, constata-se que essa nova Secretaria não encontrou espaço para a intersectorialização das políticas públicas sobre drogas. “Era difícil você trabalhar dentro da perspectiva de ter uma atuação intersectorial, com ações transversais sendo que os outros secretários, a maioria, não queriam”, expõe (GPM-2). E ainda conclui: “Nós não conseguimos atuar perante as outras secretarias até como estava previsto [...] por que os outros secretários não permitiam [...] os secretários da época não permitiam isso, por que na verdade, eu senti assim: cada secretário tinha a sua secretaria como um

aparelho: ‘o aparelho aqui é meu e aqui ninguém entra’.”

No que tange ao orçamento e à equipe da Secretaria, percebe-se que ambos foram alvos de críticas por parte de parte dos entrevistados que os consideravam insuficientes. Por conseguinte, em decorrência dessa restrição orçamentária e de quadro de pessoal, alguns secretários adotaram a estratégia de parcerias com o Governo Federal e Estadual para a realização de ações e implementação de programas, tais como: o Programa Atitude e o Pró-Jovem Urbano. “O orçamento do município era muito pequeno [...] diante desse impasse, nós procuramos então as parcerias com o Governo Federal e com o Governo do Estado para trazer recursos para a gente atuar nas áreas de drogadição, geração de emprego e renda, enfim, cursos para os jovens” (GPM-3).

Conforme citado anteriormente, no início de 2013, foi extinta a última Secretaria que tinha a atribuição específica de coordenar as políticas públicas sobre drogas em Foz do Iguaçu. Esse breve período de oito anos de existência da Secretaria Antidrogas é descrito com frustração por (GPM-2) “Foz do Iguaçu deu um exemplo para o Brasil; criou uma Secretaria e o que acontece? De repente, tudo isso reflui. Então, o grande problema é que [...] não se dá andamento na política”.

Após analisar os discursos, nota-se que, no entendimento da maioria dos gestores, a extinção da Secretaria foi um retrocesso. “Eu lamento que no nosso município hoje nós não tenhamos mais essa Secretaria, por que ela é uma grande oportunidade para a nossa juventude”, realça (GPM-5). “Eu lamento que ela hoje tenha se extinguido”, reverbera (GPM-2). Por fim, trazemos a sugestão apresentada por (GPM-4) “Eu acho que os gestores deveriam pensar em restituir a Secretaria que é de extrema importância para Foz do Iguaçu”.

2 Conselhos municipais sobre drogas: COMEN - COMAD - COMUD

2.1 Breve histórico e base normativa

O Conselho Municipal de Entorpecentes (COMEN) foi instituído em 1999. Tratou-se do primeiro conselho municipal criado em Foz do Iguaçu para deliberar acerca das questões relativas às drogas. A Lei 2273, que

instituiu o COMEN, preconizava no Artigo 1º que a sua principal atribuição era a formulação da “política municipal de educação preventiva, tratamento, assistência e recuperação da dependência de substâncias psicoativas”. Somado a isso, em seu Artigo 2º, estabelecia diversas outras funções do COMEN, dentre as quais destacamos:

I – Formular a política local de entorpecentes, em obediência às diretrizes dos Conselhos Federal e Estadual de Entorpecentes, compatibilizando-a com os órgãos do Governo do Estado para a sua execução [...] IV – promover e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas nas áreas de educação, prevenção, tratamento e recuperação da dependência de substâncias psicoativas (FOZ DO IGUACU, 1999, n.p).

Na sequência, através da Lei 2567, em 29 de abril de 2002, foi instituído o Conselho Municipal Antidrogas (COMAD) e, conseqüentemente, extinto o COMEN.

Finalmente, em 20 de novembro de 2017, o COMAD foi extinto ao ser sancionada a Lei 4556³ que instituiu o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMUD). Ressalve-se que o COMUD continua em atividade e tanto suas atribuições quanto a sua composição não passaram por mudanças substanciais.

2.2 Os Conselhos sob o prisma dos membros

Destacamos que, durante o trabalho de realização da pesquisa de campo, foram entrevistados 18 (dezoito) conselheiros, a partir de agora denominados Membros de Conselhos Municipais (MCM de 1 a 18) distribuídos por um período de 20 anos de participação no COMEN, no COMAD ou ainda no COMUD. Pontue-se que, dentre os conselheiros, se encontram médicos, psicólogos, assistentes sociais, advogados, professores, enfermeiros, policiais, religiosos, psiquiatras, empresários, entre outras profissões e ocupações, oriundos das esferas pública e privada.

Quanto à importância da existência de conselho sobre drogas,

³ Toda a legislação municipal de Foz do Iguaçu citada nas páginas anteriores deste estudo encontra-se disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/fozdoiguacu>.

(MCM-6) analisa o papel dos membros do conselho: “se nós não conversamos sobre isso e não procurarmos soluções [...] é como se nós estivéssemos fechando os olhos. Nós estamos com o problema no dia-a-dia [...] vendo a situação acontecer”. Nesse viés, (MCM-15) cita: “são várias cabeças pensando [...] e daí a gente consiga chegar num denominador comum que consiga [...] apontar caminhos para a solução de um problema tão gritante na nossa comunidade”. (MCM-8) registra: “o conselho foi muito importante, ele reuniu a sociedade civil, o governo para discutir as políticas públicas. Até por que conselhos têm essa função; a função de fiscalizar, de propor políticas públicas, de discutir as ações que o poder público pode fazer”. (MCM-17) destaca que o conselho “tem um papel fundamental nas políticas sobre drogas porque ele é Normativo, Deliberativo e Consultivo”.

Acerca da participação da sociedade civil e da paridade na composição do conselho, infere-se que há posições controversas. Todavia, em linhas gerais, (MCM-2) sintetiza o pensamento de grande parcela dos entrevistados ao afirmar que uma das dificuldades enfrentadas para que o conselho conseguisse cumprir suas atribuições residia no fato de “não se conseguir essa participação comunitária”.

Por seu turno, (MCM-5) expõe que a participação popular em conselhos e na construção de políticas públicas se trata de uma questão cultural que ainda precisa ser mais trabalhada no Brasil por ser algo relativamente novo “essa questão das políticas públicas e a participação popular na construção dessas políticas públicas, participação social, principalmente depois da Constituição de 1988”.

Com relação à paridade, (MCM-13) enfatiza: “eu sinto muito a presença do poder público dentro, não só do COMUD, mas de todos os conselhos. Então eu vejo que realmente falta muito a representatividade da sociedade civil e da população”. Entretanto, por sua vez, (MCM-12) relata que a participação tem sido deficitária tanto de membros da esfera privada quanto da pública.

O controle social, enquanto instrumento democrático, também foi abordado pelos entrevistados, sendo que há um consenso de que as políticas públicas sobre drogas necessitam de acompanhamento em todas as suas etapas. Assim, (MCM-12) frisa que o conselho tem a atribuição de “fiscalizar a execução das políticas de prevenção, políticas públicas sobre drogas que são executadas no município”.

Outro aspecto é falta de apoio do Executivo à atuação dos conselhos que, muitas vezes, são criados apenas em função de disposição legal, porém, não recebem condições de cumprir com suas atribuições. Quanto à maior

dificuldade enfrentada pelo conselho, (MCM-1) se manifesta em caráter de denúncia: “Era a falta de apoio do gestor. Sempre o que acontecia era que se cria o colegiado, mas o gestor não dá apoio, não respeita as decisões [...]. Mas era uma coisa assim: **cria por que tem que criar, mas depois não dá suporte**”. (Grifo nosso).

A falta de estrutura para o funcionamento do conselho também foi denunciada. Segundo (MCM-6) “teve época em que a gente não tinha nem espaço para fazer reunião”. Esse descaso é ainda abordado por (MCM-18) “outra dificuldade que a gente percebe é no aspecto de estrutura de apoio; veículo não tem e os conselheiros têm que fazer uso dos seus veículos quando é feita fiscalização”. Além da questão estrutural, a estratégia do esvaziamento é utilizada pelos gestores públicos para enfraquecer os conselhos. Nesse aspecto, (MCM-12) salienta: “então, pontuando bem incisivamente uma grande dificuldade hoje é a participação dos gestores dentro do conselho”.

A ausência de apoio, quer seja no âmbito estrutural ou através da estratégia do esvaziamento, frequentemente, conduz os conselhos menos consolidados, a interrupções temporais das atividades, a períodos de inatividade, à desarticulação ou, até mesmo e mais grave, à dissolução (OLIVEIRA, 2019, p. 80).

Desse modo, percebe-se que, no período compreendido por este estudo (1999/2019), ocorreram interrupções nas atividades do conselho. Assim, aponta (MCM-10) “depois, o conselho ficou inativo [...] por muitos anos, deixou de atuar por muito tempo”. (MCM-5) também afirma: “Nós tivemos uma interrupção em 2012”.

Tendo em vista que conselheiros, na sua maioria, são cidadãos com as mais diversas formações e originários de setores dos mais variados e antagônicos da sociedade que buscam colaborar na construção de políticas públicas de forma voluntária e, geralmente, sem preparação prévia, depreende-se que eles necessitam de capacitação para o desempenho das suas atribuições. “A gente percebe que os próprios conselheiros, às vezes, não têm um conhecimento. Então vem aí a necessidade de se ter uma capacitação”, analisa (MCM-5). “Dentro do próprio conselho, havia um desconhecimento de todo o trâmite, de toda a política antidrogas”, aponta (MCM-10).

Considerações finais

No que diz respeito à Secretaria Municipal Antidrogas, conclui-se que a sua extinção se constituiu um retrocesso nas políticas públicas do setor, considerando-se a gravidade da situação na Tríplice Fronteira. À vista disso, argumentam Hortelan *et al.* (2019, p. 235) que “ser gestor em região de fronteira se torna uma tarefa complexa”. Por conseguinte, em face de todos os dados e depoimentos levantados, concluímos que o Executivo Municipal deve recriar a Secretaria, competindo ao Poder Público proporcionar orçamento adequado e equipe de trabalho suficiente para manutenção plena das atividades, além do que atuar na coordenação política com vistas a eliminar os obstáculos à transversalidade e à intersetorialidade.

Com relação ao Conselho Municipal, verifica-se que, não obstante todos os obstáculos colocados à sua atuação e sobrevivência, essa ferramenta cidadã de controle social continua em atividade. No entanto, faz-se necessário o apoio efetivo dos gestores públicos no que se refere à capacitação e às reciclagens dos conselheiros, à disponibilização de estrutura material para o desempenho das atribuições, à participação efetiva de representantes da administração pública e ao reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido pelos conselheiros.

Enfim, Foz do Iguaçu tem o dever e a necessidade de que tanto a Secretaria quanto o Conselho existam e sejam atuantes, haja vista que são as mais legítimas instituições para lutar contra as drogas: a maior ameaça à qualidade de vida e à segurança dos adolescentes, jovens, famílias, ou seja, a sociedade em geral.

Referências

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI):** interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24222> Acesso em: 22 out. 2022.

FOZ DO IGUACU, **Lei nº 2273, de 13 de dezembro de 1999.** Institui o Conselho Municipal de Entorpecentes - COMEN. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3269/leis-de-Foz-do-Igua%C3%A7u/?q=2273> Acesso em: 01 dez. 2022.

_____. **Lei nº 2567 de 29 de abril de 2002.** Institui o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD, no Município de Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3269/leis-de-Foz-do-Igua%C3%A7u/?q=2567> Acesso em: 01 dez. 2022.

_____. **Lei nº 3025, de 18 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional da prefeitura do município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3269/leis-de-Foz-do-Igua%C3%A7u/?q=3025> Acesso em: 01 dez. 2022.

_____. **Lei nº 3477, de 14 de agosto de 2008.** Altera e acresce dispositivos da Lei nº 3.025, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei nº 3.264, de 19 de setembro de 2006, que "dispõe sobre a reestruturação organizacional da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências." Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3269/leis-de-foz-do-iguacu?q=3477> Acesso em: 01 dez. 2022.

_____. **Lei nº 3655, de 21 de dezembro de 2009.** Altera a Lei nº 3.025, de 18 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências, alterada pelas Leis nºs 3.264, de 19 de setembro de 2006 e 3.477, de 14 de agosto de 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3269/leis-de-Foz-do-Igua%C3%A7u/?q=3655%2F2009> Acesso em: 01 dez. 2022.

_____. **Lei nº 3879, de 9 de setembro de 2011.** Altera a Lei nº 3.025, de 18 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências, alterada pelas Leis nºs 3.264, de 19 de setembro de 2006, 3.477, de 14 de agosto de 2008, 3.655, de 21 de dezembro de 2009, 3.697, de 17 de maio de 2010 e 3.768, de 16 de novembro de 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3269/leis-de-Foz-do-Igua%C3%A7u/?q=3879> Acesso em: 01 dez. 2022.

_____. **Lei nº 4069, de 14 de fevereiro de 2013.** Define a estrutura administrativa do Município de Foz do Iguaçu e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3269/leis-de-Foz-do-Igua%C3%A7u/?q=4069> Acesso em: 01 dez. 2022.

_____. **Lei nº 4556, de 20 de novembro de 2017.** Institui o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMUD, no Município de Foz do Iguaçu e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3269/leis-de-Foz-do-Igua%C3%A7u/?q=4556> Acesso em: 01 dez. 2022.

HORTELAN, Michele dos Santos; ALMEIDA, Maria de Lourdes de; FUMINCELLI, Laís; ZILLY, Adriana; NIHEI, Oscar Kenji; PERES, Aida Maris; ANTÔNIO SOBRINHO, Reinaldo; PEREIRA, Pedro Eduardo. Papel do gestor de saúde pública em região de fronteira: scoping review. **Acta Paulista de Enfermagem.** Jun. 2019, V. 32, Nº 2, pp. 229-236. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/tt3Y6pqFfw5b8KrymRVmBYb/?lang=pt> Acesso em: 22 out. 2022.

OLIVEIRA, Sergio Paulo de. **Inimigo Público nº 1** (A realidade das drogas em Foz do Iguaçu). Edição Independente. Foz do Iguaçu, 1999.

_____. **Políticas Públicas sobre Drogas em Foz do Iguaçu-PR.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5080> Acesso em: 22 out. 2022.

TRONCOSO ZÚÑIGA, Valeska. Narcotráfico y el desafío a la seguridad en la triple frontera andina. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad,** Bogotá, nº1 Vol.12, Jan./June, 2017, pp. 103-130. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/ries/v12n1/v12n1a05.pdf> Acesso em: 22 out. 2022.

O contrabando de pesticidas na visão dos técnicos da ADAPAR

Gustavo Biasoli Alves¹
Laura Pinheiro Huppel²
Tiago Severo Peixe³

Resumo: O trabalho aborda o contrabando de pesticidas na visão dos técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná (ADAPAR). A temática da pesquisa insere-se nas discussões do grupo Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT), tomando um foco na faixa de fronteira do estado do Paraná. O contrabando de pesticidas, visto como problema comum nessa região, se relaciona diretamente às questões ambientais e seus desdobramentos que foram trabalhados neste artigo. A forma com que as organizações abordam a ilegalidade dessas práticas levou ao questionamento perante a posição dos técnicos do Estado sobre a concepção de risco de pesticidas contrabandeados, que a partir das respostas, pode ser afirmado como o principal problema na área analisada, por ser causador dos danos ao meio ambiente, a saúde e à própria qualidade da colheita, por se tratar de produto com origem desconhecida. Também foram abordados aspectos problemáticos e de interesse para pesquisas, relacionados ao uso de produtos permitidos pela legislação, como o uso excessivo, falsificação e má aplicação do produto.

Palavras-chave: Pesticidas; Contrabando; Fronteira; Técnicos.

¹Dr. em Ciência Política. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e membro do Grupo de Pesquisa Fronteiras, Estado e Relações Sociais- LAFRONT e da Rede Internacional de Pesquisa em Desenvolvimento Resiliente ao Clima- RIPERC. Email: gustavo.alves@unioeste.br

²Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e membro do Grupo de Pesquisa Fronteiras, Estado e Relações Sociais - LAFRONT e da Rede Internacional de Pesquisa em Desenvolvimento Resiliente ao Clima - RIPERC. Email: laura.huppel@unioeste.br

³ Dr. em Toxicologia. Professor da Universidade Estadual de Londrina. Chefe do Setor de Toxicologia do Hospital Universitário da UEL. Email: tiago@uel.br

Pesticide smuggling in the view of ADAPAR technicians

Abstract: The work addresses the smuggling of pesticides in the view of technicians from the Agricultural Defense Agency of the State of Paraná (ADAPAR). The theme of the research is part of the discussions of the Laboratory for Research in Borders, State and Social Relations (LAFRONT), taking a focus on the border strip of the state of Paraná. The smuggling of pesticides, seen as a common problem in this region, is directly related to the environmental issue and its ramifications that were addressed in this article. The way in which organizations approach the illegality of these practices led to questioning the position of State technicians on the issue of smuggled pesticides, which from the answers, can be stated as the main problem in the analyzed area, as it causes the damages to the environment, health and the quality of the harvest itself, as it is a product of unknown origin. Problematic aspects of interest for research were also raised, related to the use of products allowed by legislation, such as excessive use, counterfeit product and misapplication of the product.

Keywords: Pesticides; Contrabando; Border; Technicians.

Introdução

As questões ambientais são frequentemente debatidas hoje, aparecendo tanto nas discussões mais cotidianas, quanto na imprensa e em trabalhos acadêmicos. A Organização das Nações Unidas as trata de maneira abrangente desde 1972 e atualmente as inclui nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, há uma pressão constante sobre terras agricultáveis, já que a população humana está crescendo vertiginosamente, está se urbanizando e necessitando de mais alimentos.

As consequências dessa produção desenfreada são alarmantes e não se tratam de casos isolados, os quais necessitam ser analisados como um problema social, tomando como exemplo o episódio ocorrido no município de Rio Verde (GO), abordado no Documentário: Pontal do Buriti – Brincando na Chuva de Veneno (2013), na qual foi realizada a pulverização de um agrotóxico em cima de uma escola, durante o horário do recreio, em

que doses de veneno foram derramadas sobre cerca de 100 pessoas, intoxicando crianças e adultas, as quais tiveram complicações médicas de curto e longo prazo.

No estado de Goiás, localidade em que esse fato ocorreu, a intensa produção agrícola atribui a condição de grande produtor e consumidor de agrotóxicos, semelhante ao que ocorre na região Sul. Vários fatores apontam para a existência de recorrentes índices de subnotificação relacionados ao uso, aplicação e atendimentos médicos nos casos de intoxicação ou na utilização de determinadas terminologias que sugerem um efeito mais brando, e até mesmo positivo, quando chamados de defensivos agrícolas. Assim como, e engessamento de leis muito pertinentes para a regulamentação da questão dos pesticidas na atualidade.

A lei 7802 que regula a produção e a venda de pesticidas no Brasil é de 1989, mas continua em vigor, sendo que a Lei 6299 de 2002 a tenta atualizar e está em tramitação no Legislativo Brasileiro há exatos vinte anos, chamada de “Pacote do Veneno” esta lei atualiza a normas para a produção e venda de pesticidas estabelecendo que além da análise da toxicidade (perigo) prevista na lei anterior, as análises devem prever também a avaliação de risco⁴.

Ademais, aponta a obrigatoriedade da adequação das regras nacionais aos acordos internacionais e barra ou atenua a existência de regulamentação infra legal, tais como portarias, informatiza o processo e regulamenta a atuação de todos os órgãos envolvidos na certificação, consumo e uso de pesticidas. Sobre este assunto, também está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 9271/17 que criminaliza a falsificação e a adulteração de pesticidas e inclui seu contrabando no rol de crimes hediondos.

A tramitação longa nos dois casos, a miríade de atores que têm se oposto a um ou outro projeto, a proposição de substitutivos e a realização de audiências demonstra que as arenas de discussão estão travadas e que há diversos atores tentando estabelecer uma hegemonia. No meio deste debate político, como fica a opinião dos técnicos?

Trabalhar com esta questão, e requer um desdobramento sobre as relações de poder inerentes, de quem toma as ações, em quais arenas e com quais sentidos toma. O contrabando de pesticidas tem se destacado como

⁴ Avaliação de risco é o termo utilizado para se referir ao seguimento das etapas: identificação do perigo, avaliação dose-resposta, caracterização da exposição, comunicação e gerenciamento dos riscos (FREITAS, 2002).

uma das atividades criminosas que mais tem crescido nas fronteiras, sobretudo as do sul do país, o que demanda uma atenção maior das autoridades. (IDESF, 2019). Fenômeno semelhante acontece em solo europeu, onde é bastante comum a comercialização através da internet e a venda em pequenas quantidades para pequenos produtores. Lá as rotas mais utilizadas passam pela Turquia, Polônia e Ucrânia (BAGNOLI e BRODERO, 2020, GALEAZZI, 2017, e GENTILINI, 2017).

O foco principal destas ações devem ser os organismos e os agentes que estão nas fronteiras, assim cabe o questionamento: e quando temos técnicos especializados no assunto atuando em regiões de fronteira? Qual seu entendimento sobre os riscos envolvidos no contrabando e uso de pesticidas? O que pensam sobre as ações de fiscalização e sobre a forma como atuam produtores agrícolas, empresas e outros técnicos?

Metodologia

Atento a estes fatos e com a intenção de verificar a concepção dos técnicos do Estado sobre o contrabando de pesticidas, o LAFRONT entrevistou pessoas ligadas à defesa agropecuária no Estado do Paraná. É de se ressaltar que a defesa agropecuária deste ente federado está dividida em vinte e uma Unidades Regionais de Sanidade Agropecuária-URS e que as localizadas nos municípios de Paranavaí, Umuarama, Toledo, Cascavel, Campo Mourão, Laranjeiras do Sul, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco atuam em municípios da área de fronteira, já que a legislação federal determina que todo município situado a cento e cinquenta quilômetros do limite internacional está nesta faixa.

Nossa pesquisa buscou tanto identificar o perfil do técnico (formação, tempo de atuação e função na ADAPAR), quanto sua análise sobre o problema dos pesticidas, com foco nos contrabandeados (quais os problemas no uso de pesticidas, responsáveis, formas de mitigação, moléculas, solventes, formas de descarte etc.).

As entrevistas foram semiestruturadas e os técnicos puderam falar abertamente sobre diversas questões, posteriormente as gravações foram transcritas e aplicou-se o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), para a sistematização em forma de tabela e depois a organização dessas informações em forma de texto.

Resultados

Na entrevista 1, realizada com o técnico de Laranjeiras do Sul aponta que o uso do agrotóxico pode ser mais seguro nas condições adequadas e com o equipamento apropriado. Sobre os problemas encontrados na fiscalização destaca produtos vencidos, falta de documentação, problema de estoque. Sobre o contrabando, coloca que normalmente o produto é oriundo do Paraguai ou do desvio de uso veterinário. Muitas vezes quem está contrabandeando alega uso próprio, devido ao diferente peso dentro da lei. E os principais problemas do contrabando é o desconhecimento sobre os princípios ativos do produto. Sugere como melhoria um maior incentivo econômico ao produtor e assistência técnica e uma mudança no sistema de receituários.

Na entrevista 2, com o técnico de Maringá, demonstrou-se que existem diversos problemas relacionados aos agrotóxicos legalizados, como uso inadequado do produtor, deriva, receita errada, diagnóstico falso, falta de leitura do receituário. Já no agrotóxico contrabandeado, os riscos vêm do desconhecimento da composição e o rótulo em outra língua, sugere que essas situações sejam denunciadas e inclusive, podem ser realizadas de forma anônima. Além disso, os principais problemas atendidos pela unidade são relacionados à falta de orientação técnica e excesso de inseticidas.

Na entrevista 3, da unidade de Francisco Beltrão, foi pontuado que o trabalho da instituição é fiscalizar o uso de agrotóxico de acordo com a legislação, promover educação sanitária. Os principais problemas são o desvio de uso e a falta de orientação quanto ao uso do agrotóxico, pois se o agrotóxico legalizado for utilizado corretamente pode contribuir com economia de tempo, redução de trabalho manual e praticidade. A prescrição do produto deve ser feita pelo engenheiro agrônomo. Já o contrabandeado é perigoso devido ao desconhecimento da composição e falta de pesquisas regulamentadas. Sobre a questão da legislação aponta que a legislação de 1989 é um marco nacional, mas existe uma questão cultural equivocada do uso de pesticidas por parte dos produtores, que pode ser solucionada com propaganda e informação de qualidade.

Na entrevista 4, do município de Dois Vizinhos, destacou-se o problema da praga da ‘Cigarrinha do milho’, na qual são utilizados produtos para combater que acabam causando resistência e descontrole ecológico, além disso há problemas relacionados ao uso excessivo de pesticidas. Já o uso seguro, pode ocorrer com receita agronômica, na dose correta e com produto testado, aprovado e cadastrado. É competente a fiscalização a

supervisão dos novos fiscais, receituário, depósito de agrotóxico, condicionamento, empilhamento, se a bula está visível. Também monitora o Siagro (Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos do Estado do Paraná) e realiza laudos que consistem coletar o produto vegetal na propriedade, verificação da cultura, envio da amostragem para análise de resíduos, e tantas funções exercidas pelos técnicos causam uma sobrecarga. Os resíduos representam um dos maiores problemas da região, além de agrotóxico sem registro, comércio de produto vencido, ou produto com vazamento e o contrabando. As principais perspectivas negativas do agrotóxico contrabandeado é a falta de registro, pesquisas e rótulo incorreto. Um dos aspectos que facilita o transporte do contrabando é o aspecto em pó do produto, e um dos principais argumentos do sujeito pego com produto ilegal é um discurso que aponta para o uso próprio, devido as penalidades mais brandas nesse contexto. Comenta que os dados da ADAPAR são somente sobre produtos legalizados, e sobre produto ilegal existe apenas estimativas da Polícia Federal.

A entrevista 5, referente à Cascavel o entrevistado questiona a utilização do termo defensivo agrícola, que banaliza os perigos desse produto, com foco nos veículos que transportam esses princípios ativos desconhecidos. Os principais problemas encontrados são: contrabando, armazenamento e uso inadequado, mau uso, não utilização de Equipamentos de Proteção Individual - (EPI's). Com a diferenciação entre produto legalizado, tal qual, existe um forte rigor sobre o produto e a embalagem é recolhida, e é muito presente a justificativa para seu uso consciente, a partir da necessidade dos agrotóxicos no modelo de agricultura atual. Já no produto ilegal, há uma mistura de princípios ativos aliada a estratégias criminosas, que colocam muitas pessoas em risco. Problemas ambientais como deriva e inversão térmica também estão relacionadas ao uso indevido. Uma possível solução envolve práticas como o manejo integrado de pragas, manejo integrado de doenças, rotação de culturas.

A última entrevista, de número 6 em Paranaguá, aponta a realidade mais destoante, pois no litoral há pouco uso de agrotóxicos, e quando utilizado, é de maneira legalizada, e as embalagens são coletadas por uma empresa da capital. Mas existe um problema específico da região portuária, de desvio de fertilizante e varreduras. Além disso, um ponto interessante levantado foi sobre o uso do agrotóxico para suicídio e a contaminação. Novamente aparece a afirmativa do agrotóxico se tratar de um “mal necessário” se uso for correto, respeitando carência e a receita, e sugere maior oferta de assistência técnica.

Em um panorama geral, todos são unânimes em afirmar que quando a aplicação dos pesticidas é feita da maneira correta e seguindo todos os procedimentos previstos na bula, no receituário agrônômico e nas embalagens quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual. (EPI's), diluição, gotejamento, distância do solo e das instalações, maquinário, periodicidade e época de aplicação, interação com outros pesticidas e agroquímicos e descarte correto das embalagens, os pesticidas são produtos seguros e é possível controlar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

De acordo com estes técnicos, o problema está em falhas em algum dos itens acima por parte do produtor, da assistência técnica ou da extensão rural. “Os agricultores e agricultoras entrevistados se queixam do pouco auxílio técnico por extensionistas das instituições públicas de acompanhamento rural e das políticas de financiamento rural”. (CARDIM e MORAIS, 2022).

Dentre estas, cabe enfatizar a venda indiscriminada de produtos, sua mistura a outros agroquímicos de maneira errada, a aplicação em tempos e locais inadequados ou em condições inapropriadas e o descarte incorreto das embalagens. Os técnicos destacam em suas entrevistas a sanha vendedora das indústrias e casas agropecuárias que colocam pressões absurdas sobre seus representantes e os recompensam ricamente caso “batam as metas” pouco se importando com o custo ambiental, social e econômico desta ação.

Este quadro se torna ainda pior quando o ativo ou os produtos da formulação são desconhecidos, como é o caso dos produtos contrabandeados. Há relatos dando conta que após o envio da substância encontrada durante uma fiscalização ao Laboratório Central do Estado (LACEN) para a perícia se diagnosticou a presença de mais de trinta substâncias diferentes em um único pacote.

A forma como os produtos contrabandeados, falsificados ou adulterados entra no Brasil é bastante semelhante a de qualquer outro produto fruto do contrabando, adulteração ou falsificação, mostrando que há uma aderência grande entre esse tipo de atividade e uma dinâmica social fronteiriça onde, tal como apontam Cardim e Morais (2022) a introdução de uma agricultura tida como moderna e todo o desenvolvimento da região caminharam lado a lado e de outro, práticas vistas como ilegais ante o ordenamento jurídico e a sociedade como um todo, constituem-se em modo de vida e ganham ares de normalidade, aliados com enfraquecimento jurídico e falhas existentes no sistema técnico do Estado.

Considerações finais

A partir do ponto de vista da regulação, a Europa vem identificando o problema pelo menos desde 2011 e propondo medidas para o seu enfrentamento, que podem servir de base para a resolução desses conflitos no Brasil, tais como: desenvolvimento de um retrato real de como este tipo de atividade ilegal funciona, investigações transfronteiriças com o compartilhamento de dados e inteligência, adoção de uma resposta abrangente envolvendo o amplo espectro de problemas atinentes a saúde e ao meio-ambiente causados pelo comércio ilegal de pesticidas envolvendo agentes governamentais e privados e um estudo para melhorar a rastreabilidade de materiais perigosos usados em produtos ilegais de pesticidas (EUROPOL, 2011).

É provável que a pressão internacional venha a ter impacto no contrabando de pesticidas no Brasil porque embora as pontas de origem dos produtos e destino estejam fora da Organização para A Cooperação e Desenvolvimento Econômico OECD, o Brasil está iniciando um processo de aproximação, e o Chile, que é o primeiro porto de desembarque dos produtos chineses na América do Sul destinados ao Brasil, é membro da organização, e, portanto, deve seguir o Guia de Boas Práticas ou sofrer sanções. Com isto, parte do esquema de produção, armazenagem e distribuição destes produtos poderá ser conhecido, o que deverá permitir uma maior rastreabilidade, sendo que se caracteriza o contrabando de pesticidas pela “importação ou exportação proibida desses produtos, os quais dependem de análise, autorização e registro de órgãos públicos competentes”. É um crime que insere no mercado produto ilegal diante da legislação brasileira (IDESF, 2019, p. 9).

O presente nas entrevistas com estes técnicos é consoante com o que já foi verificado para os de outra empresa pública, a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Paraná - EMATER, o que indica que há uma consciência situacional muito grande por parte dos agentes das agências de fiscalização e orientação sobre o problema, o que, de alguma maneira aponta que, ainda que o Brasil não seja membro da Organização para A Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), nem membro da União Europeia, talvez não esteja na visão do corpo técnico do Estado o empecilho para que Boas Práticas de Manejo de pesticidas aconteçam.

Referências

BAGNOLI, Lorenzo, BRODERO, Lorenzo **Il Crime Invisibile: il traffico dei pesticidi illegali in Europa**. RPI Media (2020). Disponível em: https://irpimedia.irpi.eu/traffico-pesticidi-europa-silver-axe/?utm_source=pocket_mylist. Acesso em 08 de agosto de 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n 6299/2002**. O Projeto de Lei Altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e regulamenta a respeito dos agrotóxicos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249#:~:text=Disp%C3%B5e%20que%20o%20registro%20pr%C3%A9vio,de%20embalagem%20do%20defensivo%20agr%C3%ADcola>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 7802/1989**. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, Congresso Nacional: 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 9271/2017**. O Projeto de Lei criminaliza a falsificação ou adulteração de agrotóxicos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2164960>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

CARDIM, Eric. G. e MORAIS, Gabrieli R. de. Organização da produção do campo na faixa de fronteira Brasil - Paraguai. In: CARDIM, Eric G. e ALBUQUERQUE, José L. (Orgs.) **Fronteiras, Deslocamentos e Suas Dinâmicas Sociais**. Uberlândia - EDUFU, 2022.

EUROPOL. **Growth in the trade of counterfeit and other illegal pesticides across Europe**. The Hague, nov 2011. Disponível em: https://www.europol.europa.eu/cms/sites/default/files/documents/ocscan_11_2011_growing_trade_in_counterfeit_pesticides_0.pdf. Acesso em 15 de maio de 2022.

FREITAS, C. M. **Avaliação de riscos como ferramenta para a vigilância ambiental em Saúde**. Informe Epidemiológico do SUS. Disponível em:

http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-16732002000400005. Acesso em 18 de outubro de 2022.

GALLEAZZI, Goffredo. **Tarocatto**: un pesticida su 4. Risultato: piu veleni per tutti. *Cambia La Terra* (2017). Disponível em: https://www.cambialaterra.it/2017/10/pesticidi-taroccati/?utm_source=pocket_mylist. Acesso em 06 agosto de 2022.

GENTILINI, Patrizia. **Contraffazioni**: le mappe dela corruzione e dele malattie coincidono. *Cambia La Terra* (2017). Disponível em: https://www.cambialaterra.it/2017/07/contraffazioni-le-mappe-della-corruzione-e-delle-malattie-coincidono/?utm_source=pocket_mylist. Acesso em 06 de agosto de 2022.

IDESF, 2019, 2022. **O Contrabando de Defensivos Agrícolas no Brasil**. Disponível em: <https://www.IDESF,2019,2022.org.br/wp-content/uploads/2019/06/webversion2.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2022.

PONTAL do Buriti: brincando na chuva de veneno. Direção e roteiro: Dagmar Talga. Produção executiva: Murilo Mendonça Oliveira de Souza. Cidade de Goiás, GO: Gwatá - Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo, Universidade Estadual de Goiás, 2013. Publicado pelo canal ESSÁ Filmes. 1 vídeo (35min06seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qHQdWwZcGlg&feature=youtu.be>. Publicado em: 11 ago. 2013. Acesso em 28 de setembro de 2022.

Turismo, fronteira e pescadores artesanais: ponderações e análises

Francisco Leonor de Amarílio¹

Resumo: Objetivou-se, através deste trabalho, estudar e provocar reflexões sobre o envolvimento da comunidade de pescadores artesanais fronteiriços (moradores do município de Corumbá-MS, fronteira oeste do Brasil com a Bolívia, cidade de Puerto Quijarro – província de Germám Busch), na atividade do turismo e se esse envolvimento, com todas as suas individualidades identitárias, pode gerar melhoria da qualidade de vida da própria comunidade, proporcionando um desenvolvimento local endógeno. Diante de diversos problemas enfrentados pelo setor pesqueiro profissional artesanal, seja por políticas públicas, seja por conta das atividades do turismo em alta na região, surgiram as reflexões aqui apresentadas. A pesquisa tende a ser bibliográfica, em um primeiro momento, com consultas em plataformas eletrônicas como o portal de periódicos da Capes, jornais impressos, revistas e livros. Em um segundo momento a pesquisa assumirá caráter de pesquisa ação participativa pois acreditamos na práxis, que a teoria não deve desvincular da prática.

Palavras-chave: Fronteira; Turismo; Pescadores artesanais.

Tourism, frontier and artisanal fishermen: considerations and analyzes

Abstract: The objective of this work was to study and provoke reflections on the involvement of the community of artisanal border fishermen (residents of the municipality of Corumbá-MS, western border of Brazil with Bolivia, city of Puerto Quijarro - province of Germám Busch), in the tourism activity and whether this involvement, with all its individualities of identity, can generate an improvement in the quality of life of the community itself, providing an endogenous local development. Faced with several problems faced by the artisanal professional fishing sector, whether due to public policies or due to the tourism activities in the region, the reflections

¹ Mestre em Estudos Fronteiriços (UFMS), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)/ UNIOESTE - PPGSCF. E-mail: francisco.amarilio@ifms.edu.br.

presented here emerged. The research tends to be bibliographical, at first, with consultations on electronic platforms such as the Capes periodicals portal, printed newspapers, magazines and books. In a second moment, the research will assume the character of participatory action research because we believe in praxis, which theory should not be separated from practice.

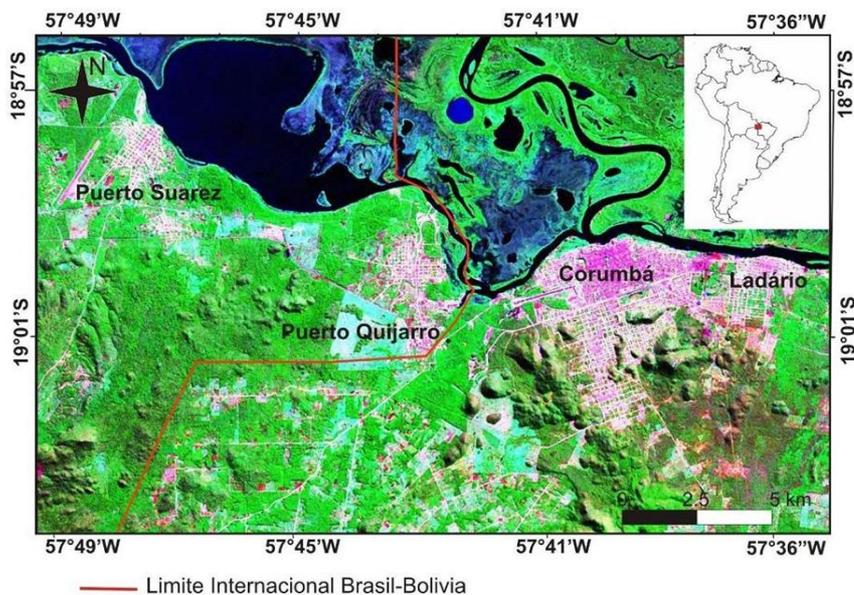
Keywords: Border; Tourism; Artisanal fishermen.

Introdução

As reflexões que seguem, foram baseadas nos debates, discussões e sugestões de leituras das aulas da disciplina Sociedade Cultura e Fronteiras: fundamentos e enfoques interdisciplinares, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade Cultura e Fronteira (PPGSCF) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), ministrada pelos professores: Dr. Eduardo Portanova Barros e Dra. Edilma de Jesus Desidério e também com base em pesquisas bibliográficas e de campo nas temáticas Fronteira, Turismo e Pescadores Artesanais de Corumbá – MS (Figura 01).

A atividade turística vem ganhando um relevante papel na economia mundial. Porém não seria correto restringir a seu caráter econômico e sim, observá-la também como um fenômeno social que envolve, antes de qualquer coisa, deslocamento de pessoas. Desta forma, ao analisar o turismo, deve-se estudar o homem fora de seu local de residência, a condição responsável por satisfazer as suas necessidades e os impactos que ambos geram nos ambientes físicos, econômicos e socioculturais do núcleo receptor (JAFARI apud THEOBALD, 2001). Diante de tais fatos é que surgiu o questionamento que move este trabalho - será que os saberes, identidade e potencialidades dos pescadores artesanais podem ser aproveitados em atividades do turismo gerando assim desenvolvimento local?

Figura 01 – Espaço Fronteiriço Brasil/Bolívia



Fonte: Costa (2013, p. 71).

Esse texto foi organizado em duas seções sucintas e objetivas. Na primeira, discute-se sobre os pescadores profissionais artesanais fronteiriços de Corumbá, Mato Grosso do Sul e o atual cenário político em que eles estão vivendo, apresentamos também, uma reflexão sobre a dialética envolvendo o turismo referente ao local frente ao global. Em seguida, discute-se turismo e fronteira, apresentando uma reflexão teórica de território, territorialidades, fronteira e turismo, por julgar que essas categorias são fundamentais para o entendimento aos quais esse trabalho se propõe. Por fim, serão apresentadas as considerações finais sobre a referida temática.

Pescadores Artesanais de Corumbá – Mato Grosso do Sul e a Dialética do Turismo

A pesca é uma das principais atividades econômicas do Pantanal, porém, apesar do amplo conhecimento dos pescadores profissionais artesanais, a política estadual de pesca adotada vem gradativamente desfavorecendo os interesses dessa parcela da população local. Em função disso, os pescadores artesanais enfrentam ampla desilusão com sua atividade profissional, haja visto os dados apresentados por Albuquerque (2001) apud

Catella (2003) revelam que 48% dos pescadores gostariam de desenvolver outra atividade em lugar da pesca, alegando vários motivos, como ganhar mais, poder ficar mais tempo em casa ou porque a pesca está ruim. Outro fator observado na pesquisa de Albuquerque (2001) diz respeito à renda desses profissionais, em que foi verificado que 45% dos pescadores recebem menos de um salário-mínimo por mês, cerca de 36% recebem dois salários, 9%, três salários e apenas 4% contam com quatro salários.

Conforme Catella (2003), é possível perceber que nos últimos vinte anos ocorreram mudanças radicais no cenário da pesca no Pantanal em Mato Grosso do Sul. A captura da pesca profissional despencou de um patamar de 2.117 toneladas (ton.), em 1983, para 319 ton., em 1999, representando apenas 21% da captura anual (1.540 ton.), enquanto os pescadores esportivos capturaram 1.218 ton. (79%). Dados compilados por Silva (1997) e por Resende (2005) mostram que em 1979 o total da pesca profissional aumentou de 1.007 ton., para 2.136 ton., em 1984; cerca de três quartos por parte dos pescadores artesanais para um quarto para os pescadores esportivos.

Essa diferença marcante no cenário da pesca se deu graças à “Portaria Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE/Ms) nº 25/1983 e Decretos estaduais nº 5.646/1990, 7.362/1993, sendo permitido apenas o uso do anzol”, segundo Catella (2003, p 15). A partir desse período, década de 90, ocorreu um crescimento econômico gigantesco no setor turístico pesqueiro (pescadores esportivos) tornando-se uma das principais atividades econômicas do Estado (CATELLA, 2003), portanto muitos pescadores esportivos chegaram ao Pantanal Sul capturando grande quantidade de pescados.

Diante desses dados, se torna possível afirmar que a pesca profissional-artesanal se tornou menos produtiva, encarecendo o preço do pescado e marginalizando os pescadores profissionais além de descapitalizados, influenciado principalmente por menos captura de pescado.

Esse cenário, aliado a mudanças no perfil da atividade turística da região, que vem enfatizando cada vez mais o turismo contemplativo, ao invés do turismo de pesca, pode contribuir com uma mudança favorável para esses profissionais que poderão agregar valor a suas atividades, através de sua articulação em prol de busca de novas oportunidades de trabalho, onde o seu saber possa ser aproveitado e compartilhado com os visitantes de forma criativa e integrada.

A relação entre o local frente ao global, no que se refere às atividades do turismo, se apresenta de forma dialética quando, segundo Paiva (2013, p. 134):

O turismo apresenta uma diferenciação em relação a outras atividades econômicas, já que o espaço de destino apresenta um papel fundamental para cada um dos agentes que intervêm nos processos de produção e consumo turísticos: os proprietários de solo, promotores de espaço, agentes do setor, os consumidores, os intermediários e finalmente a própria administração. A espacialização do turismo envolve fatores específicos, diferenciados ou com protagonismos distintos em comparação com os fatores gerais que explicam a localização das atividades econômicas. A dialética entre turismo e espaço se manifesta em dois fatos: a) o recurso turístico transformado em produto turístico se consome onde se produz e por outro lado o consumidor turístico necessita se locomover para consumi-lo; b) o consumo e a produção turística se dão de forma simultânea.

A dialética entre espaço e sociedade é perceptível em trabalhos dessa natureza, todavia quando falamos do local frente ao global tendemos a não atentarmos para as produções históricas, econômicas, políticas e culturais existentes no local, por influência do global. Quando pensamos no local é preciso considerar que o mesmo, apesar da forte influência do global possui diferentes especificidades. É necessário pensarmos ainda conforme Sassen (2003, p. 43):

¿Cuál es entonces el «contexto», lo local, aquí? La nueva subeconomía en red recrea una geografía estratégica, parcialmente desterritorializada; que atraviesa las fronteras y conecta múltiples puntos del globo. Efectivamente, ocupa sólo una fracción del escenario «local»; sus límites no son aquellos de la ciudad donde se ubica parcialmente, y tampoco aquellos del «barrio». Esta subeconomía opera como un orden institucional intermedio entre la vasta concentración de recursos materiales que necesita cuando «pisa tierra» y la dimensión o alcance global de su geografía transfronteriza. Su interlocutor no es el entorno, el contexto, sino la realidad global.

Santos (2005), em sua obra *Por uma outra Globalização*, deixa claro que a globalização é excludente. Se tratando de fronteira e de comunidades locais a ação da globalização frente ao local fica ainda mais evidente. De acordo com Sassen (2007, p. 32):

La globalización es un proceso que genera espacios contradictorios, caracterizados por los conflictos, diferenciación interna y los continuos cruces de límites. La ciudad global es emblemática de esta condición, Las ciudades globales concentran una parte desproporcionada del poder corporativo global y son uno de los sitios para su valorización. Pero también concentran una parcela desproporcionada de los desfavorecidos y son uno de los sitios clave para su desvalorización.

Se pensarmos em tese, síntese e antítese, iremos perceber a abordagem dialética nas atividades do turismo, seja no que se refere a memória e identidade local, espaço e sociedade, produção e consumo, inclusão e exclusão social, crescimento econômico e desenvolvimento local, ou como estamos dizendo, local frente ao global. Objetivamos mostrar aqui que o local, mesmo frente ao global, possui características únicas e importantes para o desenvolvimento.

Turismo e Fronteira

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), define-se turismo como sendo uma atividade de visitantes, pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente costumeiro por até 12 meses para lazer, negócios, peregrinações. Este conceito simplista apresentado pela OMT pode ser complementado por Theobald (2001), onde é defendida a ideia de que existem três enfoques para o turismo: econômico, técnico e holístico. As definições econômicas consideram-no uma atividade de caráter apenas nesta vertente, relacionada ao deslocamento de pessoas e os serviços que são utilizados. As definições técnicas resumem-se a aceção de turista como forma de padronizar os conceitos e fornece uma base comum para a coleta de dados. Já as significações holísticas tentam incluir o todo que envolve o turismo. Sassen (2003), afirma que o turismo cresceu tanto que se tornou a principal estratégia de desenvolvimento de algumas cidades, regiões e até países.

Dessa forma, o pensamento de Rodrigues (2006) que revela o turismo como um dos elementos fundamentais da globalização e o apresenta como fenômeno de grande mobilidade e intensidade na produção do espaço geográfico, se mostra fundamental para entender as reflexões pertinentes a esse trabalho.

Nas últimas décadas, muitos governos (na escala federal, regional e local) interessados em promover o desenvolvimento veem no turismo um poderoso aliado na busca desse objetivo, pois o turismo se apresenta como uma das principais atividades econômicas do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se objeto de consumo do espaço em muitas cidades brasileiras, que investem nessa atividade para seu crescimento econômico (CRUZ, 2000).

Uma vez que de acordo com Dias (2003, p. 126): “O turismo pode ocupar papel importante no desenvolvimento de um País, de uma região ou de um município pela sua capacidade de criação de empregos a sua contribuição à diversificação de atividades econômicas regionais e aos vários efeitos indiretos causados pelos gastos dos turistas.”

Sendo, portanto, a geração de emprego e renda a característica principal do turismo que o torna aliado desses governos supracitados. A atividade turística tem reproduzido ao longo dos anos as contradições do sistema econômico vigente, aguçando a lógica do capital, quando se apropria dos espaços e recursos naturais e culturais neles contidos, transformando-os em atrativos, ou seja, em produtos (OURIQUES, 2005).

Essa possibilidade de desenvolvimento supracitada (decorrente das atividades do turismo), não é diferente na fronteira em estudo, principalmente por conta do Pantanal e da fronteira em si. Fronteira que está sendo compreendida como um lugar de moradia e de existência de seus habitantes. ‘Ser da fronteira’ é o dado primordial para a discussão que se deseja fazer. Esse fato denota o que a geografia chama de sentimento de pertença e/ou identificação com o lugar. Desse modo, deixa-se evidente a necessidade de pensar a fronteira como um lugar – um lugar que como qualquer outro possui seu dado particular. O dado particular fundamental da fronteira nesta ponderação é justamente o fato da convivência com o outro, com a diferença nacional, que remete aos símbolos próprios a cada nação, a história, a cultura, ao nacionalismo.

Deixamos de lado, aqui, as clássicas tipologias relacionadas à fronteira: vivas ou mortas, zonas, linhas, barreiras, antropológicas, políticas e econômicas etc., e nos apropriaremos do conceito de fronteira vivida dando ênfase à definição de Nogueira (2007) na qual a fronteira vivida busca

compreender o cotidiano deste lugar nos seus mais variados aspectos, - lazer, trabalho, contravenção, consumo, defesa, disputa, - reconhecendo que do outro lado tem outra lei. Assim se acredita que a fronteira seja capaz de refletir o grau de interação ou ruptura entre sociedades fronteiriças.

Para tais pensamentos se torna preciso referir ainda à Nogueira (2007), onde ele revela que ser da fronteira se constitui em uma identidade territorial que é construída a partir da vivência nesse lugar, trata-se de pensar a fronteira na percepção de quem é da fronteira.

A fronteira, nesse trabalho, não pode ser vista como limite, pois não se refere à linha ou à separação. Concorde-se, pois com Machado (1998) que revela a fronteira como orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas).

A atividade turística concorre no processo de transformação dos territórios para e por seu uso, bem como com formações socioespaciais precedentes a sua existência. Desse modo se torna preciso pensar o território em conformidade com Rafesttin (1993), como um espaço que revela relações marcadas pelo poder. Também vale apropriar do pensamento de Saquet (2007) que pensa o território como o resultado das relações humanas, sociais, culturais e fundamentalmente política. Porém não se pode perder de vista que a dinâmica territorial é sempre criação e recriação de territorialidades e que é o fazer turismo que gera novas práticas territoriais (RODRIGUES 2006).

As categorias aqui analisadas e o olhar sobre elas estão sob o prisma da geografia tanto no que se refere ao turismo quanto à fronteira e ao território. Estamos entendendo que nesta última década, a Geografia é uma das ciências que mais se preocupa com as questões relacionadas ao turismo e suas atividades frente ao fenômeno da globalização, que Santos (1996) chamou de meio técnico científico informacional.

O diferencial do entendimento do turismo pela Geografia é que, neste final de século, num mundo globalizado, em que cada vez mais se relaciona à importância crescente do turismo com a nova organização do território mundial, é explicada por Rodrigues (1996, p. 17) da seguinte forma:

Num mundo globalizado o turismo apresenta-se em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que podem ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. Expande-se em nível planetário, não poupando nenhum território – nas zonas glaciais, nas cadeias terciárias, até nas

regiões submarinas – na cidade; no campo; na praia; nas montanhas; nas florestas; savanas, campos e desertos; nos oceanos, lagos, rios, mares e ares.

Objetivando minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos produzidos pelo setor turístico, contamos com um aliado, um novo modelo de desenvolvimento que vem substituir o antigo regime ligado apenas ao progresso material, crescimento de taxas e indicadores econômicos conhecido como desenvolvimento local. Esse tipo de desenvolvimento é realizado na escala humana, e atribuímos a ele a capacidade de reafirmar as potencialidades e identidades locais frente à globalização.

O desenvolvimento local neste trabalho é pensado como um processo de superação de problemas sociais, em que a sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima, tendo o homem como sujeito e beneficiário das ações. Os indivíduos devem participar ativamente e não apenas serem favorecidos pelo desenvolvimento. Isto implica pensar na questão de responsabilidade social, em que a busca por qualidade de vida e bem-estar parte do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa” (MARTÍN, 1997, p.172).

Dessa forma, as reflexões e análises que, permeiam esse trabalho objetivam mostrar que o território turístico resulta da prática turística e partindo desse pensamento se percebe que as práticas turísticas revelam diferentes territorialidades e de maneira objetiva as territorialidades nesse trabalho podem ser entendidas como a utilização que se faz do território. Saquet (2007, p. 84) confirma essa assertiva revelando que “[...] a territorialidade é conceituada pela multiplicidade de contextos histórico-sociais, nos quais se definem as estratégias e os efeitos territoriais”.

Dentre as várias territorialidades existentes no território fronteiro de Corumbá e Puerto Quijarro, as relacionadas às atividades do turismo envolvendo a comunidade de pescadores profissionais artesanais são as que nos chamaram atenção. Será que o conhecimento que os pescadores possuem podem ser usados nas atividades do turismo para busca de um desenvolvimento que seja endógeno e local? E isso, principalmente diante da crise que esses profissionais enfrentam.

Considerações Finais

Nos dias atuais é impossível pensar a relação pesca e turismo, em Corumbá, sem levar em consideração a fronteira, mas não a vendo como o desencontro de diferentes visões de mundo, mas a coexistência de diferentes espaços temporais. A proposta para a implantação de uma política de turismo com base local nos municípios brasileiros tem um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado da atividade do turismo, revertendo, na medida do possível, os impactos ambientais causados na implantação e desenvolvimento dessas atividades. Para a obtenção do sucesso na implantação de um turismo com base local, é imprescindível colaborar com as comunidades envolvidas, para integrar a melhoria das suas condições de vida com o desenvolvimento do turismo sustentável.

As reflexões ponderadas no presente trabalho poderão beneficiar a comunidade de pescadores da área urbana de Corumbá, território fronteiro, através do processo auto formativo de investigação/experimentação de iniciativas metodológicas. Aproveitando e/ou considerando as características de ser uma região de fronteira e as condições e potencialidades locais dinamizará quantitativa-qualitativamente a atividade do turismo e ao mesmo tempo refletirão a melhoria da qualidade de vida da comunidade-localidade. Além de que as atividades do turismo poderão ser dinamizadas, e aumentar assim a receita do município.

Notamos, então, que nessa nova proposta a participação popular ganha papel de destaque, não devendo se restringir a envolvimento esporádicos ou ser vista como uma metodologia para a sensibilização e conscientização popular. Talvez seja este o maior desafio a ser enfrentado. Portanto, participativo não é o processo que garante a participação, mas aquele que a promove e a ela atribui seu funcionamento, encontrando as melhores soluções para os problemas, afinal, as soluções macroeconômicas nacionais e internacionais são limitadas, pois as não levam em conta as condições locais extremamente diversificadas que só são identificadas pelas pessoas que nele vivem.

Referências

ALBUQUERQUE, F. F. **Pesca no Mato Grosso do Sul: regulamentação e sustentabilidade**. 100p. Tese (doutorado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, Brasília. 2001.

- CATELLA, A. C. **A pesca no Pantanal Sul: situação atual e perspectivas.** Embrapa Pantanal: Corumbá. 2003.
- COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá. **Revista Transporte y Territorio.** v. 9, p. 65-86. 2013.
- CRUZ, R. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto. 2000
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas. 2003.
- MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. *In.:* T. M. Strohaecker et al. (orgs.). **Fronteiras e espaço global.** Porto Alegre: AGB. 1998.
- MARTÍN, J. C. **El desarrollo local: una estrategia para una sociedad a escala humana.** MADRI, inédito. 1997.
- NOGUEIRA, R. J. B. **Ateliê Geográfico Goiânia-GO** v. 1, n. 2 dez. 2007.
- OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Rocca, 2001.
- OURIQUES, H.R. A produção do turismo – fetichismo e dependência. *In.:* Ouriques, H.R. **O turismo na periferia do capitalismo.** São Paulo: Alínea. 2005.
- PAIVA, R.A. Sobre a Relação Turismo e Urbanização. **Revista Pós.** v.20, n.33. São Paulo. Junho, 2013.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo. Editora Ática, 1993.
- RESENDE, E. K. **Gestão sustentável de Recursos pesqueiros – O Caso do Pantanal.** ADM Artigo de Divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá - MS, n. 88, p. 1-2. Nov. 2005.
- RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e geografia.** São Paulo: Hucitec, p. 62 -74. 1996.
- RODRIGUES, A. B. **Turismo e Territorialidades Plurais - lógicas excludentes ou solidariedade organizacional.** São Paulo. 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – técnica e tempo.** Razão e emoção. São Paulo: Hucitec. 1996.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SASSEN, S. **Los espectros de la globalización.** Fondo de Cultura Economica de Argentina S.A. 1414 Buenos Aires. 2007.

SASSEN, M. **Contra geografias de la globalización.** Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traficantes de Sueños C\ Embajadores, 35 local 6 28012 Madrid. 2003.

SILVA, E. V. **Estratégia e planos de desenvolvimento sustentável:** Uma questão de escala territorial. In: Cavalcante, Agostinho P.B. (org.). Desenvolvimento sustentável e planejamento. Fortaleza: UFC/Imprensa Universitária, pp69-74. 1997.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular. 2007.

THEOBALD, W. F. (org.) **Turismo global.** São Paulo, SP: Senac. 2001.

O aluno “brasiguaiio” e a violência simbólica no contexto escolar brasileiro

Carla Giselle Duenha de Souza¹

Resumo: O presente artigo faz uma abordagem sobre a educação em contexto de fronteira a partir da imigração de brasileiros para o Paraguai e o retorno do aluno “brasiguaiio” para o Brasil. Para tanto utiliza-se como referencial teórico Albuquerque (2009, 2010) e Bourdieu (1989, 2007, 2008, 2012), por meio da análise do capital cultural e da prática da violência simbólica no contexto escolar envolvendo alunos “brasiguaios”. Este estudo tem como objetivo analisar o processo migratório do brasileiro para o Paraguai e as repercussões na formação escolar do aluno “brasiguaiio” ao retornar para o Brasil. Justificando-se devido a relevância do tema e a possível contribuição para a educação. A pesquisa é de cunho qualitativo e bibliográfico, desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, bem como, materiais disponíveis na internet. Realizando-se assim, pesquisas bibliográficas, exploratórias e explicativas. Por meio do qual, pode ser verificada a amplitude do tema, sua possibilidade de exploração, uma vez que permitiu refletir sobre como promover mudanças no sistema de ensino a partir do capital cultural para que ele não seja utilizado como instrumento de dominação e de reprodução de desigualdades sociais no contexto escolar.

Palavras-chave: Imigração; Brasiguaiio; Capital cultural; Violência simbólica.

The "brasiguaiio" student and symbolic violence in the brazilian school context

Abstract: This article addresses education in a border context based on the immigration of Brazilians to Paraguay and the return of "brasiguaiio" students to schools in Brazil. For this, we use as theoretical reference Albuquerque (2010) and Bourdieu (1989, 2007, 2008, 2012), through the analysis of cultural capital and the practice of symbolic violence in the school context involving "brasiguaiio" students. This study aims to analyze the Brazilian

¹Doutoranda e Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Docente do curso de Direito do Centro Universitário União das Américas de Foz do Iguaçu. E-mail: cduenha@gmail.com.

migratory process to Paraguay and the repercussions in the school education of the "brasiguai" student upon returning to Brazil. It is justified due to the relevance of the theme and the possible contribution to education. The research is qualitative and bibliographic, developed from materials published in books, articles, dissertations, theses, as well as materials available on the Internet. Thus, bibliographical, exploratory, and explanatory research was carried out. By means of which, it was possible to verify the amplitude of the theme, its possibility of exploration, once it allowed us to reflect on how to promote changes in the educational system based on the cultural capital so that it is not used as an instrument of domination and reproduction of social inequalities in the school context.

Keywords: Immigration; Brasiguai; Cultural capital; Symbolic violence.

Introdução

A educação é direito de todos, é dever do Estado, é também dever da família. Visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando para o exercício da cidadania e capacitando para o trabalho. Sendo esses os ideais estabelecidos no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Portanto, a educação é de extrema relevância para a sociedade, e refletir sobre a sua forma de realização é de suma importância.

Partindo dos pressupostos legais no tocante a educação, formalmente todos indistintamente são tratados de modo igual, em direitos e deveres. O que segundo Bourdieu (2007) configura-se como violência simbólica, bem como é uma forma de reprodução das desigualdades sociais.

Neste sentido, Bourdieu (2007) põe em dúvida a ideia de igualdade de oportunidades e a importância do sistema escolar para garantir a igualdade social a todos, sendo que a garantia de igualdade social para o aluno "brasiguai" está ainda mais distante.

Uma vez que, tratando formalmente de modo igual, em direitos e deveres, quem é diferente, a escola privilegia, dissimuladamente, quem, por sua bagagem familiar, já é privilegiado e exclui as classes populares.

A escola formalmente dispensa o mesmo tratamento a todos os alunos, bem como desconsidera o contexto da fronteira, o capital cultural dos alunos "brasiguaios" e espera que todos tenham as mesmas chances, pelo simples fato de todos os alunos assistirem às mesmas aulas, falarem

português, terem as mesmas formas de avaliação e a obedecerem às mesmas regras. Ao agir desta forma, faz com que os alunos sofram violência simbólica, bem como haja a produção e reprodução das desigualdades sociais.

No entanto, segundo Bourdieu (2007) a escola não é neutra e as chances são desiguais, pois alguns alunos estão em condições mais favoráveis do que outros para satisfazer as exigências da escola devido a classe social a que pertencem, bem como pelo capital cultural que possuem. Isso ocorre devido a escola legitimar o capital cultural da elite, como sendo o capital transmitido pela escola.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo analisar o processo migratório do brasileiro para o Paraguai e as repercussões na formação escolar do aluno “brasiguai” ao retornar para o Brasil. Justificando-se devido a relevância do tema e a possível contribuição para à educação.

Para tanto, o artigo foi dividido em duas partes, sendo que inicialmente foi realizado um estudo sobre a imigração de brasileiros para o Paraguai. Na sequência foi analisado sobre o aluno “brasiguai” na escola brasileira e a violência simbólica por ele sofrida no contexto escolar. Finalizando-se com as considerações finais gerando reflexões sobre a temática, visto não se ter a pretensão de esgotar a mesma diante de sua complexidade e amplitude.

Para a elaboração desta pesquisa, utilizou-se a metodologia qualitativa e bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, bem como, materiais disponíveis na internet. Realizando-se assim, pesquisas bibliográficas, exploratórias e explicativas. Por meio do qual, pode ser verificada a amplitude do tema, sua possibilidade de exploração, uma vez que permitiu refletir sobre como promover mudanças no sistema de ensino a partir do capital cultural para que ele não seja utilizado como instrumento de dominação e de reprodução de desigualdades sociais no contexto escolar.

1 A imigração de brasileiros no Paraguai

A imigração brasileira no Paraguai iniciou nos idos de 1950, sendo que se intensificou nas décadas de 60 e 70 em decorrência da construção da Hidroelétrica de Itaipu. Não se sabe ao certo a quantidade de brasileiros vivendo no Paraguai, os dados são imprecisos tanto nas pesquisas realizadas pelo Brasil, quanto nas realizadas pelo Paraguai.

Albuquerque (2010) aponta que segundo estimativas trata-se da segunda maior comunidade de brasileiros no exterior, sendo a primeira localizada nos Estados Unidos. Bem como, a primeira quanto as imigrações de brasileiros para as nações fronteiriças.

Ainda de acordo com o autor, os processos de imigração brasileira no Paraguai durante estas décadas ocorreram devido a aproximação geopolítica entre o Brasil e o Paraguai, ao movimento migratório espontâneo, a política de incentivo à imigração brasileira por parte do governo paraguaio, aos deslocamentos populacionais para a construção de Itaipu e ao “boom” do comércio fronteiriço nas duas últimas décadas (ALBUQUERQUE, 2010).

Algumas políticas de integração entre os dois países amparam esse processo de migração, sendo que os principais momentos dessa aproximação ocorreram durante a administração de Juscelino Kubitschek (1955-1960), bem como no período em que o Brasil e o Paraguai, assim como outros países da América do Sul passaram pela ditadura militar. No Paraguai, Alfredo Stroessner governou o país entre 1954 e 1989. Enquanto a ditadura no Brasil se estendeu entre 1964 e 1985.

Dentre os principais projetos de integração física e econômica entre Brasil e Paraguai menciona-se a rodovia ligando Assunção com as principais cidades e portos do Brasil, a concessão de uma área para exportação e importação dos produtos paraguaios no Porto de Paranaguá (1956), a construção da Ponte da Amizade (1965) e a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974-1983) (ALBUQUERQUE, 2010).

Nos processos de integração física houve um forte conflito entre o Brasil e o Paraguai, envolvendo a falta de precisão na demarcação do Salto Grande das Sete Quedas no rio Paraná e pela ocupação militar brasileira em um território fronteiriço de cerca de 20 km que estava em litígio. Sendo que, o conflito foi resolvido com o acordo pelo aproveitamento comum do potencial energético das Sete Quedas. O Projeto Itaipu e Lago Itaipu acabou com as Sete Quedas em 1982.

Para construir Itaipu foram desapropriados 101.092,5 hectares. O período de desapropriação foi entre 1978 e 1992. Foram adquiridas 8.519 propriedades, sendo 6.913 rurais e 1.606 urbanas. O valor das indenizações somou US\$ 208.640.773,44 (rural: US\$ 197.093.585,61; urbana: US\$ 11.547.187,83). Neste movimento de desapropriação estima-se um total de 40 mil pessoas atingidas (ITAIUBINACIONAL, 2012).

Muitas famílias que tiveram suas propriedades desapropriadas acabaram comprando terras no Paraguai devido as políticas de incentivo do

governo de Stroessner. Assim, a imigração brasileira para o Paraguai tem relação tanto devido ao deslocamento de milhares de trabalhadores para a construção da Hidrelétrica de Itaipu, bem como devido a indenização de vários camponeses que viviam no lugar do Lago de Itaipu.

A Hidrelétrica de Itaipu foi criada em 1973 e começou a gerar energia em 1984, sendo que Brasil e Paraguai dividem a energia produzida pela Itaipu em 50% para cada. O Paraguai usa apenas 5% e repassa os 45% restante ao Brasil. No acordo inicial o Paraguai passava a preço de custo os 45% restantes para a Eletrobrás para pagar a dívida com o Brasil pela construção da usina, dívida está no montante de US\$ 18 bilhões, a ser paga até 2023. Até 2009 o Brasil pagava US\$ 120 milhões anuais pela energia de Itaipu ao Paraguai. Entretanto, um novo acordo foi realizado entre os países em 2009 estipulando o valor de US\$ 360 milhões anualmente. (PRESSE, 2009).

A imigração brasileira para o Paraguai tem relação com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, com a indenização de vários camponeses, assim como, o aumento da imigração urbana tem relação com a expansão do setor de comércio e serviços nas últimas décadas. Uma vez que, a política paraguaia de baixar a taxa de impostos para importação de produtos industrializados a partir de 1981 e reexportar estes produtos para os países vizinhos modificou o contexto econômico e migratório com o Brasil e com a Argentina que eram as nações relativamente mais desenvolvidas.

De acordo com Sprandel (1992, p. 3):

A opção pelo Paraguai configurou-se antes como possibilidade de acesso a novas áreas de terras agriculturáveis, da melhor qualidade, através de condições facilitadas de compra, de contratos de arrendamento e mesmo de abertura de posses. Estas terras situam-se muito próximas ao Brasil, e este se daqueles que nelas residem faz presente no cotidiano e trabalham, através das transmissões de rádio e televisão brasileiras.

Outro ponto que contribuiu para a imigração brasileira foi que governo paraguaio reformulou o Estatuto Agrário em 1963, o que permitia a venda de terras aos estrangeiros nas zonas de fronteira. Essa região era ocupada por uma imensa floresta tropical e o governo implementou o plano de colonização e facilitou a entrada de brasileiros tanto na derrubada da mata, como no plantio agrícola.

De acordo com Albuquerque (2010, p. 80) “os “colonos” brasileiros vendiam um pequeno pedaço de terra no Brasil, geralmente meia colônia (equivalente a 5 alqueires ou 12, 5 hectares), e compravam uma extensão bem maior no Paraguai, cerca de três colônias (30 alqueires ou 75 hectares)”.

A permissão para a compra de terras na zona de fronteira por estrangeiros perdurou até 2004 quando uma nova lei foi aprovada. No entanto, a nova lei não atinge direitos adquiridos e está restrita à proibição da compra de imóveis rurais por estrangeiros dos países limítrofes numa faixa de 50 km a partir da linha de fronteira (ALBUQUERQUE, 2010).

A principal consequência da mudança na legislação veio no sentido de proibir com que estrangeiros, como os brasileiros, comprem imóveis rurais na faixa de 50 km a partir da linha de fronteira. Sendo, portanto, zona exclusiva para compra de imóveis rurais por paraguaios, ou seja, os estrangeiros não podem mais adquirir propriedades neste território. No entanto, aos brasileiros que já possuem terras nesta área a eles a modificação na legislação não os atingem, pois, trata-se de direito adquirido, podendo praticar negócios jurídicos, como por exemplo alienar o bem, pois são direitos garantidos por serem proprietários do imóvel rural.

O movimento migratório ocasionou uma grande concentração de brasileiros no Paraguai, em 2002 a Diretoria Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior estima que o número de brasileiros no Paraguai havia ultrapassado o montante de 459 mil brasileiros (ALBUQUERQUE, 2010).

Sendo que a principal concentração da população estrangeira no país se encontra na região oriental e, especialmente, no departamento de Alto Paraná, onde fica localizado o distrito de Santa Rita (ODDONE, 2011).

Mudanças políticas ocasionadas com o término da ditadura militar no Brasil em 1985 e no Paraguai em 1989 levam a um novo processo migratório, devido ao encerramento de contratos de arrendamentos, ao processo de mecanização, substituição da mão de obra e diminuição de créditos agrícolas o que fez com que muitos brasileiros pobres e marginalizados voltassem para o Brasil atraídos pela promessa de terra por meio da reforma agrária. Esse grupo ficou conhecido como “brasiguaios”.

Muitos voltaram para o Brasil, outros lá permaneceram. No contexto democrático as vilas e colônias fundadas por brasileiros se tornaram municípios e os filhos de imigrantes bem-sucedidos nascidos no Paraguai têm se candidatado aos cargos de vereadores e prefeitos e cada vez mais ganhado lugar de destaque no cenário político. Sendo que, no período de

2001-2006 havia um prefeito brasileiro, três prefeitos filhos de imigrantes no departamento do Alto Paraná e vários vereadores brasileiros nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú (ALBUQUERQUE, 2010).

De acordo com Cardin (2022, p. 32) “Migrar não é uma ação que começa e termina em um deslocamento físico e geográfico. Migrar envolve uma mudança nas relações sociais que até então foram estabelecidas, o que exige a busca por espaço e sobrevivência em um universo onde há um conjunto de padrões sedimentados”.

Neste sentido, os imigrantes não estão presentes somente na economia e na vida política local. Há uma influência cultural do Brasil nesta ampla zona de fronteira, trazendo influência direta quanto ao idioma, em que a língua portuguesa é comumente falada nas ruas, nos meios de comunicação sendo muitos programas de televisão e rádio brasileiros, também há influência direta quanto a religião, na música, nas danças, nas tradições e até mesmo quanto a culinária local.

O idioma português segundo o *Censo Nacional de Población y Viviendas del Paraguay* realizado em 2004 estimou que mais de 326 mil pessoas falavam português no Paraguai (*apud* ALBUQUERQUE, 2010).

Sendo que, mesmo sendo obrigatório nas escolas o estudo do espanhol e do guarani, os filhos de brasileiros aos saírem da sala de aula se comunicam em português e o idioma é a língua predominante nas interações sociais que ocorrem nos bares, nas festas e nos intervalos das aulas nos municípios colonizados por imigrantes brasileiros (ALBUQUERQUE, 2010).

No entanto, mesmo havendo muitos imigrantes brasileiros vivendo no Paraguai e um convívio com vários idiomas ao mesmo tempo, não há adoção do idioma brasileiro nas escolas paraguaias, assim como, não há adoção do espanhol nas escolas brasileiras, e o uso de mais de uma língua que deveria ser visto sempre como algo enriquecedor, principalmente em região de fronteira se torna um processo de discriminação e exclusão.

2 O aluno “brasiguai” na escola brasileira

Com a imigração brasileira para o Paraguai, muitos alunos “brasiguaios”² têm contato com outros idiomas além do português. Esse aluno tem como primeira língua, geralmente, alguma variedade do português com o qual interage socialmente, principalmente de forma oral. Mas, esse aluno ainda possui outra língua como o alemão, o italiano, o polonês, entre outros, bem como são alfabetizados no país vizinho em espanhol, fazendo parte do currículo escolar também o guarani.

Definir “brasiguai” não é tarefa fácil. Para Albuquerque (2009, p. 154) o termo “brasiguai”:

Adquiriu sentidos variados ao longo das duas últimas décadas, funcionando como uma identificação ambígua, situacional e negociada conforme os interesses que necessitavam ser explicitados ou ocultados. A identificação “brasiguai” é imprecisa e bastante mutável. Essa categoria nativa pode ser atribuída: 1) ao imigrante pobre que foi para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, regressou ao Brasil; 2) aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; 3) aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia; 4) aos imigrantes e seus descendentes que falam um “idioma fronteiriço” e mesclam outros elementos culturais dos dois países; 5) a todos os imigrantes brasileiros na nação vizinha.

A origem do termo está ligada ao retorno do primeiro grupo organizado de imigrantes brasileiros advindos do Paraguai no ano de 1985. De acordo com Albuquerque (2009, p. 155), esse grupo de brasileiros, os “brasiguaios”:

Teriam sido “expulsos” daquele país por causa da concentração da terra, da mecanização da agricultura, do fim dos contratos de arrendamento e dos créditos agrícolas durante a década de 1980. A esperança na realização da reforma agrária no Brasil favoreceu a volta de imigrantes pobres que passaram a se organizar e lutar pelo direito à terra e à cidadania brasileira. Naquele período,

² O uso do termo “brasiguai” muitas vezes assume uma conotação discriminatória, seja para excluir ou separar o indivíduo do grupo, referindo-se tanto aos brasileiros imigrantes no Paraguai e que lá vivem, como aqueles que retornaram ao Brasil. No entanto, ainda que possa assumir essa conotação discriminatória será utilizado neste artigo para promover reflexão quanto ao seu uso.

Sérgio Cruz, deputado federal (PT) pelo Mato Grosso do Sul, cunhou o termo “brasiguai” durante uma manifestação de imigrantes na cidade fronteira de Mundo Novo (MS).

De acordo com Spranzel (1992, p. 5):

Pode-se dizer que os chamados brasiguaios utilizaram elementos e categorias étnicas na condução das diversas etapas de uma mobilização que ficou registrada, sem sombra de dúvida, como um dos principais conflitos pela posse da terra, enfrentados - pelos órgãos fundiários da chamada "Nova República". Durante seis meses, milhares de pessoas viveram em condições sub-humanas, enfrentando condições climáticas adversas, escassez de alimentos, doenças, sob precárias barracas de lona, sendo pressionadas pela presença ostensiva de policiais militares e agentes federais. De junho a dezembro de 1985 o país lia diariamente em seus principais jornais e assistia na televisão o que era considerada uma situação dramática, aquela dos chamados brasiguaios.

Segundo a autora, os “brasiguaios” que retornaram do Paraguai para o Brasil formaram dois grandes acampamentos, sendo um na cidade de Mundo Novo (MS), com 992 famílias e o outro em Sete Quedas (MS), com 144 famílias, tendo as famílias se acampado em maio de 1985 (SPRANZEL, 1992, p. 74).

Segundo Colognese (2012, p. 145):

Ao longo do tempo, desde a sua origem em 1985, o termo brasiguai vem recebendo diferentes sentidos. Estes sentidos estão relacionados ao ambiente de conflitos e aos atores brasileiros e paraguaios, envolvidos em disputas pela posse de áreas territoriais e seus desdobramentos no Paraguai, mas também pelo acesso a direitos e políticas públicas no Brasil. Mais do que uma questão etimológica, os sentidos são reveladores das disputas que se travam no processo de construção de uma identidade social, notadamente numa região de fronteira.

Identidade esta que segundo Santos e Cavalcante (2008, p. 430) quando baseada em uma construção simplificadora torna-se:

Problemática, primeiro porque desconsidera as questões políticas, sociais e históricas que a denominação recobre, apagando a sua construção simbólica e ideológica. Segundo, vai depender também de quem se inclui/exclui na/da denominação. E, por fim, o termo faz pressupor a homogeneização, o que conduz a uma representação unificadora de identidade, que é apresentada como inerente e constitutiva de um grupo. Rotulados de “brasiguaios” são transformados em minorias/grupos subalternos e marginalizados.

Nas escolas brasileiras assumem a posição do “outro”, do aluno excluído, que de acordo com Santos e Cavalcante (2008, p. 431) ao adotarem o estereótipo do aluno “brasiguaiio” “faz com que sejam antecipadamente considerados alunos ‘fracos’, o que contribui para que desenvolvam uma baixa autoestima e construam para si uma identificação com o fracasso escolar.”

Segundo as autoras em decorrência disso muitas vezes o aluno “brasiguaiio” busca o apagamento de sua passagem pelo país vizinho, no entanto, acaba sendo visibilizado contra sua vontade, principalmente pela sua língua(gem) híbrida seja através da leitura em voz alta, seja através dos seus próprios textos escritos (SANTOS; CAVALCANTE, 2008).

Afirmam as autoras que:

[...] Durante as entrevistas com todos os alunos “brasiguaios”, não foi possível perceber traços do castelhano em suas falas. Com Carlos, o mesmo aconteceu, a não ser quando ele trocou escrevo por escivo. No entanto, segundo seu relato, quando lia, os professores diziam que *lesse em português e não em castelhano*. Por esse motivo e também por causa da risada dos colegas, não gostava de ler em sala de aula. Surgiu a curiosidade em saber o que esse comentário representava, pois também os professores manifestaram, nas entrevistas, a surpresa frente à leitura deste e de outros alunos, comentando que não entendiam como eles liam daquela forma e também escreviam com traços do castelhano, se pelas suas falas cotidianas não era possível identificá-los na sala de aula, afirmando que “*eles falam perfeito*,

não falam enrolado”. Aliás, muitas vezes o professor nem mesmo tinha conhecimento da presença de um aluno “brasiguaião”, a não ser quando solicitavam que lessem em voz alta ou redigissem um texto (SANTOS; CAVALCANTE, 2008, p. 438) [grifo nosso].

Para Santos e Cavalcante (2008, p. 438) “qualquer diferença toma a dimensão de uma anomalia que é preciso normalizar e uma das maneiras utilizadas é justamente homogeneizar, e, para o aluno, esse processo pode ser doloroso, pode resultar em uma marca pela incapacidade.”

Portanto, a escola brasileira ignora os costumes, a cultura construída e conservada pelo aluno “brasiguaião” a partir de sua convivência em diferentes contextos, ignora-se o seu capital cultural construído.

Neste ponto, há que esclarecer que os “brasiguaios” aqui retratados, são entendidos como os filhos dos pequenos produtores que retornaram para o Brasil e que não conseguiram enriquecer no país vizinho e não os “brasiguaios” migrantes e filhos de migrantes ricos devido a grandes produções de soja.

Para Bourdieu (2007) o capital cultural está associado à noção de conhecimento e às diversas formas de compreendê-lo, mas também está voltado aos costumes e às culturas, produzidas e conservadas nos diferentes contextos, raças, classes e povos.

A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o sucesso escolar, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe (BOURDIEU, 2007, p.73).

Neste sentido, para o autor o capital cultural tem como ponto de partida o desenvolvimento escolar, por meio do conhecimento formal escolar. Contudo, o capital cultural vai além da noção de capital escolar, caracterizando-se também como um conhecimento informal que se constitui a partir dos costumes e hábitos de cada pessoa e grupo social.

Ainda segundo, Bourdieu (2007) o capital cultural pode se apresentar em três modalidades: objetivado, incorporado ou institucionalizado. Sendo que, o primeiro diz respeito à propriedade de objetos culturais valorizados como: quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, entre outros. O segundo se refere à cultura legítima internalizada pelo indivíduo, ou seja, habilidades linguísticas, postura corporal, crenças, conhecimentos, preferências, hábitos e comportamentos relacionados à cultura dominante adquiridos e assumidos pelo sujeito. Por fim, o terceiro se refere à posse de diplomas escolares, que tendem a ser socialmente utilizados como atestados de certa formação cultural escolares.

O aluno “brasiguai” é em sua maioria o imigrante pobre, de classe social mais baixa que foi para o Paraguai, retorna para o Brasil após um período de convivência com outras línguas, muitas vezes alfabetizado no Paraguai, com outros costumes e outras relações. Ou seja, há que se reconhecer um multiculturalismo.³

Mas, quando o educador afirma que não entendiam como que os alunos “brasiguaios” “liam daquela forma e também escreviam com traços do castelhano, se pelas suas falas cotidianas não era possível identificá-los na sala de aula, afirmando que “eles falam perfeito, não falam enrolado”. (SANTOS; CAVALCANTE, 2008, p. 438). Ignora-se e oprime aquilo que o aluno já sabe e traz consigo.

Segundo Trindade e Santos (2003, p. 9):

A gente olha, mas não vê, a gente vê, mas não percebe, a gente percebe, mas não sente, a gente sente, mas não ama e, se a gente não ama a criança, a vida que ela representa, as infinitas possibilidades de manifestação dessa vida que ela traz, a gente não investe nessa vida, e se a gente não investe nessa vida, a gente não educa, e se a gente não educa no espaço/ tempo de educar, a gente mata, ou melhor, a gente não educa para a vida, a gente educa para a morte das infinitas possibilidades. A gente educa (se é que se pode dizer assim) para uma morte em vida: a invisibilidade.

³ O multiculturalismo é a valorização da diversidade cultural que busca eliminar preconceitos e estereótipos construídos historicamente, procurando formar uma sociedade alicerçada no respeito e dignidade do outro com suas diferenças. Portanto, é preciso pensar nas diferenças dentro de suas “diferenças”, e o multiculturalismo abre espaço para refletir a complexidade e as divergências classificatórias da atualidade (BARAVESCO; TACCA, 2016, p. 61).

O aluno “brasiguai” é silenciado, envergonha-se dos seus costumes e de sua cultura tanto que o aluno busca o apagamento de sua passagem pelo Paraguai, porque reconhecer seu capital cultural, faz com que sejam considerados alunos “fracos”, o que contribui para que desenvolvam uma baixa autoestima e construam para si uma identificação com o fracasso escolar.

De acordo com Cardin (2022, p. 33):

Os grupos sociais compostos por migrantes ao buscarem inserção social e laboral, além do acesso aos mais diferentes direitos, precisam “negociar” com aqueles que já estão estabelecidos. [...] A estigmatização, a xenofobia, a violência física e simbólica, são as armas mais comuns nestas situações, sendo que o uso delas, como foi afirmado, relaciona-se diretamente com a configuração social vivida.

O professor, muitas vezes a serviço do capital escolar, que prioriza o capital cultural da elite, acaba por invisibilizar o outro, por legitimar os ideais e manifestações culturais da classe dominante, valorizando apenas este grupo e deixando outros de lado.

Bourdieu (2007) deixa claro que a sociedade está dividida em classes sociais, sendo que cada classe possui um determinado grau de cultura. Ou seja, o patrimônio cultural da elite é diferente do patrimônio cultural das classes populares.

Por sua vez, muito tem sido discutido sobre o papel social e pedagógico da escola, sendo que devido as próprias características heterogêneas do público pertencente a esse espaço, há que se esperar que diferentes manifestações socioculturais ocorram, em especial em escola no contexto de fronteira.

Bourdieu (2007) salienta que as diferenças socioculturais são ignoradas pela escola, uma vez que seleciona, privilegia e até certo modo impõe a prática das manifestações e os valores culturais das classes dominantes. De acordo com o sociólogo:

[...] se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece a todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclamam ideais democráticos, ela protege melhor os

privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios. Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola, ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 2007, p. 53).

O autor sustenta que a cultura escolar está diretamente relacionada à cultura dominante, deixa claro que a escola não somente reconhece as desigualdades como também legitima a cultura da dominação. Uma vez que, os alunos que possuem um capital cultural “mais qualificado” teriam mais probabilidade de assimilar e internalizar o ensino que é proposto nas escolas e aquele que “fala enrolado” está fadado ao fracasso escolar.

Segundo Bourdieu (2007, p. 55) o capital cultural presente no ensino escolar é o capital cultural das classes dominantes, ou seja, da elite:

A cultura da elite é tão próxima da cultura escolar que as crianças originárias de um meio pequeno burguês (ou, a fortiori, camponês e operário) não podem adquirir, senão penosamente, o que é herdado pelos filhos das classes cultivadas: o estilo, o bom-gosto, o talento, em síntese, essas atitudes e aptidões que só parecem naturais e naturalmente exigíveis dos membros da classe cultivada, porque constituem a “cultura” (no sentido empregado pelos etnólogos) dessa classe. Não recebendo de suas famílias nada que lhes possa servir em sua atividade escolar, a não ser uma espécie de boa vontade cultural vazia, os filhos das classes médias são forçados a tudo esperar e a tudo receber da escola, e sujeitos, ainda por cima a serem repreendidos pela escola por suas condutas por demais “escolares”.

Neste sentido, para Bourdieu (2008b, p. 37) o sistema escolar mantém:

A ordem preexistente, isto é, a separação dos alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. Mais precisamente, através de uma série de operações de seleção, ele separa os detentores de capital cultural herdado daqueles que não o

possuem. Sendo as diferenças de aptidão inseparáveis das diferenças sociais conforme o capital herdado, ele tende a manter as diferenças sociais preexistentes.

Dessa forma, observa-se que a escola tem estado a serviço da legitimação dos ideais e manifestações culturais da classe dominante e que, portanto, todos os demais alunos oriundos de diferentes classes sociais teriam que se adaptar aos conteúdos e metodologias de ensino pensados para as classes dominantes, o que se caracteriza como violência simbólica.

Neste sentido, para Bourdieu e Passeron (1992, p. 20-22) a violência simbólica é:

Toda ação pedagógica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural. A arbitrariedade constitui-se na apresentação da cultura dominante como cultura geral, ou seja, a ação pedagógica tende à reprodução cultural e social simultaneamente. A ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido, enquanto as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação). E em um segundo sentido, na medida em que a delimitação objetivamente implicada no fato de impor e de inculcar certas significações, convencionadas, pela seleção e a exclusão que lhe é correlativa, como dignas de ser reproduzidas por uma ação pedagógica, reproduz (no duplo sentido do termo) a seleção arbitrária que um grupo ou uma classe opera objetivamente em e por seu arbitrário cultural.

Dessa maneira, compreende-se que a violência simbólica está presente no contexto escolar, pois a ação pedagógica tende a ser uma violência simbólica, uma vez que a violência praticada na educação ocorre por meio da reprodução da cultura dominante que está inserida no modelo de socialização que beneficia a reprodução da estrutura e das relações de poder das classes dominantes.

Portanto, os alunos pertencentes as classes populares, como os “brasiguaios” acabam tendo que renunciar a parte de sua identidade, referências, do seu capital cultural, para inculcar o capital cultural da elite.

Assim, considerando o contexto escolar em que alunos possuem diferentes estruturas familiares, econômicas e culturais, mas que são tratados

de forma igual, e que tais características refletem diretamente em suas ações em sala aula, será neste momento que a violência simbólica ocorrerá.

Uma vez que, quando a escola padroniza as ações pedagógicas impondo e esperando com que todos tenham o mesmo capital cultural surgem diversas apreciações e julgamentos por parte dos professores em relação aos alunos que não apresentam este capital cultural, o que muitas vezes levam os professores a considerarem que os alunos possuem déficit de atenção e aprendizagem, entre outros transtornos de aprendizagem simplesmente por apresentarem maiores dificuldades que os alunos oriundos de classes sociais dominantes.

Portanto, muitas vezes o professor classifica os alunos de acordo com seus diferentes comportamentos e níveis de aprendizagem não levando em conta a diferença entre o capital cultural exigido e o capital cultural que o aluno possui.

Neste sentido, a violência simbólica imposta e vivenciada no contexto escolar é um tipo de violência que ocorre de forma suave, insensível e muitas vezes invisível a suas vítimas que desconhecem a instância em que ocorre, uma vez que acontecem nas relações sociais em forma de dominação (BOURDIEU, 2012, p. 7).

Ainda, essa relação social oferece também uma forma de aprender a lógica da dominação, em que a dominação que é exercida por diferentes meios, tendo como objeto os conjuntos de bens simbólicos como o estilo de vida, maneira de agir, pensar, falar, entre outros e que são distintos e se tornam emblemas ou estigmas, dos quais são eficientes simbolicamente, sendo inteiramente arbitrária (BOURDIEU, 2012, p. 8).

Portanto, a violência simbólica no contexto escolar ocorre sem necessariamente coerção física, acontecendo geralmente de forma velada, muitas vezes sem ser questionada devido a aceitação da legitimação do poder simbólico.

Assim, através da violência simbólica a escola consegue legitimar a teoria da dominação, dominação que ocorre por meio de um processo de naturalização da estrutura vigente, sem que o aluno oriundo das classes sociais mais baixas sequer perceba esse processo.

Portanto, as ações pedagógicas que deveriam transmitir conceitos, métodos, instrumentos para a construção da realidade e o desenvolvimento do senso crítico que segundo preconizado pela organização formal do sistema escolar seria igual para todos. Acaba tendo uma destinação desigual por meio da violência simbólica.

Dessa forma, a violência simbólica está presente no contexto escolar das escolas brasileiras por meio da imposição do capital cultural dominante sobre o capital cultural do aluno que ocorre por meio da socialização, sendo que com o aluno “brasiguaiio” esta imposição é ainda maior.

3 Considerações finais

Os levantamentos feitos por este trabalho não visam esgotar o tema, mas discutir a temática que mesmo sendo complexa deve ser tarefa de toda sociedade, uma vez que as reflexões propostas por este artigo buscaram contribuir para avanços no processo educacional. Pois, somente a partir de estudos, debates e reflexões a esse respeito será possível mudanças capazes de contribuir para a transformação social.

Neste sentido, observou-se que a escola ao dispensar formalmente o mesmo tratamento a todos os alunos, ao desconsiderarem por completo o contexto da fronteira, o capital cultural dos alunos “brasiguaios” e esperarem que todos tenham as mesmas chances, pelo simples fato de todos alunos assistirem às mesmas aulas, terem as mesmas formas de avaliação e a obedecerem às mesmas regras faz com que os alunos sofram violência simbólica, bem como haja a produção e reprodução das desigualdades sociais.

Uma vez que, o sistema educacional do modo como é estruturado, partindo do capital cultural proveniente das classes dominantes contribui para manter e naturalizar práticas de comportamento que apontam para a violência simbólica no contexto escolar.

Neste sentido, a partir das reflexões das teorias e conceitos de Bourdieu (1989, 2007, 2008, 2012) observou-se que ao (re)pensar esse espaço, ou seja, ter um novo olhar sobre as ações pedagógicas é possível perceber que estas refletem formas de violência simbólica, uma vez que ao privilegiarem o capital cultural da elite se incluem alguns, em detrimento da exclusão de muitos outros advindos de classes populares, incluindo neste grupo o brasileiro pobre que viveu no Paraguai e retornou para o Brasil.

Assim, observou-se ainda que a escola abriga uma antinomia entre o que tenta oferecer e o que realmente é oferecido, pois um espaço que deveria ser um espaço de libertação, humanização e acolhimento no processo de ensino-aprendizagem, acaba por produzir e reproduzir as desigualdades sociais.

Uma vez que, estudantes com acesso e posse do capital cultural da classe dominante possuem melhores possibilidade de atingirem resultados positivos no ensino, porque a própria escola desconsidera ou não se aproxima dos conteúdos e capital cultural trazido pelos alunos das classes inferiores.

Pois, conforme Bourdieu (2007) a escola não é neutra e privilegia a cultura das classes superiores, a cultura do dom individual, gera violência simbólica em seus procedimentos e reproduz as desigualdades sociais.

Dessa forma, (re)pensar à educação em contexto de fronteira a partir das teorias e conceitos de Bourdieu permite com que se adote um olhar mais crítico sobre as ações pedagógicas, bem como propicia voltar um olhar mais atento para os alunos de classes populares e considerar a estrutural social e cultural desses estudantes assim como para a própria realidade escolar.

4 Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 137-166, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br /j /há /a /cthfCSRbsgk KrHFpGm 4c9Rf/? Format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BAVARESCO, P. R.; TACCA, D. P. Multiculturalismo e diversidade cultural: uma reflexão. **Unoesc & Ciência - ACHS**. Joaçaba, v. 7, n. 1, jan./jun. 2016, p. 61-68.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. 9 ed. São Paulo: Papirus Editora, 2008b.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1992.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

CARDIN, E. G. Volta para o lugar de onde veio! O lugar da xenofobia e a demarcação social. **Revista Geopantanal**. n. 32, jan./jun. 2022, p. 26 – 43. Disponível em: <https://seer.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/16475>. Acesso em: 03 out. 2022.

COLOGNESE, S. A. Brasiguaios: uma identidade na fronteira Brasil/Paraguai. **Tempo da Ciência**. V. 19, n. 38, 2º semestre 2012, p. 145-157.

ITAIPUBINACIONAL. **Bã-a-Bá de Itaipu**: mantenha sempre à mão. Foz do Iguaçu: Assessoria de Comunicação Social, 2012. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/BX_beaba_OK.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.

ODDONE, H. **Perfil migratorio del Paraguay**. Buenos Aires, Organización Internacional para las Migraciones. 2011. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/perfilmigratoriodeparaguay.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PRESSE, F. **Brasil e Paraguai fecham acordo sobre Itaipu**; país pagará o triplo por energia. Assunção, 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u600336.shtml>. Acesso em: 03 ago. 2022.

SANTOS, M. E. P.; CAVALCANTI, M. C. Identidades Híbridas, Língua(gens) provisórias-alunos “brasiguaios” em foco. **Trab. Ling. Aplic.**, v. 47(2), Jul./Dez. 2008, p. 429-446. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/ykkZSktdD38y6Y6GXfmXsyXB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2022.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios**: conflito e identidade em fronteiras internacionais. Volume I. 213 f. 1992. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

TRINDADE, A. L. da; SANTOS, R. **Multiculturalismo**: mil e uma faces da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

A pluralidade linguística e cultural evidenciada nas escolas municipais de Cascavel-PR

Quézia Cavalheiro Mingorance Ramos¹
Sanimar Busse²

Resumo: Este artigo apresenta um levantamento de dados desenvolvido ao longo de uma pesquisa de doutorado em andamento, a respeito do número de alunos imigrantes matriculados nas escolas municipais de Cascavel-PR. Nossos propósitos são evidenciar a pluralidade linguístico-cultural nas escolas da cidade, em um país no qual está, ainda, bastante arraigada a cultura do monolinguismo, e verificar se a Proposta Pedagógica Curricular da Associação de Municípios do Oeste do Paraná (AMOP, 2020), documento que aponta caminhos para o ensino-aprendizagem no contexto do Oeste paranaense, traz orientações para práticas escolares plurilíngues. Tanto a coleta dos dados como a análise documental revelam a necessidade de professores e coordenadores, por meio de aprimoramento formativo, aliado a uma proposta de pesquisa-ação, traçar caminhos possíveis não só para o recebimento de alunos imigrantes como também para a promoção e manutenção da pluralidade linguística nas escolas de Cascavel-PR.

Palavras-chave: Pluralidade linguístico-cultural; Escolas; Cascavel-PR; PPC/AMOP.

The linguistic and cultural plurality as evidenced in the municipal schools of Cascavel-PR

¹ Doutoranda em Letras (área de concentração: Linguagem e Sociedade) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professora colaboradora na mesma universidade. E-mail: queziacavalheiro06@hotmail.com

² Doutora em Estudos da Linguagem, pela Universidade Estadual de Londrina/UUEL. Professora efetiva da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: sani_mar@yahoo.com.br

Abstract: This article presents a data collection carried out during ongoing doctoral research, regarding the number of immigrant students enrolled in municipal schools in Cascavel-PR. Our objectives are to highlight the linguistic-cultural plurality in the city's schools, in a country where the culture of monolingualism is still very deep-rooted, and to verify if the Curricular Pedagogical Proposal of the Association of Municipalities of the West of Paraná (AMOP, 2020), a document that indicates ways for teaching and learning in the context of western Paraná, provides guidelines for plurilingual school practices. Both data collection and document analysis alike reveal the need for teachers and coordinators, through training improvement, combined with a research and action proposal, to outline possible ways not only for receiving immigrant students but also for the promotion and maintenance of linguistic plurality in the schools of Cascavel-PR.

Keywords: Linguistic-cultural plurality; Schools; Cascavel-PR; PPC/AMOP.

Alguns dados sobre imigração no Brasil

A história do mundo se constrói nas e pelas “andanças”. As ondas de migração, desde as mais antigas colonizações, resultam em mudanças sociais, geográficas e enriquecimentos culturais. Conseqüentemente, também figuram colonizações linguísticas e culturais, que, por sua vez, desencadeiam apagamentos linguístico-culturais e estereótipos cristalizados sobre o sujeito imigrante. E, se lançamos nosso olhar para a fronteira, o contato linguístico-cultural parece ser ainda mais evidente, pois a proximidade entre países facilita o deslocamento dos povos e intensifica o intercâmbio cultural.

Inúmeras razões levam os povos a cruzarem as fronteiras e chegar, por exemplo, ao Brasil. Uma delas é buscar refúgio, como ocorreu com muitos venezuelanos, haitianos e cubanos nas últimas décadas. Conforme dados apresentados na página da ACNUR (2020), até o final de 2019, mais de quatro milhões de venezuelanos deixaram o país e buscaram refúgio em outros territórios da América Latina, entre eles, o brasileiro. Ainda, segundo informações da mesma página e números do relatório ‘Tendências Globais’, 79,5 milhões de pessoas se deslocavam, no mundo, por conta de guerras, conflitos e perseguições. Em 2010, um terremoto de alta magnitude atingiu o Haiti, uma das maiores razões para que muitos haitianos deixassem seu país e imigrasse a outros da América. De acordo com dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019), haitianos, venezuelanos e colombianos

são as três principais nacionalidades que formaram o grupo de imigrantes no Brasil em 2018.

Dentre os grupos de imigrantes, chegam ao país não só adultos, mas também crianças, que passam a frequentar a rede pública, ainda sem saber falar a língua portuguesa, e, por isso, “acabam frequentando as aulas sem conseguir se comunicar com os professores e colegas e, principalmente, sem entender os conteúdos desenvolvidos em sala” (INSTITUTO UNIBANCO, 2018, n.p.).

Divulgou-se, ainda, na página do Agência Brasil (2021), que o número de estudantes imigrantes matriculados na rede básica de ensino no Brasil passou de 41.916 em 2010 para 122.900 em 2020. Embora o ambiente escolar se constitua pela e na diversidade, é comum que o sistema de educação imponha a língua oficial do país como língua dominante dentro das escolas, fomentando, de certa forma, o monolinguísmo. Desse contexto emerge nossa primeira preocupação: a atenção dada, ou não, à presença de outras línguas, que não a portuguesa, nas propostas pedagógicas curriculares e nas escolas.

Este artigo apresenta um breve recorte da coleta de dados feita em 2022, tanto na Secretaria Municipal de Educação de Cascavel-PR, ilustrando o número de alunos imigrantes matriculados em escolas municipais, como em uma das escolas municipais que os recebe. Antes da apresentação dos dados, fazemos um recorrido histórico; na sequência, propomos uma análise documental da Proposta Pedagógica Curricular da Associação de Municípios do Oeste do Paraná (AMOP, 2020), documento que aponta caminhos para o ensino-aprendizagem no contexto fronteiriço do Oeste paranaense; por fim, discutimos alguns dos registros feitos durante a visita a uma escola que conta alunos imigrantes.

Marcas históricas

A história linguística brasileira está marcada por uma sequência de políticas linguísticas homogeneizadoras e repressivas, conforme explica Oliveira (2009). O Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro, tinham como política a imposição do português como a única língua legítima, considerando-a companheira do Império. Assim, “a política linguística do estado sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas) através de *deslocamento*

linguístico, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa” (OLIVEIRA, 2009, p. 2, destaques do autor).

O desaparecimento de línguas indígenas tem relação, entre outros fatores, com o Diretório dos Índios, de 1757, um documento com o qual Marquês de Pombal, ministro do rei de Portugal D. José I, legisla e expressa normas da política indígena em todo o país, entre eles a substituição das línguas indígenas pela língua portuguesa (ou língua do príncipe) como forma de “desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes” (NAÇÃO MESTIÇA, 2015, n. p.).

Oliveira (2009) atenta para o fato de que mais do que preconceito ou desconhecimento da realidade, a proposta de construir um país monolíngue faz parte, também, de um projeto político contraditório quando compreendemos as estimativas feitas pelo Grupo de Diversidade Linguística do Brasil e publicadas no Decreto n. 7.387, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, por meio do qual reconhecem-se e valorizam-se as “línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 1º). Sabe-se que, no Brasil, são faladas cerca de 210 línguas. Dessas, 180, aproximadamente, são faladas por grupos indígenas (línguas autóctones) e 30, por comunidades de descendentes de imigrantes (línguas alóctones). Usam-se, ainda, pelo menos, duas línguas de sinais de comunidades surdas, línguas crioulas e práticas linguísticas diferenciadas nas comunidades remanescentes de quilombos ou afro-brasileiras. Além desse cenário linguístico, há uma ampla riqueza de variedades na própria língua portuguesa.

A região onde se encontra o Paraná, estado que compõe o *locus* da pesquisa, constitui-se de ampla diversidade étnica, cultural e linguística, dado que se configurou e ainda se configura como destino de muitos imigrantes, atraídos pelo mercado de trabalho, principalmente o das agroindústrias. O Mapa Auxiliar IV do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS* (2002, *apud* KOCH, 2011) ilustra, por exemplo, a presença de grupos étnicos – e, conseqüentemente, do plurilinguismo – na região Sul brasileira. A partir dele, confirma-se a significativa imigração alemão, italiana, polonesa, japonesa compondo o estado paranaense. Há também as línguas indígenas, que se somam às línguas dos imigrantes na composição da pluralidade linguística do território brasileiro. Ao longo da história mais recente, de 1990 até este ano, outros grupos – como haitianos, venezuelanos, colombianos – têm deixado suas nações, com destino ao Brasil, buscando refúgio ou outras condições de vida, trazendo, felizmente, um rico acervo cultural, linguístico e histórico.

Em contextos monolíngues e monoculturais, nos quais não há preservação da diversidade linguístico-cultural, acaba ocorrendo a perda ou a rejeição de línguas e culturas, que, na condição de minorizadas, sofrem por conta de medidas impositivas que prezam, somente, pela língua de prestígio. Isso ocorreu no Brasil, durante o Estado Novo (1937-1945) e o processo de nacionalização do ensino. Agosto de 1939 foi marcado pelo Decreto-Lei n. 1.545, no qual se propunha a proibição do uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar e determinava o uso da “língua nacional” em prédicas religiosas. Atendendo à legislação da ditadura Vargas, no dia 2 de março de 1942, o quadro que se vê abaixo foi obrigatoriamente exposto em casas comerciais, repartições públicas, clubes, ou em locais de aglomeração pública, no qual estava expressa a proibição de falar-se, especialmente, alemão, italiano e japonês, línguas dos países do Eixo, da Segunda Guerra Mundial.



Fonte: (SEIBEL, 2018).

Na história atual, mais de 150 línguas indígenas são faladas no país, além das línguas de imigração, da Libras e outras variantes. Entretanto, o português, língua imposta pela corte luso-europeia, e única língua oficial, a nível nacional é a privilegiada na maioria dos contextos. Para a pesquisadora da UFRJ, Clarissa Rodrigues Gonzalez, isso se configura como um “fetichismo monolíngue”, ou seja, “a materialização de um desejo que satisfaz determinados interesses (imperialistas) e anseios (linguístico-territorializantes)” (GONZALEZ, 2022, s. p.).

No Brasil, ainda existe uma ferida colonial em cicatrização (e há quem diga que ela nunca cicatriza). Essa ferida é uma marca que envolve diversas questões, entre as quais, está o reconhecimento e a preservação de outras línguas e variantes da nossa língua. A dor dessa ferida é sentida, também, por

imigrantes que, por quaisquer que sejam as razões, chegam ao Brasil e acabam apagando (ou tendo apagados) seus traços linguístico-culturais.

A imigração e a diversidade linguístico-cultural nas escolas de Cascavel-PR

Para conhecermos possíveis demandas em relação à presença de alunos imigrantes nas escolas de Cascavel-PR e, conseqüentemente, o trabalho linguístico-cultural desenvolvido com e para eles, em 2021, entramos em contato com o departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A secretaria confirmou a necessidade de pesquisas que pudessem subsidiar o trabalho dos professores, sobretudo, nas escolas que mais continham alunos de outros países matriculados.

Os primeiros passos da pesquisa requeriam visualizar qual era a quantidade de alunos imigrantes matriculados nas escolas da cidade. Por isso, em março de 2022, solicitamos, por meio de um ofício à SEMED de Cascavel, informações sobre quantas eram essas matrículas. Conforme o relatório que recebemos em junho, são 637 alunas e alunos de outras nacionalidades matriculados nas 64 escolas municipais de Cascavel. Replicamos, abaixo, a tabela que recebemos, contendo quantidade de matrículas e nacionalidade desses alunos.

Quadro 1: Matrículas de alunos imigrantes nas escolas municipais

Nacionalidade	Matrículas	Nacionalidade	Matrículas
Venezuela	389	Chile	2
Haiti	157	Estado Plurinacional da Bolívia	2
Paraguai	46	Suíça	1
Argentina	18	Nova Zelândia	1
Colômbia	6	Guiné Equatorial	1
Peru	3	Estados Unidos da América	1
Cuba	3	Equador	1
Portugal	2	Emirados Árabes Unidos	1
Espanha	2	Costa Rica	1
Total de matrículas: 637			

Fonte: Arquivo da SEMED de Cascavel enviado às pesquisadoras.

O quadro evidencia que escolas municipais de Cascavel-PR contam com uma diversidade de dezoito nacionalidades e, conseqüentemente, com a presença de outras línguas além do português brasileiro. As várias discussões acerca de diversidade atentam para o respeito, para o acolhimento e/ou para a inclusão, o que não é, ou não deveria ser, diferente ao tratar-se de outras culturas na escola. Discutimos, na seção seguinte, se a Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Fundamental (anos iniciais) da AMOP (2020) orienta para o trabalho com a diversidade sociolinguístico-cultural, sob uma perspectiva plurilinguística, no contexto da escola.

O percurso da pesquisa nos fez notar que a discussão a respeito dos alunos vindos de outros países demanda atentar-nos para os termos escolhidos ao referir-nos a eles. A mobilidade espacial deu espaço não só para o termo ‘imigrante’, como também para ‘refugiado’, ‘brasiguai’, ‘fronteiriço’, entre outros. Localidades paranaenses de fronteira, como Foz do Iguaçu e Santo Antonio do Sudoeste, evidenciam, ainda mais do que Cascavel, a presença de fronteiriços e/ou de brasiguaios. Sobretudo este último, trata-se de um termo com uma definição bastante discutida nos estudos sobre fronteira e designa uma identidade imprecisa e mutável, segundo Albuquerque (2009). ‘Refugiado’, por sua vez, é aquele que se desloca de seu país devido a perseguições, decorrentes de estigmas ligados à raça, à religião, à nacionalidade, ao grupo social, à política, ou devido à violação de direitos humanos e conflitos armados (ACNUR, 2022). De todas as formas, qualquer um dos termos designam identidades e deles emergem crenças.

Tendo em conta os dados disponibilizados pela SEMED de Cascavel, vemos que a variedade de nacionalidades entre as escolas é significativa, havendo, inclusive, alunos de outros continentes; ademais, Cascavel não compartilha limites geográficos com nenhum país, apesar de estar muito próximo à fronteira. Dessa forma, optamos, nesta pesquisa, empregar o termo ‘alunos imigrantes’, compreendendo que esses alunos bem como suas famílias podem estar na “condição de imigrante”, dadas as diversas causas que os trouxeram ao Brasil e a outras que podem levá-los a retornarem ao país de origem.

A diversidade sociolinguístico-cultural da Região Oeste (não)contemplada na Proposta Pedagógica Curricular da AMOP

A Proposta Pedagógica Curricular – PPC do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP, 2020), readequada a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), busca apontar caminhos para o trabalho docente com os componentes curriculares, direcionando a concepção que norteia o ensino, os pressupostos filosóficos, teórico-metodológicos, objetivos de aprendizagem e avaliação, traçando orientações sem desconsiderar a realidade específica de cada região, portanto, sendo necessárias adequações a partir desse documento aos Projetos Políticos Pedagógicos de cada instituição. Para compreendermos como a PPC trata a diversidade sócio-linguístico-cultural e orienta as práticas escolares, analisamos alguns trechos da proposta, nos quais podem estar as seguintes palavras-chave: língua, língua estrangeira, espanhol, fronteira, imigrantes, plurilinguismo, multilinguismo, diversidade linguística e diversidade cultural.

A PPC, diferentemente do que se vê na BNCC, traz em nota de rodapé, uma definição do que é fronteira. Ampliando noções pautadas somente em coordenadas geográficas e citando Piaia (2013), a Proposta compreende fronteira como lugar de encontro onde acontece a troca, a comunicação e a percepção das diferenças. Apesar de o termo fronteira ser de definição complexa, o documento se posiciona de forma a conduzir os olhares docentes frente às múltiplas faces do contexto fronteiriço.

Há, na PPC, uma seção para definir os Pressupostos Legais que darão sustentação à prática docente e que decorrem da legislação educacional. Nessa seção, recorre-se à Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, que estabelece “o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica na perspectiva do desenvolvimento de práticas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira” (BRASIL, 2017, art. 8). Destacamos, ainda, em vista das exigências e referências legais, que a PPC indica uma série de regulamentações com intuito de direcionar a organização das disciplinas, levando em consideração a diversidade étnica, linguística e cultural prevista na CNE/CP n. 14, de 07 de dezembro de 2011, característica a contextos de fronteira, especialmente, na região Oeste do Paraná, foco deste trabalho.

O caminho que a PPC vai tomando, tendo em conta as resoluções e regulamentações indicadas, parece levar-nos a compreensões de ensino plurilinguístico-culturais, entretanto, ao buscarmos referências ou orientações em relação às línguas estrangeiras na PPC, encontramos somente um parágrafo, na página 31, no qual se fala dos currículos de Língua Estrangeira - LE e no qual são mencionadas somente as línguas inglesa e espanhola. Em vista das pistas deixadas em outros fragmentos da PPC, esperava-se que o

tratamento dado a outras línguas, além da língua portuguesa, no contexto escolar, fosse mais explorado.

Outra expectativa que se constrói em relação à PPC diz respeito à tabela de descrição de conteúdos apresentada a partir da página 278. Nela, temos explícito o detalhamento dos conteúdos referentes a cada disciplina e, para nosso estranhamento e surpresa, não encontramos nenhuma menção às línguas inglesa e espanhola (e tampouco a outras), bem como a sua organização de conteúdo. Nesse viés, a PPC acaba se contradizendo ao não garantir orientações, discussões ou detalhamento de conteúdos a respeito de línguas estrangeiras ou línguas adicionais. Ou seja, não ocorre a manutenção da perspectiva que parece adotar nas primeiras seções.

Uma das unidades temáticas do quadro de descrição dos conteúdos de História (5º ano) contempla: ‘Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social’. Nela são contemplados diferentes objetos do conhecimento e seus respectivos objetivos de aprendizagem. Entre eles, espera-se, por exemplo, que os alunos identifiquem os processos de formação das culturas e dos povos, valorizem a cultura dos povos indígenas, africanos e europeus que formaram a população brasileira e do estado do Paraná, sob uma perspectiva histórica. O objeto do conhecimento ‘Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas’ explicita, como objetivo de aprendizagem, o reconhecimento “de grupos de imigrantes e migrantes que formam a população da cidade, do estado e/ou do país e suas contribuições” (AMOP, 2020, p. 463) além do conhecimento, respeito e valorização das diferenças étnicas, regionais, ambientais e culturais que caracterizam o território paranaense relacionando-as aos movimentos migratórios (BRASIL - BNCC, 2017).

Embora esses objetivos estejam incluídos no conteúdo programático de história, compreendemos que “tudo, absolutamente tudo – todas as disciplinas, todas as vivências, todas as interações –, passa pelo crivo da língua, tem o dedo da língua” (OLIVEIRA e ALTENHOFEN, 2011, p. 194-195) e que, de certa forma, a Proposta adota uma perspectiva cuidadosa no que tange à escolha dos temas, dos documentos e das linguagens, a fim de que o professor proporcione aos alunos uma aprendizagem significativa, crítica, reflexiva, articulada com temas transversais. Por outro lado, ir por essa via pode acabar demandando apenas do professor o estabelecimento de práticas transdisciplinares, que proponham diálogos entre os estudos da linguagem/língua e a representatividade dos povos imigrantes na diversidade sócio-linguístico-cultural. A educação para o plurilinguismo, entretanto, não se resume a atribuir aos professores mais responsabilidades, entre tantas demandas que atendem diariamente, afinal é necessário considerar que cada

um pode ter recebido uma formação, seja inicial, seja continuada, diferente, sobretudo, no tocante à língua e o seu funcionamento.

A respeito dos termos ‘plurilinguismo’ e ‘multilinguismo’ não encontramos nenhuma referência no documento. Face as discussões trazidas, reafirmamos a necessidade de ações, de orientações, de documentos que não se orientem apenas por critérios mercadológicos, de políticas linguísticas que valorizem os sujeitos plurilíngues que estão nas salas de aulas, dever, primeiramente, do Estado, que é o principal articulador para tais ações.

O ‘desafio’ vivido nas escolas

Como dito no início deste artigo, os dados aqui apresentados compõem parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo é propor uma Pesquisa-Ação Participativa, o que requer construir espaços de interação com professores e coordenadores de escolas de Cascavel-PR. Por isso, esta pesquisa vai-se construindo nos e pelos diálogos, nas e pelas interações com os atores do enredo escolar e nos e através dos olhares daqueles que já se propuseram e se propõem a participar da investigação.

Pensando na construção de um diálogo mais estreito com as escolas, visitamos uma das que, segundo relatórios da Secretaria, recebia um número significativos de imigrantes (31 matrículas), localizada na região norte da cidade. Pudemos conversar com uma das coordenadoras dos 4º anos, que explicou como tem ocorrido o recebimento de alunos de outros países. Nesse diálogo, ela disse que os alunos imigrantes eram era, majoritariamente, senão todos, vindos da Venezuela.

Ao longo do diálogo, uma palavra que se repetiu foi ‘desafio’, especialmente quando falávamos da comunicação entre a escola – entendendo-a como um espaço composto por diferentes sujeitos –, os alunos imigrantes e as suas famílias. A segunda acepção para o vocábulo ‘desafio’ do Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio (2010) define-o como “incitação à disputa, à luta; provocação”, levando-nos questionar se o emprego desse termo não revelaria sujeitos que se sentem incitados a lutar em situações nas quais não encontram caminhos, ou seja, em momentos nos quais não enxergam saídas para comunicar-se com os novos alunos e acolhe-los adequadamente. A língua aparece como a primeira barreira e também a primeira preocupação, já que a escola espera que os alunos possam aprender a língua portuguesa, para, assim, realizarem as atividades propostas, comunicarem-se com os colegas de classe e com os demais sujeitos da escola.

A necessidade de interagir com os alunos e com seus familiares demonstra, logicamente, uma preocupação pertinente. Para isso, recorrem-se a estratégias para que eles aprendem a língua portuguesa o quanto antes, sendo, uma delas, frequentar o reforço escolar. De forma geral, esta é a saída encontrada para o acolhimento desses alunos na escola. Vale, contudo, destacar que “[os] efeitos ideológicos de um processo colonizador materializam-se em consonância com um processo de colonização linguística” (MARIANI, 2004, p. 25), podendo supor, ainda que sem perceber, a imposição de uma única língua e cultura. Em outras palavras, acha-se, no ensino da língua portuguesa ou no domínio dela, a única solução para o desafio de que tanto se fala.

Na ocasião, a coordenadora nos explicou também que não recebem nenhum encaminhamento formalizado para o acolhimento de alunos imigrantes. O que se tem feito é seguir sugestões de colegas de outras escolas que já os haviam recebido. Assim, a coordenação, em geral, acaba aplicando uma avaliação de nivelamento, em língua portuguesa, para confirmar a informação sobre o ano escolar que está explícita na documentação que chega à escola. No mês em que fizemos a visita (outubro de 2022), uma aluna venezuelana acabava de ser matriculada. Pudemos, então, ter acesso ao documento entregue à escola pela família da aluna, o qual se assemelhava muito a uma declaração (senão o era), preenchida à mão, em que se lia que a aluna estava matriculada no 4º quarto ano de uma escola venezuelana. Não chegou até a escola nenhum outro documento ou histórico escolar que pudesse dar mais detalhes sobre a vida escolar da aluna, segundo o que nos contou a coordenadora.

A ida à escola trouxe à luz lacunas que já eram sabidas: ainda faltam ações, incentivos, pesquisas, mas, especialmente, políticas linguísticas para imigrantes que subsidiem o trabalho dentro do espaço escolar. Vale considerar, ainda, que a necessidade obrigatória, desdobrada na ânsia de que novos alunos dominem o quanto antes a língua portuguesa, perigosamente, esconde-se por trás de um discurso que, ainda quando despercebido, está à serviço de uma educação muito impositiva.

Próximos passos

Este artigo trouxe um recorte dos dados que estão sendo coletados para uma pesquisa de doutorado cujo tema é a pluralidade linguístico-cultural no espaço escolar face ao número de alunos imigrantes matriculados nas escolas municipais de Cascavel-PR. A coleta dos dados resulta de interações

feitas com o departamento pedagógico da SEMED de Cascavel-PR e com a coordenação de uma escola municipal.

Neste artigo, propusemo-nos a evidenciar a pluralidade linguístico-cultural nas escolas da cidade, a verificar se a PPC/AMOP (2020) traz recomendação para práticas escolares plurilíngues e a discutir alguns dos registros feitos durante a visita a uma escola. Analisamos alguns fragmentos da PPC e percebemos um avanço com relação à compreensão de fronteira – se comparada com a BNCC, estudo feito por nós anteriormente –, uma vez que o documento apresenta uma definição que supera o entendimento meramente geográfico. Nota-se, ainda, que a PPC analisada assume o compromisso de trazer, além de conteúdos, compreensões sobre pressupostos filosóficos, psicológicos, pedagógicos e legais. Contudo, por ser um documento reconstruído após a publicação da BNCC, não percebemos avanços significativos no que tange a encaminhamentos docentes para o trabalho com a diversidade sócio-linguístico-cultural e, tampouco, com outras línguas.

Assim, tratar das questões de plurilinguismo e da imigração mais recente no Paraná fica a cargo de cada professor, que, por sua vez, acaba não recebendo orientações a respeito de línguas adicionais, sejam elas, de imigração, de heranças ou estrangeiras, justificando, de certa forma, o uso do vocábulo “desafio” problematizado neste artigo. Sem praticamente nenhum recurso, professores e coordenadores se sentem desafiados, provocados a buscar estratégias para o recebimento adequado de alunos imigrantes, que, por sua vez, também foram postos em uma condição na qual precisam lidar com a tensão do contato-linguístico-cultural. De ambos os lados, há sujeitos que dispõem de quase nenhum subsídio.

Ao ter em conta a análise realizada e os dados expostos, confirma-se a necessidade de “uma reforma linguística do país que permita uma reação coletiva positiva frente às novas demandas da globalização e da inclusão cultural e linguística” (OLIVEIRA; ALTENHOFEN, 2011, p. 211). Ações que nascem do diálogo entre a universidade e as escolas, que (re)afirmam e que promovem a pluralidade linguístico-cultural em contextos escolares, de nenhum modo, revoca o envolvimento do Estado.

Referências

ACNUR. **Deslocamento forçado quebra recorde em 2019**. 2020. Disponível em : <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/>

Deslocamento-forcado-quebra-recorde-em-2019/ #:~: text=No%20final%20de%202019%2C%20um,8%20milh%C3%B5es%20no%20ano%20anterior. Acesso em 25 ago. 2021.

ACNUR. **Refugiados**. Disponível em: <https://www.acnur.org/português/quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em 25 out. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. **Número de novos imigrantes cresce 24,4% no Brasil em dez anos**. Agência Brasil. Publicado em 7/12/2021 -Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/node/1430819>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.

AMOP. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. **Proposta pedagógica curricular: ensino fundamental (anos iniciais)**. Cascavel: Ed. do autor, 2020. 544p.

BRASIL. **Decreto-lei n. 1.545/1939**. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Diário Oficial da União, seção 1, Rio de Janeiro, página 20674, - 28 jul. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 14/2011**. Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância. Conselho Nacional de educação – CNE. Publicado no D.O.U., 2012, seção 1, p. 24.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). **Resolução CNE/CP nº 02/2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 41-44, 22 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei n. 7.387/2010**. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm. Acesso em: 28 ago. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>, 2017. Acesso em: 15 out. 2021.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GONZALEZ, C. Brasil e o fetiche monolíngue: narcisismo e apagamentos. **Contxt**. Cultura. 11 abr. 2022. Disponível em: <https://contxt.lettras.ufrj.br/item/65-brasil-e-o-fetiche-monolingue.html>. Acesso em: 28 ago. 2022

INSTITUTO UNIBANCO. Equidade: o papel da gestão no acolhimento de alunos imigrantes. **Aprendizagem em foco**. n. 38, fev. 2018. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/?s=aprendizagem+em+foco>. Acesso em 27 set. 2020.

KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário S. (Orgs.). **Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)**: Introdução, Cartas fonéticas e morfossintáticas. 2a. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. 512 p.

MARIANI, B. **Colonização Linguística**: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII). Campinas: Pontes Editores, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Migração**: Brasil registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018. Publicado em: 22/08/2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2019/08/brasil-registra-mais-de-700-mil-migrantes-entre-2010-e-2018>. Acesso em: 12 nov. 2022

NAÇÃO MESTIÇA. **Diretório dos Índios (1755)**. 27 mai. 2015. Disponível em: https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm. Acesso em: 28 ago. 2022.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: SILVA, F. L. da; MOURA, H. M. de H. (Org.) **Direito à fala**: a questão do preconceito lingüístico. Florianópolis: Insular, 2000. p. 83-92.

OLIVEIRA, G. M.; ALTENHOFEN, C. V. O *in vitro* e o *in vivo* na política da diversidade linguística do Brasil. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo. V.; RASO, Tommaso. (org.). **Os contatos lingüísticos no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 187-216.

PIAIA, Vander. **Terra, sangue e ambição** – a gênese de Cascavel. Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

SEIBEL, Ivan. **Folha Pomerana Express n.231**, 2018. Disponível em: <http://folhapomeranaexpress.blogspot.com/2018/03/n-231-2018-o-19-de-agosto-de-1942-em.html>.

Áreas protegidas e conflitos socioambientais: desafios às políticas públicas de desenvolvimento na faixa de fronteira do Acre (BR)

Sofia Magalhães Villa Bôas¹
Leandro Oliveira de Lima²

Resumo: O presente trabalho traz uma abordagem acerca da origem das áreas protegidas e os conflitos socioambientais em áreas protegidas no estado do Acre enquanto desafio às políticas públicas de desenvolvimento. O artigo enfatiza a importância das unidades de conservação para a preservação das Terras Indígenas localizadas na fronteira do bioma Amazônia. Após a espacialização dos parques nacionais, o texto destaca a relevância de tais áreas na região Norte do Brasil para a qualidade de vida das populações fronteiriças, com destaque para os territórios indígenas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pautada em análise bibliográfica e documental, sob a ótica das Ciências Ambientais e da Geografia.

Palavras-chave: Acre; Conflitos socioambientais; Áreas protegidas; Fronteira Brasil-Peru.

Protected areas and socio-environmental conflicts: challenges to public development policies on the border strip of Acre (BR)

Abstract: The present work presents an approach about the origin of protected areas and the socio-environmental conflicts in protected areas on the border strip of the Brazilian state of Acre as a challenge to public development policies. The article emphasizes the importance of conservation units for the preservation of indigenous lands located on the border of the

¹ Acadêmica do curso de Ciências Ambientais pelo Instituto de Estudos Socioambientais na Universidade Federal de Goiás, E-mail: sofia.boas@discente.ufg.br.

² Leandro Oliveira de Lima - Professor Dr. Instituto de Estudos Socioambientais na Universidade Federal de Goiás, E-mail: leandro.lima@ufg.br

Amazon biome. After the spatialization of national parks, the paper highlights the relevance of such areas in the northern region of Brazil for the quality of life of border populations, emphasizing indigenous areas. This is a qualitative, based on bibliographic and documental analysis, from the perspective of Environmental Sciences and Geography.

Keywords: Acre; Socio-environmental conflicts; Protected areas; Brazil-Peru border.

1 Introdução

A zona de fronteira Brasil-Peru é marcada por conflitos socioambientais que passaram a ganhar destaque nas últimas décadas. Tais conflitos envolvem a disputa por recursos naturais, o uso coletivo e as formas de interação no território (OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar a relação entre políticas públicas e preservação que abrangem a zona de fronteira brasileiro-peruana e os conflitos que circundam a região. O artigo enfatiza ainda a importância das áreas protegidas, com destaque para os Parques Nacionais (PARNAS), bem como das terras indígenas localizadas na fronteira para a preservação do bioma Amazônia, da biodiversidade, assim como a relevância dessas áreas para a qualidade de vida dos fronteiriços. Inicialmente, o trabalho traz uma abordagem histórica acerca da institucionalização das unidades de conservação, na sequência, o texto analisa o contexto dos conflitos de visão sobre natureza e sua relação com as áreas protegidas na faixa de fronteira do Acre. Por fim, são elencados os principais conflitos em torno do uso da terra e são aferidos os desafios impostos às políticas públicas de desenvolvimento nesta zona de fronteira.

2 Origem das áreas protegidas

A história das áreas protegidas enquanto política pública tem como marco temporal a criação do Parque Nacional de Yellowstone, estabelecido em 1872, nos Estados Unidos, tendo sido este o primeiro parque nacional criado no mundo. Ainda hoje é um dos maiores ecossistemas de clima temperado. (HAINES, 1996).

A percepção da preservação da natureza, contudo, foi reforçada após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Corroborando com este entendimento, Sachs (2000) faz uma síntese sobre a emergência da ideia de “mundo” a partir da fotografia aeroespacial do planeta no contexto da Guerra Fria (1947-1991). Segundo o autor, graças a essa percepção ampliada da finitude da Terra foi possível que uma perspectiva diferente começasse a ser promovida: passou a vigorar um conceito de sistema mundial inter-relacionado, o qual é visto operando sobre um certo número de pressões comuns sobre o planeta.

Na esteira desse processo, preocupados inicialmente com a conservação do crescimento da economia, os desenvolvimentistas gradualmente adotaram aquilo que tinha a Prússia por volta de 1800 e o movimento progressivo estadunidense após 1900 no governo Roosevelt. Foi nesse contexto que a instalação dos parques se apoiou na ideia de conservação significa o maior bem para o maior número pelo tempo mais longo (SACHS, 2000). Numa espécie de corrida em favor dos recursos naturais, o pós-Guerra fez emergir diferentes movimentos contrários à ideia de crescimento econômico e à preservação, vista como ameaça de vingança da natureza. Consequentemente, a pressão pelo desenvolvimento industrial requisitou como necessário a abrangência do planejamento e a administração eficiente dos recursos naturais como parte do pacote desenvolvimentista (SACHS, 2000).

Nas palavras de Sachs (2000, p. 122) “Agiganta-se a ameaça à sobrevivência do planeta. Será que já existe o melhor pretexto para interferência? Novos campos de intervenção se abrem, a natureza se tornou domínio de políticas e uma nova safra de tecnocratas sente a vocação de conduzir o crescimento ao longo da beira do abismo”.

Conforme assevera Esteves (2006), a base legal brasileira da categoria unidade de conservação, doravante nomeados por nós de Parques Nacionais, surgiu no Código Florestal de 1934, sendo posteriormente reiterada no Código Florestal de 1965 e consagrada na Lei do Sistema de Unidade de Conservação (SUNC)³. Em relação às unidades de conservação no Brasil, o primeiro parque nacional criado foi o Parque Nacional do Itatiaia, em junho de 1937, cujo escopo foi incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. Ainda na porção sul-sudeste do território nacional, o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e o da Serra dos Órgãos, no Rio de

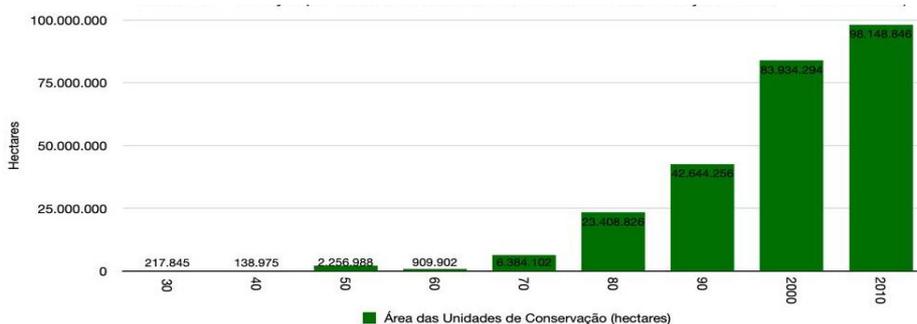
³ Conforme Esteves (2006), em 1802, registraram-se as primeiras instruções sobre a questão florestal. A primeira, regulamentando o comércio de lenha e carvão para alimentar as ferrovias, e a segunda estabelecendo normas para reflorestamento na costa do Brasil, demonstrando os esforços da introdução de práticas protecionistas ao meio ambiente.

Janeiro, foram criados em 1939. Nas décadas que se seguiram mais de 60 parques foram criados, o último deles foi Parque Nacional do Boqueirão da Onça, em 2018, totalizando 74 nessa categoria de manejo a nível federal, como registrado pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC (2022), sendo que, em 2022, todas essas unidades de conservação eram administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Cabe ressaltar que entre 1959 e 1961 foram criados doze parques nacionais, dos quais três em Goiás e um no entorno do Distrito Federal. Ainda na esteira desse processo, a migração da atividade da pecuária na direção da Amazônia induziu a criação das unidades de conservação mais importantes nessa região. Essas propostas partiram, sobretudo, de preocupações científicas e ambientalistas, por causa do rápido desmatamento na Amazônia (ESTEVES, 2006).

A expansão da fronteira agrícola, no contexto da ditadura militar (1964-1985), coincidindo com o aumento da destruição das florestas, fomentou a criação de PARNAS em outras regiões. Em relação à sua dispersão pelo território nacional, Esteves (2006) afirma que atualmente a região Norte concentra 81,6% da área total de Parques Nacionais. Apesar disso, a área total da região protegida equivale a apenas 5,7% da totalidade da região Norte. No Brasil, até 2006 existiam 62 PARNAS, totalizando 27,2 milhões de hectares, dos quais 72% no bioma Amazônia, extrapolando, portanto, a região administrativa Norte. O gráfico 1 mostra a evolução dos PARNAS do Brasil até a primeira década do presente século.

Gráfico 1 – Evolução por década da área total em Unidades de Conservação no Brasil (1930 até 2019).



Fonte: (BRASIL, 2022).

Como se percebe, o período correspondente à segunda metade do século XX e ao início do presente século marcou profundamente a questão

da preservação ambiental, fato verificado na legislação brasileira com a criação de mais 62 PARNAS até 2006, ao nível federal, além das demais unidades de conservação sob jurisdição dos estados e municípios. As regiões de Cerrado e Amazônia, duramente afetadas pelos incentivos à produção agrícola oriundos do I e do II Plano Nacional de Desenvolvimento, fizeram com que o meio ambiente fosse duramente afetado.

Destaca-se que, nesse período indicado no referido gráfico 1, que 58% dos parques criados se deram no contexto de redemocratização e da Constituição de 1988, fato que assinala que a democracia é um movimento político com repercussão positiva nos termos da preservação ambiental. Destaca-se ainda que, desses 36 parques criados pelo governo federal após a Constituição Federal de 1988 21 deles (quase 60%) estavam localizados nas regiões de fronteiras do agronegócio (domínios do Cerrado e da Amazônia). E por fim, é perceptível a proporção e a relevância do total de áreas incluídas nos PARNAS na última década do século XX (32% do total de parques criados e 40% do total das áreas protegidas por lei), fato que põem em destaque o contexto atual de “guerra de narrativas” sobre a preservação ambiental no Brasil, sobretudo de parte do espectro político da direita ao nível federal, usando indevidamente o discurso de desenvolvimento no contexto da Amazônia, na contramão da preservação ambiental, fato que põem em relevo os PARNAS enquanto políticas públicas.

A criação dos PARNAS e das unidades de conservação, contudo, não resolveu a questão fundamental da preservação ambiental no Brasil, fato destacado por Rocha, Drummond e Ganem (2010). Segundo os autores, a questão fundiária, a insegurança jurídica e a herança cultural e política brasileira em face do histórico dos órgãos que administraram os parques nacionais e as complexidades da questão fundiária são fatores determinantes dos entraves ao processo de regularização fundiária dessas áreas. Concluem os autores que a não-resolução do problema fundiário muitas vezes termina por trazer sérios problemas para a conservação das áreas, pois proprietários não-indenizados tendem a descontar o valor dos recursos naturais que motivaram a criação do parque e passam a explorá-los de forma desregulada. Nestes termos, como ilustra o Quadro 1, entendemos que a questão da regularização fundiária é central no debate sobre a efetividade das políticas públicas de preservação ambiental, haja vista que parte considerável dos conflitos de uso e ocupação, que são também questões estratégicas do ponto de vista político sobre o uso do território, coloca em xeque a própria ideia de sustentabilidade inscrita na legislação da criação dos parques nacionais.

Quadro 1 – Situação fundiária dos PARNAS brasileiros até 2010.

GRAU DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	NÚMERO E % DE PARQUES NACIONAIS
Totalmente regularizado	0 (0%)
Parcialmente regularizado	30 (58%)
Não-regularizado	22 (42%)
TOTAL	52 (100%)

Fonte: (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010).

Por sua vez, a baixa efetividade da regulação fundiária dos parques (58%) que deveriam garantir as condições de uso e permanência destas áreas, evidencia nossa preocupação com a questão indígena, que do ponto de vista territorial é mais antiga no país, haja vista a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, que viria a ser substituída pela Funai (Fundação Nacional do Índio), já na ditadura militar, em 1967.

É importante ressaltar que unidades de conservação e territórios de ocupação tradicional, como territórios quilombolas, territórios remanescentes ou terras indígenas, configuraram grupos de áreas protegidas contemplados no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), criado em 2006 (BRASIL, 2006), fruto de uma série de compromissos firmados pelo Brasil na Convenção sobre Diversidade Biológica e da Política Nacional de Biodiversidade elaborada em 2002 (IMAZON, 2021).

Sobre a manutenção da cobertura vegetal para o equilíbrio climático e ecológico, as áreas protegidas da floresta Amazônica possuem um papel fundamental em níveis local e regional. Importância atestada em experimentos científicos de grande porte e programas científicos nacionais e internacionais de monitoramento do bioma desde a década de 1980. As áreas florestadas influenciam na circulação atmosférica nos trópicos ao absorver energia e reciclar metade das precipitações pluviométricas que atingem a região (CAVALCANTI, 2021).

Para além da questão ambiental no Brasil, os parques nacionais tiveram papel geopolítico fundamental na manutenção das fronteiras. Mesmo consideradas enquanto limites naturais, os parques foram objetos de difusos interesses internacionais, fato que explica o ascendente movimento de tensão e conflitos que se estabelecem na revisão da legislação de proteção dos parques nacionais e florestas, assunto que será discutido a seguir.

3 Conflitos socioambientais na fronteira Brasil-Peru

De acordo com Sachs (2000), a emergência da questão ambiental no mundo fez com que os países criassem leis de conservação, com dispositivos necessários, tais como sistemas de monitoramento, mecanismos regulatórios e órgãos executores e fiscalizadores que passaram a demandar um aparato de serviços públicos, uma nova classe de profissionais necessária à execução das tarefas de conservação.

No tocante à fronteira Brasil-Peru, cabe ressaltar que, a faixa de fronteira do Acre abriga o Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), que foi criado em 1989, com superfície de 843.000 hectares. O PNSD é gerido pelo (ICMBio), que tem a difícil tarefa de administrar os conflitos de âmbitos fundiário, econômico, político e ambiental que envolvem povos indígenas, ribeirinhos, posseiros, barranqueiros e pequenos produtores rurais. No parque e em seu entorno imediato vivem cerca de 9.000 pessoas, descendentes de seringueiros que vivem do extrativismo, da caça e da pesca. Os impactos do uso inadequado do solo dentro e fora do PNSD são perceptíveis nas margens do Rio Moa, cuja paisagem é composta por muitas áreas desmatadas e queimadas (UC SOCIOAMBIENTAL, 2022).

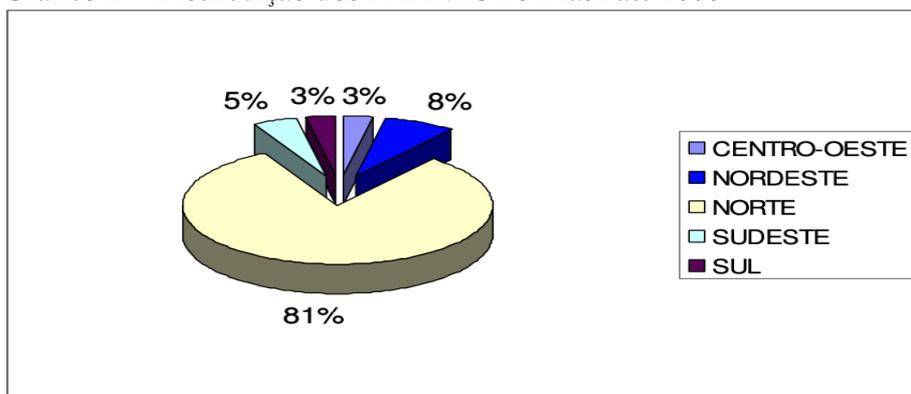
Não obstante, com a instalação dos parques, em seu sentido institucional, ao imprimir uma visão diversa sobre natureza, focalizando os numerosos “pontos fracos”, os governos instauraram sobre diferentes comunidades ecológicas novas áreas de conflitos, “necessitando” de regulamentação política. Desta forma, os parques nacionais instauraram para além dos conflitos territoriais transnacionais, um jogo de interesses, entre diferentes comunidades. Para mediar esses conflitos, o Estado assume a tarefa de juntar provas sobre as condições da natureza e os efeitos da ação do homem, de editar normas e leis para regular o comportamento, impondo a obediência às novas regras.

Nas palavras de Sachs (2000):

Embora os peritos em recursos tenham chegado em nome da proteção da natureza, sua ideia de natureza contradiz profundamente a ideia de natureza concebida pelos aldeões (...). Aplicar o rótulo “meio ambiente” ao mundo natural faz todas as qualidades concretas desvanecerem; mais ainda, faz a natureza parecer passiva e sem vida, simplesmente esperando sofrer ação externa. (SACHS, 2000, p. 127).

É dessa forma que há, no âmbito das leituras sobre as zonas de fronteiras, um confronto de visões sobre natureza, que ressignificam visões sobre políticas públicas de preservação e sobre os parques nacionais, e afetam diretamente a própria lógica da perspectiva da fronteira a partir dos conflitos socio territoriais e a elaboração de propostas de manejo dessas áreas. No Brasil, a região Norte, dado sua baixa densidade demográfica, sua posição geoestratégica e ambiental, a confluência e prevalência da criação dos PARNAS, como identificado por Esteves (2006) no Gráfico 2, tornam a leitura da questão da preservação dos povos originários indissociável da questão geopolítica brasileira. Na mesma direção, segundo o Painel de Unidades de Conservação no Brasil, dentre as 2.659 unidades de conservação cadastradas até 2022, 27,98% do total das áreas estavam situadas no bioma Amazônia, dando relevo, sobretudo, à questão estratégica da fronteira do Brasil com os demais países ao Norte.

Gráfico 2 – Distribuição dos PARNAS no Brasil até 2006



Fonte: (ESTEVES, 2006).

Ainda em relação à faixa de fronteira do Acre, cabe mencionar a Terra Indígena Nukini, demarcada e homologada em 1991, com área de 27.263 hectares. No início do século XXI o povo indígena Nukini (uma comunidade de 500 indivíduos) passou a reivindicar a ampliação do seu território. No mesmo período, o povo indígena Nawa (uma comunidade de 300 indivíduos) também passou a reclamar a regularização fundiária das terras que ocupam. Todavia, as reivindicações das populações em questão esbarram na legislação e nos limites do PNSD, uma vez que as áreas reclamadas pelos povos Nawa e Nukini abrangem parte do norte do parque (CORREIA, 2004). Nestes termos, como destacado por Rocha, Drummond e Ganem (2010) em relação à situação fundiária, e pôr Esteves (2006) nos termos da distribuição geográfica dos PARNAS, em nosso entendimento a questão transfronteiriça no Norte do país é melindrosa, pois indissociável da

questão indígena e sua fragilidade fundiária, expondo a vulnerabilidade estratégico-territorial do Brasil.

No que diz respeito à resolução dos conflitos, a ação efetiva do Estado brasileiro tem se dado por meio de “soluções” intensivas baseadas em capital, burocracia e ciência. O que importa destacar é que todas essas estratégias suscitam mais centralismo, em especial o Estado mais forte, o que intensifica a violação dos direitos dos povos indígenas, como proposto no projeto de Lei 6.024 de 2019. Uma vez que os proponentes do projeto raramente questionam o modelo de vida industrial, a fim de reduzir a carga sobre a natureza, imbuídos da tarefa de sincronizar as incontáveis atividades da sociedade, destroem as fronteiras das sociedades ecológicas, cada vez mais ignoradas e silenciadas, usando da força institucional do governo federal.

Como assevera o PL 6.024/2019:

Não obstante a real importância de preservação ambiental, é fato que a criação da Resex, sem preservar as pequenas propriedades que já existiam na área, transformou a região em um ponto de conflito entre fiscais ambientais e famílias de agricultores rurais que insistem em retirar o sustento das suas pequenas propriedades. A realidade é que essas famílias não conseguem encontrar sustento nos produtos extrativistas da região e encontram barreiras para permanecer nas atividades em que sempre laboraram, a saber: a criação de gado e a agricultura. O Parque Nacional da Serra do Divisor é área importante para o Estado do Acre, pois é a única região do estado que possui rochas que podem ser extraídas e utilizadas na construção civil, de maneira a fomentar o desenvolvimento econômico do estado e baratear as obras públicas que o povo do estado tanto necessita. (BRASIL, 2019, p. 4).

O PL 6.024/2019 não esconde o real interesse pelo subsolo. A defesa do modo de vida baseado na agricultura e a pecuária são meros discursos retóricos, carecendo de novas pesquisas, de correlação com o desmatamento na região. É importante destacar que ainda que exista a percepção do risco a que estão expostos, os atores sociais (como as comunidades indígenas, no caso) não dão início necessariamente a uma mobilização imediata. Em geral, a decisão de organizar-se politicamente surge de uma conjunção favorável de acontecimentos e fatores, como a existência prévia de entidades locais organizadas, o acesso a apoio jurídico e a mecanismos de participação (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

De acordo com Irving e Matos (2006), o sistema global de áreas protegidas se mostra inapropriado para realizar sua função e uma das razões é que em países em desenvolvimento a participação das comunidades locais e nativas é insuficiente e não são dispostos os recursos indispensáveis para a gestão e manutenção das reservas. O que não é diferente no PNSD, caso o projeto de lei seja aprovado, ignorando a participação das comunidades locais e não prevendo formas de resolver problemas sociais e ambientais, agravando um problema já existente de forma geral em parques nacionais e áreas protegidas. Tal ação, portanto, violaria uma das três estruturas necessárias para o bom funcionamento de sua logística, de acordo com o Programa Global de Trabalho para Áreas Protegidas, desenvolvido durante as conferências globais desde a COP 7 (Conferência das Partes), que cobra políticas que garantam a participação das comunidades locais e dos nativos, além da definição e estabelecimento de mecanismos para lidar com possíveis ameaças.

4 Políticas públicas: as reservas na faixa de fronteira do Acre

No que tange às políticas públicas nas áreas de conservação, na faixa de fronteira do Acre, nos últimos anos um projeto de lei (PL 6.024/2019) visa alterar os limites da Reserva Extrativista Chico Mendes e modificar a categoria do Parque Nacional da Serra do Divisor.

A classificação da unidade de conservação como parque nacional, do grupo de proteção integral, impede qualquer tipo de exploração econômica das riquezas ali presentes. Entendemos que isso vai de encontro aos interesses e necessidades do povo acreano. Reclassificar a unidade como área de proteção ambiental propiciará a junção de dois interesses importantes: a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico da região (BRASIL, 2019, p. 5).

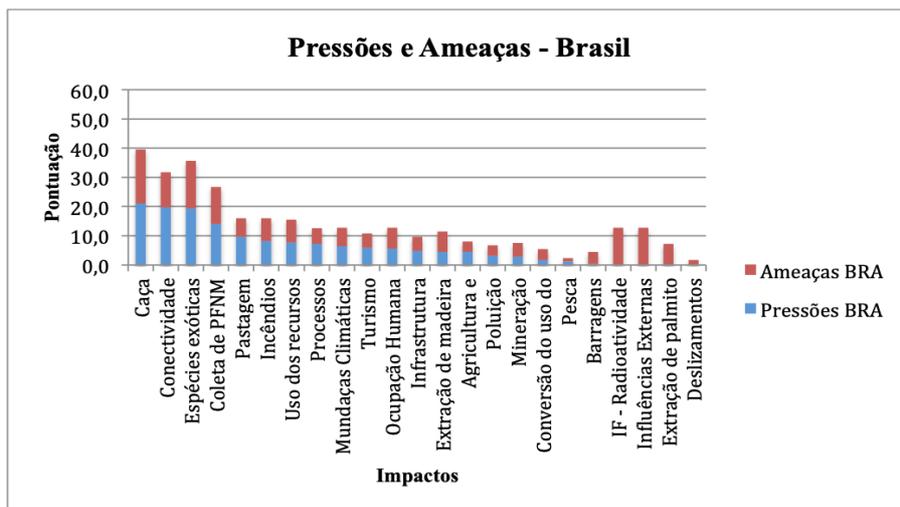
Os defensores da proposta alegam que a classificação da unidade de conservação como parque nacional impediria a exploração econômica de suas riquezas, o que iria contra os interesses da população acriana. A mudança propiciaria, segundo os autores do projeto, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico da região, alavancando a construção do trecho da BR-364 que vai até o Peru (RODRIGUES, 2020). Como se percebe, há interesses correspondentes vinculados à ideologia do desenvolvimento em que a visão associa a provisão de infraestrutura

rodoviária como componente da articulação regional. É nesses termos que a questão da alteração do parque implica em novos fluxos na fronteira entre o Brasil e o Peru, região com predomínio de populações indígenas. Não obstante, se for aprovado, o projeto de lei colocará em risco uma das maiores áreas de biodiversidade do planeta, potencializando a exploração de madeira e pedras-pome, além do desmatamento e do avanço da pecuária. Por esse motivo, um abaixo-assinado chegou a ser criado pelo engenheiro florestal Lucas Matos, pedindo o arquivamento do PL 6.024/2019.

Contudo, não é demais lembrar que, inicialmente, o Código Florestal, precursor das leis em vigor, proibia estritamente atividades que pudessem apresentar qualquer risco de alteração na área que recaísse contra a fauna e a flora. Entretanto, a lei atual permite o uso da área de forma controlada, contanto que o impacto seja o menor possível e se restrinja ao definido no plano de manejo, possibilitando ação antrópica de vantagem para seu cuidado e incentivando o uso para pesquisa, educação e ecoturismo. Essa abertura levanta uma contradição entre os objetivos de uso econômico propostos no projeto e como essas atividades resultariam em uma maior preservação para a região, como é alegado pela defesa do PL. Não é congruente que seja reclamada a reclassificação já que o impacto seria positivo, tornando as obras e serviços de interesse da reserva para sua conservação, assim não se fazendo necessário uma mudança de categoria com controles mais brandos que os vigentes. A mudança proposta pelo PL poderia resultar em desestabilidade dos ecossistemas e das relações fronteiriças.

Fontoura (2014), por sua vez, numa pesquisa comparada entre os parques nacionais no Brasil e no EUA, cujo objetivo era avaliar as estratégias de gestão de parques nacionais em diferentes estágios de desenvolvimento e uso público sobre a biodiversidade, identificou que essas unidades sofrem pressões e ameaças, dentre as quais se destacam, conforme o Gráfico 3, a caça, tendo em vista a extração ilegal de espécies exóticas, a exploração da madeira, bem como as próprias pressões, como a criação de barragens ou utilização de mercúrio em atividades ilegais de exploração de minérios, dentre os quais se destacam o ouro. Segundo o autor, predominam no Brasil quatro tipos de pressões e ameaças, dentre as quais se destacam: caça, influências externas, espécies exóticas e coleta de produtos florestais não madeireiros. Fato difuso, que demonstra ação predatória sobre a diversidade nos parques brasileiros.

Gráfico 3 – Pressão dos impactos nos parques brasileiros em 2014.



Fonte: (FONTOURA, 2014).

Como assevera Shiva (2000) ao transformar a ideia de natureza no conceito de “recursos naturais”, as políticas públicas alteram o poder criativo da *terra-mater* em um repositório de matérias-primas que aguardam sua transformação em insumos para produção de mercadorias. É precisamente essa violação dos limites da natureza que se prescreve agora novos limites aos processos naturais a fim de manter o desenvolvimento e o crescimento. Hoje, portanto, formula-se a crise da escassez em termos de sustentabilidade. Segundo a autora, todas as conotações modernas, no entanto, têm em comum a "dessacralização" da natureza e a destruição de terras comunitárias (SHIVA, 2000, p. 303).

É importante ressaltar que a desigualdade ambiental pode manifestar-se tanto sob a forma de proteção ambiental desigual como de acesso desigual aos recursos ambientais. Nesse sentido, a proteção ambiental pode ser considerada desigual quando da implementação de políticas ambientais ou da própria omissão de tais políticas ante a ação das forças de mercado (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009).

5 Conclusão

Como enunciamos, a natureza, a partir do século XIX, tem sucessivamente se tornado alvo de políticas públicas. A consequência é a transmutação da natureza em recurso natural, que é geralmente acompanhada

por um processo de alienação do direito ancestral de utilização da natureza como fonte de sustentação. A consequência que se observa no caso da faixa de fronteira do Acre é o avanço sobre as terras das comunidades indígenas, ignorando-se o marco temporal na elaboração das políticas públicas. Com isso, predomina tanto na política atual, como nas anteriores a confluência dos conflitos entre pecuaristas, garimpeiros e as comunidades indígenas em uma região de fronteira.

A presença dos PARNAS no Brasil, sobretudo com relevo para a região Norte do país, que concentra mais de 80% dos parques e de sua área territorial, demonstra o papel geoestratégico do Estado brasileiro no tocante às suas fronteiras. Vale destacar que a indissociabilidade entre terra, território e a questão indígena expõe, no período atual, o descaso do governo federal com a questão dos direitos humanos, mais propriamente dos povos originários do Brasil.

Como dissemos, a ideia de desenvolvimento, expressa nas políticas públicas, como mencionadas no PL 6.024, se apresenta enquanto caminho único para garantia dos povos da região, servindo ainda para alimentar o discurso da integração nacional. Por fim, e não menos importante, as premissas que deram origem à ideia de sustentabilidade, como a criação de parques em todo mundo como forma de garantir a diversidade às gerações futuras, se mostram agora inseridas no contexto da economia de mercado e dos defensores da modernidade, em função do desvio de recursos naturais para plantação de monoculturas de espécies de árvores que servem unicamente à indústria e à cultura de mercado. Mesmo sendo consideradas enquanto “desenvolvimento”, não escondem de fato o real sentido: tornarem-se cada vez menos participativas, inclusivas e sustentáveis.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. A.; BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. **Decreto** n.º 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 13 abr. 2006.

BRASIL. **Decreto** n.º 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Brasília, DF, 21 set. 1979.

BRASIL. **Projeto de Lei** nº 6.024 de novembro de 2019. Brasília. Câmara dos Deputados, 2019.

BRASIL. Departamento de Áreas Protegidas. Ministério do Meio Ambiente. **Painel de Unidades de Conservação Brasileira**. 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrijoimgnmmy3ngmtnwzloc00zmrmlwexzwtntnindhkzdg0mmy4iirwidci6ijm5ntdhmzy3ltzkmzgtngmxzi1hngjhltmzzthmm2m1ntblnyj9&pagenome=ReportSectione0a112a2a9e0cf52a827>. Acesso em: 24 out. 2022.

CAVALCANTI, Iracema Fonseca de Albuquerque. **Clima das regiões brasileiras e variabilidade climática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2021.

CNUC. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: CNUC, 2022.

CORREIA, Cloude de Souza. **O Parque Nacional da Serra do Divisor e as Terras Indígenas Nawa e Nukini**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

ESTEVES, C. M. P. **Evolução da criação dos Parques Nacionais no Brasil**. 36 f. Monografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de graduação em Engenharia Florestal. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2006.

FONTOURA, Leandro Martins. **Uso público e conservação da biodiversidade em parques nacionais do Brasil e Estados Unidos**. Tese. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. 2014. p. 122.

HAINES, Aubrey L. **The Yellowstone Story: A history of our first National Park**. Boulder: University Press of Colorado, 1996.

IMAZON, ISA (org.). **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. São Paulo: Isa; Imazon, 2011. 90 p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1212/10372.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

IRVING. Marta de Azevedo; MATOS. Karla. **Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional estratégico de Áreas Protegidas**. Floresta e Ambiente, 2006. Disponível em: <https://www.floram.org/journal/floram/article/588e2214e710ab87018b4640>. Acesso em: 7 out. 2022.

OLIVEIRA, Camilla da Rocha. **Áreas Protegidas, Territorialidade Indígena e Conflitos Socioambientais na Zona de Fronteira Brasil-Peru**. 318 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em:

[http:// www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2015-Dissert-Camilla.pdf](http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2015-Dissert-Camilla.pdf). Acesso em: 30 mai. 2022.

ROCHA, L. G. M; DRUMMOND, J. A.; GANEM, R. S. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba. V. 18, n. 36, p.205-226, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/bxmbmm3tG6MZWsshZngTXSG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

RODRIGUES, Iryá. PL quer tirar proteção integral da Serra do Divisor e reduzir quase 8 mil hectares de Resex no Acre. In: **G1**, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/01/27/pl-quer-tirar-protacao-integral-da-serra-do-divisor-e-reduzir-quase-8-mil-hectares-de-resex-no-acre.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SACHS, Wolfgang. Meio ambiente. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p.117-131.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang. In: **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p.300-316.

UC SOCIOAMBIENTAL. **Parque Nacional da Serra do Divisor**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/598>. Acesso em: 29 jul. 2022.

Geopolítica no Atlântico Sul: as Malvinas/Falklands e a disputa pelos hidrocarbonetos na fronteira argentino-britânica

Laura Conze¹
Camilo Pereira Carneiro²

Resumo: A disputa pelas Malvinas/Falklands tem como marco histórico o ano de 1833, quando o Reino Unido tomou as ilhas da Argentina. No século seguinte, em 1982, os dois países chegaram a se enfrentar em uma guerra que durou 74 dias, da qual o Reino Unido saiu vitorioso. Não obstante, as reivindicações argentinas prosseguem até hoje, numa contenda entre um país emergente e uma potência econômica e militar. Cabe ressaltar que a disputa na fronteira marítima argentino-britânica envolve não apenas o orgulho nacional como também a soberania sobre áreas de pesca e jazidas de hidrocarbonetos, consideradas vitais para as próximas gerações pelo governo argentino. Face ao exposto, o presente artigo traz uma análise histórica e geopolítica do tema, por meio de uma pesquisa qualitativa, pautada em análise bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Falklands; Malvinas; Hidrocarbonetos.

Geopolitics in the South Atlantic: the Falkland Islands and the struggle for hydrocarbons on the argentine-british border

Abstract: The dispute over the Malvinas/Falklands has as its historical landmark the year 1833, when the United Kingdom took the islands of Argentina. In the following century, in 1982, the two countries came to face

1 Discente do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: lauraconze214@gmail.com.

2 Dr. em Geografia. Professor do Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: camilo.pereira@ufg.br

each other in a war that lasted 74 days, from which the United Kingdom emerged victorious. Nevertheless, Argentine claims continue to this day, in a struggle between an underdeveloped country and an economic and military power. The dispute on the Argentine-British maritime border involves not only national pride but also sovereignty over fishing areas and hydrocarbon deposits, considered vital for the next generations by the Argentine government. In this way, this article presents a historical and geopolitical analysis of the theme, through a qualitative research, based on bibliographic and documentary analysis.

Keywords: Falklands; Islas Malvinas, Hidocarbons.

1 Introdução

Aproveitando um período de instabilidade política e transição de regime (entre 1831 e 1835) as *Provincias Unidas del Río de la Plata* se converteriam na *Confederación Argentina*. Em 1833 os britânicos ocuparam as ilhas Malvinas, expulsaram as autoridades argentinas e passaram a consolidar o nome “Falklands” para o arquipélago. Naquele mesmo ano, a questão diplomática das Malvinas começou a se transformar em uma causa nacional argentina. Assim, as ilhas passaram a constituir um território que deveria ser recuperado para a soberania nacional, em um marco geral de uma visão da história que colocava a Argentina como vítima de sucessivos despojos territoriais por parte de países limítrofes, Chile e Brasil, e potências coloniais, Reino Unido. Ao longo do tempo, essa ideia ganhou força e se transformou em um desejo compartilhado por correntes políticas da esquerda à direita, sendo impulsionada por discursos políticos e pelo sistema escolar argentino (LORENZ, 2009).

Nas últimas décadas, a disputa na fronteira marítima argentino-britânica ganhou novos elementos: a soberania sobre áreas de pesca e sobre jazidas de hidrocarbonetos. Para o governo argentino, os recursos em jogo como: água, pesca, petróleo, minérios, etc., são vitais para as gerações futuras. Não obstante, essa disputa geopolítica opõe o Reino Unido, país no Norte global, potência nuclear, com assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas - ONU e uma das principais economias do planeta, à Argentina, país emergente, do Sul global, desprovido de armas nucleares.

Dessa forma, o presente trabalho objetiva analisar a disputa pela

soberania e pelos recursos econômicos na fronteira marítima entre a Argentina e o Reino Unido. Inicialmente, o artigo traz uma breve análise histórica da disputa diplomática sobre as Malvinas/Falklands. Na sequência, aborda a exploração dos hidrocarbonetos na zona em litígio entre Buenos Aires, Argentina e Londres, Inglaterra, elencando a legislação argentina sobre os territórios reivindicados. Por fim, o texto traz dados sobre a exploração de hidrocarbonetos e a pesca industrial estimulada pelas autoridades britânicas. No tocante à metodologia, o artigo configura uma pesquisa qualitativa, básica, de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica e documental, sob a ótica da Geografia Política, da História e das Relações Internacionais, enriquecida com cartografia produzida com o software ArcGIS.

2 Histórico da reivindicação Argentina e a guerra de 1982

Embora a recuperação das Malvinas tenha se transformado em causa nacional na Argentina desde a invasão britânica, de acordo com Guber (2001), foi a obra de Paul Grossac, *Las Islas Malvinas*, de 1936, que inaugurou no plano intelectual a restituição das ilhas como causa nacional. Por sua vez, Moreira (2008) lembra que no país é disseminada a narrativa de que os argentinos herdaram as ilhas dos espanhóis, mas não tiveram condições de priorizar uma ocupação da região quando obtiveram a independência em função dos sérios problemas políticos internos para a consolidação de um poder central. Segundo Walsh (1997), ocorreram tentativas para colonizar as ilhas entre 1826 e 1833, patrocinadas por Buenos Aires, mas sem sucesso efetivo. Em 1829, o governo platino chegaria a promulgar um decreto declarando seus direitos supostamente herdados do Vice-Reino do Rio da Prata, então colônia espanhola, ato que gerou o protesto de Londres, que reivindicava a soberania britânica sobre as Malvinas/Falklands. Não obstante, para os britânicos, a questão da soberania sobre as Malvinas/Falklands é um elemento que compõe o orgulho nacional. Um dos argumentos fundamentais que o governo britânico tem utilizado para defender sua soberania é o de que as Malvinas/Falklands têm sido ocupadas contínua, pacífica e efetivamente pelo Reino Unido desde 1833 (WALSH, 1997).

Contudo, a soberania britânica sobre as Falklands/Malvinas vem sendo repetidamente contestada por autoridades argentinas em foros internacionais desde a usurpação das ilhas. Já no século XX, no decorrer do processo de descolonização e em atendimento à resolução 1514 (XV), em 1965, a Assembleia Geral adotou a resolução 2065 (XX), a primeira referente exclusivamente à Questão das Malvinas/Falklands, por meio da qual foi

reconhecida a existência de uma disputa de soberania entre a Argentina e o Reino Unido, sendo os países convidados a negociar para encontrar uma solução pacífica para a contenda (ARGENTINA, 2019).

No início de 1982, o Reino Unido seguia recusando a negociar o *status quo* das ilhas, além disso, naquela altura a Argentina enfrentava uma forte crise econômica, altas taxas de inflação e desemprego, resultado de políticas neoliberais aplicadas pelo governo militar (CIEZA, 2010). Em meio a este cenário, a ditadura militar argentina, no poder desde o golpe de 1976, sob a liderança do General Leopoldo Galtieri, efetuou a invasão das Falklands/Malvinas. Uma medida tomada como estratégia para angariar apoio popular ao regime.

No Reino Unido, por sua vez, Margaret Thatcher enfrentava um momento de baixa popularidade em meio à campanha eleitoral. Curiosamente, a situação também fora ocasionada por políticas neoliberais implantadas como o corte de gastos públicos, apoio à auto-regulação do mercado, privatização de grande parte do setor público, que geraram o aumento do desemprego e o enfraquecimento dos sindicatos (MOREIRA, 2008). Assim, a recuperação das Falklands serviria para a obtenção de apoio popular para a reeleição de Thatcher. Nesse contexto, a guerra entre Reino Unido e Argentina se desencadeou de 2 de abril a 14 de junho de 1982, tendo fim com a derrota argentina.

3 A plataforma continental rica em petróleo e gás

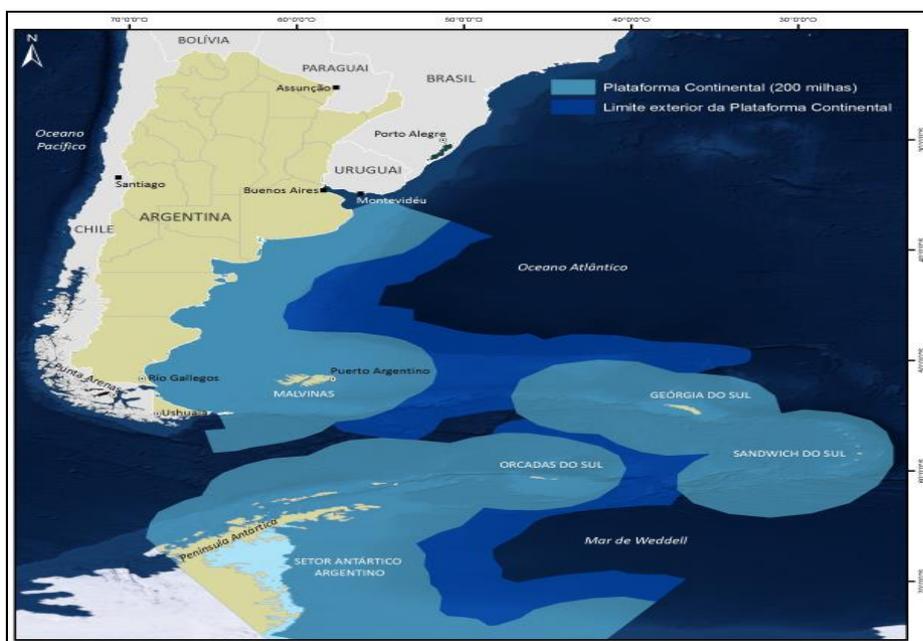
Para além das questões políticas, britânicos e argentinos passaram a dar maior importância às Malvinas/Falklands após a descoberta de jazidas de hidrocarbonetos. A questão petrolífera nas ilhas emergiu na década de 1970, quando se iniciaram os estudos sobre possíveis jazidas de hidrocarbonetos em sua plataforma continental. A partir daí o assunto passou a estar presente na disputa geopolítica britânico-argentina mesmo que indiretamente (VIDIGAL, 2014). Não obstante, Bandeira (2012) ressalta que na guerra de 1982 o objetivo da Argentina não era só a conquista do território em função da descoberta de petróleo, mas também desviar a atenção da população argentina da desastrosa situação econômica do país, erguendo a bandeira do nacionalismo no regime militar.

Por sua vez, Margheritis (1991) afirma que a disputa em torno do arquipélago, e pelos recursos energéticos nele existentes, teve seu auge depois da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente na década de 1970,

quando houve a crise do petróleo e o produto passou a sofrer enormes variações de preço. Fato que fortaleceu no governo britânico a ideia de explorar as águas adjacentes às Malvinas/Falklands para diminuir a dependência em relação ao petróleo importado.

Em 1977, foi confirmada a existência de bacias sedimentares na plataforma continental das Malvinas/Falklands. A partir de então, houve uma avaliação técnica para averiguar a potencialidade petrolífera e em seguida oficializar a demarcação do espaço, que aconteceria de forma conjunta com a Argentina. Fato que não se materializou em função da guerra de 1982. Quatro anos depois, em 1986, o Reino Unido efetuou a delimitação do território em 150 milhas náuticas ao redor das Malvinas/Falklands para fins pesqueiros, deixando claro o objetivo de explorar aquela área, mesmo contrariando interesses da Argentina (CAMARGO, 2014).

Mapa 1 – Reivindicações argentinas na plataforma continental e no limite exterior.



Fonte: (ARGENTINA, 2010).

A exploração, levada adiante de maneira unilateral pelos britânicos, tem contrariado a legislação argentina. Pela Lei 23.775, de 1990, integram a província argentina de Terra do Fogo, Antártida e Ilhas do Atlântico Sul: “a parte oriental da Ilha Grande da Terra do Fogo, a Ilha dos Estados, a Ilha Ano Novo, as Ilhas Malvinas, as Ilhas Geórgias do Sul, as Ilhas Sandwich do Sul, grupos insulares e demais territórios compreendidos no Setor Antártico

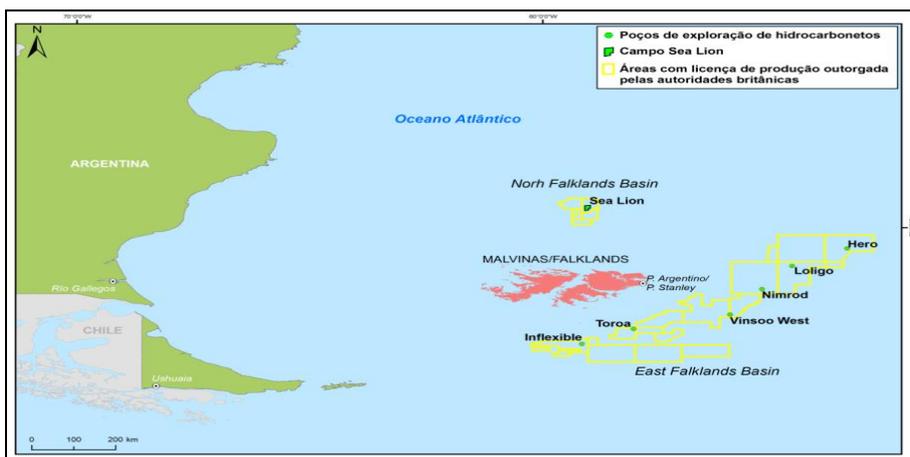
Argentino” (DICCIONARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFÍA ARGENTINA, 1993, p. 299), além de outras ilhas menores. Em 2010, a Lei 26.651 estabeleceu o novo mapa da República Argentina, onde aparecem ainda as ilhas do Atlântico Sul e o Setor Antártico Argentino, reivindicados conforme o Mapa 1. No que tange ao espaço marítimo, a área reivindicada pela Argentina e que hoje é ocupada pelo Reino Unido – composta pelos arquipélagos das ilhas Malvinas/Falklands, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e que se estende pelo espaço antártico e corresponde a cerca de 3 milhões de km², em relação ao território emerso, a superfície total soma apenas 16.027 km². Quanto ao Setor Antártico Argentino, o mesmo é reivindicado por Buenos Aires com base nos vínculos geológicos, geográficos e históricos que unem o território com a Patagônia continental (OBSERVATORIO MALVINAS, 2013).

4 Hidrocarbonetos nas Falklands/Malvinas

Após a guerra de 1982, Reino Unido e Argentina romperam relações diplomáticas. Estas seriam restauradas apenas em 1990, com os tratados de Madrid e Londres. Após a guerra, a economia das Malvinas/Falklands se orientou à pesca e à exploração de hidrocarbonetos (OBSERVATORIO MALVINAS, 2013). Antes da exploração petrolífera, as Malvinas/Falklands eram utilizadas como base para exploração de recursos marinhos, área de criação de ovelhas e ponto de apoio para a navegação interoceânica e em direção à Antártida (SUENSON, 2017). Nas últimas décadas, o governo das Falklands passou a outorgar, em total desacordo com o governo argentino, licenças para barcos pesqueiros de países como China, Coreia do Sul, Espanha e Taiwan. Barcos de grandes empresas, que atuam na fronteira marítima britânico-argentina. Já no tocante à exploração de hidrocarbonetos, em 2012 ocorreu a primeira campanha de exploração em águas profundas nas Malvinas/Falklands, em áreas delimitadas pelas autoridades britânicas (Mapa 2).

Entre os campos explorados desde então, o *Sea Lion* se destaca pela produção anual de 350 milhões de barris de petróleo. Recentemente, os recursos e a expertise para a crescente indústria do petróleo das ilhas foram aumentados com os acordos da Falkland Oil&Gas com a Noble Energy (EUA) e a Edison Spa (Itália). (FALKLANDS, 2019).

Mapa 2 - Exploração de hidrocarbonetos nas Malvinas/Falklands.



Fonte: (NEAL *et al.* 2020).

Atualmente, a empresa Rockhopper é responsável pela maior parte da produção de petróleo no arquipélago, atuando principalmente na *North Falklands Basin*, onde se localiza o campo *Sea Lion*, responsável por mais de 40% da produção. A empresa também atua na metade sul da *East Falklands Basin*, com 65% de toda a produção desde 2017 (ROCKHOPPER, 2022).

Conclusão

O território composto pelas Malvinas/Falklands e ilhas do Atlântico Sul é extremamente estratégico devido à enorme quantidade de recursos naturais. Algo que britânicos e argentinos não abrem mão, tendo em vista se tratar de uma gigantesca área, rica em pescado, petróleo, água, minérios, etc. Na contenda, que opõe uma potência econômica e militar a um país emergente da periferia do sistema internacional, o Reino Unido tem obtido vantagem.

Face à postura das autoridades britânicas, que historicamente têm se recusado a abrir espaço para a discussão da soberania sobre as ilhas, os recursos localizados na fronteira marítima argentino-britânica seguirão sendo explorados não apenas por empresas das Falklands como também por empresas de países europeus e asiáticos, autorizadas pelos britânicos a atuar no mar territorial das ilhas. Tais recursos, na ótica do governo argentino, são vitais para as gerações futuras do país. Posição que termina por perpetuar a rivalidade entre Buenos Aires e Londres e as disputas na fronteira marítima.

Referências

- ARGENTINA. **Ley 26.651 de noviembre de 2010**. Buenos Aires: República Argentina, 2010.
- ARGENTINA. **Malvinas en Naciones Unidas**. Buenos Aires: Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2019.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica. **Revista Espaço Acadêmico**. São Paulo, v. 132, n. 11, p.1-9, mai. 2012.
- CAMARGO, Felipe R. A disputa pela soberania das ilhas Falklands/Malvinas. **Revista de Geopolítica**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.67-78, ago. 2014. Disponível em:<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/110/109>. Acesso em: 11 jul 2019.
- CIEZA, Daniel. **Argentina ante el bicentenario**. La sociedad, el Estado y los actores en un país conflictivo. La Plata: de la Campana, 2010.
- DICCIONARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFÍA ARGENTINA. Buenos Aires: R. R. Ediciones SRL, 1993. 310 p.
- FALKLANDS. **Our Islands**. Falkland Islands Government, 2019. Disponível em: <https://www.falklands.gov.fk/our-home/our-islands/>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas?** De la causa nacional a la guerra absurda. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001. 188 p.
- LORENZ, Federico. **Malvinas: una guerra argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2009. 216 p.
- MARGHERITIS, Ana. Os recursos energéticos das Malvinas e sua relação com o conflito anglo-argentino. In: **Contexto Internacional** v. 13, n. 1, p.111-132, abr.1991.
- MOREIRA, Artur L. Santana. **Guerra das Malvinas: o impacto geopolítico do conflito no relacionamento entre a Armada da República da Argentina e a Marinha do Brasil**. 216 f. Dissertação (Mestrado). PPGH UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- NEAL L.; PATERSON G. L. J.; BLOCKLEY D.; SCOTT B.; SHERLOCK E.; HUQUE C.; GLOVER A. G. Biodiversity data and new species descriptions of polychaetes from offshore waters of the Falkland Islands, an area undergoing hydrocarbon exploration. In: **ZooKeys** n. 938, 2020, p. 1-86.

OBSERVATORIO MALVINAS. **Malvinas en la Historia:** Una perspectiva suramericana. Remedios de Escalada: UNLa, 2013. 306 p.

ROCKHOPPER. **Rockhopper é o maior detentor de área cultivada nas Ilhas Falkland.** 2022. Disponível em: <https://rockhopperexploration.co.uk/operations/falkland-islands/>. Acesso em: 06 jul. 2022.

SUENSON, Guilherme Guerrilha. **Geopolítica do Petróleo:** uma análise da geopolítica do petróleo como causa não contada da guerra. 63 f. TCC (Graduação). Bacharelado em Relações Internacionais da UFSC. Florianópolis: UFSC, 2017.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. As Malvinas e o petróleo: perspectivas. In: **Boletim Meridiano** 47, Brasília, v. 15, n. 143, p.19-27, maio 2014.

WALSH, Marcelo Vieira. **A atuação do Brasil frente à crise das Malvinas/Falklands (1982).** 182 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 1997.

Atenção a crianças e adolescentes na região de fronteira: interface com as políticas de drogas

Camila Viviane Lú De Sousa¹

Resumo: Esse artigo visa trazer reflexões sobre o cuidado em saúde mental específico para os usuários infantojuvenis de álcool e outras drogas e possíveis apontamentos para uma política em consonância com os direitos das crianças e adolescentes e com a reforma psiquiátrica brasileira. É necessário ampliar os estudos, a partir de dados epidemiológicos e de perfil populacional, com o diálogo entre diversos saberes é possível construir uma política de drogas que não criminalize, mas leve em conta, os direitos das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Saúde mental; Drogas; Crianças; Adolescentes.

Attention to children and adolescents in the border region: interface with drug policies

Abstract: This article aims to bring reflections on mental health care, specific to child and youth users of alcohol and other drugs and possible notes for a policy in line with the rights of children and adolescents and with the Brazilian psychiatric reform. It is necessary to expand the studies, based on epidemiological data and population profile, with the dialogue between different types of knowledge, it is possible to build a drug policy that does not criminalize, but takes into account, the rights of children and adolescents.

Keywords: Mental health; Drugs; Children; Adolescents.

¹ Terapeuta Ocupacional, Mestre pelo Programa Interdisciplinar de Estudos Latino-Americanos (UNILA), Doutoranda do Programa Sociedade Cultura e Fronteiras da UNIOESTE. E-mail: ca.viviane@gmail.com

1 Introdução

A realização do debate sobre a questão das políticas de drogas/saúde mental no Brasil e o recorte sobre a atenção às crianças e adolescentes, necessita de uma breve localização histórica do uso das drogas e as primeiras políticas regulamentadoras.

A política internacional hoje tem como principal diretriz a “Guerra contra as Drogas”. Segundo Henrique Carneiro (2002, p. 115): “O século XX foi o momento em que esse consumo alcançou a sua maior extensão mercantil, por um lado, e o maior proibicionismo oficial por outro”. O autor também afirma que embora existiram diversos tipos de regulamentações sociais na história, foi no início do século XX que se institucionalizou o proibicionismo internacional.

A política proibicionista separou a indústria farmacêutica, a indústria do tabaco, a indústria do álcool, entre outras, da indústria clandestina das drogas proibidas (CARNEIRO, 2002). No Brasil, essa política chega em meados da década de 1940 e segue o modelo imposto pelos EUA. Assim, o álcool e o tabaco são as drogas permitidas e pouco controladas, mas outras substâncias são ‘condenadas a erradicação’, como a coca e a maconha. Carneiro também relaciona o uso da maconha ao racismo, já que sua chegada ao Brasil tem relação com a chegada dos primeiros escravos africanos (CARNEIRO, 2016).

Assim, há uma contradição entre o histórico da construção das políticas que tangem à proibição das drogas com aquelas dirigidas à população que estabelece uma relação de dependência ou uso abusivo de álcool e/ou outras drogas, já que a diretriz fundamental do cuidado na Saúde seria a estratégia de redução de danos que compreende a possibilidade de realizar um uso de forma não danosa à saúde, ou seja, compatível com uma política de drogas que permita o comércio (BRASIL, 2005a). No Brasil, também é importante estabelecer a inter-relação com a história da construção de uma forma alternativa de cuidado em Saúde Mental, a chamada Reforma Psiquiátrica e o cuidado em dependência. A necessidade de ter outro olhar para o sujeito que necessita de atenção em saúde e que respeite seu contexto, que o entenda como parte ativa do tratamento e, principalmente, que não compreenda o isolamento social como cuidado para quem possui transtornos mentais, faz parte dessa política que faz contraponto aos antigos manicômios.

Uma das principais problemáticas hoje no tratamento em álcool e drogas é a volta do tratamento fechado, e não no território onde o indivíduo vive, como estratégia de cuidado, dado que a abstinência é apresentada como solução, a internação aparece como uma das poucas saídas possíveis. A introdução das comunidades terapêuticas ganhou espaço com a entrada das mesmas como serviços que podem fazer parte do tratamento das dependências (BRASIL, 2015).

Dessa forma, secundariza-se a estratégia de redução de danos, que em si avança no sentido de um olhar mais complexo para o cuidado com o dependente. Esta alternativa é mais favorável já que não baliza a intervenção sobre o uso da droga em si, mas sobre a meta de reduzir os possíveis danos à saúde, decorrentes do uso intensivo de diversas drogas, lícitas ou ilícitas. Em suma, não necessariamente se volta para a abstinência como objetivo final.

Além disso, é necessário um olhar específico para o cuidado infanto-juvenil, suas demandas específicas, assim uma abordagem que não compactue com as criminalizações do usuário de drogas, mas que acolha o sofrimento e garanta direitos. O contexto de fronteiras, em específico a cidade de Foz do Iguaçu, é apresentada aqui como um território com diferencial em relação a outros do país. Assim, esse artigo visa trazer reflexões, sobre o cuidado em saúde mental, específico para os usuários infantojuvenis de álcool e outras drogas e possíveis apontamentos para uma política em consonância com os direitos das crianças e adolescentes e com a reforma psiquiátrica brasileira.

2 O Cuidado em Saúde Mental no Brasil

A reflexão sobre a organização dos equipamentos de saúde mental passa por diversas questões, desde a compreensão do processo da reforma psiquiátrica brasileira até a influência desta na organização dos serviços destinados ao público infanto-juvenil.

As instituições asilares no Brasil vêm de um contexto de políticas de repasse, muitas com um modelo assistencial e caráter paternalista, caritativo e segregacionista em grande parte de sua história (PAULA, 2000).

Em meados do século XX, com a efervescência de uma série de movimentos sociais, se iniciam questionamentos sobre o papel das instituições, inclusive sobre o hospital psiquiátrico, que e se volta cada vez mais para intervenções fora de seus muros, onde é priorizado o tratamento

mais humanizado e não o isolamento (PASSOS *et al*, 2017). Em âmbito internacional a crítica à instituição psiquiátrica tradicional, só se fortaleceu no período pós-guerras. Questionava-se a baixa eficácia em relação à cura, o alto custo e a exclusão social, iniciando-se dessa forma, a reforma psiquiátrica que ocorreu nos Estados Unidos, França e Inglaterra, mas teve seu exemplo mais radical na Itália onde a meta principal era a desconstrução do hospital psiquiátrico e dos seus aparatos e a tentativa da construção de uma nova relação com a loucura (MÂNGIA *et al*, 2001).

Nesse processo o objeto de atenção foi deslocado da doença para a promoção de saúde, assim, a Saúde Mental começa ser entendida como um campo complexo, sem a separação do biológico, psicológico e social. É nessa perspectiva, da desinstitucionalização, que surgiram novas proposições para o campo da saúde mental e projeta-se para esse um território de cidadania, emancipação e reprodução social centrando a ação na pessoa, no seu contexto real e nas suas redes (MÂNGIA *et al*, 2001). Aproxima-se, assim, da estratégia de redução de danos, já explicitada e relacionada a política de drogas, em específico a atenção com os indivíduos que fazem uso abusivo de substâncias.

Saraceno (1999), no texto “A reabilitação como cidadania”, também dialoga com esse debate, questiona os resultados do modelo manicomial tradicional e diz que há um êxito maior na reabilitação psicossocial quando se considera o contexto do paciente e dos serviços. O autor também critica os modelos reducionistas que consideram a reabilitação somente como o percurso da desabilitação até a habilitação, ou seja, traz o debate da construção de um olhar em que a pessoa, assim como seu contexto, seja válida, e ela possa ser entendida sempre, como um sujeito de direitos.

Em 1961, Franco Basaglia assumiu a direção do Hospital Psiquiátrico de Gorizia e começou uma série de mudanças, experiência relatada no livro *A Instituição Negada* (BASAGLIA *et al*, 1985). Ali, passou por tensões com a gestão da província que não queria o fechamento do hospital, a equipe se demitiu em massa e deu alta coletiva aos usuários. Essa experiência teve repercussão internacional, facilitando o contato com o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) do Brasil (AMARANTE, 1996).

Outra experiência prática de desmontagem do aparato manicomial foi em 1971, na cidade de Trieste (Itália), sendo Franco Basaglia diretor do Hospital Psiquiátrico Provincial. Foram construídos centros de saúde 24 horas e residências, nas quais alguns usuários moravam sozinhos, outros supervisionados por técnicos e cooperativas de trabalho, ou seja, criou um

circuito de atenção para construção de novas formas de sociabilidade e subjetividades para aqueles que necessitavam de atenção em saúde mental. Em 1976, o hospital é fechado, já que sua estrutura não era mais necessária (AMARANTE, 1995). Trieste recebeu muitos profissionais e estudantes brasileiros como estagiários por conta do interesse da experiência italiana e o processo em andamento da Reforma Brasileira. Além disso, Basaglia realizou palestras e conferências no Brasil, o que facilitou a comunicação para ter acesso a essas experiências.

No caso brasileiro, muito influenciado pela experiência italiana, com um “viés desinstitucionalizante”. Logo, propunham o fim do manicômio e o questionamento do conjunto de saberes que o fundamentava (AMARANTE, 1995, p 195).

Há muitas questões colocadas sobre esse processo, por exemplo, que mecanismos seriam utilizados para a progressiva extinção dos manicômios, a lei Federal 10.216 de 2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2005b). As respostas foram dadas através de portarias que regulamentaram os equipamentos e os programas que garantiam os direitos essenciais das pessoas institucionalizadas. Com o Programa de Volta para Casa de 2003, dirigido às pessoas que passaram por longas internações, que passaram a receber uma bolsa-auxílio e os próprios Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e diversos programas dirigidos à população em situação de rua, como o Consultório de Rua, que atua com a população em situação de rua no nível primário da atenção em saúde e que, muitos casos têm adoecimentos relacionados às dependências e/ou sofrimento mental.

Em 2001, foi realizada a III Conferência Nacional de Saúde Mental, nesse espaço foram definidos princípios, diretrizes e estratégias para mudança da atenção em saúde mental no Brasil. Nessa conferência a reforma psiquiátrica é tida como política do governo e é conferido aos Centros de CAPS o valor estratégico para a mudança no modelo de assistência (BRASIL, 2005b).

Como só no século XX é que se constituiu para as crianças e os adolescentes uma clínica autônoma da infância, por conta disso entraram tardiamente no campo da assistência pública em saúde mental (VICENTIN, 2006), as instituições que os abrigavam vinham daquela com lógica caritativa e filantrópica, também dirigidas a outros tipos de populações: “Quanto à assistência direta à população portadora de deficiência – principalmente as crianças e deficientes mentais – esta era realizada em entidades criadas pela

iniciativa comunitária inicialmente com caráter custodial”. (PAULA, 2000, p. 13).

Hoje a política pública brasileira de saúde mental prioriza o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil - CAPSi como estratégia que visa responder às problemáticas que surgem desse universo (BRASIL, 2005c).

Dessa forma, nesse mesmo contexto de crítica às instituições manicomiais, o campo em Saúde Mental foi ampliado, podemos relacionar assim com o cuidado em álcool e drogas e às crianças e adolescentes, com transtornos mentais e/ou que fazem uso de substâncias. Assim, é importante um olhar às instituições de cuidado, se essas reproduzem ou não práticas manicomiais, se há reproduções de manicômios com outras denominações e como em um determinado território funciona ou não uma rede de cuidado em saúde.

3 Um olhar específico às crianças e adolescentes

Dessa forma, o estudo sobre a atenção a crianças e adolescentes que realizam uso de drogas mostra sua importância, no sentido de lançar um olhar sobre um determinado contexto: o território de fronteira, em específico a região de Foz do Iguaçu.

Após o Estatuto da Criança e Adolescente, as políticas públicas que se seguiram dessa época têm relação com esse sujeito, não mais como um “problema social”, mas um sujeito em desenvolvimento e com direitos que deveriam ser garantidos (MALFITANO, 2008).

A criança e o adolescente podem se encontrar sob um fator de risco em seu desenvolvimento. Fator de risco pode ser definido como: “elemento que quando presente, determina um aumento da probabilidade de surgimento de problemas” e, também, “um fator que aumenta a vulnerabilidade de uma pessoa ou grupo em desenvolver determinada doença ou agravo à saúde” (HALPERN *et al*, 2004, p. 105). Sobre os transtornos emocionais, em específico, as primeiras descrições datam do início do século XX (BRUNELLO, 2007).

A fim de contextualizar tais análises opta-se por apresentar três principais momentos desse campo de estudo: o primeiro, data de 1943 quando Kanner descreve os distúrbios autísticos de contato afetivo, que deixa marcada a história dos distúrbios afetivos infantis. As características que observou nos quadros estudados eram de crianças com “comprometimento importante de sociabilidade, alterações de linguagem, dificuldade para simbolizar, abstrair e compreender significados, respostas

incomuns ao ambiente e movimentos estereotipados”. (BRUNELLO, 2007, p. 309).

Em 1970 foi lançado o *Manual de Psiquiatria Infantil* de Ajuriaguerra, onde são descritas as psicoses infantis como problemas de personalidade, relacionado a um transtorno ocorrido na organização do ego e ligado à relação da criança com o seu meio ambiente (BRUNELLO, 2007).

Hoje, há algumas classificações que tentam descrever o quadro clínico em saúde mental, como o Código Classificação Internacional das Doenças 10 (CID-10, 1993) e o Manual de Diagnósticos e Estatística de Doenças Mentais (DSM-IV, 2014). Em relação à infância foi a partir de 1980 que surge uma nomenclatura para englobar os transtornos relacionados aos conceitos de psicoses infantis e autismos: são os ditos Transtornos ou Distúrbios Globais do Desenvolvimento (BRUNELLO, 2007)

Para além das classificações que devem ser entendidas como base para condutas terapêuticas, alguns autores, como Kupfer (*et al.*, 2009) chamam a atenção para que tais diagnósticos não cristalizem o olhar e as condutas para determinados indivíduos. O trabalho, aqui em específicos consideramos as crianças, com quaisquer tipos de dificuldades em seu desenvolvimento deve levar em conta as particularidades individuais, a família, contexto e classe social, além do modo singular de interação nas atividades cotidianas, os recursos, dificuldades e sofrimentos que possuem (BRUNELLO, 2007). Há várias condições ambientais que podem afetar a condição de saúde, como situações insalubres de trabalho e/ou moradia. A condição de moradia, por exemplo, é indispensável para repouso, autocuidado, entre outros. Garantir o direito a saúde está para além da reivindicação de mais médicos e hospitais, mas também garantir as condições mínimas de vida, para que as pessoas fiquem doentes o mínimo possível (DALLARI, 2004).

Sobre a questão infanto-juvenil a política pública brasileira prioriza o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil - CAPSi como estratégia que visa responder às problemáticas que surgem desse universo (BRASIL, 2005c). No entanto, nota-se que historicamente em diferentes países, há defasagem entre a demanda e a oferta de serviços que possam responder a atenção de crianças e adolescentes no campo da saúde mental. (COUTO, 2008).

Há muitas dificuldades para se tratar as questões do cuidado a crianças e adolescentes, por exemplo: a extensão e variedade de problemáticas que cercam a saúde mental infanto-juvenil, como os transtornos globais do desenvolvimento, fenômenos de externalização, por

exemplo, transtorno de conduta, hiperatividade, internalização (depressão, transtorno de ansiedade e/ou uso abusivo de substâncias). Do mesmo modo, há o caráter recente do conhecimento sistematizado da persistência, frequência, prejuízo funcional e consequências na vida adulta associadas aos transtornos mentais da infância e/ou adolescência. Mas talvez a maior dificuldade seja da particularidade do tipo de cuidado que esses serviços oferecem, cuidado que tem se relacionar com outros setores da saúde geral/atenção básica, educação, assistência social, justiça e direitos (COUTO, 2008).

Sobre os dados em relação ao uso de drogas ilícitas, tabaco e álcool, temos dados mais recentes do Levantamento da Fundação Oswaldo Cruz (2017) sobre consumo da população brasileira. Em relação ao álcool a mediana do primeiro uso, entre adolescentes de 12 até 18 incompletos, era de 13,5 anos. Meio milhão de adolescentes, na mesma faixa etária, fizeram uso de tabaco nos últimos 30 dias, há uma estimativa que cerca de 119 mil adolescentes eram dependentes de álcool e em relação à outras drogas o número chega a 38 mil. (BASTOS *et al*, 2017)

A relação das drogas e a mortalidade entre os jovens também sempre foi alvo de pesquisas, sobre Foz do Iguaçu foi observado um número elevado da taxa de mortalidade de jovens entre 15 e 29 anos, em 2011 é apresentado um coeficiente de mortalidade de 406 por 100000, cinquenta por cento a mais do que a média do estado. Há a relação com questões sociais, como falta de perspectiva para com o futuro e o possível envolvimento com o uso drogas e o mundo infracional (ANDRADE *et al*, 2011).

Legnani (2006), em sua dissertação *Comportamentos de risco à saúde em adolescentes da tríplice fronteira: Argentina, Brasil e Paraguai* em que selecionou 1264 escolas, e estudantes na faixa de 15 a 18 anos, observou sobre o consumo de álcool, tabaco e derivados: os adolescentes que relataram consumo de pelo menos uma dose de álcool nos trinta dias anteriores à pesquisa foi de 56,5% e cigarro de 14,4%. Os adolescentes argentinos são os que apresentaram a maior prevalência de consumo de substâncias (álcool 61,4% e cigarro 16,4%). A maior prevalência de consumo pesado de álcool também foi observada nos argentinos (43%). Independente da nacionalidade cerca de dois terços dos jovens relataram uma dose de álcool nos últimos trinta dias, sobre os jovens que fumaram nos últimos sete dias antes de responder ao questionário, a prevalência foi de 12,5 (LEGNANI, 2006).

O direito a saúde não pode ser compreendido como uma mercadoria, mas como um dos direitos fundamentais do ser humano. Há

também uma questão específica do território de fronteira, quando há a recusa de atendimento aos estrangeiros no contexto da Tríplice Fronteira, o que seria uma violação direta de direitos (LIMA, 2017).

Há, assim, um enorme número de litígios judiciais em torno do direito à saúde, resultando geralmente na condenação do município de Foz do Iguaçu, que deve pagar indenizações e multas. Há, também, uma instabilidade no planejamento da cidade e desorganização da gestão, já que além do pagamento de multas e outras medidas, acabam por atender alguns pacientes residentes em outros países da Tríplice Fronteira e não há dados oficiais que deem suporte para a obtenção de recursos financeiros adicionais. A proposta do autor é a organização de uma região transnacional de saúde, que garanta a saúde da população fronteiriça, tendo em vista a integração na tríplice fronteira (LIMA, 2017).

4 Considerações finais

Há ainda muito que se pesquisar e estudar sobre a questão da Saúde Mental, em específico o uso abusivo de álcool e outras drogas, principalmente na adolescência – mas em alguns casos já com início na infância. Para tanto, é necessário utilizar a bibliografia existente em outras diversas áreas do conhecimento com interfaces entre Saúde e Ciências Humanas, além disso, compreender o território em que vivem, em qual cultura estão inseridas e de que classe social são as crianças e adolescentes que tem contato ou que já são usuários do álcool e de outras drogas.

Bourdieu trabalha com o conceito de juventude não como uma unidade social com interesses comuns, para ele é necessário ter um olhar para as condições de vida, mercado de trabalho, dos chamados jovens que já trabalham, dos que estudam mesmo que tenham a mesma idade biológica (BOURDIEU, 1983). Em uma análise voltada ao Brasil, Malfitano disserta que não há uma juventude, mas juventudes, dessa forma esse conceito não está ligado somente a limitação etária prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (infância 0 aos 11 anos e a adolescência dos 12 aos 17 anos), mas também a classe social que os sujeitos pertencem (MALFITANO, 1998).

A partir de dados epidemiológicos e de perfil populacional, com o diálogo entre diversos saberes é possível construir uma política de drogas que não criminalize, mas leve em conta, os direitos das crianças e adolescentes.

5 Referências

- ANDRADE, S. M.; MATSUO, T.; SOARES, D.A.; SOUZA, H. D.; SOUZA, R.K.T. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(Supl. 1):1281-1288, 2011.
- AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- AMARANTE, Paulo. **O Homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996.
- BASAGLIA, Franco. **As Instituições da Violência**. In: BASAGLIA, Franco et al. A. Instituição Negada: Relato de um Hospital Psiquiátrico. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro *et al.* (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p
- BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121,1983.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria**. PORTARIA Nº 1.028, DE 1º DE JULHO DE 2005a.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, nov, 2005b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil**, 2005c.
- BRASIL, **Resolução CONAD 01/2015**.
- BRUNELLO, M. I. Transtorno Emocional Infantil. IN: CALVALCANTI, A; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: Fundamentação e prática**. RJ. Guanabara Koogan, pág. 308- 312, 2007.
- CARNEIRO, Henrique. **O fim das drogas é um ideal impossível, indesejável e totalitário**. Entrevista dez/2010. <http://www.brasildefato.com.br/node/5267>. Acesso em 10/01/2016.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, IES, São Paulo, vol. 6, pp.115-128, 2002.

CID-10. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

COUTO, Maria Cristina Ventura; DUARTE, Cristiane S; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios/ Child mental health and Public Health in Brazil: current situation and challenges. **Rev Bras Psiquiatria**; 30(4): 390-398, dez, 2008.

DALLARI, D. A. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2^a Edição, SP. Moderna. 2004.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno mentais**. American Psychiatric Association. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.*, Porto Alegre, Artmed, 2014, 948p.

HALPERN, R., FIGUEIRAS, A.C.M. Influências Ambientais na saúde mental da criança. **Jornal da Psiquiatria**. vol 80, nº 2, p. 104 -108, 2004.

KUPFER, M.C.M. et al. Valor predictivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, 2009.

LIMA, Rodne de Oliveira. Direito à saúde e acesso aos serviços do sus: restrições impostas à população estrangeira da tríplice fronteira. **Revista Direito Sem Fronteiras**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu. Edição Especial. 2017; v. 1 (3): 61-77.

LEGNANI, E. **Comportamentos de risco à saúde em adolescentes da tríplice fronteira**: Argentina, Brasil e Paraguai. Dissertação, UFSC, 2006.

MALFITANO, A. P. S. **A tessitura da Rede**: Entre pontos e espaços. Políticas e programas sociais de atenção à juventude, a situação de rua em Campinas – SP. São Paulo, 2008.

MÂNGIA, E.F., NICÁCIO, M.F. **Terapia Ocupacional em Saúde Mental**: tendências principais e desafios contemporâneos. Terapia Ocupacional no Brasil. Fundamentos e perspectivas. Editora Plexus, p. 63-80, 2001.

SARACENO, B. **A reabilitação como cidadania**. Libertando Identidades. Da Reabilitação Psicossocial à cidadania possível. Te Corá Editora/Instituto Franco Basaglia, BH/RJ, p. 111-142, 1999.

PAULA, A. R. **Asilamento de pessoas com deficiência: institucionalização da incapacidade social**. Tese. Universidade de São Paulo. Biblioteca do Instituto de Psicologia São Paulo, 2000.

PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira. Luta Antimanicomial, Feminismos e Interseccionalidades: Notas para debate. *In*: PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira (orgs) **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. 1 ed. Rio de Janeiro: Autografia, p. 25-51, 2017.

VICENTIN, M. C. G. Infância e adolescência: uma clínica necessariamente ampliada. **Revista Terapia Ocupacional**. Univ. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 10-17, jan./abr. 2006.

Impacto da pandemia do COVID-19: migrantes, trabalhadores informais e na região de fronteira

Giovane da Silva Lozano¹

Resumo: A crise sanitária instaurada pela pandemia da Covid-19 evidenciou e deixou mais acentuada as assimetrias econômicas, sociais e políticas pelo mundo afetando principalmente as relações trabalhistas, os trabalhadores e sobretudo os trabalhadores informais. O Coronavírus viajou pelo mundo, em questão de meses uma grande parcela da população estava contaminada levando a internamentos e a óbitos. A América Latina foi uma das últimas regiões a ser afetada pela pandemia, porém é um dos maiores índices de contágio e de mortalidade pela doença. No Brasil, o primeiro caso ocorreu em março em de 2020, desde então passou a ocupar um lugar de destaque, pois estava sempre entre os 4 países com maior taxa de infectados e mortes no mundo. Nas regiões fronteiriças a doença demorou em torno de um mês após o primeiro contágio, pois a maioria dos casos se concentravam em grandes centros urbanos, pois eram onde a movimentação populacional são maiores. Com o aumento excessivo de contaminados os trabalhadores informais precisaram parar de fazerem suas atividades, conseqüentemente afetou a renda e o ganho diário, fecharam lojas, barracas de mercadorias e as fronteiras, muitos desses trabalhadores dependiam de comprar mercadorias de um lado ou do outro lado da fronteira, assim afetando diretamente suas vidas. Por fim, o objetivo do artigo analisará por meio de jornais digitais selecionados que retrataram a crise sanitária e de que forma a pandemia impactou na vida desses trabalhadores informais na região de fronteira.

Palavras-chave: Informalidade; Trabalho; Pandemia; Fronteira.

¹ Graduado em Ciências Sociais em Licenciatura e Bacharel pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Professor do Ensino Médio na Rede Pública do Estado do Paraná/SEED. Membro do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (LAFRONT). E-mail: giovane_lozano@hotmail.com.

The impact of the COVID-19 pandemic: migrants, informal workers and in the border region

Abstract: The health crisis brought about by the Covid-19 pandemic highlighted and made economic, social and political asymmetries around the world more pronounced, affecting mainly labor relations, workers and especially informal workers. Coronavirus traveled the world; in a matter of months a large portion of the population was contaminated leading to hospitalizations and deaths. Latin America was one of the last regions to be affected by the pandemic, but it is one of the highest rates of contagion and mortality from the disease. In Brazil, the first case occurred in March in 2020, since then it has occupied a prominent place, as it was always among the 4 countries with the highest rate of infections and deaths in the world. In border regions, the disease took about a month after the first contagion, as most cases were concentrated in large urban centers, as they were where the population movement is greatest. With the excessive increase of contaminated, informal workers had to stop doing their activities, consequently affected income and daily gain, closed stores, merchandise stalls and borders, many of these workers depended on buying goods on one side or the other side of the country. frontier, thus directly affecting their lives. Finally, the objective of the article will analyze through selected digital newspapers that portrayed the health crisis and how the pandemic impacted the lives of these informal workers in the border region.

Keywords: Informality; Work; Pandemic; Border.

Breve contextualização da Pandemia do COVID-19

O vírus da SARS-Cov-2, Covid-19, viajou pelo mundo de forma que os países não tiveram tempo para inibi-lo e eliminá-lo. O vírus que teve a sua origem na cidade de Wuhan na China, colocou o país em alerta, um vírus altamente contagioso e letal sendo disseminado pela população na região chinesa. O descontrole e a falta de informação foi se espalhando por mais regiões da Ásia, dando início a uma epidemia, ao mesmo tempo que as pessoas circulavam pelos países levavam consigo o patógeno. Ao início do

ano de 2020 a epidemia foi tomando forma de pandemia, chegando aos países da Europa, onde a circulação entre os países mais livres em razão da União Europeia.

Nos países da Europa dois foram mais afetados pela covid-19: a Espanha e a Itália. O sistema de saúde italiano entrou em colapso, mesmo com as restrições, colocando as cidades em quarentena, restringindo a circulação de pessoas nas ruas, apenas aos essenciais, como os profissionais da saúde, enfermeira/os, médica/os. A Espanha passou a restringir a circulação de pessoas, isolamento social e quarentena, decreta o *lockdown*², fechando o país, para tentar frear o contágio, até o momento a Espanha e a Itália eram os epicentros da pandemia.

De acordo com Matta *et. al.* (2021), o coronavírus foi identificado em 186 países, no mês de maio de 2020. No sexto mês da pandemia já haviam confirmadas 3.784.085 pessoas infectadas, 264.679 foram a óbito. Os Estados Unidos da América é o país que mais apresentava casos de infectados no mundo chegando ao número de 1.231.992 de pessoas, tornando-se o epicentro da pandemia naquele momento, assim passando para o segundo lugar a Espanha com 220.325, e em terceiro lugar a Itália com 214.457 pessoas com coronavírus no mapa do contágio.

Mesmo seguindo todas as recomendações e medidas de restrições da Organização Mundial da Saúde – OMS não foi possível conter o vírus. Dessa forma foi preciso fechar as fronteiras e controlar os acessos de saída e entrada de pessoas nos países, na tentativa de minimizar a circulação viral.

A pandemia da Covid-19 evidenciou e potencializou as desigualdades sociais no Brasil. Em fevereiro as primeiras medidas de enfrentamento à pandemia foi de controlar as fronteiras brasileiras cerceando o trânsito fronteiriço, no qual muitos brasileiros, paraguaios e outros migrantes dependem desse acesso para a renda familiar.

Verifica-se que na fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, muitos são os trabalhadores que precisam trabalhar em ambos os lados dos países. Com o fechamento e controle mais rígido, esse movimento fronteiriço se torna inacessível aos trabalhadores, sofrendo em não poder sair de casa para vender e nem mesmo ir ao trabalho. O governo exige que as pessoas fiquem em casa, mas não os ampara ou auxilia de forma eficaz, muitas vezes

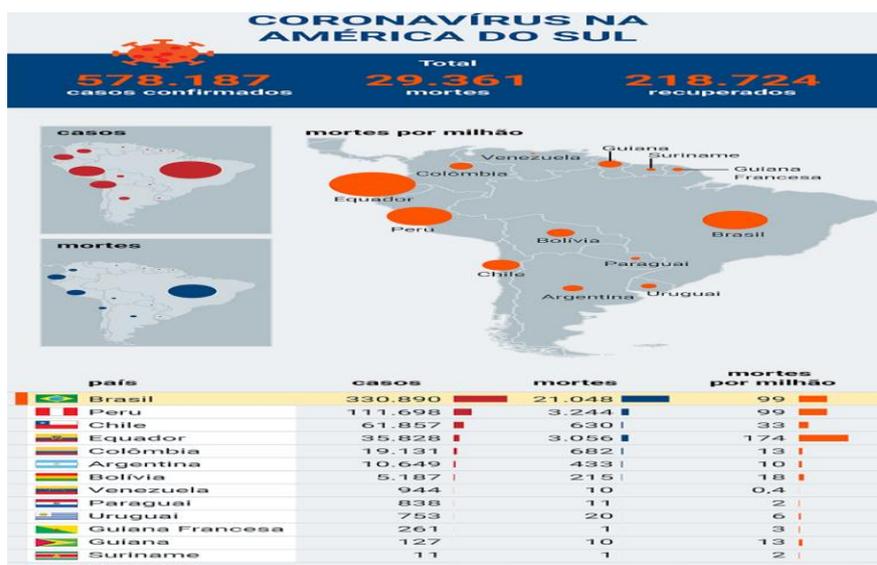
²*Lockdown*, ou em português bloqueio total ou confinamento, é um protocolo de isolamento que geralmente impede o movimento de pessoas ou cargas. Os *lockdowns* também podem ser usados para proteger pessoas ou, por exemplo, um sistema de computação de uma ameaça ou outro evento externo.

retraindo, negando e atrasando os processos que poderia auxiliar os pobres, migrantes e trabalhadores informais.

A pandemia na América Latina

A partir de junho de 2020 a América Latina passou a ser o epicentro da pandemia elevando aos patamares da região da Ásia, Europa e Estados Unidos da América. Mesmo sendo a última região a chegar o coronavírus, sabendo dos casos gravíssimos de internação e chegando a óbito, não havendo um plano de contingência contra o avanço desenfreado do vírus, alguns países da América Latina tiveram mais de 500 infectados por 100 mil habitantes no início da pandemia nos países latinos.

Os países da América Latina com as maiores taxas de infecção e de mortalidade são o Brasil que corresponde 10,1% dos casos e 9,3% das mortes, em seguida vem o Peru com mais de 200 mil casos e 5,7 mil mortes. O Chile com 143 mil casos e 2,3 mil mortes e o Equador com 44 mil casos e 3,7 mil mortes. Os dois países com menor impacto são Paraguai com 1,2 mil casos e somente 11 óbitos e Uruguai com 846 casos e 23 mortos. Nesse sentido a América do Sul se tornou o mais novo epicentro da pandemia mundial, pois é a região que mais contribui com novos casos e óbitos. (OLIVERO, 2020).



Fonte: (WORLDOMETER, 2020 *apud* OLIVERO, 2020)

O Peru é o segundo mais afetado pela pandemia na região, apesar de ter sido um dos primeiros a adotar o isolamento social. O país tem 12º maior número de casos do mundo, com 108 mil infecções confirmadas, e 3,2 mil mortes. O número de novos casos diários ficou acima de 3 mil durante quase todo o mês de maio, quando anteriormente esse número havia sido alcançado apenas uma vez durante a pandemia. A Chefe da Força de Comando Covid-19 do Peru, Pilar Mazzetti, expressou que “neste momento, a situação é muito crítica”. Os hospitais da capital Lima estão funcionando em 80% da capacidade. (BBC NEWS BRASIL, 2020).

Segundo o site BBC News Brasil (2020) com 61,8 mil casos, o Chile é o terceiro país mais afetado da América do Sul e o 16º no mundo. A situação no Chile se agravou rapidamente, em 1º de maio, havia 16 mil infecções confirmadas, atualmente o número é quase quatro vezes maior. O total de mortes dobrou de 227 para 630, mas o país fica num patamar bem abaixo de Brasil e Peru. Os números de pacientes com Covid-19 excedem o número de recuperação, e cada vez mais doentes precisam de ventiladores mecânicos para ajudar a respirar. As autoridades temem que a situação se agrava, as unidades de emergência já estão operando com 90% de sua capacidade ocupada. Mesmo que tenha havido o endurecimento das medidas de isolamento na capital, Santiago, onde houve protestos por causa da difícil situação econômica criada no país pela pandemia.

Conforme noticiado ao jornal online Poder360, os casos foram aumentando, passou-se a preocupar com o sistema de saúde com a possibilidade de sobrecarga como aconteceu no Equador que é o quarto país em números de casos com mais de 40 mil infectados e mais de 3 mil mortos. O presidente do Equador, Lenín Moreno declarou estado de emergência, suspensão de aulas e proibiu aglomerações com mais de 1.000 pessoas e as atividades não essenciais, exceto para comprar comida e remédios. Com isso, o Equador passou a flexibilizar as restrições e adotou um sistema de “semáforo” baseando-se no nível de contaminação por região. (OLIVERO, 2020).

Pedro Olivero (2020) expõe um caso alarmante, curioso e que repercutiu pelo mundo, ocorreu na província de Guayas na cidade de Guayaquil, concentrando 2/3 dos casos de covid-19, dado ao número de aumento de mortos, os moradores preocupados com os corpos potencialmente infectados em casa passaram a depositá-los nas ruas. Segundo a polícia local, relatou ter coletado mais de 300 corpos pela cidade.

Por outro lado, há dois países que nesse meio, de alguma forma conseguiram diminuir o aumento do contágio, Paraguai e Uruguai. O

primeiro, logo no começo da pandemia tomou a decisão de suspender as aulas, eventos públicos e fechou os comércios não essenciais e as fronteiras. O Ministério da Saúde apresentou um plano em duas fases: a primeira fase chamada de “quarentena inteligente” para retomar as atividades. Nessa fase permitindo que as indústrias, construção, serviços domésticos, salões de beleza, atendimento de encanamento, eletricitista e exercícios ao ar livre, porém não ultrapassando o limite de 3 pessoas. A segunda fase demais atividades serão permitidas, incluindo abertura de lojas com menos de 800m² e shoppings. (OLIVERO, 2020).

O Uruguai apresentou um caso atípico ao restante dos vizinhos, mesmo não decretando a quarentena o país registrava baixo índice de mortalidade e de infecção por milhão de habitantes. Em todo caso, a população foi estimulada a ficar em casa, limitar as saídas e trabalhar de forma remota, nas atividades que não são possíveis os funcionários precisariam usar máscaras e manter o distanciamento. O presidente decretou estado de emergência nacional fechando as fronteiras, suspendendo aulas e eventos, fecharam shoppings e comércios. A retomada se deu de forma gradual e escalonada nas escolas e comércios. Outro caso que contribuiu no baixo índice de infecção e de mortalidade é a densidade populacional, dessa forma podendo ajudar com mais eficácia no controle. (OLIVERO, 2020).

Pandemia no Brasil e as desigualdade sociais

Com o aumento dos casos no Brasil superando a Espanha, Itália e Reino Unido e se tornando o terceiro do mundo com mais infecções, atrás apenas da Rússia e dos Estados Unidos, que tem 318 mil, e 1,58 milhão de casos respectivamente (LAGO, *et al.*, 2020).

O Ministério da Saúde confirma o primeiro caso registrado do coronavírus no Brasil foi em fevereiro na cidade de São Paulo, um homem de 61 anos que havia voltado de uma viagem da Itália um dos epicentros da pandemia, duas semanas depois de ter sido internado no hospital Albert Einstein curou-se da doença. Em março houve a primeira morte provocada pelo covid-19, ainda na cidade de São Paulo, uma mulher de 57 anos, doméstica.

O primeiro caso registrado do coronavírus no Brasil foi em fevereiro na cidade de São Paulo, um homem de 61 anos que havia voltado de uma viagem da Itália um dos epicentros da pandemia, duas semanas depois de ter sido internado no hospital Albert Einstein curou-se da doença. Em março

houve a primeira morte provocada pelo covid-19, ainda na cidade de São Paulo, uma mulher de 57 anos, doméstica.

O novo coronavírus chegou no Brasil por meio de pessoas da classe alta, se contaminaram no exterior com as viagens internacionais. Logo o vírus passou as classes sociais mais baixas, matando mais a população periférica do que nos centros das cidades. Isso se dá pela distribuição desigual da renda nas periferias, as condições para cumprir o isolamento social são mais difíceis, pois há casas com muitos moradores, falta de acesso a água encanada que é essencial para se higienizar, outro fator que contribui é a insegurança econômica, muitos são forçados a sair de casa para obter dinheiro.

Com a evolução da epidemia morre mais pessoas negras, pobres e idosas com comorbidades que são mais vulneráveis e estão na linha de frente do tratamento da covid-19, pois tem o acesso desigual ao sistema de saúde. Nesse sentido a doutora em saúde pública pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora Emanuelle Góes da Cidacs/Fiocruz, em uma reportagem da Juliana Gragnani (2020) para a BBC Brasil, afirma que: "O que a pandemia tem evidenciado é o que vários estudos já mostravam em relação ao maior prejuízo da população pobre e negra ao acesso da saúde. A covid-19 encontra um terreno favorável porque essas pessoas estão em um cenário de desigualdade de saúde e de precarização da vida".

De acordo com Gragnani (2020), a doutora Emanuelle Góes ainda aponta como causa e relaciona com o sistema em que a gente vive com o racismo, tornando as condições de vida das pessoas negras piores. Essa população ainda enfrenta outra dificuldade que é o adoecimento, quando infectado a sua única opção é o sistema público de saúde, quando já não está lotado para tratamento de casos graves. Muitas vezes o número de leitos de Unidades de Terapia Intensiva – UTI na rede pública é inferior ao da rede privada.

Segundo o professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV, Fernando Burgos especialista em políticas sociais e desigualdade, a crise provocada pelo covis-19 acentua a desigualdade no Brasil. "Quando começou a pandemia, muitas pessoas diziam que a covid-19 iria igualar os desiguais, pois todos iriam ficar doentes, precisar de respiradores etc. Isso era uma bobagem. A doença afeta desigualmente os desiguais, e será cada vez mais dura com os mais pobres" (LUPION, 2020).

O professor de saúde pública da Universidade de São Paulo – USP, Gonzalo Vecina Neto, aponta que os pobres são atingindo com mais violência em relação aos ricos, pois por terem mais acesso a hospitais e

outras formas de cuidados, podendo isolar-se e cuidar da sua higienização e saúde. (GRAGNANI, 2020).

O Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, analisou a taxa de letalidade da doença no Brasil levando em consideração as variáveis demográficas e socioeconômicas da população, nesse sentido, o grupo confirma que pretos e pardos morrem mais por covid-19 do que os brancos. Foram verificados em torno de 30 mil notificações até 18 de maio disponibilizado pelo Ministério da Saúde. (GRAGNANI, 2020).

Desses dados aglutinados 55% das pessoas que morreram eram pretos e pardos, e somente 38% entre as pessoas brancas, essa taxa foi comparada entre as faixas etárias e os níveis de escolaridade. Ainda, o estudo demonstrar que pessoas com escolaridade maior a letalidade é menor, e quando a escolaridade é menos a taxa é três vezes superior (71,3%) as com nível superior. (GRAGNANI, 2020).

A responsável pelo estudo Paula Maçaira, pesquisadora do Departamento de Engenharia Industrial do CTC/PUC-Rio e integrante do NOIS, alerta que a desigualdade social tem impacto direto nos óbitos entre os mais pobres e com menor escolaridade, e quanto mais desfavorável a situação do paciente, mais chances ele tem de falecer. Esses dados não são exclusivos do Brasil, os Estados Unidos da América e o Reino Unido também mostram número próximos ao do Brasil. (GRAGNANI, 2020).

Esse fenômeno pandêmico mata muito mais pretos e pobres não porque escolhe cor de pele, etnia ou classe social, mas sim pela falta de acesso que essas pessoas têm as condições para fazer um isolamento social adequado, lavar as mãos, utilização de álcool em gel e máscaras.

De acordo com Gragnani, (2020). Emanuelle Góes e Gonzalo Vecina Neto, assinalam algumas causas para a maioria das mortes serem de pretos e pobres no Brasil. A maioria das pessoas negras vivem em regiões marginalizadas, periféricas, onde não se tem ou baixa oferta de serviço de saúde, assim precisando se deslocar ao centro da cidade para utilizar dos serviços de saúde público.

Outra questão levado e consideração é a moradia e as condições de vida dessa população, geralmente moram em lugares piores sem condições de moradia decentes, dividindo os cômodos com várias pessoas, assim, facilitando a propagação e aumento da doença. (GRAGNANI, 2020).

A falta de acesso a saneamento básico é muito grave nessa pandemia, no Brasil as periferias não têm o mesmo tipo de acesso a saneamento como

se tem nos grandes centros residências das cidades, isso é preocupante, pois a pessoa que chega de uma jornada de trabalho na rua precisa ainda ir atrás da água para tomar banho.

Uma das causas mais latentes que ajuda no processo de infecção e adoecimento da população negra e pobre é a necessidade do trabalho, muitos dessas pessoas que estão na periferia depende do mercado de trabalho informal, não tendo uma renda fixa, ou qualquer outra ajuda de benefício garantido, assim, precisa ir à rua para ganhar o dinheiro do dia para se alimentar naquele dia, dessa forma o contato com o vírus e a propagação é inevitável sofrendo as consequências de adoecer, ser entubado ou até mesmo vir a óbito.

O governo federal um tempo depois passou a ajudar os trabalhadores que foram demitidos ou que estavam e estão na informalidade com auxílio de R\$: 600,00 mensais por 5 meses e mais 4 meses de R\$: 300,00 (CRISTALDO, 2020). No entanto esse valor recebido não paga todas as contas que o trabalhador tem, é preciso pagar aluguel, água, luz, comprar comida e até mesmo o transporte, pois não pode parar de trabalhar além de estarem na informalidade são trabalhadores negros e pobres que estão na linha de frente na saúde, enfermagem, serviços gerais e nos trabalhos domésticos.

Impacto da pandemia em migrantes e trabalhadores informais

Há décadas que o Brasil vem sendo procurado como destino por milhares de pessoas, repercutindo parte da intensidade dos fluxos migratórios que se estabeleceram no país entre os séculos XIX e início do século XX. Segundo os dados levantados pelo Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais, veiculado no portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, os dados mostram que mais de 700 mil imigrantes chegaram ao Brasil entre os anos de 2010 a 2018, a maioria desses migrantes são de origem do continente americano: Haiti, Venezuela, Bolívia Colômbia e Uruguai, há também de outros países como da África do Sul, Cabo Verde e Angola, nesses casos a escala de homens e mulheres são menores. (FOFANO JUNIOR, 2020).

Todavia, esse processo migratório tem se relacionado mais com fatores de repulsão do que de atração. O Brasil não faz nem um incentivo formal para atrair contingente populacional, e a conjuntura econômica não

está favorável para esse acomodamento. Por outros lados, o Brasil pode ser visto com uma ponte, um meio por onde os migrantes pode ter acesso a outros países da América Latina e até mesmo aos da América do Norte. Podemos notar que a precariedade das condições de vida para esses milhares de pessoas faz com que se mudem de seu país de origem em direção a outro lugar desconhecido, mesmo que algumas condições econômicas, familiar e de segurança sejam incertos, mas ainda é visto com uma oportunidade.

A entrada dos migrantes pelas fronteiras brasileiras não representa o maior desafio para eles. Buscando se estabelecer nos grandes centros, enfrentam a realidade de uma economia urbana cada vez mais desigual e de oportunidades de renda gerada. Com as flexibilizações trabalhistas, duas palavras nos ajudam a compreender esse momento: informalidade e uberização do trabalho, são dois conceitos que demonstra as vidas dos migrantes que trabalham em grandes centros comerciais. (ANTUNES, 2020).

Para os migrantes a renda que sustenta a família é advinda do trabalho diário, da informalidade, de montar suas bancas de produtos alimentícios, artigos eletrônicos, roupas e tecidos e em outro momento fugir da fiscalização municipal. A uma alternativa que pode ser mais estável, é de fazer entregas para aplicativos, de certa forma sempre há trabalho, no entanto é um perigo à saúde estar potencialmente em contato com o vírus e sofrer algum tipo de acidente no trânsito. Na falta de outras opções, acabam aceitando esse tipo de atividade para ganhar R\$: 7,00 a cada 10km percorridos (UOL, 2020).

A informalidade gera mais de 39 milhões de pessoas e migrantes sem carteira assinadas que giram uma economia subterrânea (ROUBICEK, 2020). De acordo com Fofano Junior (2020) o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC, por meio do Boletim do Banco de Dados publicado sob o título “Gênero x Trabalho: Olhando para as condições socioeconômicas de mulheres migrantes em conflito com a lei”³, demonstrou como a informalidade ocorre no recorte das mulheres migrantes: 65% das entrevistadas trabalham sem qualquer vínculo empregatício, sendo empregadas domésticas, babás, cabeleireiras e manicures. A pesquisa ainda indica a influência do fator de gênero, ao passo que ocupações tradicionalmente associadas às mulheres têm maior chance de serem informais.

³Acessar: <http://itcc.org.br/genero-trabalho-mulheres-migrantes/>

Embora a falta de escolaridade seja algo relativo, mas não explica o montante de pessoas que não tem acesso as garantias trabalhistas e a permanência de mulheres e homens migrantes na informalidade. Com isso podemos notar que há uma tendência de precarizar os postos de trabalhos, com mais ênfase o setor terciário, vem crescendo de forma descolada da oferta de mão de obra escolarizada. Assim, aos migrantes que tem uma formação escolar média ou superior não os garante entrada no mercado de trabalho formal, porém colado a isso, há uma dificuldade em revalidar os diplomas, o MEC – Ministério da Educação, não estabelece uma taxa ou prefixada para o pagamento do serviço, assim o preço varia para cada instituição (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

O Brasil afundado em uma crise sanitária e econômica, as trabalhadoras e trabalhadores migrantes, informais e os pobres são os que mais sofrem, com a queda de renda per capita (BARRUCHO, 2020), essa queda se dá as medidas de isolamento que são incompatíveis com a realidade da econômica informal que acontece nas ruas e nos pequenos negócios.

Diante disso as trabalhadoras e trabalhadores se veem em uma situação complicada e conflituosa, arriscar-se a saírem e correr o risco de ser infectado pelo Covid-19 e encontrar um sistema de saúde carregado, ou permanecerem em casa sem renda. Essa conjuntura mostra uma realidade cruel da informalidade que aflige o país, fazendo com que migrantes passam por necessidades básicas, sem dinheiro para o gás e para a comida, vivendo de pão e água por três como da senegalesa Diamu Fallow Diop, conhecida como Mama África (DIAS, 2020).

O governo brasileiro não tem agido de forma rápida e eficaz ao repassar o auxílio emergencial, ainda se multiplicam os casos de fraude, indeferimentos e lentidão do processo de pedidos para imigrantes. Guilherme Soares Dias (2020) para o jornal Repórter Brasil, destaca que “mesmo com CPF regularizado e direito ao benefício, africanos relatam dificuldades para receber o auxílio de R\$ 600 do governo. Grande parte costuma mandar dinheiro para a família na África, mas agora precisa de ajuda para sobreviver no Brasil”.

A pandemia bateu em cheio na economia brasileira, acelerou as desigualdades e deixou mais a margem os pobres e migrantes, enquanto os ricos saíram intocados, pois tem acesso à hospitais, melhores condições para se isolar e manter a quarentena, e não precisam sair às ruas para trabalhar, podendo trabalhar de casa. O trabalho informal, nessa perspectiva coloca se em múltiplos riscos e está fortemente ligado a letalidade da pandemia.

Impacto da pandemia em Foz do Iguaçu

Nas cidades fronteiriças a doença se espalhou de forma mais lenta, levou alguns dias a mais para chegar, pois a maioria da concentração e disseminação estava concentrada nas regiões metropolitanas com alto índice populacional. Foz do Iguaçu por ser um polo turístico internacional e pela sua localização regional foi a primeira cidade fronteiriça a registrar casos de infecção pelo coronavírus.

A fronteira não é meramente uma imagem panorâmica, um posto aduaneiro e de controle ou um espaço militarizado (CARDIN, 2012), vai além disso, um espaço vivido, um território usado, onde as relações sociais se desenvolvem, espaço também no qual as relações históricas, assimétricas e conflitivas encontram bem como as ações estatal e local (GRIMSON, 2000).

Podemos entender a fronteira como um espaço dialético: de um lado, território condensador das desigualdades sociais, das assimetrias de poder, dos conflitos identitários, das heterogeneidades culturais, assim como das violências e, particularmente, das violências de gênero (SEGATO, 2003; GRIMSON, 2000). No entanto, há outro aspecto a ser notado, a fronteira pode representar possibilidades de ruptura das situações de violência e desigualdade, representando oportunidades de construção de autonomia, agência, resistência e ação política (BOSCO *et al.*, 2011, CARDIN, 2012; WRIGLEY-ASANTE, 2013; WILKINS, 2017).

Ao longo do tempo, a fronteira, além de ser utilizada para demarcação de território, nação, também é utilizada como barreira sanitária, impedindo aqueles que desejam de alguma forma buscar uma possível cura ou tratamento do outro lado da fronteira, assim violando direitos humanos da pessoa migrante em buscar melhores condições de vida. Para Ventura (2016, p. 61), “a associação entre o estrangeiro e a doença acompanha a história das epidemias e faz parte do processo de construção das identidades nacionais no Ocidente, mantendo na contemporaneidade o potencial de induzir ou justificar violações de direitos humanos”.

Mesmo com um controle aduaneiro e vigilância não se prioriza o direito a saúde, pois os investimentos não são voltados para uma política de controle sanitário adequado e sim para impedir um processo migratório.

Para Ventura (2016, p. 63), se utilizam de uma doença e colocam o migrante como um vetor de contaminação e um perigo populacional, no entanto, é válido salientar que não são todos os imigrantes, pois há grupos étnicos que são socialmente marginalizados, para além disso passam também

por discriminação de classe, gênero e orientação sexual. Nesse sentido a doença e qualquer outra enfermidade é depositada e culpabilizando os migrantes.

Um exemplo, a crise sanitária do ebola na África Ocidental, no qual muitos governantes tomaram atitudes totalitárias de enfrentamento de assuntos de saúde pública não levando em consideração as recomendações de instituições de saúde, passando assim a ser abordado de forma sobre a segurança global, justificando e legitimando regimes jurídicos de exceção (VENTURA, 2016). Com isso, podemos notar que com a pandemia do Covid-19 vem se tomando as mesmas medidas totalitárias banalizando as medidas restritivas orientadas por agências de saúde.

Em 6 de fevereiro de 2020 entrou em vigor Lei 13.979/2020 – lei brasileira da quarentena aprovada em tramitação de urgência mesmo sem o debate democrático. Por outro lado, defendendo a democracia sanitária com a participação popular e comunitária nos assuntos sobre saúde pública.

As medidas previstas pela Lei, sem a participação democrática poderiam provocar ataques contra a liberdade e os direitos, vejamos algumas delas: I. isolamento; II. Quarentena; III. Determinação de realização compulsória de exames, testes e tratamentos; IV. Restrição excepcional e temporária de entrada e saída do país entre outras. A lei não menciona especificações sobre medidas repressivas em caso de descumprimento e ainda sugere um tratamento seguro de emergência sanitária.

A OMS sobre a restrição da mobilidade internacional (art. 3º, VI) não havia dado nem uma recomendação, pois ainda não possuía nem uma evidência científica que pudesse fundamentar tal medida. Ao restringir o acesso de mobilidade internacional poderia impactar de forma negativa aos direitos humanos, assim Ventura (2020, p. 24-25) sinaliza que “dificultar a circulação internacional de recursos humanos necessários á resposta, além de favorecer o estigma e a discriminação de viajantes, migrantes e refugiados em razão de sua origem.”

A região das Três Fronteiras, tem um grande fluxo de atividades ilícitas, capital, mercadorias, pessoas da América do Sul (ALBUQUERQUE, 2008). Sua localização nas margens dos Rios Iguaçu e Paraná, contando com uma população aproximadamente em 800.000 pessoas distribuídas entre as cidades de *Ciudad del Este* (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e *Puerto Iguazú* (Argentina).

Para essa análise nos concentraremos nas duas cidades fronteiriças com maior relevância comercial, fluxo populacional e um controle menos intenso, Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, já em *Puerto Iguazú*, o controle é mais rigoroso e o comércio não é tão intenso e relativo como é visto nas outras duas cidades.

Com a globalização e estabelecimento do circuito transfronteiriço sendo uma atividade rentável explorando e aumentando desigualdades históricas de gênero, de classe e discriminação racial, expondo alguns grupos a condições desfavoráveis (SASSEN, 2003). A Guerra do Paraguai (1864-1870) um evento histórico que marca e compreendemos as dinâmicas desiguais atuais da fronteira. Com a vitória do Brasil e da Argentina criam uma suposta superioridade racial-étnico, moral e civilizatória sobre o Paraguai, inferiorizando homens e mulheres por perpetuarem e manterem os hábitos de tradições indígenas.

A partir de 1986, *Ciudad del Este* se transforma em um grande polo comercial, estrutura-se e expande-se a sua Zona Franca, atraindo vários compradores de todas as localidades do mundo e de cidades brasileiras, desenvolvendo um intenso circuito sacoleiro (CARDIN, 2012), cujo objetivo era de comprar mercadorias em *Ciudad del Este* e revender em outras cidades do Brasil ou em outros países, teve o auge entre os anos de 1991 ha 2004.

Depois desse apogeu de compra e venda mercadorias houve uma desaceleração devido aos seguintes fatores: a) a queda do poder aquisitivo da moeda brasileira em 2004 e a valorização do dólar no mercado internacional; b) o aumento do controle do Estado brasileiro em 2003 no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas na região (CARDIN, 2012); c) a instituição em 2009 do Regime de Tributação Unificada (Lei 11.881), cujo objetivo era controlar as pequenas importações vindas do Paraguai (RABOSSI, 2011).

Diante disso homens e mulheres ambos os lados da fronteira precisaram buscar outras formas para garantir a sobrevivência da família, assim se inserido no comércio formal ou informal transfronteiriço, no mercado ilegal, clandestino e no turismo (CARDIN, 2012), há outras duas atividades que essa população precisou se inserir, no trabalho doméstico e no trabalho sexual, esses dois maioritariamente ocupados por mulheres. “Nesse caso fronteiriço esses migrantes desempenham um papel fundamental na economia, principalmente por meio das atividades informais, ilegais e precárias” (CARDIN, 2012, p. 213).

Em 2017, Brasil e o Paraguai assinaram um acordo Binacional que contemplava benefícios aos “trabalhadores fronteiriços”, contudo, eram localidades predeterminadas, nesse caso, Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*. Há também a possibilidade de ser retirada a Carteira de Trânsito Vicinal Fronteira⁴, essa carteira é designada aos residentes de uma região fronteiriça previamente delimitada, favorecendo o livre acesso e circulação de pessoas e garantindo o exercício dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Com a atual conjuntura pandêmica causada pela Covid-19 essa dinâmica encontra ameaçada, pois o governo paraguaio no dia 17 de março de 2020 determina o fechamento da fronteira com o Brasil, impossibilitando a circulação de cerca de 100 mil pessoas segundo a Polícia Rodoviária Federal – PRF⁵ o trânsito fronteiriço diário de brasileiros e paraguaios que trabalham, estudam e desenvolvem suas atividades profissionais ambos os lados. A partir disso, são adotadas diversas medidas para frear a contaminação, e assim modificando a dinâmica social da fronteira.

Com esse fechamento, muito paraguaios e paraguaias que perderam o trabalho no Brasil ficaram presos não podendo voltar ao Paraguai. Muitos deles ficavam esperando em cima da Ponte da Amizade, perto de onde foi feita a barreira sanitária na linha do limite de cada país. Ficavam homens, mulheres e famílias aguardando espaço nos albergues públicos para fazer a quarentena. No entanto, a maioria permanecia na ponte por dias na esperança que abram. Em uma entrevista para o jornal O Tempo, Everton Mateus, vice-presidente da associação Amigos do Johnson Anjos da Madrugada, relata que há um rapaz que ficou seis dias em cima da ponte, a Polícia Federal da baixa no passaporte, mas fica barrado de passar par o lado paraguaio.

Segundo o presidente da Câmara de Comércio e Serviços, Said Taigen, dos 30 mil empregos perdidos com a pandemia e o fechamento da fronteira com o Brasil, o comércio de fronteira recuperou 10 mil. Com o fechamento das lojas o comércio fronteiriço foi um dos mais afetados, começou uma recuperação lenta, a partir das fases da quarentena inteligente com a reabertura da Ponte da Amizade (BENETTA, 2021).

Com a interrupção da fronteira, intensificou as tensões entre governo e população de *Ciudad del Este*. Havendo uma possibilidade de reabertura gradual da fronteira no mês de setembro, ambulantes,

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8636.htm

⁵ <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2020/03/18/coronavirus-paraguai-fecha-ponte-da-amizade-em-foz-do-iguacu.ghtml>

comerciantes, lojistas e outros trabalhadores foram para Ponte da Amizade protestar para que a abertura seja de forma total.

No final de setembro de 2020 depois de alguns dias de restrições para entrar e sair do Paraguai, foi aberta totalmente a fronteira sem impedimentos de horários e de locomoção, agora podendo transitar sem qualquer problema, entrada e saída. Com a reabertura, os comerciantes em geral veem boas expectativas de retomada da economia e de vendas.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. **Cadernos Ceru**, v. 19, n. 1, p. 49-63, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Como se trama a uberização total. **Outras Mídias**, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-se-trama-a-uberizacao-total/>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

BARRUCHO, Luis. Coronavírus: pandemia pode jogar até 14 milhões de brasileiros na pobreza, diz estudo. **BBC**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53020785>. Acesso em 03 de abr. de 2021.

BBC NEWS BRASIL. Como a América do Sul se tornou o novo epicentro da pandemia de coronavírus. **BBC NEWS BRASIL**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52779245>. Acesso em: 15 de dez. de 2022.

BENETTA. Claudio Dalla. Comércio de ciudad del este recupera um terço dos empregos perdidos com fronteira fechada. **H2Foz**, 2021. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/fronteira/comercio-de-ciudad-del-este-recuperou-um-terco-dos-empregos-perdidos-com-fronteira-fechada/>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

BOSCO, Fernando; AITKEN, Stuart; HERMAN, Thomas. Mujeres y niños en un grupo de promoción barrial: participación comunitaria y recreación de ciudadanía en la frontera EE.UU. México. **Gender, Place & Culture**, v. 18, n. 02, p. 155-178, 2011.

BRASIL. LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020. **Planalto**, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Revalidação de diplomas**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/revalidacao-de-diplomas>. Acesso em: 16 de jun. de 2021.

CARDIN, Eric. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Revista Geopolíticas**, Madrid, v. 3, n. 2, p. 207-234, 2012.

CRISTALDO, Heloisa. Câmara aprova auxílio de R\$ 600 por mês para trabalhador informal, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-03/camara-aprova-auxilio-r-600-por-mes-para-trabalhador-informal>. Acesso em 15 de dez. de 2022.

DIAS, Guilherme Soares. Fiquei 3 dias comendo pão com água?: o drama dos migrantes africanos que não conseguem receber o auxílio do governo. **Repórter Brasil**, 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/fiquei-3-dias-comendo-pao-com-agua-o-drama-dos-migrantes-africanos-que-nao-conseguem-receber-o-auxilio-do-governo/>. Acesso em 03 de abr. de 2020

FOFANO JUNIOR Jorge. Migrantes e os labirintos da economia informal. **Instituto terra, trabalho e cidadania**, 2020. Disponível em: <http://ittc.org.br/imigrantes-e-os-labirintos-da-economia-informal/>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

GRAGNANI, Juliana. Porque o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. **BBC**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

GRIMSON, Alejandro. Introducción ¿Fronteras políticas versus fronteras Culturales. In: GRIMSON, A. (Org.). **Fronteras, Naciones e Identidades**. Buenos Aires: CICCUS, 2000, pp. 9-40.

ITTC. Gênero x trabalho: olhando para as condições socioeconômicas de mulheres migrantes em conflito com a lei. **Instituto terra, trabalho e cidadania**, 2020. Disponível em <http://ittc.org.br/genero-trabalho-mulheres-migrantes/>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

LAGO, Cecília. BRONZE, Giovanna. VENAGLIA, Guilherme. Brasil passa reino unido e se torna o terceiro país com mais casos de COVID-19. CNN BRASIL. 18.05.2020 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-passa-reino-unido-e-se-torna-o-terceiro-pais-com-mais-casos-de-covid-19/>. Acesso em 15 de dez. de 2022.

LUPION, Bruno. Como o novo coronavírus acentua as desigualdades no Brasil. **DW**, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-o-novo-coronav%C3%ADrus-acentua-as-desigualdades-no-brasil/a-53256164>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

MATTA, Gustavo Corrêa, REGO, Sergio, SOUTO, Ester Paiva, SEGATA, Jean. Orgs. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>. Acesso em 15 de dez. de 2022.

OLIVERO Pedro. Saiba qual a situação do coronavírus na América do Sul. **PODER 360**, 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/saiba-qual-a-situacao-do-coronavirus-na-america-do-sul/>). Acesso em: 03 de abril de 2021.

RABOSI, Fernando. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai). **Etnográfica**, v. 15, n. 1, p. 83-107, 2011.

ROUBICEK, Marcelo. Os números que mostram o impacto da pandemia no emprego. **Nexo Jornal**, 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/28/Os-n%C3%BAmeros-que-mostram-o-impacto-da-pandemia-no-emprego>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

SASSEN, Saskia. **Contrageografias de la globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**. Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 2003.

UOL. Como a América do Sul se tornou o novo epicentro da pandemia de coronavírus. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/05/22/como-a-america-do-sul-se-tornou-o-novo-epicentro-da-pandemia-de-covid-19.htm>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Impacto das crises sanitárias internacionais sobre os direitos dos migrantes. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n.23, p. 61- 75, 2016.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. A emergência do novo coronavírus e

a “lei de quarentena” no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 20, n. 10, p. 1-38, 2020.

WILKINS, Annabelle. Gender, migration and intimate geopolitics: shifting senses of home among women on the Myanmar-Thailand border. **Gender, Place & Culture**, v. 24 n. 11, p. 1-20, 2017.

WRIGLEY-ASANTE, Charlotte. Survival or escaping poverty: the perspectives of poverty and well-being among Ghanaian women in cross-border trading. **Journal of Gender Studies**, v. 22, n. 3, p. 320-334, 2013.

Intolerância religiosa: um estudo sobre as divergências das concepções da legitimidade da doutrina do Santo Daime

Ronaldo Emiliano de Miranda¹

Resumo: O artigo propõe estudar, analisar e discutir as intolerâncias enfrentadas pela religião do Santo Daime desde sua fundação em 1930, até o seu desenvolvimento atual. É uma religião genuinamente brasileira de tradição oral, fundada pelo maranhense Mestre Irineu, assim conhecido no seio de sua comunidade. A doutrina teve seu início a partir da ressignificação ritualística da *Ayahuasca* rebatizada por ele como Daime. A construção e a sedimentação da religião daimista ocorreram de forma gradativa até o falecimento do Mestre. Então, logo após a sua morte houve uma dissidência interna de opiniões sobre as práticas e os ritos da doutrina resultando no surgimento de duas principais vertentes daimistas, que geraram as tensões e a intolerância interna. Destaca-se que a *Ayahuasca* (Daime) é um chá de origem da tradição xamânica andina. Fora da doutrina daimista, o Daime é considerado uma droga com propriedades alucinógenas o que causa bastante controvérsia e motiva inúmeras intolerâncias no país e no exterior. Apesar disso, o Santo Daime expandiu a nível nacional e internacional. O texto prioriza em apontar para os avanços, a necessidade da compreensão da pluralidade religiosa, a busca pelo diálogo inter-religioso e consequentemente fortalecer o “direito sagrado de divergir”. Para a elaboração deste artigo empregou-se basicamente o padrão de pesquisa bibliográfica em Ciências Humanas e a revisão de literatura inerentes ao tema.

Palavras-chave: *Ayahuasca*; Daime; Mestre Irineu; Padrinho Sebastião.

Religious intolerance: a study on the divergences in the conceptions of the legitimacy of the Santo Daime doctrine

¹ Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica Minas Gerais-PUCMinas, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ronaldoemiranda@gmail.com

Abstract: The article proposes to study, analyze and discuss the intolerances faced by the Santo Daime religion since its foundation in 1930, until its current development. It is a genuinely Brazilian religion of oral tradition, founded by Mestre Irineu from Maranhão, known as this within his community. The doctrine had its beginnings from the ritualistic resignification of *Ayahuasca* renamed by him as Daime. The construction and sedimentation of the Daimista religion took place gradually until the death of Mestre. Then, shortly after his death, there was an internal dissent of opinions about the practices and rites of the doctrine resulting in the emergence of two main daimista strands, which generated tensions and internal intolerance. It is noteworthy that *Ayahuasca* (Daime) is a tea from the Andean shamanic tradition. Outside the Daime doctrine, the Daime is considered a drug with hallucinogenic properties, which generates a lot of controversy and motivates countless intolerances in the country and abroad. Despite this, Santo Daime expanded nationally and internationally. The text prioritizes pointing to advances, the need to understand religious plurality, the search for inter-religious dialogue and consequently strengthen the “sacred right to differ”. For the elaboration of this article, the standard of bibliographical research in Human Sciences and the literature review inherent to the theme used.

Keywords: *Ayahuasca*; Daime; Mestre Irineu; Padrinho Sebastião.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo estudar e discutir as intolerâncias enfrentadas pela religião do Santo Daime ou religião da Floresta, desde a sua fundação em 1930 até o seu desenvolvimento atual. A religião daimista foi fundada pelo maranhense Raimundo Irineu Serra, conhecido em sua comunidade como Mestre Irineu. É uma religião genuinamente brasileira, de tradição oral, teve o seu início a partir da concepção do novo significado ritualístico da *Ayahuasca*², rebatizada como Daime, pelo seu fundador. A sua concepção doutrinária foi idealizada a partir de um sincretismo das tradições: indígena, cristã, esotérica e afrodescendentes. Evidencia-se que a *Ayahuasca* (ressignificada como Daime) é uma bebida de origem indígena, um chá

² *Ayahuasca* é um chá indígena, de uso milenar, com propriedades psicoativas, obtido através da decocção do cipó (*Banisteriopsis caapi*), ou “jagube” e da folha do arbusto (*Psychotria viridis*), denominada pelos daimistas como “Rainha” ou chacrona. Na língua Quéchua, *Ayahuasca* significa “trepadeira das almas” ou “liana (cipó) dos espíritos” (LABATE *apud* ASSIS e LABATE, 2014, p. 13).

xamânico, que contém uma substância psicoativa³, às vezes, interpretado de forma equivocada como alucinógeno⁴. Porém, os daimistas o concebem como enteógeno⁵. A construção e a sedimentação da religião do Santo Daime ocorreram de forma gradativa até o falecimento do Mestre Irineu em 1971. Após o seu falecimento, ocorreu uma dissidência interna de opiniões na doutrina, até então, tida como homogênea e ortodoxa. A partir daí surgiram as tensões e a intolerância interna. Então, originou-se duas principais vertentes daimistas, cada uma defendendo o seu ponto de vista particular, sobre a legitimidade da religião daimista. Evidencia-se que cada uma das vertentes gerou as suas filiações distribuídas no território brasileiro e no exterior. Uma das intolerâncias externas à doutrina está associada a ligação da religião do Santo Daime com as bricolagens dos principais elementos religiosos cristãos e da tradição indígena, principalmente pelo uso ritualístico do Daime (*Ayahuasca*). Estas práticas geram muitas polêmicas. Daí, surgiram as intolerâncias no Brasil e no Exterior quanto a aceitação da religião do Santo Daime. O texto é um ensaio e uma tentativa de se compreender como uma religião, essencialmente oral, originária da região fronteira da Amazônia, região acreana, que conseguiu uma expansão nacional e internacional enfrentando os dilemas mencionados. Serão abordados também os avanços ocorridos no Brasil e no exterior que legitimam a religião do Santo Daime como verdadeira, e pertencente ao grupo de religiões mundiais, merecendo o seu devido respeito. A metodologia utilizada na construção do artigo é baseada em pesquisas bibliográficas de livros de autores renomados a partir das investigações em livros, artigos, dissertações e teses produzidas por acadêmicos renomados e sítios oficiais das vertentes sobre o tema. O artigo buscará demonstrar, através dos argumentos expostos como é possível, diante da diversidade religiosa, e visões antagônicas, delinear uma boa compreensão sobre os fundamentos das vertentes daimistas objetivando facilitar o diálogo inter-religioso, e conseqüentemente fortalecer o direito sagrado de divergir.

³ Substância psicoativa ou psicoativo, entende-se como uma substância que ativa a psique ou age sobre ela. (MACRAE, 1992, p. 16).

⁴ Alucinógeno, entende-se como uma substância que possa produzir uma alucinação. Alucinar significa errar, enganar-se, privar da razão, do entendimento, desvairar, aloucar. (MACRAE, 1992, p. 16).

⁵ Enteógeno é um termo derivado da palavra *entheos*, de origem grega. Significa literalmente "deus dentro", palavra utilizada para descrever o estado em que alguém se encontra quando inspirado ou possuído por um deus que entrou em seu corpo. Portanto, enteógeno significa aquilo que leva alguém a ter o divino dentro de si. (MACRAE, 1992, p. 16).

1 Origem, fundação e a sedimentação da religião do Santo Daime no Brasil

A partir do final do século XIX e início do século XX, ocorreu um importante movimento migratório, quando uma inesperada quantidade de pessoas abandonou a precária agricultura de subsistência no Nordeste, principalmente no Estado do Ceará e Maranhão, para se dedicarem à extração da borracha nos seringais da Amazônia, na região fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. Tal movimento, ficou conhecido como o 1º Ciclo da Borracha, que prometia um enriquecimento rápido no Norte do país, o que levou aquela região amazônica a enfrentar fortes impulsos desenvolvimentistas. Esse contingente de pessoas teve que se adaptar às leis da Floresta, enfrentar a malária, os animais ferozes, a resistência dos índios nativos aos invasores de suas terras e a vontade exacerbada dos senhores seringalistas de prosperarem. Os seringalistas, por sua vez, eram grandes latifundiários que desejavam se enriquecer com a extração do látex para atender à crescente demanda de borracha pela indústria internacional. (MOREIRA; MACRAE, 2011, p. 79).

Essa região fronteira amazônica, do lado brasileiro, naquela época, possuía escassos recursos para o atendimento médico existindo apenas como opções os remédios caseiros que nem sempre eram muito efetivos e nos momentos mais complicados só restava recorrer aos trabalhos dos rezadores, à pajelança indígena ou mestiça e inclusive aos vegetarianistas. (MOREIRA; MACRAE, 2011, p. 57).

Então, dentro desse contexto socioeconômico e incentivado pelos rumores de que na região fronteira amazônica estavam contratando pessoas para trabalhar nos seringais para a extração da borracha, e que se fazia muito dinheiro lá, Raimundo Irineu Serra sentiu-se atraído por esta hipótese. Então, baseando-se nessa premissa, Irineu Serra migrou-se para lá, por volta de 1912. Mestre Irineu, assim conhecido no seio de sua comunidade, é descrito como negro, alto, forte e neto de escravos, fixou-se inicialmente em Xapuri, onde residiu por aproximadamente dois anos. Depois trabalhou nos seringais da Brasileia, por volta de 1914.⁶ Naquela época, admite-se que Irineu tenha trabalhado também como funcionário da Comissão de Limites⁷, na região amazônica fronteira. Nos anos em que

⁶ Xapuri e Brasileia são municípios no sul do Estado do Acre

⁷ Comissão de Limites, criada pelo governo federal para serviços de delimitação da fronteira do Acre com a Bolívia e o Peru. (MOREIRA e MACRAE, 2011).

passou trabalhando na floresta amazônica aprofundou o seu conhecimento a respeito da população cabocla local e de sua cultura. Em Brasileia, conheceu os companheiros conterrâneos maranhenses, os irmãos Antônio e André Costa, através dos quais supõe-se que tomou conhecimento do uso da *Ayahuasca* na região fronteira entre Brasil (Acre), Bolívia e Peru. (MACRAE, 1992, p. 61-62).

Segundo Oliveira (2007), entre os povos indígenas, tem-se a concepção de que a partir da ingestão da *Ayahuasca* torna-se possível o contato com os espíritos dos antepassados e da natureza. (OLIVEIRA, 2007, p. 136).

Portanto, ao beber a *Ayahuasca*, por volta do ano 1912 ou 1914, Irineu Serra teve revelações psíquicas e espirituais que o conduziram, nos anos posteriores, a organizar uma nova forma de trabalho com essa bebida indígena. Sob sua direção, a partir da década de 1930, na cidade de Rio Branco (Acre), deu-se o início ao processo de formação da doutrina daimista. O Mestre introduziu uma nova técnica para o preparo do chá, criou os principais rituais e símbolos da religião que passaram a ser os fundamentos doutrinários do Santo Daime. (OLIVEIRA, 2007, p.33). Com o passar dos anos, a partir da divulgação das narrativas que relatavam curas, bênçãos e feitos miraculosos divulgadas no meio dos seguidores, pelo uso da bebida sacramental, foi se formando um novo entendimento sobre o nome da *Ayahuasca* que foi rebatizada pelo Mestre Irineu como Daime⁸ e com o tempo passou a ser denominada como Santo Daime. (OLIVEIRA, 2007, p. 76).

Assim sendo, o Mestre Irineu, no que lhe concerne, parece ter se submetido ao processo de iniciação e de conhecimento da tradição xamânica dos *ayahuasqueros* e vegetalistas da Amazônia. A partir de tais experiências, os irmãos Costa abriram um centro na década de 1920, chamado Círculo de Regeneração e Fé (CRF), instalado na cidade de Brasileia. Desse grupo, participava também o Mestre Irineu Serra. Hoje, o CRF, é considerado pelos adeptos daimistas como precursor do Daime. (MACRAE, 1992, p. 62).

A *Ayahuasca* era usada pelas populações nativas da região amazônica brasileira e andina para diferentes finalidades, dentre elas, pode-se dizer: no diagnóstico de doenças, adivinhação, proteção para boas caçadas, preparação para guerra, práticas xamânicas e de curandeirismo (MACRAE, 1992, p. 28).

⁸ O nome Daime vem das invocações "dai-me luz" ou "daí-me amor", usados pelos participantes dos rituais daimistas (MIRANDA, 2011, s.p.). Tais invocações estão presentes no hino nº 41 "Estrela D'água" do Mestre Irineu. (MESTRE IRINEU *apud* MATOS DA SILVA, 1994).

Segundo MacRae (1992), dentre as primeiras experiências do Mestre Irineu ao fazer uso da *Ayabuasca*, a principal foi o relato das visões repetidas da aparição de uma entidade feminina, denominada Clara, que posteriormente ele a identificou como sendo a Nossa Senhora da Conceição, ou a Rainha da Floresta. Durante essas aparições, segundo Irineu, a entidade lhe teria dado instruções a respeito de uma dieta que deveria seguir, preparando-se para o recebimento de uma missão especial de tornar-se um grande curador. (MACRAE, 1992, p. 62).

Outro episódio que costuma ser relatado, mencionado por MacRae (1992), é a visão que o Mestre Irineu teve da lua aproximando-se dele trazendo em seu centro uma águia. Segundo o relato, era a Nossa Senhora que vinha entregar os seus ensinamentos (transmissão de conhecimentos). Essa "miração"⁹ teve uma grande importância para o desenvolvimento do trabalho de Mestre Irineu e passou a constituir o tema do seu primeiro hino, além de fornecer um dos principais símbolos do culto daimista. A lua representa a ideia de que a doutrina foi ensinada pela Virgem Mãe e a águia faz alusão ao grande poder de visão que é dado aos seus seguidores. (MACRAE, 1992, p. 64).

Utilizando-se da visão de Berger (1985), pode-se conceber a miração do Mestre Irineu, como sendo: “A ‘receita’ fundamental da legitimação religiosa é a transformação de produtos humanos em facticidades supra-humanas ou não-humanas. O mundo feito pelo homem é explicado em termos que negam sua produção pelo homem. O *nomos* humano torna-se um cosmos divino, ou, pelo menos, uma realidade cujos significados são derivados de fora da esfera humana.” (BERGER, 1985, p. 102).

Pouco tempo depois, segundo MacRae (1992), o Mestre Irineu transferiu-se para a cidade de Rio Branco, em 1920, e lá ingressou-se na Força Policial (Guarda Territorial). Permaneceu nessa corporação até por volta de 1929, quando deu baixa com a graduação de Cabo. Porém, em 1930, residindo no bairro de Vila Ivonete, zona rural de Rio Branco, iniciou os trabalhos públicos com o Daíme (*Ayabuasca*). Inicialmente Mestre Irineu tornou-se conhecido dentro da pequena comunidade local cujos membros constituía a maior parte de seus seguidores. Com o passar dos anos sua doutrina foi se consolidando, e as sessões começam a ser frequentadas por

⁹ O termo miração foi cunhado por Mestre Irineu para designar o estado visionário proporcionado pelo uso ritual da *Ayabuasca*. A palavra vem do verbo mirar e significa olhar, voltar os olhos para algo e dela deriva-se o substantivo mirante, que, por sua vez, se trata de um local apropriado para contemplar o horizonte ou a beleza de uma cidade. (ALVERGA *apud* COSTA JUNIOR 2021).

outras pessoas, inclusive de raças diferentes. Dessa maneira, os seus poderes de cura passaram a ser divulgados tornando-se conhecidos em toda a região até o ponto em que as autoridades locais passaram a se interessar pela doutrina. Assim sendo, o Mestre Irineu, já conhecido, contava com a amizade e o apoio de personagens influentes na política local, como o coronel Fontanelle de Castro e do governador do Acre, Guiomard dos Santos. Segundo Couto (1989), embora essas autoridades não tomassem o Daime gostavam de aparecer ao lado do Mestre Irineu em épocas eleitorais. (COUTO *apud* MACRAE, 1992, p. 64-65).

MacRae (1992) enfatiza que devido a influência do governador Guiomard, o Mestre Irineu obteve a doação da Colônia Custódio de Freitas situada na zona rural de Rio Branco, na década de 1940, cujas terras foram divididas entre as famílias frequentadoras do culto daimista e outros necessitados. A partir dessa época, essa colônia passou a ser conhecida como Alto Santo, onde foi construída uma Igreja-sede do culto, batizada de Centro de Iluminação Cristã Luz Universal (CICLU/Alto Santo), com uma grande Cruz de Caravaca em cimento na entrada da Igreja. (MACRAE, 1992, p. 65-66).

Salienta-se que o CICLU / Alto Santo foi liderado pelo Mestre Irineu até o seu falecimento em julho de 1971. Logo após o seu falecimento, ocorreram disputas e algumas segmentações dentro da organização. Inicialmente Leôncio Gomes tornou-se o dirigente do CICLU / Alto Santo. Hoje, segundo a Comunidade do Alto Santo (2021), ainda, é comandado pela viúva de Irineu, D. Peregrina Gomes Serra, conhecida por “Madrinha Peregrina” (COMUNIDADE DO ALTO SANTO, 2021). Por outro lado, Sebastião Mota de Melo, conhecido como Padrinho Sebastião, um dos principais discípulos do Mestre Irineu, se desvinculou do CICLU/ Alto Santo, por divergências com Leôncio e passou a construir a sua própria comunidade, a vertente do Centro Eclético da Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra (CEFLURIS), fundada em 1974, hoje comandada pelo seu filho Alfredo Gregório de Melo, conhecido por “Padrinho Alfredo”. No entanto, vale destacar que a CEFLURIS manteve as bases dos rituais daimistas herdadas de Mestre Irineu, as fardas e os principais hinários, mas agregou outros elementos do espiritismo kardequiano ou kardeciano e umbandistas aos rituais daimistas. (ASSIS e LABATE, 2014, p. 13-14).

No entanto, o Santo Daime tornou-se uma religião brasileira concebida pelos seus seguidores como cristã e formada no Estado do Acre. Evidencia-se que as Igrejas e comunidades filiadas à vertente CEFLURIS estão espalhadas por diversos estados do Brasil e em vários países do mundo, dentre eles, destacam-se: Estados Unidos, Espanha, Holanda, Itália,

Alemanha, França, Inglaterra, Argentina, Chile, Japão e outros. (OLIVEIRA, 2007).

Cabe ressaltar que a religião do Santo Daime é fundamentada na sua cultura daimista e práticas rituais e se perpetuam por meio de narrativas transmitidas oralmente, principalmente através dos hinários recebidos e passados de geração a geração. O processo de construção social de sentidos, na religião daimista, passa por um diálogo constante entre os seus adeptos através das narrativas orais transmitidas para as gerações futuras. Portanto, segundo Oliveira (2007), ao longo da história da religião do Santo Daime esse diálogo com as narrativas orais fundamentou a ressignificação da *Ayahuasca* e a construção do significado atual da bebida. (OLIVEIRA, 2007, p. 65).

Essa teia de significados, segundo Oliveira (2007), surgiu das narrativas orais e passou a ter, como nos indica Berger (1985) uma facticidade, “um *status* de realidade objetiva, onde as pessoas passam a dialogar, a assimilar e a interagir para construir sua compreensão do presente da religião” (OLIVEIRA, 2007, p. 149). Assim, esses “fatos” construídos a partir dos argumentos discursivos passam a fazer parte da cultura atualizada da religião daimista. “Em outras palavras, o mundo cultural não só é produzido coletivamente como também permanece real, em virtude do reconhecimento coletivo. Estar na cultura significa compartilhar com os outros um mundo particular de objetividades” (BERGER, 1985, p. 23-24).

Oliveira (2007) enfatiza que uso do Daime, uma substância psicoativa, é uma bebida que conduz as pessoas a um contato profundo com aspectos além da realidade que transcendem a compreensão humana racional e sua experiência cotidiana (OLIVEIRA, 2007, p. 40). Portanto, o estado ampliado [alterado] de consciência mediado pelo Daime é denominado pelos seguidores daimistas de *miração*. Nessa situação, de acordo com cada pessoa, dentro da sua experiência singular, pode ocorrer diferentes percepções visuais, tanto com os olhos abertos quanto fechados. Essa *miração* pode contemplar entre outras experiências, por exemplo, o aumento da intuição, da sensibilidade estética, olfativa e auditiva, viagens astrais¹⁰, e comunicação com espíritos, como no relato da experiência do Mestre Irineu com a bebida, por ocasião de seu encontro com a Virgem Maria. Acrescente-se a isso, percepção de uma experiência do “conhecimento”, caracterizada

¹⁰ Na compreensão dos seguidores, as “viagens astrais” são momentos em que o espírito da pessoa se desprende do corpo e vai conhecer a realidade espiritual, genericamente conhecida como astral. (OLIVEIRA, 2007, p. 142, nota 89).

pela sensação de se estar alcançando o “conhecimento verdadeiro” sobre um determinado assunto (OLIVEIRA, 2007, p. 142).

Dentro dessa concepção, compreende-se que se trata de uma experiência de “êxtase”¹¹, e também de uma outra perspectiva marginal que proporciona esse contato com algo que escapa à realidade cotidiana (estado ordinário de consciência). Berger (1985) aponta para o fato de que “a religião mantém, por conseguinte, a realidade socialmente definida legitimando as situações marginais em termos de uma realidade sagrada de âmbito universal” (BERGER, 1985, p. 57). No que concerne à religião do Santo Daime, consumidora da substância psicoativa, *Ayahuasca* (Daime), por meio de suas práticas, regras rituais, hinários e fundamentos filosóficos contribuem para estruturar e conduzir a compreensão das experiências visionárias. Tudo isso, são ferramentas simbólicas, segundo a compreensão de Oliveira (2007), para lidar com o “espaço de mistério”, as percepções ampliadas ou estados alterados de consciência (estados não-ordinários de consciência) que essa substância revela. A doutrina daimista concebe como sagrados tanto o ato de ingerir o Daime quanto a própria bebida, com os seus poderes visionários. Esta compreensão torna o Daime santo aos olhos de quem o concebe como instrumento extático, como veículo mediador de contato com essa realidade sagrada. Daí surge a ideia de Santo Daime (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

É importante enfatizar que entre as práticas nativas com a *Ayahuasca*, estudadas por diversos autores, verificou-se a presença de cânticos entoados durante o consumo do chá xamânico e dessa maneira, ao que parece, contribuíam para as percepções das visões relatadas, bem como, estimulavam a comunicação com os espíritos. Esses cânticos são denominados pela população indígena como ícaros¹², sendo que sua função ritual conforme a concepção das populações estudadas seria conduzir as visões e a força psicoativa da *Ayahuasca*. (OLIVEIRA, 2007, p. 137). Provavelmente as canções podem ter sido assimiladas pelo Mestre Irineu ao longo de seu contato com a *Ayahuasca*, no contexto nativo, onde o consumo da bebida está associado à execução desses cânticos simples, os ícaros. (OLIVEIRA, 2007, p. 187). Por outro lado, os seguidores daimistas compreendem os hinários não apenas como mensagens similares às palavras

¹¹ “Êxtase, no sentido literal de *ek-stasis* quer dizer ficar, ou sair para fora da realidade, como é definida comumente” (BERGER, 1985, p. 56).

¹² Os ícaros são canções com uma melodia e uma letra simples que se acredita que sejam ensinados pelos seres divinos que habitam em diversos elementos da natureza tais como animais, pedras e plantas. São entoados para modular e dirigir a força psicoativa da *Ayahuasca*. (OLIVEIRA, 2007, p. 187).

bíblicas, mas também, como sua continuidade legítima, viva e atual, revelada e interpretada à luz do Espírito Santo e do chá sacramental na religião do Santo Daime. (OLIVEIRA, 2007, p. 242).

Dito isso, cabe evidenciar que, segundo Oliveira (2007), podem ocorrer reações no corpo físico dos adeptos ao utilizarem o Daime (*Ayahuasca*) nos rituais daimistas. São interpretadas, de maneira natural, como efeitos purgativos laxantes e eméticos (vômitos), concebidos como “limpezas” que a bebida faz no corpo das pessoas (OLIVEIRA, 2007, p. 138).

Dentro do conjunto de símbolos daimistas, vale destacar o emprego da cruz que remete à primeira experiência visionária do Mestre Irineu. A cruz utilizada na religião daimista possui dois braços¹³, conhecida na tradição cristã como Cruz de Caravaca. Assim sendo, o cruzeiro, derivado da palavra cruz tornou-se o símbolo mais importante da religião do Santo Daime e isso tem um caráter relevante que no hino nº 93 do Mestre Irineu, o Hinário recebeu o nome “O Cruzeiro” e diz: “No cruzeiro tem rosário. Para quem quiser rezar”. (MESTRE IRINEU *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 161-162). Um outro símbolo, com um significado singular na visão daimista é a interpretação da entidade feminina Clara como sendo uma alusão a Nossa Senhora da Conceição, conhecida e representada também como a Rainha da Floresta. (OLIVEIRA, 2007, p. 186). Portanto, os símbolos do Cruzeiro e do Rosário, reforçam a compreensão de que são dois elementos que sugerem as representações de Jesus e da Virgem Maria. É Dentro dessa concepção que os seguidores daimistas compreendem a união do Mestre Irineu com a Rainha da Floresta (OLIVEIRA, 2007, p. 221). Mais um símbolo utilizado na doutrina do Santo Daime é a Estrela. Cabe enfatizar que a escolha da estrela atual de seis pontas foi inspirada no símbolo do Círculo Esotérico Comunhão do Pensamento (MOREIRA e MACRAE, 2011, p. 324). Por sua vez, ela é entregue ao novo associado da religião daimista através de uma cerimônia simples denominada Fardamento. A farda é um outro símbolo significativo de destaque no Santo Daime, além de distinguir os seus adeptos dos visitantes, dá-lhes o caráter de soldados preparados para a luta (OLIVEIRA, 2007, p. 223-228). É muito importante evidenciar que a farda introduzida na doutrina está ligada às cerimônias daimistas que são concebidas como “batalhas no astral”, em que o conjunto dos adeptos forma o “exército de Juramidam na luta contra o mal” (MACRAE, 1992, p. 118). Destaca-se que o seguidor daimista Alverga, mencionado por Bomfim (2006), compreende o termo Juramidam da

¹³ O segundo braço, refere-se à Parusia, a segunda vinda de Cristo.

seguinte maneira: “Agora é tempo do Espírito Santo [...] Tem o Primeiro, vida de Deus Pai, o mundo Dele. O Segundo, o mundo de Jesus Cristo. E o Terceiro, o mundo do Espírito Santo, pois até o nome é Jura. Como disse, o nome agora é Jura, e é Juramidam. Quem não for Midam, não pode ser filho de Jura” (ALVERGA *apud* BOMFIM, 2006, p. 183).

Vale ressaltar que faz parte integrante da doutrina daimista os hinários, em destaque o “Hinário o Cruzeiro”, do Mestre Irineu. É notório a presença da bricolagem do cristianismo no conteúdo dos hinos entoados durante os rituais, nas datas principais dos trabalhos, nas preces que são feitas no início e no encerramento dos rituais, como por exemplo, o Pai Nosso, a Ave Maria e a Salve Rainha, também a prática de se rezar o Terço antes dos rituais mais longos. (OLIVEIRA, 2007, P. 64). Agregando-se aos símbolos já mencionados tem-se como a essência do culto, o Daime, o chá milagroso, “Eu tomo esta bebida. Que tem poder inacreditável” (MESTRE IRINEU *apud* MATOS DA SILVA, 1994, hino nº 124), que tem a sua divulgação através das narrativas orais sobre as curas alcançadas através do uso do chá sacramental no contexto religioso. Daí, foi se formando um imaginário daimista que associa a ingestão do chá ao universo simbólico do sagrado e do cristão. Então, como já assinalado, aos poucos, o chá foi sendo percebido como santo. Inclusive, ao nome original com o transcorrer do tempo, acrescentou-se o adjetivo “Santo”, como prova desse amplo processo de ressignificação passou a ser denominado “Santo Daime” (OLIVEIRA, 2007, p. 196-197).

No entanto, é importante esclarecer que durante as primeiras experiências visionárias do Mestre Irineu junto à comunidade indígena, na floresta, até a década de 1930 a bebida, ainda era chamada de *Ayahuasca*, ou Huasca, uma corruptela da palavra original. Por outro lado, o cipó era chamado de Mariri e a folha, Chacrona ou Mescla. Mas, a partir da compreensão gradativa do Mestre Irineu sobre a *Ayahuasca* e de suas vivências culturais que se deu a elaboração dos novos nomes dos componentes da bebida. Então, o cipó foi rebatizado como “Jagube”, a “Chacrona”, a folha, foi denominada como Rainha e o chá, a bebida indígena, passou a ser chamada pelo nome de Daime. Assim sendo, esses elementos ressignificados, de acordo com a concepção daimista, remetem à união primordial do Mestre Irineu com a “Rainha da Floresta”, a “Virgem Maria” presentes nos mitos fundadores da religião daimista (OLIVEIRA, 2007, p. 234).

Oliveira (2007) evidencia que a preparação e o Feitio do Daime se tornaram a principal prática ritualizada onde os adeptos daimistas encontram um sentido espiritual e psicológico na sua realização, reafirmando sua

compreensão de que a bebida é um veículo sagrado e sacramental semelhante ao sacramento cristão, ao mesmo tempo em que conserva a sua qualidade. (OLIVEIRA, 2007, p. 233).

Ao afirmarem que “o Daime é o Mestre”, os seguidores do Santo Daime identificam o Mestre Irineu como sendo o próprio Cristo e que a ingestão ritualística da bebida passa a ser compreendida como um Sacramento Eucarístico. Em outras palavras, ao beber o Daime os adeptos da religião do Santo Daime concebem estar comungando o próprio Cristo na convicção de ser o próprio Mestre Irineu. Então, nessa perspectiva, compreende-se que esses significados se constituem nos elementos primordiais que construíram a concepção de ser essa bebida um sacramento Eucarístico Cristão (OLIVEIRA, 2007, p. 237). Ainda, dentro desse contexto, o hino nº 111, “Estou Aqui” (MESTRE IRINEU *apud* MATOS DA SILVA, 1994), hino nº 111.), o identifica como o próprio Jesus Cristo e refere a si mesmo como Juramidam: “Estou aqui [...] / Aqui findei / Faço a minha narração / Para sempre se lembrarem / Do velho Juramidam¹⁴”. (OLIVEIRA, 2007, p. 239). A sua identificação com Cristo, pode ser percebida com clareza, através de seu hino nº11 “Unaqui”: “Estou aqui, / Foi Deus do céu quem me mandou / Sou filho da Virgem Mãe / Lá no céu Jesus Cristo Salvador”. Bem como, no hino nº 116, “Sou filho do poder”: “Sou filho do poder / E dentro desta casa estou / Fazendo os meus trabalhos / Que minha mãe me ordenou” (MESTRE IRINEU *apud* MATOS DA SILVA, 1994, hino nº 116).

Vale dizer que na religião do Santo Daime existe uma compreensão compartilhada de que o Mestre Irineu é a reencarnação de um mesmo espírito que se manifestou na terra como Buda, que é pouco difundida, mas a ideia de ser uma reencarnação de Jesus Cristo é a mais disseminada, e finalmente como Juramidam. Dessa maneira, a concepção daimista de que o Mestre Irineu seja uma reencarnação de Jesus Cristo, segundo Oliveira (2007), isso pode ser considerado como um dado relevante, por associar a religião do Santo Daime, “não apenas no contexto da história Cristã, mas no âmbito mais amplo das expressões religiosas que se manifestaram ao longo da História da humanidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 245).

Sendo assim, a convicção dos seguidores daimistas de que a ingestão do Daime é um sacramento de consagração, pode-se compreender com

¹⁴ A palavra Juramidam se remete a nova compreensão que Mestre Irineu alcançou de si mesmo antevendo a sua existência na realidade espiritual. Para os daimistas as pessoas têm um nome “na terra” e outro “no astral” e que Midam seria, inclusive, o nome de uma família na realidade espiritual. Portanto, Juramidam seria o nome do Sr. Irineu no astral ou realidade espiritual. (OLIVEIRA, 2007, p. 239).

clareza, a adoção da locução “substância enteógena”, derivada de *entheos*, de origem grega, que significa literalmente "deus dentro". Portanto, enteógeno significa aquilo que leva alguém a ter o divino dentro de si. Isso vai além de conceber o Daime, somente como uma “substância psicoativa” (MACRAE, 1992, p. 16).

Enfim, diante dos sistemas simbólicos, o sociólogo Berger (1985) compreende a importância dos rituais e dos símbolos como instrumentos de “rememoramento”, ou seja, como a atualização do mito, dizendo que:

Os homens esquecem. Precisam, por isso, que se lhes refresque constantemente a memória. Aliás, pode-se alegar que um dos mais antigos e importantes pré-requisitos para o estabelecimento da cultura é a instituição desses “lembretes” [...]. O ritual religioso tem sido um instrumento decisivo desse processo de “rememoramento”. Repetidas vezes “torna presente” [atualizam] aos que nele tomam parte as fundamentais definições da realidade e suas apropriadas legitimações. (BERGER, 1985, p. 53).

2 A intolerância e divisões internas na doutrina daimista originária

Como já abordado, após a morte do Mestre o Irineu, o Padrinho Sebastião entrou em conflito com a nova liderança do CICLU/Alto Santo, Sr. Leôncio, culminando no seu rompimento com o grupo daimista originário e dessa maneira ele formou o seu próprio Centro a CEFLURIS, em 1974, localizado às margens do Igarapé do Mapiá (no Amazonas) e que no ano de 1998 foi renomeado como Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal (ICEFLU) (ASSIS e LABATE, 2014).

O conflito entre Leôncio, líder do CICLU e o Padrinho Sebastião, pode ser explicado baseando-se na visão de Bourdieu, a existência de tensões e de lutas por poder dentro de cada campo religioso. Isso se manifesta, por exemplo, quando novas pessoas com novas ideias buscam legitimar sua posição em relação a um grupo ou a uma normativa dominante, que por sua vez, tenta defender a sua posição excluindo a concorrência e não legitimando o novo. (BOURDIEU *apud* OLIVEIRA, 2011).

Portanto, a nova vertente CEFLURIS agregou novos elementos aos rituais herdados do Mestre Irineu expandindo os trabalhos rituais. Na visão,

da vertente CICLU /Alto Santo, não se permite mudanças ou novidades na doutrina daimista originária e permanece quase que totalmente restrita no Norte do país. (ASSIS e LABATE, 2014).

Dessa maneira, o CEFLURIS/ICEFLU e suas filiadas se distinguem do CICLU/Alto Santo e suas poucas filiadas, por terem uma característica plural com abertura para a inserção dinâmica de novos elementos ritualísticos, o que possibilitou atingirem uma expansão nacional e internacional, tendo o Céu do Mapiá como o maior agrupamento daimista mundial. Após a morte do Padrinho Sebastião, a direção da doutrina ficou a cargo de seu filho o Padrinho Alfredo que deu continuidade à consolidação da religião do Santo Daime e a sua expansão pelo Brasil e pelo mundo. (ASSIS e LABATE, 2014; OLIVEIRA, 2007).

Assim sendo, Miranda (2011) confirma que atualmente, existem igrejas do Santo Daime em vários lugares da América do Sul, nos Estados Unidos, Canadá, Japão, Holanda, Espanha, França, Itália e em vários outros países.

De certa forma, pode-se dizer que o Daime deixou de ser uma organização relativamente homogeneia passando por um processo que tem se intensificado, cada vez mais, e se tornando uma religião institucionalizada, bastante divulgada, conhecida hoje como Santo Daime (ASSIS e LABATE, 2014).

Cabe esclarecer que, segundo Oliveira (2011), a partir da década de 1930 formaram-se novos contextos de utilização da bebida denominada *Ayahuasca* (Daime) constituindo-se em novas religiões, concebidas por seus adeptos como cristãs e que empregam o chá xamânico de forma ritualística. Entre essas religiões encontram-se o Santo Daime, a Barquinha, a União do Vegetal e suas filiadas que buscam, cada qual, construir sua legitimidade própria assumindo diferentes posições políticas e ideológicas nesse campo. Assim sendo, o Mestre Irineu começou a reunir ao seu redor alguns seguidores e até o seu falecimento estruturou os principais rituais, símbolos e preceitos doutrinários da religião daimista. No final da década de 1940, Oliveira (2011) pontua que o Mestre Irineu ofereceu ao seu discípulo o Sr. Daniel Pereira de Matos a possibilidade de fundar outra linha de trabalhos espirituais associada ao uso do Daime, linha essa, conhecida como a Barquinha. Porém, o Mestre manteve intacta a sua doutrina CICLU/Alto Santo (OLIVEIRA, 2011).

Portanto, com o surgimento da Barquinha, entre as décadas de 1930 e 1960, segundo Galvão e Goulart houve uma grande transformação histórica e social no âmbito da religiosidade popular brasileira na região

amazônica. O processo de legitimação das práticas religiosas afro-brasileiras e das práticas vegetalistas tradicionais na Amazônia, segundo Oliveira (2011), ocorreu devido a adoção das concepções espíritas e da sedimentação dessas práticas religiosas populares. (GALVÃO, 1955 e GOULART, 1966 *apud* OLIVEIRA, 2011).

Nessa perspectiva, Menezes (1996) afirma que o “Direito sagrado de divergir’ é negar a quem quer que seja – em especial ao Estado e às maiorias – ‘o direito de reprimir a diversidade alheia, de perseguir os dissidentes, de tentar reduzir pela força as divergências” (MENEZES, 1996, p. 6).

Segundo Oliveira (2011), à medida que se difundiu entre os adeptos daimistas a ideia de que há um ser divino presente no Daime, ou seja, uma substância enteógena e que esse ser divino era o próprio Mestre Irineu, isso fortaleceu a doutrina daimista. Dentro dessa concepção o Mestre foi identificado pelos daimistas como o Cristo, e a partir daí foi-se reconfigurando a ressignificação da *Ayahwasca* até o seu sentido atual. Ainda, de acordo com esta autora, essa ressignificação encontra-se presente nos hinos cantados durante os rituais daimistas (OLIVEIRA, 2011, p. 156).

Assim sendo, afirma Oliveira (2007):

Ao ingerir o Santo Daime, as pessoas cantam os hinos. Ao cantá-los sob o efeito psicoativo da bebida, fazem uma releitura do seu significado, a partir da vivência e condição psicológica de cada pessoa. Ao estabelecer um diálogo com esse conteúdo, constrói-se uma leitura particular da vivência psicoativa com a ayahuasca na religião, ao mesmo tempo em que se constitui uma leitura do conteúdo expresso nos hinos, condicionada pelo presente. Esse diálogo interior estabelecido entre as pessoas e os hinos também subsidia o surgimento de novas compreensões sobre os princípios doutrinários da religião, que são, então, objetivados em novos hinos. Quando esses novos hinos são cantados nos trabalhos espirituais do Santo Daime, consolida-se o processo de objetivação desses novos conteúdos que, por sua vez, contribuem para o processo contínuo de formação da religião (OLIVEIRA, 2007, p. 75).

Oliveira (2011) aponta que existem quatro centros distintos do CICLU na região do Alto Santo, dentre eles encontra-se a própria Sede erguida pelo fundador na década de 1940. Devido à proximidade geográfica entre eles e sua pequena expansão para outras cidades do país, às vezes,

compartilham certa afinidade ideológica e política, acerca da condução da religião daimista atual, naquela região. Sendo assim, os daimistas ortodoxos do Alto Santo, compreendem que para se conhecer a doutrina do Daime, tal como ela é, desde sua origem, as pessoas de outros estados ou outros países devem se deslocar de onde residem até o Rio Branco. E, dessa maneira, lá podem, de fato, vivenciar as práticas daimistas ortodoxas nos moldes deixados pelo Mestre Irineu. Essa opinião se funda na concepção dos daimistas do CICLU/ Alto Santo de que a religião com suas práticas e filosofia devem permanecer inalteradas ao longo do tempo e remetendo única e exclusivamente ao conjunto simbólico instituído pelo Mestre Irineu (OLIVEIRA, 2011).

MacRae (1992) enfatiza que o Padrinho Sebastião, fundador CEFLURIS / ICEFLU, foi uma das lideranças que mais se destacou após o falecimento de Mestre Irineu. Ele nasceu no Seringal Monte Lígia, em Eirunepé (Amazonas), e teve contato com a religião do Mestre Irineu, na década de 1960, quando foi curado de uma enfermidade graças ao Daime. Seguidores antigos dessa vertente daimista relatam que ele, de maneira natural, desde a infância, possuía dons mediúnicos, como a incorporação de espíritos e a projeção astral, compreendidos por seus adeptos contemporâneos, como capacidades especiais que legitimam sua liderança espiritual. (OLIVEIRA, 2011).

As tensões geradas entre os diferentes grupos que compõem a religião daimista envolvendo a parte política e social destas instituições, por exemplo, destacam-se: a discussão sobre o consumo de outras substâncias psicoativas; a incorporação de espíritos; as transformações e acréscimos nos rituais constituídos pelo fundador. Normalmente, os centros filiados ao CICLU/ Alto Santo não aceitam a possibilidade de consumo de outras substâncias psicoativas, por parte de seus líderes e seguidores, nem durante os rituais daimistas, inclusive no âmbito de sua vida privada. Esta posição é fundamentada nos relatos orais de antigos seguidores acerca da história da religião e da vida do fundador, bem como através das descrições prescritas no estatuto deixado pelo próprio Mestre Irineu, pouco antes de sua morte (OLIVEIRA, 2011).

Portanto, essas discordâncias sobre as concepções do que pode ser considerado legítimo, ou não, na religião do Santo Daime é que causam as tensões internas no campo religioso daimista. Isso acaba por gerar a intolerância religiosa entre seus seguidores e as organizações que fazem o uso do Daime (*Ayahwasca*) e que se consideram, cada qual, sob a sua visão, uma vertente lícita da doutrina fundada pelo Mestre Irineu (OLIVEIRA, 2011).

O sociólogo Berger (1985) compreende a religião como um produto de construção humana, histórica e social que viabiliza um certo ordenamento expressivo para os seus adeptos. Ele evidencia que as práticas e os hábitos humanos vão se modificando influenciados pelo tempo. Então, a partir da época de suas produções, ou seja, a cada instante são recriados, reinventados ou ressignificados (BERGER, 1985). Dessa maneira, torna-se muito difícil fazer com que os rituais daimistas, em uma visão expansionista, permaneçam inalterados desde a época do seu surgimento, ou seja, seguindo fielmente as orientações e o legado estabelecido pelo Mestre. Destaca-se que as práticas rituais daimistas atuais sempre remetem a uma releitura do passado, como no caso da vertente CEFLURIS / ICEFLU do Padrinho Sebastião, cujas ressignificações e alterações rituais favoreceram a exportação da religião daimista (OLIVEIRA, 2011).

À vista disso, a compreensão compartilhada de que o “Mestre Irineu é e está no Daime” (OLIVEIRA, 2011, p. 171), para a maioria dos adeptos daimistas, ameniza um pouco a polêmica estabelecida entre a concepção de uma doutrina imutável (ortodoxa) e uma doutrina viva e em expansão. Vale lembrar que o próprio Mestre Irineu durante a sua caminhada com o Daime implantou muitas mudanças na religião. Assim sendo, segundo o Padrinho Alfredo, atual líder do ICEFLU, em um de seus hinos, diz que se deve "Seguir realmente a doutrina / E não alterar nenhum til" (PADRINHO ALFREDO *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 171).

Por outro lado, aspectos políticos e idealistas envolvendo a continuidade da religião daimista e a legitimação das lideranças atuais do Santo Daime são levados em consideração nas discussões. Mesmo diante da posição imutável da manutenção das práticas estabelecidas pelo Mestre Irineu, segundo a visão da vertente CICLU / Santo, elas passaram a ser compreendidas como sendo aparentemente normativas. Então, na perspectiva de legitimar as autoridades daimistas, por meio da manutenção do Daime e a acolhida de que as novas concepções sejam legítimas, logo elas podem ser compreendidas também como normativas. Dessa maneira, seria plausível admitir algumas transformações na religião daimista, desde que tivessem o aval dos seguidores da doutrina. Com isso, se buscaria um esforço em se manter os elementos essenciais originários da doutrina, com a permanência do passado e a legitimação da autoridade presente dos líderes atuais do Santo Daime. Então, concebendo o Santo Daime como uma doutrina viva e em expansão e admitindo a legitimidade da condução da religião daimista pelas lideranças atuais, e a comunidade como detentora dos elementos presentes herdados do passado isso fortalece a doutrina, tanto em poder como em responsabilidade social, em função de suas atitudes.

Portanto, a partir dessa concepção normativa do sagrado tendo como o elemento central o Daime esse propósito permitiria que a autoridade presente se fundamentasse nas construções mítico-fundadoras manifestas na oralidade da doutrina (OLIVEIRA, 2011). Assim sendo, é importante lembrar o que diz Binoche (2010, p. 24) em “nenhuma comunidade humana é de fato viável se seus membros não estiverem de acordo sobre certas “crenças” comuns (dogmas religiosos, preconceitos costumeiros, ideologias, valores compartilhados etc.)” Assim sendo, torna-se um ato de fortificação, de proteção, de progresso e de coesão entre os seguidores da religião do Santo Daime.

3 As intolerâncias no Brasil e no exterior enfrentadas pela religião do Santo Daime

Como já aludido, a visão de fora da religião daimista conduzem, por exemplo, às concepções preconceituosas, perseguições, aversões e repressões por conceber o Daime (*Ayahwasca*) como uma substância alucinógena ou psicoativa pertencente ao grupo das drogas. Por esse motivo, sem a devida compreensão do seu uso sacramental dentro dos rituais da religião do Santo Daime motivaram inúmeras intolerâncias e hostilidade em várias partes do mundo.

3.1 No Brasil

A intolerância religiosa em nosso país não é um fato recente já vem desde o início da colonização portuguesa quando chegou ao Brasil juntamente com a religião hegemônica católica. Porém, a delimitação deste estudo se restringe à intolerância mediante a presença da religião do Santo Daime no contexto religioso global de maneira sucinta.

3.1.1 Uma breve descrição cronológica dos fatos antagônicos e seus avanços

De maneira resumida pontua-se que muito antes da fundação da religião do Daime, em 1930, hoje conhecida como Santo Daime, já existiam intolerâncias contra a presença de novas religiões distintas da religião Católica hegemônica no país:

a) Desde 11 de outubro de 1890, estava em vigência uma política oficial de repressão à feitiçaria, tidas como a prática ilegal da medicina, da magia e que proibia o curandeirismo e o uso de "substâncias venenosas", baseada nos artigos 156, 157 e 158 do Código Penal da época (MACRAE, 1992, p. 65). Evidencia-se que esses artigos do Código Penal poderiam ser usados contra o Mestre Irineu e, de fato, foram. Porém, segundo MacRae (1992), a perseguição movida contra os terreiros e outros centros não era homogênea, e certas casas conseguiam a proteção das autoridades locais: suas atividades eram registradas dentro do *status* de religião, dessa maneira, ficavam fora da intervenção policial;

b) Em 1985, a Divisão de Medicamentos do Ministério da Saúde – (DIMED), por conta própria e sem a devida anuência do Conselho Federal de Entorpecentes – (CONFEN), incluiu o cipó (*Banisteriopsis caapi*)¹⁵ na lista de produtos de uso proscrito (proibido) no território nacional (MACRAE, 1992);

c) Em 1986, o Conselho Federal de Entorpecentes – (CONFEN), nomeou uma delegação incumbida de avaliar o uso ritual do Daime (*Ayahuasca*). Então, após verificações e análises o resultado do trabalho culminou na liberação, em 1987, do uso do chá sacramental (Daime/*Ayahuasca*) somente para fins religiosos (MACRAE, 1992). Porém, em 1992, esta liberação foi reexaminada e mantida a decisão anterior do (CONFEN – 1987). (ASSIS e LABATE, 2014);

d) Em 1998, com a criação do Conselho Nacional de Política sobre Drogas, atualmente, Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), que substituiu o CONFEN, elegeu uma nova comissão mista para rever novamente a questão considerada polêmica. Então, em 2004, foi estabelecido o Grupo Multidisciplinar de Trabalho sobre a *Ayahuasca* (GMT), composto por especialistas sobre drogas, bem como representantes de diversos grupos que fazem o uso da *Ayahuasca* no rito religioso. Em 2006, o parecer do GMT foi concluído, porém, só em 2010, foi incluído na resolução N°1 do CONAD. A resolução n°1 (2010), tornou-se o principal documento que regulamenta e legaliza o

¹⁵ O chá (*Ayahuasca* / Daime, é feito a partir do cozimento do cipó Jagube ou Mariri (*Banisteriopsis caapi*) e da folha da Chacrona (*Psychotria viridis*), plantas nativas da bacia Amazônica

uso da *Ayahuasca* nos ritos religiosos no Brasil. É importante destacar que o CONAD levou em consideração o posicionamento do Conselho Internacional de controle de Narcóticos (INCB, sigla em Inglês), da ONU: “que afirma não ser esta bebida nem as espécies vegetais que a compõem, objeto de controle internacional” (CONDAD RESOLUÇÃO N°1, 2010), embora a *N,N-dimetiltriptamina* (DMT) foi proscria pela Convenção de Viana de 1971 (CONVENÇÃO DE VIANA *apud* ASSIS e LABATE, 2014, p. 23). Assim sendo, essa decisão sobre o emprego da *Ayahuasca*, dentro do Brasil, de certa forma poderia influenciar em decisões quanto o seu uso no exterior, mas não foi bem assim, em cada contexto prevaleceu a sua política sobre a sua legalidade. (ASSIS; LABATE, 2014);

e) Em 2020, a deputada Jéssica Sales (MDB-AC), propôs na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 179/20 que tem por objetivo regular o uso da *Ayahuasca* no Brasil dando o *status* de religião para o Santo Daime. Dessa maneira, diz ela, que busca formalizar juridicamente as instituições que utilizam a *Ayahuasca* como sacramento de seus cultos e rituais, o que seria fundamental para o reconhecimento de direitos, como a imunidade tributária prevista na Constituição para igrejas. Assim sendo, ficam assegurados o livre exercício das atividades e manifestações ligadas ao chá e a proteção aos locais de culto e às suas liturgias. As instituições terão o prazo, de no máximo, até 180 dias para solicitarem a formalização jurídica como organizações religiosas. A Deputada Jéssica explicou que essa formalização trará mais segurança às instituições que empregam *Ayahuasca* em seus cultos, dando-lhes uma maior responsabilidade e identidade. Segundo ela, isso “Vai diferenciar o que é legítimo e protegido pelo Estado daquelas pseudo-entidades que fazem o mau uso do chá, muitas vezes relacionando seu uso a práticas recreativas ou outras que nada têm a ver com o legítimo exercício da religião”. De acordo com essa proposição, passa a ser permitido, em todo o território nacional, nos locais previamente autorizados, a ingestão do chá sacramental. A proposta, tem também a disposição de regular o cultivo e a coleta das espécies vegetais, que formam o chá, incluindo o seu preparo, armazenamento e ministração. Porém, proíbe que essas práticas sejam feitas com o intuito de obter lucro ou a associação do chá com outras substâncias psicoativas. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020);

Miranda (2011) enfatiza que a partir do ano de 2020 a Doutrina do Santo Daime passou a constituir-se parte integrante da Comissão de Combate à intolerância Religiosa (CCIR), inicialmente, devido aos constantes ataques sofridos por pessoas, que de forma equivocada, considera o sacramento do Daime (*Ayahwasca*), de caráter sagrado e natural, de forma depreciativa como droga. Além disso, juntar-se a todas outras religiões que se colocam à frente de uma luta contra aos ataques de forças reducionistas e que querem eliminar as outras formas de espiritualidade na vida do povo brasileiro. (MIRANDA, 2011).

3.1.2 Uma visão daimista do ICEFLU sobre a tolerância religiosa

A vertente daimista ICEFLU com relação à tolerância religiosa preconiza o seguinte: Concordamos em praticar abertura e respeito pelas pessoas cujas crenças são contrárias às nossas. Compartilhamos os ensinamentos do Santo Daime com aqueles que procuram este caminho e estas verdades ao mesmo tempo em que reconhecemos que fazer proselitismo é proibido. Para ajudar a salvaguardar contra as consequências nocivas da ambição pessoal e organizacional, evitamos a promoção ativa da Igreja. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA – ICEFLU, 2021)

Por outro lado, com relação ao diálogo inter-religioso, ecumenismo e alianças, o ICEFLU divulga o seguinte: Dentre as diversas linhas espirituais *Ayahwasqueiras* e daimistas, sem dúvida temos um viés bastante universalista no que diz respeito a abertura para o diálogo e a prática [inter-religiosa]. Isto nos foi legado pelo Padrinho Sebastião que sempre recebeu representantes de outras tradições religiosas sem qualquer tipo de preconceito, incentivando sempre o respeito, o diálogo e o ecumenismo. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA – ICEFLU, 2021)

3.2 No Exterior

A intolerância religiosa associada à exportação da doutrina brasileira do Santo Daime para outros países não ocorreu de uma forma homogeneia, houve sim, uma atitude peculiar adotada em cada país segundo as regras pré-estabelecidas no trato da interpretação do Daime como uma substância

pertencente ao grupo das drogas. Percebeu-se também que aquilo que foi interpretado no Brasil, país de origem da religião daimista, não serviu de referência para os outros países.

3.2.1 Uma breve descrição cronológica dos fatos iniciais ocorridos no exterior e os seus desfechos

Dessa maneira, como já mencionado, com a exportação da religião do Santo Daime, genuinamente brasileira, para outros países ocorreu também a transferência da intolerância religiosa que será elucidada de maneira sucinta da seguinte forma:

- a) A presença da DMT, no chá sacramental daimista, tornou-se objeto de vários debates na esfera legal, visto que a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (CSP) das Organizações das Nações Unidas (ONU - 1971), a considerou como uma das substâncias proscritas de nível 1, como o LSD, o Ecstasy, e a Mescalina. Porém, enfatiza-se que a DMT, não é manipulada, e sim, obtida através de substâncias naturais. Daí a discussão sobre a *Ayahuasca* ser ou não enquadrada como uma substância alucinógena como determinou a CSP (ASSIS e LABATE, 2014);
- b) No ano de 1990 surgem os primeiros problemas de ordem legal quanto a prática do Santo Daime nos Estados Unidos da América (EUA) (GOISMAN *apud* ASSIS e LABATE, 2014);
- c) Em 1994, uma das primeiras investidas das autoridades contra a religião do Santo Daime, na Europa, foi na Alemanha. (ROHDE e SANDER, 2011 *apud* ASSIS e LABATE, 2014);
- d) Em 1999, segundo Assis e Labate (2014), em pesquisa de campo, afirmam que dois daimistas dos EUA, foram detidos por autoridades norte-americanas. Nesse mesmo ano de 1999, na Holanda, foram presos dois líderes do Santo Daime holandeses, enquadrados pela lei holandesa antidrogas. Nessa mesma época, ainda segundo Rohde e Sander, na Alemanha, foi registrada uma intervenção policial com um contingente de 100 policiais, fortemente armados, em um acampamento do Santo Daime (ROHDE e SANDER, 2011 *apud* ASSIS e LABATE, 2014);

- e) Na Europa, em 2000, especificamente na Espanha, membros do Santo Daime foram detidos. E, no decorrer do ano de 2004, na Itália, foram confiscados pelas autoridades italiana em torno de trinta litros de Daime, sacramento ritualístico daimista. No ano seguinte, aproximadamente vinte seguidores do Santo Daime foram presos, gerando repercussão na mídia local que noticiava, de forma a chocar a sociedade, que o Santo Daime se tratava de uma seita demoníaca, originada da magia negra e usava rituais orgiásticos. (MENOZZI *apud* ASSIS e LABATE, 2014);
- f) Em 2007, segundo Watt (2013), foi detido um líder do Santo Daime, na Irlanda, por estar portando certa quantidade de *Ayahuasca* (WATT *apud* ASSIS e LABATE, 2014);
- g) Em 2011, na Bélgica, tem-se o registro da apreensão de aproximadamente cinquenta litros do sacramento daimista. (BLAINEY *apud* ASSIS e LABATE, 2014).

3.2.2 Uma breve descrição cronológica dos avanços ocorridos no Exterior

Então, com a expansão da doutrina daimista para outros países com o transcorrer do tempo novas reinterpretações e análises sobre a sua legalização ocorreram da seguinte maneira:

- a) A partir de junho de 2002, na Espanha, após a não obtenção da resposta, por mais de seis meses, ao pedido de inclusão do Santo Daime, no registro de organizações religiosas, de acordo com a legislação espanhola, a religião daimista acabou sendo reconhecida como entidade religiosa, diante desse “silêncio administrativo” (LÓPEZ-PAVILLARD e DE LAS CASAS, 2011 *apud* ASSIS e LABATE, 2014);
- b) Em 2009, o governo italiano, segundo Menozzi (2011), permitiu o emprego da *Ayahuasca* no culto do Santo Daime, até então, proibida pela lei italiana de substâncias controladas (MENOZZI, 2011 *apud* ASSIS e LABATE, 2014);
- c) Nos EUA, no estado de Oregon em 2009, segundo Labate e Feeney (2012), os rituais daimistas foram autorizados de forma legítima (LABATE e FEENEY 2012 *apud* ASSIS e LABATE, 2014);

d) Em 2012, a Corte Superior de Amsterdã, na Holanda, emitiu um parecer favorável sobre a liberdade do emprego do Daime nos cultos daimistas. Enfatiza-se que tal parecer baseou-se na Convenção Europeia dos Direitos Humanos (*European Court of Human Rights – ECHR*), com relação a liberdade religiosa e, dessa maneira, sobrepôs a proibição internacional do DMT, bem como, a corte holandesa sobre drogas, Corte de Apelações de Amsterdã, processo número: 23-001916-09. (CORTE DE APELAÇÕES DE AMISTERDÃ *apud* ASSIS e LABATE, 2014).

Enfim, em função da indefinição quanto a legalidade do Santo Daime nos países como Alemanha, Bélgica, Irlanda e França, isso não acarretou a extinção dos cultos daimistas, bem como na adesão à religião. Porém, essa condição irresoluta promove a dispersão e a clandestinidade dos grupos seguidores tornando o controle da utilização da *Ayahwasca* mais difícil e menos organizado. Fato esse, agravado principalmente devido ao exílio das lideranças do Santo Daime (ASSIS e LABATE, 2014).

Conclusão

Levando-se em conta o que foi observado pode-se destacar que a religião do Santo Daime é constituída basicamente de uma bricolagem de elementos da tradição indígena e da tradição cristã e que após a morte de seu fundador, em 1971, se transformou em duas principais vertentes e suas filiações, ou seja, a CICLU/ Alto Santo, doutrina original, ortodoxa, do Mestre Irineu e a CEFLURIS/ICEFLU do Padrinho Sebastião que agregou à doutrina daimista elementos do espiritismo, da umbanda e afrodescendentes.

Assim sendo, o primeiro problema gerador de intolerância externa à religião do Santo Daime é a não compreensão exata do que seja o Daime (*Ayahwasca*) um elemento sincrético da tradição indígena andina. O emprego da bebida de origem xamânica nos ritos daimistas foi uma adaptação e a ressignificação do chá indígena com os elementos da tradição europeia cristã. Acrescentam-se a isso a bricolagem dos elementos esotéricos, espíritas e afrodescendentes. Então, o grande desafio está em compreender o Daime por se tratar de uma substância psicoativa que para os daimistas é enteógena, porém, o senso comum é interpretá-la como droga, ou seja, um alucinógeno.

Outro problema é a ressignificação dos elementos da tradição cristã, religião hegemônica, dentro da doutrina do Santo Daime, por exemplo, a concepção daimista de Mestre Irineu ser a reencarnação de Cristo. Acrescenta-se ainda, outro dilema intrínseco da doutrina que é a intolerância interna entre a compreensão da legitimidade da doutrina na visão do CICLU / Alto Santo que é “manutenção do passado”, ou seja, a imutabilidade, e a visão do CEFLURIS/ICEFLU que considera a “doutrina viva” e em expansão, admitindo a atualização da doutrina, bem como a inserção de novos elementos e alterações ritualísticas, como a umbanda e espiritismo.

Dito isso, cabe ressaltar que o Santo Daime é uma religião de origem brasileira de cultura essencialmente oral, com poucos registros escritos sobre seus fundamentos e história, ou seja, não é uma religião do Livro. Existem apenas registros orais importantes que compõem o *corpus* semântico da religião, como por exemplo: os hinos cantados nos rituais daimistas, as histórias de vida e relatos de seus seguidores mais antigos, que relembram os fatos históricos mais marcantes da religião que, por sua vez, explicam os fundamentos doutrinários da religião daimista. Então, apesar da existência das duas compreensões antagônicas de legitimação da religião entre os daimistas, ou seja, entre as principais vertentes, subsiste uma unidade que sobrepõe essas divergências normativas que cada vertente evoca. Tal unidade se revela na convergência do uso ritualístico sacramental do Daime. Possivelmente esse seja um dos caminhos para redução ou até a eliminação da intolerância e a supremacia do respeito pelas diferenças. Esse é um desafio vivido não só na religião do Santo Daime, mas dentro do campo religioso pós-moderno. Cabe lembrar que o próprio Mestre Irineu respeitava a diversidade religiosa quando no final da década de 1940 ofereceu ao seu discípulo Daniel Matos a possibilidade de fundar outra linha de trabalhos espirituais com o Daime, que ficou conhecida como Barquinha.

Enfim, a finalidade deste artigo é contribuir para a diminuição e uma possível eliminação das tensões e intolerâncias internas e externas à doutrina do Santo Daime, fazendo prevalecer “o direito sagrado de divergir” e perceber as práticas de cada vertente como verdadeiras e legítimas, favorecendo, dessa maneira, um convívio de paz e respeito diante da diversidade das instituições daimistas. Com os esclarecimentos fornecidos para a compreensão do que seja a religião do Santo Daime espera-se fortalecer a sua aceitação dentro do contexto religioso Ocidental.

Dito isto, um grande desafio para a compreensão e a boa convivência com a pluralidade religiosa na contemporaneidade seria a introdução da educação para a interculturalidade, como propõe Panikkar (2006), visando uma maior compreensão da importância da cultura oral *versus*

a civilização de cultura escrita. Além disso, a interculturalidade é antes de tudo uma abertura para as outras culturas, bem como facultar o diálogo dialógico para uma educação mútua. (PANIKKAR, 2006).

Cabe aqui pontuar que esse estudo não exaure o assunto em discussão, pois existem outras fontes de pesquisas acadêmicas disponíveis a respeito deste tema, porém, agrupados se revelam como um conjunto bibliográfico que abrem novas perspectivas para outros estudos.

Referências

ASSIS, Glauber Loures de; LABATE, Beatriz Caiuby. Dos igarapés da Amazônia para o outro lado do Atlântico: a expansão e internacionalização do Santo Daime no contexto religioso global. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, 2014, p. 11-35.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado** - Elementos para uma teoria sociológica da religião. Luiz Roberto Benedetti (Org.). Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.

BINOCHE, Bertrand. Religião Privada, Opinião Pública. In: SANTOS, Antônio Carlos dos (org.). **O outro como problema: o surgimento da tolerância na modernidade**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 24.

BOMFIM, Juarez Duarte. **O Hinário: o Cruzeiro Universal**, comentado por Juarez Duarte Bomfim. Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.mestreirineu.org/livro/juarez.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto que regula uso da ayahuasca e dá status de religião para o Santo Daime em âmbito nacional** (Fonte: Agência Câmara de Notícias 04/03/2020). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/640858-projeto-regula-uso-da-ayahuasca-e-da-status-de-religiao-para-o-santo-daime>. Acesso em: 04 jan. 2021.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA – ICEFLU-Patrono Sebastião de Melo. **Biografia do Mestre Irineu**. Disponível em: <https://www.santodaime.org/site/religiao-da-floresta/mestre-irineu/biografiamestre>. Acesso em: 04 jan. 2021.

COMUNIDADE DO ALTO SANTO. **Madrinha Peregrina**. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Comunidade-do-Alto-Santo-Irineu>. Acesso em: 08 jan. 2021

CONAD. RESOLUÇÃO N°1. 25 jan. 2010. **Dispõe sobre a observância, pelos órgãos da Administração Pública, das decisões do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD sobre normas e**

procedimentos compatíveis com o uso religioso da Ayahuasca e dos princípios deontológicos que o informam. Norma Federal, publicada no DO em 26 jan 2010. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-1-2010113527.html>. Acesso em: 04 jan. 2021.

MACRAE, Edward. **Guiado pela lua:** xamanismo e uso ritual da Ayahuasca no culto do Santo Daime. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MATOS DA SILVA, Percília. **Hinário - O cruzeiro.** Publicado em 1994. Disponível em: <https://www.mestreirineu.org/cruzeiro.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MENEZES, P. Filosofia e Tolerância. **Síntese Nova Fase**, Belo horizonte. v. 23, n. 72. 1996.

MIRANDA, Claudio José. **Intolerância Religiosa:** a doutrina do Santo Daime. Publicado em: 05 Jul 2011. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/comissao-de-combate-a-intolerancia-religiosa/a-doutrina-do-santo-daime-2173348.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MOREIRA, Paulo; MACRAE, Edward. **Eu venho de longe:** mestre Irineu e seus companheiros. Salvador: EDUFBA, 2011.

OLIVEIRA, Isabela. **Santo Daime:** um sacramento vivo, uma religião em formação. 2007. 290f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Isabela. Um Desafio ao Respeito e à Tolerância: reflexões sobre o campo religioso daimista na atualidade. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, 2011.

PANIKKAR, Raimon. **Paz e interculturalidad:** Una reflexión filosófica. Barcelona: Herder, 2006.

Notas de leitura sobre igualdade, autonomia e liberdade em *A tenência de reis e magistrados*, de John Milton.

Rafael Marino¹

Resumo: este ensaio pretende abordar o texto *A tenência de reis e magistrados*, de John Milton, a partir de suas ideias de liberdade, igualdade e autonomia. À vista disto, buscaremos demonstrar que a igualdade se apresenta como condição essencial para a autonomia e para liberdade no texto miltoniano. O que poderia colocar a prova alargado senso comum de que noções de igualdade e liberdade seriam antinômicas ou opostas.

Palavras-chave: Teoria política moderna; Republicanismo inglês; John Milton; Liberdade; Igualdade.

Read notes on equality, autonomy and freedom in *The tenure of Kings and Magistrates*, by John Milton.

Abstract: this essay intends to approach the text *The tenure of kings and magistrates*, of John Milton, from his ideas of freedom, equality and autonomy. In view of this, we will try to demonstrate that equality is an essential condition for autonomy and freedom in the Miltonian text. What could put the proof extended common sense that notions of equality and freedom would be antinomic or opposites.

Keywords: Modern political theory; English republicanism; John Milton; Freedom; Equality.

¹ Doutorando e mestre (2019) em Ciência Política pela FFLCH - USP, graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição e Animador Cultural no SESC-SP. E-mail: rafael.marino50@gmail.com; rafael.marino@usp.br.

Esses recentes eclipses do Sol e da Lua não nos prenunciam nada de bom. Embora conhecimento da natureza possa dar estas ou aquelas causas racionais, mesmo assim a natureza se vê açoitada pelas consequências: o amor esfria, os amigos brigam, os irmãos se separam. Nas cidades, motins; nos países, discórdias; nos palácios traições; e quebradas as ligações entre filho e pai. Esse meu vilão se enquadra nessas previsões: é um filho contra o pai; o rei se afastado do caminho da natureza: é um pai contra o filho.

Shakespeare, Rei Lear.

1 Introdução

No trabalho a seguir tentarei abordar o texto *A tenência de reis e magistrados*, ou ao menos alguns trechos dele, do poeta e escritor inglês John Milton, sob o prisma de suas ideias liberdade, autonomia e igualdade. Ao fim e ao cabo, buscaremos demonstrar que a igualdade se apresenta como condição essencial para a autonomia e para liberdade no texto miltoniano. O que abriria possibilidades políticas que vão além da suposta antinomia ou oposição entre liberdade e igualdade sugerida, geralmente, pelos autores liberais.

Evidentemente, esta escolha não se presta a ser uma jaula de ferro em nossa escrita, por duas razões. Em primeiro lugar, tentarei servir-me, do método conhecido como contextualismo linguístico, de Pocock (2003) e Skinner (1996)². Este leva em consideração o contexto de obras antecedentes e a linguagem disponível na escritura dos textos em um período determinado, visto que “a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas” (SKINNER, 1996, p.10). Em segundo lugar, pela natureza mesma do texto, em que há uma recorrência dos mesmos argumentos em suas diferentes partes. Todavia, isto não deve ser identificado como mera repetição, mas pela sua conformidade em relação à estrutura em cinco partes da oração clássica estabelecida por Isócrates e Cícero: “exórdio (p. 5-12), narração (p.12-23), confirmação (p.23-33), refutação (p.33-37) e peroração

² É evidente que não irei adentrar nas diferenças entre os autores do contextualismo linguístico, até porque aqui não é o espaço adequado para tal.

(p. 37-51)” (DZELZAINIS 2005, p. XII)³. Tal confecção do texto providenciaria a retomada de alguns argumentos já exposto, levando, muitas vezes, a sua complexificação, já que se refeririam a situações diferentes dentro do mesmo escrito.

2 Antecedentes históricos e lutas políticas

No dia 30 de janeiro de 1649 ocorre algo sem precedentes na história inglesa. O Rei Carlos I fora executado. Este evento era comparável, à época, com um parricídio, um assassinato de um representante direto de Deus ou o decepar da Cabeça que dava ordem aquele Corpo chamado Reino. Em suma, um desastre que, na percepção política do período, alterava as próprias ordenações naturais e divinas. Uma das provas do caráter inédito e extremamente representativo deste ato fora a demora em instituir uma República (Estado Livre) na Inglaterra, o que só ocorreu no dia 19 de maio de 1649. Constituindo-se num intervalo considerável e que pode mesmo corroborar a ideia da existência de uma forte cultura monárquica na Inglaterra ou, em outras palavras, da dificuldade de se subverter não só uma ordenação política, mas sim uma verdadeira visão de mundo, na qual o ordenamento política se assentava e até se confundia⁴ (HILL, 1987; OSTRENSKY, 2006).

Todavia, é prudente voltar um pouco no tempo a fim de entender os propósitos de Milton nesse texto. Com o advento de um período de paz, em meios aos turbulentos acontecimentos da chamada Revolução Gloriosa, a maioria do parlamento, que havia ficado unida no período belicoso, dividiu-se. Essa divisão decorreu da não existência de um acordo em relação à deposição ou não de Carlos I. A maioria das duas Câmaras, principalmente os presbiterianos, desejavam a negociação e a volta de Carlos I, mesmo assim a oposição era ruidosa e fazia-se ouvir. Um dos setores que mais se

³ Note-se ainda que, no “entanto no interior dessa estrutura também existe uma divisão mais simples, em elementos positivos e negativos. Por um lado, a narração e a confirmação formam o núcleo de argumentos positivos dedicados a expor os princípios da soberania popular, e, por outro lado, o exórdio, a refutação e a peroração constituem uma polêmica travada, principalmente, contra os presbiterianos” (DZELZAINIS 2005, p. XII).

⁴ A discussão sobre a dificuldade em se superar essa cultura monárquica é uma das determinações fundamentais para se compreender esse conturbado período inglês na sua totalidade. Entretanto tal assunto escapa ao escopo deste texto, de qualquer modo os textos de Hill (1987), principalmente os capítulos II e III, e Ostresnky (2006), notadamente o capítulo I, são essenciais para compreender o momento histórico em questão.

opuseram a volta de Carlos e, conseqüentemente, ao posicionamento majoritário das câmaras foi o exército. Radicalizado, tinha o intuito de passar Carlos primeiro pelo crivo da Justiça, chega mesmo a ensaiar um golpe em 6 de dezembro de 1948, “que ao excluir os membros recalitrantes do Parlamento, deixou uma assembleia (o assim chamado Rabo) mais complacente com seus desejos” (DZELZAINIS, 2005, p. XIII).

Prontamente, John Milton dá seu apoio ao exército, contra a oposição parlamentar e contra os presbiterianos. À vista disto, pode-se entender melhor alguns pontos de seus escritos, pois ali faz lances, para falar como Pocock (2003), extremamente ousados, com o intuito de intervir diretamente no debate público e na história inglesa. Daí podem-se entender elementos, num primeiro momento, obscuros do texto. Em primeiro lugar, o virulento e elegante ataque feito aos presbiterianos – os quais, em um primeiro momento defenderam vigorosamente a guerra ao Rei e que, posteriormente, se voltaram em de sua autoridade - em *A tenência de Reis e Magistrados*. Em segundo lugar, o seu título deveras sugestivo, que “implica ressaltar que reis e magistrados não são os verdadeiros proprietários do poder; ao contrário, são apenas seus ocupantes temporários, inquilinos, por assim dizer” (OSTRENSKY, 2005, XLVI)⁵.

Desta feita, o texto de Milton não deve ser compreendido, como é feito comumente, apenas como um ensaio em defesa do regicídio de Carlos I, mas sim uma defesa radical do autogoverno de homens livres. Com isto, Milton dá um passo adiante em relação à teoria da resistência defendida por presbiterianos e parlamentaristas, já que estes defendiam a resistência por parte dos magistrados baixos e não de homens privados, como defendido por Milton. Ou conforme argumentava Dzelzainis:

O argumento se aplicava tanto ao Longo Parlamento quanto a Carlos I. Não apenas reis, mas todos os que governavam poderiam ser removidos se abusassem de sua confiança. Mais do que isso, eles poderiam ser removidos mesmo se não o abusassem. Assim, Milton insiste que o povo pode ‘depor’ ou ‘reter’ um govenante ‘embora não seja um tirano, simplesmente pela liberdade e pelo direito de homens nascidos livres em

⁵ Nessa mesma linha há o argumento de Dzelzainis (1995, p.18): “Além disso, uma vez que tal autoridade não é exercida nesses próprios servidores, mas nos cargos que ocupam, de forma alguma devem considera-la como uma possessão pessoal” (tradução do autor). Trecho original: “Furthermore, since such authority is vested non in these servants themselves but in the offices they hold, on no account should they regard it as a personal possession”.

serem governados como parece ser o melhor (DZELZAINIS, 1995, p. 20, tradução nossa)⁶.

Aqui chegamos a um ponto extremamente caro a Milton, a saber: a questão do autogoverno e da liberdade. Contudo uma pequena digressão ao início de seu tratado faz-se necessária.

3 Notas de leitura: autonomia, liberdade e igualdade

Logo de saída, Milton lança mão de uma definição específica sobre a constituição e natureza dos homens. O autor inglês faz isso a partir de uma contraposição entre o governo dos homens pela razão, em contraposição aos costumes (externos) e aos afetos (internos) - possuintes de certa relação causal, quase como se os costumes fossem a manifestação exterior dos afetos - com o intuito de combater o passado e o irracional como critérios cruciais de legitimidade. Disso, o autor inglês desdobra uma noção inédita de autonomia, entendida como uma não dependência radical⁷, já que os impedimentos à autonomia podem ser essencialmente internos, como os afetos, e não apenas impedimentos externos, ao modo de impedimentos físicos e relações sociais e políticas. Nesse diapasão, podemos colocar Milton juntamente com outros teóricos republicanos (ou neo-republicanos) da liberdade - mesmo acreditando que o nosso autor aprofunda e radicaliza essa concepção, já que coloca a não dependência como condição interna

⁶ Trecho original: The argument applied just as much to the Long Parliament as it dit to Charles I. Not kings alone but all who governed could be removed if they abused their trust. More than this, they could be removed even if they did not abuse it. Thus Milton insists that the people may ‘deposed’ or ‘retaine’ a ruler ‘though no tyrant, meerly by the liberty and right of free born Men, to be governe’d as seems to the best (DZELZAINIS, 1995, p.20).

⁷ Em vista disto, Thomas Hobbes terá um bocado de dificuldade em construir uma alternativa à teoria da liberdade republicana, principalmente a de Milton, que prove a existência de liberdade, mesmo em um acordo pactuado com uma espada ao pescoço. Como enfatiza Skinner: “Hobbes é o mais formidável inimigo da teoria republicana da liberdade, e seus esforços em desacreditá-la constituem um momento que faz época na história do pensamento político de língua inglesa. Sua hostilidade já é evidente em *The Elements of Law* [...]. Mas naquele estágio ele não tinha nada para oferecer como alternativa à teoria republicana da liberdade, e simplesmente procurou persuadir seus leitores de que esta era ilusória e confusa. Nos anos 1640, contudo, ele começou a elaborar uma abordagem antagônica, cuja versão final definitiva apareceu no *Leviatã*, em 1651, no qual apresentou pela primeira vez uma nova análise do que significa ser um homem livre em consciente oposição à consideração jurídica e republicana” (SKINNER, 2010, p.13).

também, entendendo a movimentação moral dos homens não pelos afetos, mas sim pela razão - pois: “o nervo da teoria republicana é que a simples presença de um poder arbitrário é suficiente para subverter a liberdade no seio das associações civis, porque tem por efeito reduzir os membros de tais associações do status de homens livres ao de escravos” (SKINNER, 2010, p.10).

A movimentação argumentativa anterior é desdobrada em um sentido fortemente político pelo autor inglês. Dado que como a condição autônoma depende de uma não dependência radical, tanto interna, quanto externa, o ato de resistência aos tiranos passa a ser compreendido como como um agir moral. Isto é, todo e qualquer homem, dotado de razão e autonomia deve, caso queira agir moralmente de acordo com as suas faculdades e segundo a sua condição autônoma, resistir aos tiranos e suas práticas. Essa concepção de moralidade se configura como condição capital para a divisão dos homens entre dois grupos. Aqueles ligados a Liberdade e aqueles ligados a Licenciosidade. Os primeiros correspondem aos Homens de Bem, essencialmente virtuosos, pois combatentes e inimigos do Tirano. Já os segundos, corresponderiam aos Homens Maus, dos quais o Tirano nada teme e sob os quais se assenta. Desta feita, o escrito inglês consegue ligar a ideia de liberdade a sua interpretação específica do que seria autonomia - enquanto independência radical - e o agir moral – voltado para concretização desta independência. Além disso, Milton, apoiado nessa noção de resistência e moralidade apoiada em homens e não em grupos políticos ou estamentos, tem por intenção minar a argumentação presbiteriana, bastante importante à época e que retomarei de maneira sintética a seguir.

Segundo a argumentação de escritores seiscentistas, dentre ele os presbiterianos, havia uma divisão entre tiranos pela prática, compreendido como um governo legítimo que tenha degenerado, e os tiranos por usurpação, via conquista territorial e política por um invasor estrangeiro. No primeiro caso havia consenso no que diz respeito ao ato de resistir, desde que a ação fosse perpetrada por magistrados inferiores, caso contrário não seria legítima. Já quanto a segunda condições, havia um forte dissenso, pois alguns aceitavam a resistência individual como legítima e outros não.

Milton, por sua vez, não aceita essa divisão, já que não vê diferenças entre um e outro, como pode ser visto no trecho seguinte:

Quanto à primeira questão, não importa se é estrangeiro ou nativo. Nenhum príncipe é nativo se não professa governar-se pela lei. Quando ele mesmo subverte as leis, violando todos os

pactos e juramentos que lhe davam direito a sua dignidade e eram o laço e aliança entre ele e seu povo, o que o difere de um rei forasteiro ou de um inimigo? (MILTON, 2005, p.25).

Isso, necessariamente, implica numa verdadeira independência na formulação de juízos éticos e morais (DZELZAINIS, 2005, p.XIX) ou nas palavras de Milton, quando fala sobre o fundamento da resistência dos homens: “a única coisa de que carece um homem de juízo perfeito são os princípios mesmos da natureza que traz consigo” (MILTON, 2005, p.24)⁸. Salta aos olhos uma formulação tão sugestiva quanto esta, sob a qual nos debruçaremos um pouco mais.

Não é forçar a nota ver que Milton aponta para um fundo comum entre os homens, uma condição que igualiza os homens, tendo em vista a Razão e a natureza - forçoso lembrar que para o autor ambos os fatores são fundados na ordenação divina - como fica patente em alguns trechos: “Mesmo um homem que nada saiba jamais será tão estúpido para negar que todos os homens nasceram naturalmente livres” (Ibid., p.12); “a única coisa de que carece um homem de juízo perfeito são os princípios mesmos da natureza que traz consigo” (Ibid., p.24) ; “Nenhum homem sensato ignora que os pactos são sempre celebrados de acordo com a situação presente das pessoas e coisas [...]” (Ibid., p.41). Com isso, o nosso autor leva a crer que há determinados elementos que os homens trazem consigo inerentemente, como se fossem leis naturais⁹.

Um destes elementos inerentes são os pactos, divididos em dois tipos: pactos não coercitivos e pactos coercitivos. Tal divisão fica clara quando trata metaforicamente da realização de pactos entre os indivíduos. Milton começa a exposição destes pactos pela queda Adâmica, que leva posteriormente, por meio de pactuações, os homens a formularem uma

⁸ Mesmo que se peque em certo anacronismo, não podemos deixar de pensar em Kant, em, ao menos, dois momentos. Primeiro, em seu texto sobre o esclarecimento: “Sapere aude! Tenha a coragem de servir de teu próprio entendimento! – este é, portanto, o lema do Esclarecimento” (KANT, 2011, p. 24). Segundo, em seu trabalho sobre a Razão Prática e o agir Moral relacionado ao Imperativo Categórico: “Portanto, o imperativo categórico é um único apenas e, na verdade, este: age apenas segundo a máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal” (KANT, 2009, p.215)

⁹ Colocamos no registro do “como se”, pois nos textos de Martin Dzelzainis há referências críticas a utilização de conceitos como Leis de Natureza, além da exclusão mútua entre a consecução de pactos e a natureza, no sentido Aristotélico do *Zoon Politikon*. Não deixa de ser interessante, que ao mesmo tempo, o autor aponte a grande influência de Cícero sobre Milton e de que para aquele não haveria maiores problemas nas relações entre pactos e uma sociabilidade natural (DZELZAINIS, 1995).

comunidade política – remetendo-se a uma raiz aristotélica, já que há uma finalidade na comunidade de ordem protetiva. Nesta comunidade, pactuam a não agressão com o intuito de escapar do mal decorrente da queda, nesse sentido um pacto não coercitivo. Porém, quando os homens veem como é insuficiente “a boa-fé de todos, julgaram necessário dispor de alguma autoridade que pudesse refrear pela força e pela punição toda violação da paz e do direito comum” (MILTON, 2005, p.13).

No desenvolvimento de seu argumento, Milton diz que a autoridade, o poder de autodefesa e de conservação que “residiam originalmente e por natureza em cada um deles [homens], e com juntamente em todos eles” são transmitidos e atribuídos a um único homem, ou mais de um, “aos quais julgaram de igual merecimento” (MILTON, 2005, p.13.). Porém, Milton por exemplo, não fala em uma transferência perpetua de poderes e sim temporária. Transformando o representante em um servo ou escravo dos representados, com uma autoridade adquirida que visa às habilidades e ofícios dos magistrados e não o magistrado em si. Logo é um pacto que possui a instabilidade à espreita, até porque a noção miltoniana de Liberdade, como uma radical não dependência, é incompatível com um pacto eterno, à maneira do que ocorre na alienação hobbesiana na formação do Estado¹⁰. Não obstante, trata-se aqui de um pacto coercitivo e que, salvo engano, recorre a um arcabouço contratualista¹¹.

À vista disto a única forma de organização política que Milton vê como possível e que permitiria açambarcar essa instabilidade e conflito entre povo e magistrados - além da relação de deveres e não de direitos nos cargos de representantes - é a República, e, por conseguinte, não a Monarquia. Marcando, notadamente, uma posição não apenas antimonarquista e contrária aos Reis e sua tirania, mas sim republicana. Como bem aponta Dzelzainis: “Seria verdadeiro dizer, contudo, que não há nada distintamente republicano sobre este conjunto de proposições. Os republicanos, naturalmente, teriam subscrito cada uma delas [...] [pois] o ofício do rei é

¹⁰ Conforme dizia Hobbes: “Isto é mais do que consentimento ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, num só e mesma pessoa, realizado por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: Autorizo e transfiro o meu direito de me governar a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires para ele o teu direito, autorizando de uma maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa chamada República, em latim *Civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus imortal, a nossa paz e defesa” (HOBBS 2008, p. 147).

¹¹ Aqui discordamos de Martin Dzelzainis (1995; 2005), que, como dito anteriormente, não vê com bons olhos uma possível relação entre John Milton e o contratualismo.

incompatível com a própria essencial de uma república” (DZELZAINIS, 1995, p.19, tradução nossa)¹².

4 À guisa de conclusão, apontamentos

Nesse pequeno exercício de leitura tentamos explorar alguns aspectos do texto *A tenência de Reis e Magistrado* de John Milton sob o prisma da liberdade, da igualdade e da autonomia. E, mesmo que de maneira titubeante, chegamos a alguns apontamentos. O que, primeiramente, salta aos olhos, é o radicalismo por parte de Milton na sua acentuação da liberdade como condição de total não dependência, tanto interna (paixões e afetos), quanto externa (costumes e dominação física) e da liberdade como ativa e não passiva, transfigurando-se em um autogoverno dos homens. Assim, trata-se de uma noção de liberdade republicana travejada do mais radical senso de autonomia.

No entanto, é preciso notar que o fundo desta noção de autonomia, essencial a própria existência da liberdade, depende de sua argumentação em torno da igualdade dos homens. Os quais, seriam possuidores de um fundo comum, a saber, a razão e a natureza, ambas fundadas na Ordenação Divina. Deste modo, como argumenta o próprio Milton, homem algum seria estúpido o suficiente para negar que todos nascem naturalmente livres. Porém, após a queda Adâmica e os pactos dela decorrentes para evitar o mal daquela tragédia, a manutenção desta liberdade vincula-se diretamente ao que havíamos chamado de agir moral. Isto é, os homens livres (homens de bem) seriam aqueles que agem moralmente e os licenciosos (homens maus), não livres, não agiriam moralmente. Conforme havíamos dito, agir moralmente dizia respeito justamente a agir visando a manutenção de uma situação de não dependência interna e externa. Assim, tanto a razão deveria resistir aos sentimentos e costumes, como o homem deveria resistir aos impedimentos externos a sua independência, como é o caso dos Tiranos e sua arbitrariedade que tudo converteria em escravidão.

Em suma, esse fundo comum aos homens, permite-lhes guiarem-se pelos princípios da natureza e da razão com o intuito de saber que podem, licitamente, resistir ao Tirano. Algo intrinsecamente ligado a Liberdade,

¹² Trecho original: “It would be true to say, however, that there is nothing distinctively republican about this set of prepositions. Republicans would naturally have subscribed to all of them [...] the office of king was incompatible with the very being of a republic” (DZELZAINIS, 1995, p.19).

como condição de total independência e como autogoverno, - que durante o texto assume uma face moral, já que os Homens de Bem a defenderiam da maneira como pudessem. Em vista disso não seria descabido colocar a Igualdade como condição da Liberdade no ensaio de Milton. Nesse sentido, além da beleza interna própria a concatenação argumentativa miltoniana, é possível vislumbrar ali possibilidades políticas que vão muito além da, suposta, antinomia ou oposição liberal entre liberdade, autonomia e igualdade.

Bibliografia

DZELZAINIS, Martin. Milton's classical republicanism. In: ARMITAGE, David; HIMY, Armand; SKINNER, Quentin (orgs.). **Milton and republicanism**. New York: Cambridge University Press, 1995, p. 3-25.

_____. Introdução. In: **Escritos Políticos**. MILTON, John. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. XI-XXXIII.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. São Paulo: Discurso Editorial, Barcarolla, 2009.

_____. Resposta à pergunta: O que é esclarecimento? In: KANT, Immanuel; ERHARD, J. B.; HERDER, J.G et al. **O que é Esclarecimento?** Rio de Janeiro: Via Verita, 2011, pp. 23 -37.

MILTON, John. **Escritos Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OSTRENSKY, Eunice. **As Revoluções do Poder**. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. Nota da Tradutora. In: MILTON, John. **Escritos Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. XLIII – XLIX.

POCOCK, J.G.A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 63-83.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Hobbes e a liberdade republicana.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.